

A Defesa Nacional



JUNHO
1959

NÚMERO
539

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

E

ESTUDOS BRASILEIROS

RIO DE JANEIRO

BRASIL

DIRETORIA ELEITA PARA O EXERCÍCIO DE 1958/1960

Diretor-Presidente

Gen João Batista de Mattos

Diretor-Secretário

Cel Ayrton Salgueiro de Freitas

Diretor-Gerente

Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

Conselho de Administração

Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu

Major Octavio Tosta da Silva

Diretor de Publicidade

Maj Lauro Lima dos Santos

Conselho Fiscal

General Alberto Ribeiro Paz

Coronel Enio da Cunha Garcia

Capitão Diogenes Vieira da Silva

Suplentes

Ten-Cel Thorio Benedro de Souza Lima

Major Amerino Raposo Filho

Major Joaquim Augusto Montenegro

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLVI	BRASIL — RIO DE JANEIRO, JUNHO DE 1959	N. 539
----------	----------------------------------------	--------

SUMÁRIO

CULTURA PROFISSIONAL

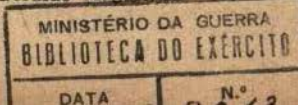
	Págs.
A Engenharia de Amanhã — Gen R. Pinson — Trad. Cel Alfredo Malan	3
O Candidato à EsAO... — Cel João Bina Machado	13
I — A Cavalaria no Ataque	13
II — A Artilharia no Ataque	20
O Candidato à ECEME... — Maj Octávio Tosta	27
I — Lutas Militares no Prata, da Fundação da Colônia do Sacramento até o Tratado de S. Ildefonso... — Maj Germano Seidl Vidal	27
II — Questões do Concurso de 1958	38
Engenhos-Foguetes e Satélites — Cel Ayrton Salgueiro de Freitas	47
I — Teoria da Autopropulsão — Cel Prof. A. Linhares de Paiva	47
II — Boletim Internacional — Cel Ayrton Salgueiro de Freitas	52

CULTURA GERAL

"Esperando pelo Primeiro Golpe" — Maj Sebastião de Castro	59
Página de Recordação (Gen João Gomes Carneiro Junior) — Gen A. de Lyra Tavares	65
Saara: Consideráveis Reservas de Petróleo — Edmond See	69
Guano — Riqueza Peruana — Ten-Cel Walter Pinto de Moraes	73

GEOPOLÍTICA

Editorial — Primeiro Aniversário da Seção de Geopolítica — Maj Octávio Tosta	81
I — Doutrina (Aspectos Geopolíticos do Mar) — Everardo Backheuser	83
(O Poder Nacional — Seus Fundamentos Geográficos) — Marechal Mário Travassos	87
(Os Fatores Políticos no Condicionamento do Conceito Estratégico Nacional) — Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães	103
(Escolas Geopolíticas) — Brig João Mendes da Silva	107
II — Estudos e Ensaio (O Problema Vital da Segurança Nacional) — Coronel Golbery do Couto e Silva	129
III — Geopolítica da Bolívia (Bolívia, Impressionante Expressão Geopolítica) — Maj Octávio Tosta	139
IV — Contribuição ao Ensino (Academia Militar das Agulhas Negras — Programa de Geopolítica) — Maj Octávio Tosta	149
V — Artigo Estrangeiro (O Espírito da Geopolítica) — Tomas Greenwood — Trad. Ten Heitor Ferreira	151
VI — O Livro do Mês (Problemas do Brasil) — Ten-Cel Geraldo Magarinos	157



NOSSA MARINHA

Págs.

O Mundo Naval no Ano de 1958 — Cmt Guilhermino de Magalhães	159
O Cruzador Barroso — Ten A. Brandão de Freitas	172
Batalha Naval de Riachuelo	175

DIVERSOS

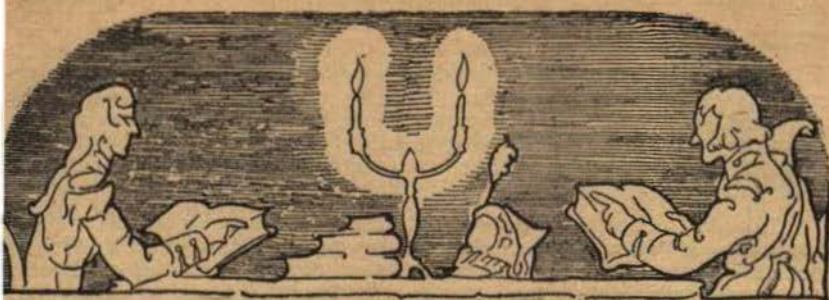
Aspectos Econômicos Mundiais (Argentina — Canadá — Chile — Colômbia — Estados Unidos — Paraguai — Uruguai — Venezuela — França — Portugal — Suécia)	177
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

BRASILIANAS

Importância da navegação fluvial para a economia do Vale do São Francisco — Central Elétrica de Votuporanga — Azeitonas — Exportação de café em 1958 — Produção de cacau para 1959 — Radar no Aeroporto de Congonhas — O programa da Ishikowajima — Exportação brasileira de Equipamentos	187
Reminiscências — (Generais Diretores de "A Defesa Nacional" — 1943) ...	192
Relatório da Diretoria (Ano Social de 1958)	193

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos, Portarias e Avisos de interesse geral para o Exército e publicados durante o mês de abril do corrente ano, no "Diário Oficial" ..	203
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----



CULTURA PROFISSIONAL

A ENGENHARIA DE AMANHÃ

Gen R. PINSON

Inspetor-Geral de Engenharia

Trad. do Cel ALFREDO MALAN.

INTRODUÇÃO DO TRADUTOR

Inicialmente permitam-me lembrar a importância crescente e incontestável da Arma de Engenharia nos Exércitos modernos, dados que a aceleração imprimida pela pesquisa, objetiva e sistemática, à técnica vem pondo à disposição dos combatentes e particularmente aos de Engenharia — novos petrechos de toda natureza. Tais petrechos, se por um lado tornam mais eficientes o ataque e a defesa, por outro exigem maior apuro na preparação do homem que os maneja, investido de responsabilidade cada vez maior.

No intuito de alertar os companheiros de arma para essa valorização da Engenharia de combate moderna — o que deve nos orgulhar, mas que simultaneamente nos deve preocupar — e de solicitar a atenção dos demais companheiros, uns e outros responsáveis pela existência de um Exército funcionalmente objetivo, é que me julguei na obrigação de traduzir e dar publicidade a este artigo do Gen PINSON.

Cabe ainda, nesta introdução, agradecer de público ao Exmo. Senhor Gen Carpentier, diretor da "Revue Militaire Générale" e grande amigo do nosso país, a autorização prontamente dada para traduzir e divulgar, nas páginas da nossa A Defesa Nacional, artigos de sua magnífica revista.

QUAL SERÁ A FORMA DA GUERRA FUTURA ?

Diariamente os responsáveis pelo futuro do nosso Exército têm em mente essa interrogação, formulam hipóteses, buscam soluções, se esforçam por separar sonhos de realidades, procurando assim conciliar as possibilidades de uma economia nacional sempre limitada com as necessidades vertiginosas das forças militares na era atômica.

Essas preocupações e as soluções que elas inspiram, exigiriam numerosas experiências e ensaios, de meios e de tipos de unidade, mas acontece que o problema é encarado, agora, no momento em que a massa do nosso aparelho militar, no que existe de melhor, está engajada na Argélia numa luta de características muito especiais, que polariza os esforços e absorve os créditos.

Não duvidamos, os combates da Argélia preparam quadros e tropas para as ações de contra-guerrilhas ou de guerra em superfície (1) que, por certo, teremos de encarar nos conflitos futuros e sem dúvida, algumas das necessidades da guerra atômica conduzem a processos de combate que não deixam de ter analogia com os da guerra em superfície. Não há dúvida, no entanto, que temos de nos haver na África do Norte francesa com bandos mais ou menos coerentes, dotados somente de armas leves e desprovidos de apoio aéreo. Nós não poderíamos, pois, encontrar nas operações que se desenrolam atualmente na Argélia, os elementos suficientes para alicerçar uma preparação militar com vistas a conflitos futuros, opondo forças organizadas, sensivelmente equivalentes, de potentes meios terrestres, aéreos e navais, inclusive dispõe de engenho atômico.

O problema se complica para nós, franceses, devido a que não podemos nos basear, no que concerne aos engenhos nucleares, em experiências nacionais. Só podemos utilizar as informações vindas de nossos aliados anglo-saxões.

Mister se faz para nós suplementar pela imaginação a falta de dados experimentais precisos.

O de que temos certeza, é que as forças ocidentais aliadas têm, em face delas, uma nação dispondo de meios nucleares praticamente ilimitados em qualidade e quantidade e, além disso, dum potencial enorme de meios clássicos imediatamente disponíveis, aos quais é preciso somar os bandos clandestinos capazes de agir no interior mesmo do nosso dispositivo.

Devemos contar com uma verdadeira maré humana cujo espraiamento súbito, por terra e pelo ar, é, talvez, mais perigoso ainda que o engenho atômico. Parece, com efeito, incontestável, que a melhor proteção contra a bomba atômica consiste, para o atacante, em se precipitar, desde o início, no meio das tropas e da população civil do partido-adverso (2) o qual, por razões humanitárias, não encarará, se não com reticências, suas destruições maciças.

Em síntese, nossos meios de defesa devem ser concebidos para uma guerra futura que se apresente sob três formas possíveis:

- atômica;
- clássica;
- em superfície.

Atualmente, nossas forças nacionais, em sua maioria, estão equipadas para a guerra clássica e combatem na Argélia com meios clássicos num ambiente de guerra em superfície.

(1) Expressão militar francesa que caracteriza a luta face a qualquer direção, inclusive a luta que pode sobrevir mesmo para elementos de qualquer vulto completamente cercados pelo inimigo. (Nota do tradutor).

(2) Novo princípio criado pela bomba atômica, o da aproximação ou melhor da proteção pela ocupação de área tão próxima do adversário que não permita, sem atingir os próprios parceiros, o desencadear do fogo atômico. É a fuga para a frente. (Nota do tradutor).

O preparo e o equipamento das unidades, tendo em vista a guerra atômica, estão em estado embrionário.

A Engenharia, arma de apoio, não escapa a essa situação geral: suas unidades são praticamente as da última guerra, com o mesmo armamento e a mesma maquinaria: elas se safam, na Argélia, mas temos de reconhecer que não estão adaptadas à guerra atômica e muito pouco à guerra em superfície.

Ora, é absolutamente necessário achar um denominador comum às condições dispares e por vezes contraditórias nas quais nossas unidades são levadas a viver e a combater na guerra de triplíce face que nos espera. É-nos precisos achar esse denominador comum porque a constituição de três tipos de unidades perfeita e respectivamente adaptadas às três formas do problema é verdadeiramente inconcebível não somente devido a razões econômicas, como ainda porque as três formas de guerra se interpenetrarão e se combinarão em muitas circunstâncias.

Esse denominador comum parece deva atender à síntese dos três princípios: ser leve, ter potência e dispor de mobilidade.

O ser leve conduz, nos problemas de organização, a descentralizações de comandos orientados para escalões interarmas de pequeno volume, capazes de agir e de sobreviver com uma certa autonomia, dotados de meios mecânicos e de armamento leve cuidadosamente padronizados e exigindo uma logística muito sóbria. Trata-se, no caso, de constituir "piões", os quais, tomados individualmente, não ofereçam à arma nuclear objetivos compensadores.

Potência é o termo essencial de todo sistema militar. Por sorte, ter potência não entra em choque, tanto como outrora, com a condição de ser leve: cargas ôcas, canhões sem reparo, foguetes, engenhos teleguiados e projetis atômicos aumentaram, numa enorme proporção, a relação entre a Potência e o Pêso. A potência não é mais apanágio de Mastodontes e nunca a supremacia de David sobre Golias tanto se afirmou, como na nossa época.

A mobilidade é tão indispensável para fugir a ameaça atômica como para realizar rapidamente a concentração dos meios de ataques sobre objetivos maciços ou fugazes. A mobilidade estratégica bem como tática será, evidentemente tanto mais fácil de conseguir quanto mais leve e mais flexível fôr o aparelho militar.

Extravasaria dos limites do assunto dêste artigo estudar a constituição de nossas futuras grandes unidades e seus apoios logísticos nas bases acima expostas, mas pareceu impossível focalizar a Engenharia de amanhã, sem destacar os princípios fundamentais de uma nova organização militar. A Engenharia, é preciso lembrar, tem por missão servir às outras Armas, essencialmente no domínio das organizações defensivas e no das vias de transporte, ela deve pois se adaptar às outras Armas quanto à estrutura, ao equipamento, ao modo de ação e às necessidades das mesmas.

Amanhã como ontem os sapadores deverão se integrar nos dispositivos de combate da Infantaria e da Arma blindada, amanhã como ontem e talvez mais ainda amanhã do que ontem, êles deverão manejar seu armamento com a mesma habilidade que manejarão sua ferramenta. A esse respeito as operações que atualmente se desenvolvem na Argélia constituem excelente treinamento para as Unidades de Engenharia; o perigo que lá encontram por toda parte, latente ou agudo, obriga os sapadores a uma alerta constante nos seus canteiros de trabalho enquanto

que, num passado recente, durante a segunda guerra mundial, o sapador via geralmente sua segurança garantida pelo dispositivo das tropas em benefício das quais trabalhava; ele somente usava seu armamento em casos excepcionais.

É certo que na guerra futura a Engenharia encontrará, como hoje na Argélia, diversas ocasiões de combate pelo fogo, pois o perigo, venha ele de infiltrações inimigas, de pára-quedistas ou de guerrilheiros, estará em toda parte em zonas de combate desenvolvidas ao extremo.

Simultaneamente a Engenharia se verá dominada, na realização de suas missões próprias de trabalho, por um elemento tirânico: o tempo.

O engenho atômico, pela sua potência de destruição instantânea não tolera nenhuma espera, nenhuma lentidão no inimigo que ele vai atingir: não dá aviso prévio e realiza, em segundos e perfeitamente, o que dezenas de grupos de artilharia clássica exigiriam horas para executar de forma imperfeita. Daí resulta para o sapador a necessidade absoluta, sob pena de fracassos mortais, de reduzir seus prazos de execução e de levar essa redução à escala atômica, isto é, de forma maciça.

O engenho mecânico deve permitir essa redução maciça dos prazos de execução dos trabalhos, mas o aprestamento de certos engenhos essenciais à Engenharia exigem mudanças revolucionárias.

Com efeito, no arsenal do sapador, potência era até hoje sinônimo de peso; um engenho ou, de maneira geral, um material potente era um material pesado, demorado para instalar, difícil de guardar e de pequena mobilidade. Ora, assinalei acima, a Engenharia deve, hoje em dia, se orientar pelo lema leveza, potência e mobilidade.

Era preciso pois encontrar algo de novo e que com prioridade, de um lado focalizasse uma aparelhagem de terraplenagem permitindo assegurar com rapidez a proteção antiatômica do combate por "enterramento", e de outro previesse um material de transposição permitindo a travessia de cursos d'água "no grito", pelas tropas e veículos de combate blindados com lagartas ou sobre rodas.

É possível afirmar hoje que esses dois problemas vitais estão resolvidos, pelo menos quanto à existência dos protótipos e que a construção em série depende exclusivamente de créditos e de possibilidades industriais.

A mais elementar proteção do combatente contra o projétil atômico é a trincheira estreita e profunda mas sua realização com ferramentas manuais impõe prazos inaceitáveis.

A realização mecânica dependia, até agora, ou de escavadoras potentes sobre lagartas, engenhos monstruosos e de pouca mobilidade, ou de escavadoras mais leves, sobre lagartas ou sobre rodas, porém fracas demais para dar, em todas espécies de solo, rendimentos satisfatórios. Nenhum desses engenhos apresentava interesse para os combatentes da era atômica.

No início de 1956, uma abre-trincheira de modelo muito particular foi contruída a pedido dos serviços técnicos militares franceses por firma francesa. Suas possibilidades são notáveis: montada sobre um robusto chassi de rodas e acionada por motor diesel ela cava o solo como uma perfuratriz, construindo trincheiras e sapas a uma velocidade nitidamente superior a de todos os engenhos similares. Dotado de boa velocidade nas estradas, o engenho é "qualquer terreno" e não tem dificuldade em se deslocar em terreno virgem consistente. Seu rendimento pode ainda ser

melhorado, mas nas condições atuais constitui, para as Unidades de Engenharia, uma ferramenta de primeira ordem para a realização de organizações defensivas de urgência antiatômica.

No setor da transposição de cursos d'água era necessário encontrar processos inteiramente novos.

O material de pontes da última guerra que constitui ainda a massa dos nossos meios de transposição, não se adapta à hipótese atômica, particularmente no que diz respeito aos meios flutuantes característicos das travessias à viva força. Eles exigem, com efeito, quando se trata de transposição de um rio por veículo sobre lagarta ou não, uma reunião de grande quantidade de material na margem, uma via de acesso em boas condições, prazos de construção de algumas horas (mesmo quando se trata de simples portadas para transposição por meios descontinuos), um pessoal de trabalho numeroso. Finalmente, no concernente às pontes sobre suportes flutuantes, os prazos necessários para sua construção e seu recolhimento são de tal vulto que se é levado a deixá-las no local noite e dia, sem possibilidade de assegurar uma dispersão de uma camuflagem conveniente de seus elementos. Quer dizer que a ponte de suportes flutuantes tradicional é coisa do passado, pelo menos ao considerar a hipótese atômica.

Nessa hipótese a transposição de um curso d'água deverá, para ser realizada com alguma probabilidade de êxito, ser tentada sobre uma larga frente e em numerosos pontos, com uma formação "em batalha" e "no grito", por meios descontinuos. Uma ponte sobre suportes flutuantes só terá chance de poder ser útil se, construída de noite, puder prestar seus serviços, for recolhida e forem dispersos seus elementos nas margens no curso da mesma noite.

Certos pesquisadores acharam soluções fáceis, por exemplo, só empregar nas forças terrestres engenhos anfíbios de combate e fazer o apoio logístico por helicópteros ou pára-quedas, inclusive fazer a transposição dos engenhos pesados por helicópteros de grande capacidade como os "guindastes voadores".

Sem dúvida o engenho anfíbio de combate é indispensável e realizável, mas considerados os limites autorizados pelo velho princípio de Arquimedes. Se para um veículo de combate de 5 a 6 toneladas o problema é solúvel a coisa muda desde que o peso atinja 8 a 10 toneladas; não somente a exclusiva flutuação de um tal engenho exige-lhe sejam dadas dimensões dificilmente compatíveis com seus deslocamentos em estradas, como ainda surgem problemas de difícil solução se atentarmos para a entrada e saída d'água em margens abruptas e, principalmente, para a navegabilidade em rios de grande correnteza da ordem de 4 a 5ms por segundo. É praticamente impossível resolver o problema dos veículos anfíbios de combate desde que seu peso ultrapassa a seis toneladas.

Não se contesta que o helicóptero pesado constitua, em princípio, uma solução elegante para o problema de transposição de cursos d'água no caso dos veículos de combate, mas é necessário convir que os helicópteros tipos "guindaste voador" são engenhos raros, muitos caros e muito vulneráveis, e que seu emprego será provavelmente bastante limitado nas travessias feitas a viva força. Finalmente, o levantamento de cargas militares de dez toneladas e superiores ainda não está nas possibilidades do helicóptero.

Em suma, engenhos de combate anfíbios e helicópteros são considerados soluções possíveis e extremamente interessantes para cargas

até cinco ou seis toneladas. Mas esses processos não resolvem o problema da travessia de engenhos mais pesados (EBR (3), carros de 13 toneladas e superiores, tratores com lâminas, escavadoras de trincheira, viatura cisterna, etc.).

Um Coronel de Engenharia, de espírito inventivo e realizador, lançou-se ao problema de transposição dos cursos d'água na hipótese atômica escolhendo como local de estudos e de experimentação aquele que poderia oferecer o máximo de dificuldades: o Reno.

Seu grande mérito é de ter abandonado completamente os métodos de pontagem clássicos e de ter realizado um "sistema" de meios, sucetível de desenvolvimento variado, sistema que dá à Engenharia francesa, sob a única condições de obtenção dos créditos necessários à realização, um avanço notável sobre os meios estrangeiros de transposição.

A idéia básica consiste na utilização de um corpo de suporte anfíbio, movido mecânicamente que constitua, por si só e sem acessórios complementares, seja meio descontinuo, seja um elemento de ponte e que não necessite de qualquer prazo de montagem no curso d'água ou em suas imediações.

O meio descontinuo (ou o corpo de suporte de ponte idêntico) é impulsionado por um diesel. Ele se desloca na estrada e no rio com a mesma facilidade; é "qualquer terreno" e transpõe, com facilidade, terreno acidentado. Seus quatro homens de equipagem, graças a arranjos mecânicos robustos e engenhosos, são suficientes para todas as manobras de lançamento n'água, navegação, atracação e, no caso da construção da ponte, para as manobras de ancoragem e de construção do trecho que lhes cabe.

O meio descontinuo ou bote munido de uma prolonga acionada por macacos hidráulicos é utilizável para embarcar homens e material desde seu lançamento n'água o que se faz sem nenhum preparo especial de acesso.

A ponte é de construção extremamente rápida, cada suporte anfíbio tem sua própria autonomia e carrega, permanentemente, seus oito metros de tabuleiro que uma simples rotação, seguida de uma fixação no tabuleiro do suporte precedente soluciona o problema.

Esses meios anfíbios dispensam qualquer veículo auxiliar; não são mais necessários tratores, rampas de acesso, guindastes. É uma simplificação de interesse enorme que, se compararmos o material de ponte desse tipo com os meios americanos de mesma capacidade de suporte, se traduz por uma economia quanto aos veículos, à tonelage do material, à potência, ao pessoal e finalmente quanto à construção em si.

É esta última economia no tempo que permite encarar, no decorrer de uma mesma noite, a construção da ponte, sua utilização, depois seu recolhimento, sua dispersão no terreno e sua camuflagem. Temos assim, realmente, o material de ponte de equipagem da era atômica.

Muitos outros engenhos estão sendo atualmente estudados ou em vias de experimentação para o equipamento da Engenharia.

Muito móveis e de alto rendimento devem permitir ao sapador moderno ganhar a corrida contra o relógio que será uma das características das operações na guerra futura. Resta ainda muito a fazer, tanto no setor da pesquisa, quanto no das realizações, para o equipamento técnico da Engenharia. É certo, por exemplo, que a realização de um engenho

(3) Engenhos Blindados de Reconhecimento. (Nota do tradutor).

atômico "de bolso" para a destruição de obras d'arte, apresentaria um enorme interesse. Da mesma forma quanto à pesquisa de um aparelho de detecção das minas antimagnéticas.

Todos esses estudos e pesquisas concernentes, muito particularmente, às necessidades do Exército, são extensíveis, em grande parte, às necessidades da Aeronáutica; a Engenharia de terra e a dor ar, constituem na realidade um só todo, realizando desde o tempo de paz uma ligação cuja necessidade, em tempo de guerra, não precisa mais ser demonstrada.

Mas existe outro setor, este reservado, no qual seria de grande utilidade, parece, encarar a colaboração da Engenharia. É o do equipamento portuário do litoral em caso da guerra.

Não há por certo mais belo objetivo atômico nem mais rendoso que um porto permanente. Nossas costas os possuem em número limitado e sua destruição instantânea constitui uma temível ameaça de asfixia para o conjunto do país.

De que dispomos para dispersar e multiplicar ao longo de nossas costas portos provisórios. Temos os meios a isso adaptados? Temos as unidades especializadas para a criação e manutenção dos mesmos? Podemos contar com empresas civis e com material comercial para realizar as instalações necessárias em prazos admissíveis?

Ou então contamos com potências aliadas para resolver o problema?

Todas essas perguntas merecem reflexão.

Constatamos simplesmente que a Engenharia é a única que dispõe de tropas de execução em matéria de trabalho, mas que não está de forma alguma treinada e equipada para a realização rápida de tais instalações provisórias no mar.

E, no entanto, pode-se estimar, sem muito risco de engano, que no momento da necessidade para ela se apelará. Não seria mais sábio prepará-la desde o tempo de paz e dotá-la de meios indispensáveis?

* * *

Fechado o parêntesis sobre a Engenharia das Forças Armadas, resta considerar a organização das Unidades de Engenharia do porvir.

Sem dúvida é difícil definir a organização da Engenharia sem previamente definir o quadro de conjunto no qual as Unidades de Engenharia se integrarão. Ora, esse quadro de conjunto ainda está em face experimental. Nós nos limitamos pois a enunciar os princípios aos quais a organização da Engenharia deve obedecer.

Nas Divisões, qualquer que seja seu tipo, a Engenharia orgânica deverá ser constituída de tal forma que possa corresponder, com flexibilidade, às diferentes necessidades do comando, isto é, que permita tanto uma ação concentrada muito centralizada, quanto ações dispersas muito descentralizadas em benefício de grupamentos operando isoladamente; sua repartição deve ser preparada não somente no comando e na articulação das Unidades mas também no loteamento da ferramenta e, principalmente, nas ligações entre armas no interior da Divisão.

É preciso cautela quanto a uma repartição apriorística dos meios da Engenharia, mas é preciso ter tudo pronto para realizar qualquer combinação imposta pela situação, e isto com o máximo de flexibilidade.

É necessário por fim, que um Estado-Maior de Engenharia divisória seja bastante volumoso para absorver, sem choque, os reforços

em Unidades de Engenharia de tipos variáveis que venha a receber para uma determinada missão, em particular para uma transposição de curso d'água.

Nos escalões superiores à Divisão a mesma flexibilidade deve ser procurada e uma mudança radical deve ser feita na organização, até agora clássica, dos apoios. Dispersão, descentralização são as palavras mágicas que deverão constantemente motivar o espírito do especialista em logística e dêsse especialista sapador muito particularmente. Perder-se-á sem dúvida em rendimento mas é preciso primeiro sobreviver; de nada serve montar uma bela oficina de reparação ou um magnífico depósito de material, tanto um quanto outro atendendo às melhores regras de organização industrial se, em consequência de um projétil nuclear bem lançado, todo um Exército fica privado de seu apoio.

No que concerne à Engenharia, o apoio às Unidades de combate deve ser levado às proximidades destas sob a forma de pequenas unidades mistas colocando ao alcance da mão dos utilizadores o suprimento, o equipamento e a manutenção do material — tudo sobre rodas ou sobre lagartas. A noção de segurança e da rapidez do apoio deve ter prioridade absoluta sobre a de rendimento industrial, sempre sinônimo de grande concentração.

Dois pontos particulares na organização da Engenharia futura devem merecer atenção.

O primeiro concerne à criação de zonas de destruição e de obstáculos nessa manobra de "grandes vazios" que a estratégia atômica faz prever: tratar-se-ia, exatamente, em certas situações defensivas, de transformar zonas cuidadosamente escolhidas por sua dificuldades naturais de transposição, em "zonas infernais" nas quais seriam acumulados obstáculos, destruições, minas, armadilhas, dispositivos de destruição desencadeados com retardo, inclusive mesmo contaminações de tal forma que essas zonas possam ser interditadas ao inimigo por efetivos muito reduzidos.

Falou-se, para a criação e a defesa dessas zonas, de "sapadores-volteadores". A designação pouco importa mas o que está fora de dúvida é que a realização de destruições e de obstáculos de toda natureza, em superfícies obrigatoriamente extensas e em tempo reduzido, importa na aplicação maciça de sapadores confirmados e especialmente equipados para a execução de tais tarefas difíceis e delicadas.

As Divisões ou Grupamentos de "sapadores-volteadores" deveriam ser, na realidade, Divisões ou Grupamentos de Engenharia, comportando uma grande maioria de unidades de Engenharia na proporção de sessenta e setenta por cento, Infantaria transportada apoiada por canhões ou morteiros autopropulsados, um destacamento de Forças especiais, um destacamento de helicópteros de ligação e observação e, finalmente, elementos de serviço correspondentes.

O conjunto, de sete a oito mil homens, deveria ser fartamente dotado em meios de transporte "qualquer terreno" (o AMX (4) de carga com reboque conviria perfeitamente) para transportar rapidamente o pessoal, explosivos, minas, armadilhas e toda a ferramenta necessária.

Só por esse preço é possível prever a realização de zonas constituindo realmente obstáculos à progressão do inimigo. Todo emprego de "sucédâneos" de sapadores mal instruídos tecnicamente e mediocrementemente dotados de ferramentas, nos levará a decepções.

(4) Carros de combate leve. (Nota do tradutor).

O segundo ponto particular quanto à organização da Engenharia diz respeito aos "sapadores de comando". Quer se trate de guerra em superfície ou de guerra atômica, os pequenos destacamentos da ordem da seção de quarenta sapadores especialmente escolhidos, instruídos e equipados para a ação individual ou de equipe, encontrarão, não paira dúvida, um largo emprego nos atos de sabotagem e no assentamento de minas, e de destruição de inquietação no dispositivo inimigo, na execução igualmente de reconhecimentos técnicos visando operações tais como transposição de curso d'água, ataques a centros de resistência, operações no interior de florestas ou de aglomerações, etc.

A instrução dessas equipes de Engenharia, que terão a mais das vezes que atuar de noite e sem outra preparação que um estudo na carta ou em fotografias, só pode ser ministrada em centros especiais de todas as armas e levada a cabo por instrutores muito escolhidos. Esses centros existem mas a participação da Engenharia neles ainda continua muito modesta.

O treinamento de pequenas equipes e mesmo o treinamento do indivíduo isolado tendo em vista o combate é certamente um dos objetivos dos mais essenciais da preparação à guerra futura, ele deve se desenvolver até os limites extremos nas tropas chamadas "de choque", mas seria conveniente desenvolvê-la também em todas as formações das Armas de base: Infantaria Arma blindada, Engenharia.

A mecanização intensiva das unidades ao mesmo tempo que a dispersão no terreno fazem com que, cada vez mais, o homem especialista veja aumentar a importância de sua intervenção pessoal na batalha. O tratadista, encarregado de abrir uma passagem para os carros através obstáculos e destruições, arcará sobre seus ombros com uma responsabilidade que era, em outra época, a de um Capitão na chefia de uma companhia de cento e cinquenta trabalhadores.

Da habilidade, do sangue-frio e da presença de espírito do piloto e dos três homens de equipagem do engenho anfíbio de pontagem dependerá a colocação no devido lugar ou a perda de oito metros de ponte e, talvez, o sucesso ou o fracasso de uma transposição. No passado recente muitos oficiais e uma centena de sapadores teriam repartido essa mesma responsabilidade.

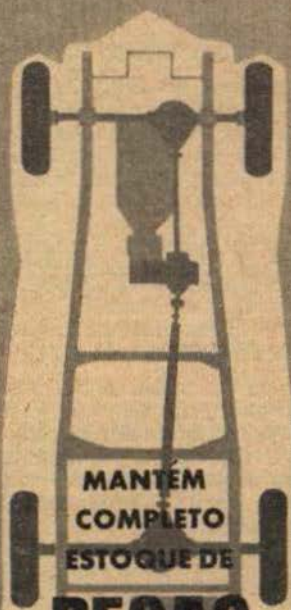
Assistimos, pois, a uma verdadeira valorização do homem de fileira, controlador da máquina. Por mais perfeita que seja a máquina ela só valerá, na ação e no perigo, o que valer o homem.

Na nossa Arma de Engenharia cuja vocação é o trabalho, é essencial lembrar a todos e em qualquer ocasião que a preparação para a guerra de amanhã exige a sólida base da educação militar individual com todas as decorrências de coragem, vontade e abnegação.

A técnica e a mecânica se encarregarão do resto.

"Revue Militaire General" n. 2 Fev-59

PROPAC



MANTÉM
COMPLETO
ESTOQUE DE

PEÇAS LEGÍTIMAS

Jeep
RURAL-WILLYS



AV. OSWALDO CRUZ, 73/95 - FONES: 45-8185 e 35-5995
RUA CAMERINO, 61/81 - FONE: 43-4990

concessionária da
WILLYS-OVERLAND DO BRASIL S. A.



SEÇÃO DO CANDIDATO

À

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

N. 5-59

Coordenador: — Cel João Bina Machado

SUMARIO

I — Cavalaria — A Cavalaria no ataque

II — Artilharia — A Artilharia no ataque

A CAVALARIA NO ATAQUE

1 — GENERALIDADES

Na ofensiva, a tática de toda unidade de Cavalaria é baseada na continuação do movimento; a decisão será sempre procurada pela rapidez da manobra e por poderosas ações de surpresa nos pontos fracos do dispositivo inimigo.

Dentro da limitação de seus meios; o combate a pé da Cavalaria é semelhante ao da Infantaria. A doutrina geral é a mesma, mas a sua técnica é um pouco diferente em virtude das particularidades de organização, equipamento e armamento.

O ataque de Cavalaria se caracteriza:

- por uma curta e limitada montagem;
- por uma ação rápida e potente, obtida pelo emprêgo de uma proporção razoavelmente forte de fogos no ponto desejado.

2 — FORMAS DE AÇÃO OFENSIVA

a) Desbordamento:

No desbordamento, o ataque principal é dirigido contra o flanco ou retaguarda do dispositivo inicial dos grossos inimigos e orientado na direção de um objetivo situado à retaguarda de suas linhas de frente; procura, neste caso, cercar os elementos inimigos que se encontram na frente do objetivo. Normalmente, é combinado com um ataque secundário frontal.

b) *Envolvimento :*

É a manobra que contorna as principais forças inimigas, indo atingir algum ponto vital situado profundamente à sua retaguarda. A força que realiza o envolvimento atua geralmente tão longe da ação frontal que fica além da distância de apoio mútuo.

c) *Penetração :*

Na penetração, o ataque é executado sobre certa parte da área ocupada pelo grosso inimigo e dirigido contra um objetivo à retaguarda do mesmo. É caracterizada pela ruptura do dispositivo do adversário, pela ocupação do objetivo por operações através da brecha e pelo desbordamento de um ou de ambos os flancos criados pela ruptura.

3 — ATAQUE DESBORDANTE (ENVOLVENTE) OU POR PENETRAÇÃO

A Cavalaria procura obter a decisão aproveitando, ao máximo, todas as oportunidades para manobrar. Manobrar é dispor tropas e fogos em melhores condições que o inimigo.

Não resta a menor dúvida que, de maneira geral, no ataque, o desbordamento (envolvimento) apresenta melhores possibilidades de manobra que a penetração, pois obtém-se melhor resultado e com menor esforço. Assim sendo, a Cavalaria deve tender sempre para a manobra desbordante (envolvente).

Um chefe de Cavalaria ao se defrontar com resistências inimigas vai procurar vencê-las, aproveitando, ao máximo, a aptidão de manobra da arma. Trata-se, para ele, saber se vai realizar um ataque desbordante (envolvente) ou por penetração.

a) *Quando não se deve empregar o ataque desbordante :*

- (1) Quando o desbordamento não conduz ao objetivo.
- (2) Quando o desbordamento, dado o seu afastamento, não permite atingir o objetivo em tempo útil ou a distância a percorrer é muito grande.
- (3) Quando o eixo de desbordamento está muito próximo da posição (sujeito aos seus fogos ou à ação das reservas locais inimigas).
- (4) Quando não existem informações sobre a exequibilidade do desbordamento (terreno e inimigo).

b) *Quando não se deve empregar o ataque por penetração :*

- (1) Quando a posição inimiga é profunda, pois a Cavalaria não é apta a desenvolver esforços sucessivos.
- (2) Quando, pelo desbordamento há certeza de chegar em tempo útil no objetivo, seja pela extensão do percurso, seja por não se ter premência de tempo.
- (3) Quando, não havendo premência de tempo, pode-se verificar a possibilidade de desbordar, antes de realizar a penetração.

c) *Como realizar o ataque desbordante :*

É necessário:

- (1) Conhecer a situação no flanco do inimigo.
- (2) Saber se é possível utilizar o eixo disponível e chegar em tempo ao objetivo.

- (3) Que o eixo fique fora de alcance dos fogos e vistas da posição.
- (4) Estar coberto seja pelo terreno, seja pelos elementos de segurança.

d) *Como realizar o ataque por penetração:*

- (1) Procurando obter a surpresa pela rapidez de desencadeamento e pela escolha judiciosa do local de ataque.
- (2) Concentrando o máximo de meios sobre o ponto que comprometa definitivamente a defesa.

4 — CARACTERÍSTICAS DO ATAQUE DA CAVALARIA

a) A forma normal de ataque da Cavalaria, ou seja, o ataque descentralizado por grupamentos de combate, dispostos individualmente em larga frente, se caracteriza por:

- (1) Aproveitamento da mobilidade da arma para empenhar-se, sem perda de tempo, procurando surpreender o adversário, mesmo que a situação não esteja completamente esclarecida;
- (2) Pela conseqüente retomada do movimento a cavalo, tão logo o inimigo tenha sido aniquilado, recalcado ou quando fôr alcançado o objetivo desejado;

(3) Atribuição à tropa de frentes amplas (largas) por grupamentos de ataque que combatem separados, porém de maneira conjugada, fazendo convergir o esforço principal sobre os pontos vulneráveis do inimigo: flancos ou retaguarda;

(4) Iniciativa dos chefes subordinados, dentro da idéia de manobra do Cmt da unidade.

b) Existem dois casos típicos de ataque de Cavalaria: ataque normal e ataque revestido de máxima mobilidade.

(1) O ataque normal é levado a efeito pela evolução do dispositivo, desde a coluna de marcha, passando pela situação de desdobramento e de desenvolvimento, até a conseqüente montagem do ataque.

(2) No ataque revestido de máxima mobilidade, o rápido desenvolvimento facilita, a oportunidade de ficar em condições de atacar antes que o inimigo possa fazê-lo. As unidades subordinadas recebem missões e são lançadas na ação, à medida que vão ficando disponíveis.

c) Normalmente, a Cavalaria intervém no início e no fim das operações; assim sendo, as resistências com que depara são sempre mais fracas e menos profundas do que a Infantaria encontra.

d) A Cavalaria entrando em contato com o inimigo mais depressa não pode ter a meticulosidade da Inf na montagem e no desencadeamento das operações, se quiser beneficiar-se dos efeitos da surpresa. De fato, mesmo atuando contra resistências relativamente fracas, uma montagem e desencadeamento de ataque demorados dariam tempo ao inimigo para aumentar o poder de sua organização e orientar com segurança suas reservas, o que faria perder a oportunidade de surpresa — base do ataque da Cavalaria. Concluindo, pode-se afirmar que a potência é a base do ataque da Infantaria e a *surpresa* é a base do ataque da Cavalaria.

e) A surpresa pode ser obtida:

(1) Pela manutenção do segredo:

- dos movimentos durante a montagem da operação;
- do local e momento do ataque.

(2) Pela rapidez:

— aproveitando a mobilidade da arma e, particularmente dos órgãos de comando, para realizar os reconhecimentos prévios, enquanto a tropa ainda estiver se deslocando;

— fazendo com que o final do deslocamento (aproximação) já se realize no dispositivo adotado para o ataque.

(3) Pela segurança da tomada do dispositivo:

— obtida seja pela presença de elementos de segurança da própria unidade lançados à frente, seja pela proteção fornecida pelos elementos já em contato (R Rec Mec).

(4) Pela simplicidade das ordens:

— ordens curtas, verbais, particulares, são normais na Cavalaria. Durante o reconhecimento, o Cmt vai tomando as suas decisões, que são ditadas diretamente aos interessados, enquanto a tropa se desloca. Os comando subordinados, uma vez inteirados do que lhes interessa, iniciam, por sua vez, os reconhecimentos particulares e vão dando também as suas ordens.

(5) Pelo aproveitamento ao máximo da flexibilidade da arma:

— permitindo que as unidades cheguem a cavalo até a última coberta frente aos seus objetivos particulares.

O RC (GT) NO ATAQUE

5 — RECONHECIMENTO DO TERRENO

O reconhecimento do terreno visará ao seguinte:

- determinação da zona de ação atribuída;
- pontos ou zonas ocupadas ou supostas ocupadas pelo inimigo;
- direção marcada para o ataque;
- determinação dos objetivos fixados pelo comandante da divisão e escolha dos objetivos intermediários que forem necessários;
- zonas batidas ou que apresentem possibilidades de o serem, pelos fogos inimigos;
- caminhamentos que se prestam à ação de carros de combate inimigos ou ao desencadeamento de contra-ataques;
- caminhamentos favoráveis, tendo em vista o acesso às posições inimigas;
- limites a estabelecer entre as subunidades;
- localização inicial da base de fogos, de seus alvos, bem assim previsões para o seu deslocamento;
- locais apropriados para a reserva, PC e PO;
- linha de partida.

6 — OBJETIVOS

A escolha do objetivo não é arbitrária; ela resulta de uma série de fatores que assim podem ser resumidos:

a) Para uma unidade como o RC, os objetivos sucessivos são indicados à vista; logo haverá tantos objetivos intermediários quantos forem indicados pela linha do horizonte;

b) O objetivo deve ser escolhido em ponto tal que, pela natureza do terreno, permita intervir daí sobre qualquer parte da posição inimiga, favoreça a desarticulação da defesa e que tenha vistas e possibilidades de fogos sobre as retaguardas;

c) O objetivo deve permitir um rápido aproveitamento do êxito, apresentando caminhos fáceis para a retaguarda ou retaguardas das posições inimigas, facilitando o prosseguimento ou a irradiação;

d) O objetivo deve permitir o apoio da base de fogos, sem mudança de posição, se possível, a fim de reduzir ao mínimo os objetivos intermediários.

7 — DISTRIBUIÇÃO DE FÔRÇAS

a) *Escalão de ataque:*

É o elemento móvel de fogo que conquista o terreno. Sua organização deve ser de forma a, excluídas as partes passivas, poder obter-se uma densidade de 1 GC por 50 metros de frente. Tais dados deverão ser levados em conta mesmo com resistências fracas, para que se obtenha com segurança a potência necessária sem se arriscar a modificações, sempre difíceis após o desencadeamento do ataque, no caso do inimigo se apresentar mais forte do que o previsto. Uma unidade não recebe em princípio uma faixa de terreno correspondente àqueles dados. Em geral, a frente recebida é bem maior.

— Frente de combate: dentro dela, excluídas as partes passivas e aquelas em que se terá apenas vigilância, a unidade seleciona a frente em que vai atacar.

— Frente de ataque: na qual vai procurar obter superioridade de fogos. Na frente de ataque é que devem ser observados os dados citados.

b) *Base de fogos:*

No BC normalmente é constituída pelo Esqd Ptr P, Pel Ac e, muitas vezes, reforçados pelas armas de elementos em reserva. As tropas já em contato cooperam com seus fogos, à base de fogos prepara a entrada em ação e apóia o escalão de ataque:

— atuando sobre as armas inimigas assinaladas e sobre pontos suspeitos do terreno;

— protegendo os flancos do escalão de ataque;

— acolhendo o escalão de ataque em caso de insucesso;

— acompanhando o desenvolvimento do combate, deslocando-se por escalões, de acordo com as instruções do Cel.

c) *Reserva:*

A reserva constitui um dos meios com os quais o Cel alimenta e sustenta a ação do regimento. Em geral, não ultrapassa 1/3 do efetivo total e, isto mesmo, é variável em função do emprego que se lhe possa dar.

Normalmente, a reserva pode ser encarregada de:

— substituir, ultrapassar e desbordar elementos do escalão de ataque;

— fazer face às ameaças de flanco;

— aproveitar o êxito ou perseguir o inimigo;

— em caso de insucesso, acolher os elementos do escalão de ataque.

A reserva deve ser localizada próxima da LP, bem móvel, isto é, com seus meios de transporte mais rápidos, de forma a ser empregada

a pé, a cavalo ou transportada. À proporção que o ataque progride, deve ser deslocada para pontos mais avançados de onde fique em melhores condições de, no menor prazo possível, cumprir as missões que lhe têm sido previstas.

8 — ATAQUE PRINCIPAL E SECUNDÁRIO

a) Frequentemente o plano de ataque do regimento compreende um Esqd atacando para conquistar objetivos que produzam resultados decisivos, enquanto que outro facilita a execução desse ataque, fixando o inimigo ou impedindo-o de deslocar sua reserva; o primeiro, executando o ataque principal e, o segundo, o secundário.

Nenhum desses ataques deve ser designado desta forma ou de qualquer outra maneira nas ordens, porque ambos contribuem para alcançar os objetivos do regimento.

b) Em algumas ocasiões, o comandante do regimento não pode determinar inicialmente onde e quando executar o ataque principal. Em tais casos, ataca com igual força ao longo da frente e fica em condições de acentuar o ataque em uma determinada parte da frente.

c) Frequentemente, o desenrolar inesperado da situação pode resultar em tal êxito para o ataque secundário que se torne aconselhável transformá-lo em principal.

9 — DISPOSITIVO

a) Normalmente, o regimento ataca com dois esquadrões de fuzileiros no escalão de ataque e um em reserva, o que permite uma boa potência ao escalão de ataque e ainda a manutenção de uma reserva capaz de fazer face às flutuações do combate. Nessas condições, o regimento pode atacar numa frente de 600 a 700 metros (frente de ataque).

b) Excepcionalmente, o regimento pode atacar com três esquadrões de fuzileiros justapostos, para a conquista de um objetivo limitado em uma frente excessivamente larga.

c) Quando a zona de ação for muito estreita, ou quando a situação do inimigo não estiver bem definida, ou ainda quando o regimento estiver operando em um flanco exposto, o regimento ataca inicialmente com um esquadrão no escalão de ataque.

10 — DIREÇÃO DE ATAQUE

Normalmente, o RC recebe uma direção de ataque que é decomposta em tantas direções quantos os esquadrões do escalão de ataque. As direções de ataque são sempre definidas por pontos notáveis do terreno.

11 — ZONA DE AÇÃO

a) Na repartição das zonas de ação dos esquadrões do escalão de ataque, o comandante do regimento levará em conta a missão que lhes atribuiu, a profundidade do ataque, a potência do apoio de fogos, o terreno e o valor da resistência inimiga.

b) Os pontos designando os limites devem ser acidentes do terreno de fácil identificação.

12 — LINHA DE PARTIDA

a) A linha de partida é a linha a ser transposta na hora "H" e deve ser localizada de maneira a poder ser alcançada a coberto das vistas e dos tiros das armas portáteis do inimigo. Deve ser facilmente identificável no terreno e, na medida do possível, perpendicular ao eixo de ataque.

b) Quando a linha de partida não oferecer as melhores cobertas e abrigos, não será necessário ocupá-la antes do ataque, mas somente ultrapassá-la na hora prescrita.

13 — POSIÇÃO DE ATAQUE

A posição de ataque é a última posição ocupada pelas unidades de ataque antes de transporem a linha de partida; deve ser localizada na última posição coberta e obrigada à retaguarda da linha de partida.

14 — HORA DE ATAQUE

O escalão superior pode ou não fixar a hora de ataque. Quando não fizer, e o RC receber a indicação de atacar logo que possível, cabe ao Cel calcular a hora "H" em função do tempo necessário para que a tropa tome seu dispositivo, ocupe a posição de ataque e transponha a linha de partida (para o RC e o GT o tempo é de 1 hora e 30 minutos).

15 — SEGURANÇA

Quando o regimento ataca com um dos flancos descobertos, a reserva deve ser colocada, de modo a poder fazer face a qualquer ameaça inimiga que se faça sentir sobre esse flanco.

16 — FOGOS DE APOIO

O plano de fogos montado pelo comandante do regimento destina-se a dar o máximo apoio à progressão do escalão de ataque; por isso, a maior parte dos fogos de apoio deve ser dirigida inicialmente contra os objetivos, que, neutralizados, permita a maior progressão daquele escalão.

17 — CAVALOS DE MÃO

Os cavalos de mão devem merecer um cuidado especial do comandante do regimento. Se o terreno o permite são grupados por esquadrões. Devem ser localizados ao abrigo de fogos e vistas do inimigo e protegidos contra a ação da aviação. O movimento dos mesmos para a frente, tão logo seja possível, deve ser previsto, mediante prescrições claras e precisas, a fim de não ser retardada a ação a cavalo, se tal se fizer necessário.

18 — TRENS

Devem ficar próximos das estradas e fora do alcance dos fogos do inimigo.

O ESQD FZO NO ATAQUE

19 — DISPOSITIVO

O Esqd Fzo pode atacar com um, dois ou três pelotões em primeiro escalão, empregando geralmente dois pelotões em primeiro escalão.

20 — ZONA DE AÇÃO

a) Em média, a zona de ação do esquadrão é de 200 a 400 metros, podendo atingir a 600 metros, desde que disponha de metralhadoras em reforço ou de um apoio de fogos eficientes.

Em uma larga frente, a justa ocupação é alcançada não pela extensão da frente dos pelotões, mas pelo aumento dos intervalos que os separam.

b) Normalmente, a frente designada para um pelotão não deve ser menor que 100 ou maior que 200 metros; no entanto, algumas vezes, as circunstâncias exigem a alteração desses limites.

II — A ARTILHARIA NO ATAQUE

1 — GENERALIDADES

Enquanto na marcha para o combate a Artilharia marcha junto à arma apoiada, constituindo-se em GT ou Destacamento, no ataque o seu emprego é normalmente centralizado. No caso do ataque de Cavalaria ou Blindados, a extensão das frentes das Zonas de Ação, impõe comumente a ação descentralizada, mantendo-se a constituição dos Grupamentos Táticos.

Ao organizar-se para o combate, um Grupo de Artilharia pode receber uma das seguintes missões:

- Apoio Direto
- Reforço de Fogos
- Ação de Conjunto
- Ação de Conjunto e Reforço de Fogos.

No ataque, não é normal a constituição de Agrupamento-Grupo. Quando a extensão da frente da Zona de Ação obriga o Comandante da Grande Unidade a ter um elemento afastado da parte principal da mesma, e este necessita de apoio de mais de um Grupo de Artilharia, pode ocorrer tal constituição.

2 — MISSÃO

As Unidades de uma Divisão que se encontram em primeiro escalão, via de regra, são apoiadas por Grupos em *Apoio Direto*, que podem ser ou não reforçados com os fogos de outro ou outros Grupos, a critério do Cmt da Grande Unidade, tudo em função da Situação.

Normalmente, cada Gp (105 nas DI e 75 nas DC) orgânico de uma Divisão é colocado em apoio direto ao RI (RC ou RCM) cuja numeração lhe corresponde; quando uma determinada unidade (RI ou RC) permanece em reserva, o Grupo de Artilharia que lhe corresponde poderá ficar na Ação de Conjunto, porém em condições de apoiar aquela quando empregada e só eventualmente receberá missão de Ação de Conjunto e Reforço de Fogos a um dos Gp em Apoio Direto.

Em princípio a Zona de Ação Normal de um Grupo em Ap Dto coincide com a da Unidade apoiada. A parte da Zona de Ação de um Gp em Ap Dto que excede em largura a da Unidade apoiada é denominada Zona de Ação Eventual.

A fixação das Zonas de Ação Eventual, é feita pelo Cmt da Artilharia Divisionária, tendo em vista a manobra da Arma apoiada.

Quando a Zona de Ação do RI (RC) apresenta uma frente larga (caso mais comum na defensiva e particularmente na Cavalaria), a Artilharia que o apóia ou reforça não terá possibilidade de bater em largura, toda a Zona de Ação dessa unidade. Neste caso, caberá ao Cmt da unidade apoiada selecionar as partes da frente que considera mais importantes para sua manobra e indicá-las à Artilharia para batê-las, pelo menos, com a maioria dos meios. Nesta oportunidade, o Cmt da Artilharia deverá alertar o Cmt do RI (RC) sobre as deficiências conseqüentes das perdas de tempo necessárias às mudanças de frente.

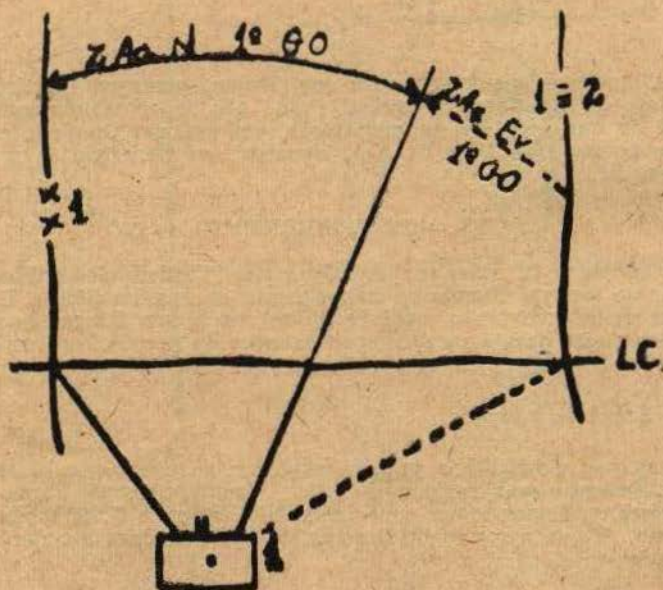
As figuras 1 e 2 elucidam o que foi dito sobre Zonas de Ação, bem como o apoio de um Grupo a uma unidade que está atuando em frente normal e outra em larga frente.

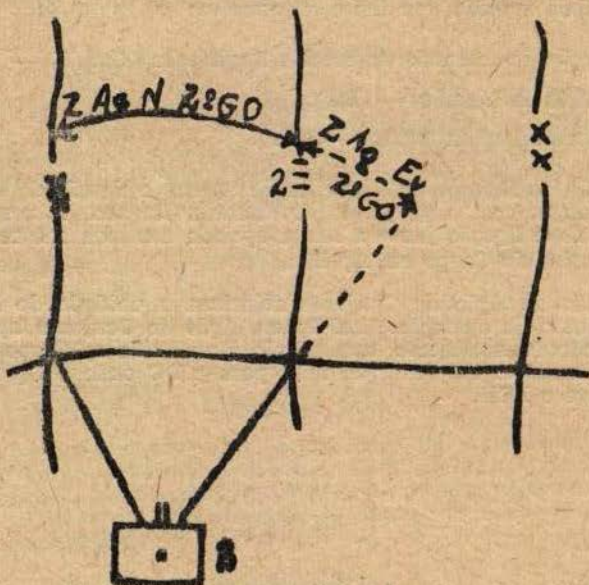
O cumprimento da missão do Ap Dto requer uma íntima ligação com a unidade apoiada, em todos os escalões:

- Ligação de comando no escalão Regimento (Cmt RI — Cmt RC);
- Oficiais de Ligação — (Btl);
- Observadores Avançado — (Cia).

A missão de *Refôrço de Fogos* impõe apenas a ligação do Grupo em refôrço de fogos com o grupo de Artilharia reforçado. A responsabilidade de apoio e ligação junto à Arma apoiada continua sob responsabilidade exclusiva do Grupo em Ap Dto.

A missão de *Ação de Conjunto* relaciona a unidade de Artilharia com o conjunto da operação. Um Gp em Ação de Conjunto apóia a GU como um todo. Normalmente, esta missão é atribuída ao Grupo de maior calibre existente na AD, exceção feita para a DC onde o Gp 105 apóia quase sempre o RCM.





A AD poderá prescrever, para seu Grupos, quaisquer participações que devam ter nos fogos a realizar e que não sejam missão normal, a exemplo do que acontece na preparação, em que um Gp pode receber a missão de atuar na Zona de Ação Eventual, em benefício de sua unidade apoiada.

3 — DESDOBRAMENTO

É o conjunto de ações realizadas por uma Unidade de Artilharia ao se dispor no terreno visando ao cumprimento de missões táticas. Ultimado o seu desdobramento, a unidade diz-se com o seu *Dispositivo Realizado*, isto é, está pronta para cumprir missões de tiro. A hora em que o Dispositivo deve estar realizado é fixada pelo Cmt AD.

a) Áreas de posição:

No ataque, a Artilharia procura explorar, ao máximo, o alcance do material, levando suas posições o mais à frente possível. Como idéia de grandeza, podemos tomar uma faixa de 1.500 m a 3.500 m da linha de contato. É que a região de Procura de Posições deve atender às seguintes idéias:

- Apoio em toda a profundidade do ataque, se possível, sem mudança de posição;
- Apoio em toda a largura da Zona de Ação da Unidade apoiada, o que nem sempre é possível;
- Posições à retaguarda, no mínimo, da primeira linha de crista, desenhadas aos tiros e à observação inimiga;
- Fácil acesso.

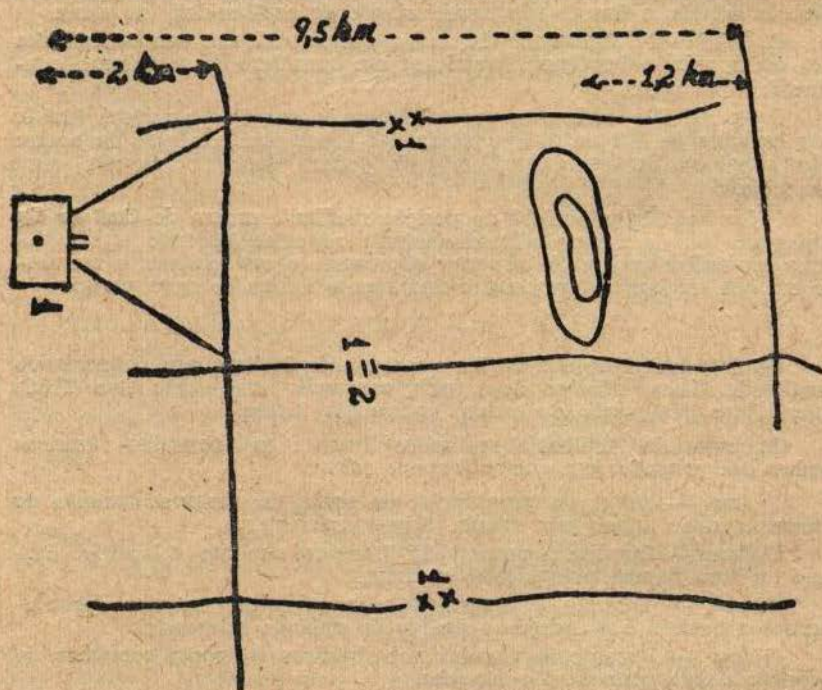
Normalmente, o escalão superior não interfere na escolha das posições dos Grupos de Ap Dto, todavia, em certos casos poderá impor Regiões de Procura. Uma perfeita coordenação com a unidade apoiada deve ser realizada, tendo em vista a localização das reservas e outros elementos.

A AD prescreve regiões para as suas unidades em Ac Cj, o que implica para o Ap Dto não ocupar tais regiões.

O desdobramento dos Gp Ap Dto visa a aproveitar ao máximo o alcance útil do material e retardar os deslocamentos no decurso do combate. O problema do desdobramento da Art em Ap Dto influi na escolha do 1º objetivo da unidade apoiada.

As posições de combate são normalmente ocupadas durante a noite que precede o ataque e em horas e condições fixadas pelo escalão superior, o que implica na execução completa dos reconhecimentos na véspera do ataque. As regulações podem ser feitas na véspera ou imediatamente antes do ataque (de dia ou mesmo de noite) e devem ser executadas de posições de regulação ocupadas por uma só peça por Grupo.

A figura 3 mostra uma posição de um Gp em Ap Dto a um RI que permite um apoio até a conquista de seu objetivo, sem mudança de posição. É que, por seu alcance (9.500 m) ele pode atirar até 1,2 km à



frente do objetivo fixado. Para que um Gp apóie a conquista de um determinado objetivo, deve estar em condições de atuar de 1,0 a 1,5 km a sua frente.

b) Observação:

A continuidade do apoio da Artilharia é conseguida, inicialmente, com lanços de observação e posteriormente com lanços de material.

O sistema de observação de um Grupo de Artilharia comporta:

- uma rede de Observatórios (PO) com vistas em largura e profundidade da Zona de Ação;
- observadores avançados (O Av);
- aviões de observação da Artilharia e, segundo tendência atual, o radar de que serão dotados os Gp.

Um Gp pode instalar com os meios orgânicos até 5 PO, levando em conta as possibilidades de suas 3 Bia. Quando há reforço de fogos, o Gp em Ap Dto poderá lançar mão de sua cooperação.

Os lanços de observação devem ser previamente estudados na carta, em íntima coordenação com o esquema da manobra.

c) *Deslocamentos*:

A mudança de posição para a Artilharia, em si e para o apoio, constitui uma situação crítica, razão por que o menor número possível de lanços de material deve ser executado no decorrer do combate.

Quando o ataque é profundo, todavia, o material terá necessariamente de se deslocar no decurso do combate. Em regra, os lanços não devem ser inferiores à metade do alcance máximo (dado médio igual a 2/3) e o deslocamento para as novas posições é realizado por escalões de bateria, a fim de não haver solução de continuidade no apoio.

Os itinerários de acesso às novas posições devem ser desenhados aos observatórios inimigos, levando-se em consideração também a continuidade do apoio.

O Gp Ap Dto desloca-se por iniciativa de seu Cmt e poderá fazê-lo por escalões de 1-2 ou 2-1 ou ainda 1-1-1 baterias. No caso de contar com o reforço de outro Gp (Agpt-Gp), poderá deslocar seu Gp como um todo.

O Gp Ref Fogos mudará de posição mediante ordem do Cmt do Gp Reforçado ou do comando imediatamente superior, cabendo a este último comunicar ao escalão superior o processo a ser adotado, o momento em que iniciará e terminará a mudança e a área da nova posição.

4 — FOGOS

Na Art, denomina-se FOGO a um conjunto de tiros com determinada finalidade tática. Não se deve, pois, confundir esta noção com TIRO, que é uma designação de ordem puramente técnica.

Os fogos da Artilharia realizados durante as operações ofensivas podem ser grupados em quatro fases, a saber:

1ª fase — Antes da preparação, ou antes do desencadeamento do ataque, quando aquela não existir. Fogos preliminares.

2ª fase — Durante a preparação. Desencadeamento a horário. Duração e hora fixadas pelo escalão superior.

3ª fase — Durante a progressão. Os primeiros minutos desencadeados a horário e os demais a pedido da unidade interessada.

4ª fase — Durante as paradas nos objetivos e após a conquista do objetivo fixado pelo escalão superior.

Algumas vezes, quando o ataque parte de uma posição de contato ou no caso de uma guerra de movimento, é precedido apenas de intensificação dos fogos que já vinham sendo realizados ao invés de preparação.

Ao passo que os fogos realizados durante a preparação são planejados para serem *desencadeados a horário*, os realizados nas demais fases são em princípio *desencadeados a pedido*. Os fogos de apoio, após o de-

sencadeamento do ataque, só dificilmente poderão ser mantidos o horário, particularmente dos de apoio imediato, pela dificuldade de sincronização do horário com o movimento da tropa apoiada. O horário não deve ser empregado senão na fase inicial da progressão.

Os fogos realizados antes do ataque são normalmente executados pelas unidades que já se encontram em posição, porquanto toda a unidade que chega à frente para tomar parte na operação deve, em princípio, ser mantida em silêncio.

De um modo geral, podemos distribuir os fogos realizados pela Artilharia, da maneira abaixo:

a) *Fogos de Apoio*, que são executados em benefício das forças empenhadas no ataque. Podem ser:

(1) *Fogos de Apoio Imediato*, que são executados em proveito direto das unidades em 1º escalão e têm como alvos, as tropas inimigas mais próximas da Linha de Contato que tenham influência direta sobre o ataque da unidade apoiada. São alvos que por sua proximidade constituem séria e imediata ameaça ao desembocar das tropas apoiadas.

(2) *Fogos de Proteção*:

Fogos executados contra alvos que, embora mais distantes do que os batidos pelos fogos de Apoio Imediato, constituem, ainda, ameaça aos elementos de 1º escalão, interessando principalmente à Grande Unidade em seu conjunto.

Os alvos inimigos, situados a regular distância da Linha de Contato, como Observatórios, Postos de Comando, Centros de Comunicações, Zonas de Reunião, etc., são batidos por fogos de proteção, executados por Grupos de Ação de Conjunto.

Na casa de alvos situados em maiores distâncias, como pontos críticos de passagens obrigatórias. Zonas de Reunião, etc., a execução dos fogos caberá à Artilharia de Corpo de Exército (se houver).

b) *Fogos de Contra Baterias*:

Realizados contra a Artilharia inimiga, com a finalidade de neutralizar ou destruir suas Baterias.

Estes fogos são executados geralmente pela Artilharia de Corpo de Exército, que para tal poderá recorrer aos Grupos Médios da Artilharia Divisionária.

c) *Fogos de Contra Morteiro*:

Executados pela Artilharia Divisionária, empregando os meios disponíveis para bater os morteiros inimigos em suas posições.

5 — PLANEJAMENTOS DE FOGOS

Os fogos das Armas de apoio e em particular os da Artilharia constituem o elemento básico de apoio e exigem planejamento prévio.

O Plano de Fogos de um Grupo em Apoio Direto, baseia-se na missão e na manobra da Unidade apoiada. Na sua elaboração, entrarão também os Grupos que estiverem em Reforço de Fogos.

O Plano de Fogos do Grupo resulta da coordenação dos Planos Provisórios de Apoio aos Batalhões com o Plano Provisório de Apoio ao Regimento. Na Cavalaria, ele é elaborado em coordenação com o Plano de Fogos do Regimento, unidade tática fundamental da Arma.

O Plano de Fogos do Grupo em Apoio Direto, após organizado e aprovado pela Infantaria (Cavalaria), é submetido ao escalão imediatamente superior, que o coordena com os elementos vizinhos.

O Planejamento de fogos tem início logo que o Cmt do Grupo recebe da AD, sua missão e entra em entendimentos com o Cmt da unidade apoiada. O planejamento é simultâneo no Regimento e nos Batalhões.

No Batalhão (Esquadrão), o planejamento é resultado do trabalho conjunto de Oficiais de Ligação — Cmt de Batalhões (Esquadrões).

Neste planejamento há uma troca de informações. Assim:

- O oficial de ligação fornece:
 - Possibilidades e limitações do Grupo.
- O Cmt do Batalhão informa:
 - Localização precisa e provável dos alvos;
 - Localização de seus elementos mais avançados;
 - Dispositivo e Plano de Ataque;
 - Áreas de reunião das Companhias;
 - Regiões difíceis para o ataque;
 - Planos de Fogos das Armas de Apoio e sua coordenação com a Artilharia;
 - Fogos de proteção desejados;
 - Localização do PC do Batalhão.

No Regimento, o planejamento é resultado do trabalho conjunto Cmt Grupo-Cmt Regimento. Na sua elaboração devem ser considerados os seguintes fatores:

- Fogos de Artilharia a realizar antes do ataque;
- Preparação, se houver;
- Localização geral dos alvos, prioridade e duração dos fogos de proteção: PO, PC, etc;
- Fogos julgados necessários, fora da Zona do Regimento apoiado;
- Possibilidades de tiro do Grupo;
- Restrições fixadas pelo escalão superior;
- Localização da Linha de Segurança de Apoio da Artilharia;
- Etc.

Quando o Plano de Fogos de Apoio Direto é remetido à AD, para fins de coordenação e aprovação, são feitos os pedidos adicionais de fogos.

A coordenação do apoio de fogo é da responsabilidade do Comando, todavia o Oficial de Artilharia, no escalão considerado é o responsável pelo planejamento e coordenação deste apoio, trabalhando segundo as ordens, normas e prioridades estabelecidas por aquela autoridade.

O Cmt do Grupo em Apoio Direto a um RI (RC) estabelece, junto ao PC do seu Grupo e nas vizinhanças imediatas do PC da Unidade apoiada, um "Centro de Coordenação de Apoio de Fogo (CCAF)" que lhe permite fazer para o Regimento, coordenação do apoio disponível.

O CCAF coordena todo o apoio imediato de fogo: artilharia, naval e aéreo, de que a unidade possa dispor. Não coordena, todavia, o fogo das armas orgânicas da unidade apoiada, porém executa a coordenação do plano de fogo da unidade apoiada, com o fogo das armas não orgânicas.

A função precípua do CCAF é a coordenação do trabalho dos representantes da Artilharia, da Marinha e da Aeronáutica na elaboração dos planos de apoio de fogo.



Seção

do **CANDIDATO** à

**ESCOLA DE COMANDO E
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**

CENSO - 27.687. 342

200 / 23-10-95

N. 6-59

Coordenador Major OCTAVIO TOSTA

Por se tratar de um trabalho que poderá ser muito útil aos companheiros que se esforçam para enfrentar e vencer a grandiosa batalha do Concurso de Admissão à ECEME, transcrevemos, neste número, esta primeira colaboração do nosso companheiro Major Germano Seidl Vidal.

O autor já é conhecido no Exército como estudioso de Geografia, História e Geopolítica. O excelente trabalho que ora apresentamos é, por sua clareza, objetividade e apresentação agradável, uma viva afirmação das credenciais do Major Vidal.

I — LUTAS MILITARES NO PRATA, DA FUNDAÇÃO DA COLÔNIA DO SACRAMENTO ATÉ O TRATADO DE S. ILDEFONSO

Major GERMANO SEIDL VIDAL

I — PREAMBULO

As mais importantes lutas travadas pelo Brasil-Colônia e pelo Brasil-Império foram na área platina, consequência do valor político-econômico daquela bacia.

Interesses múltiplos reagiram na colonização do Prata, desde a chegada dos primeiros europeus ao vasto estuário e às terras vizinhas. Foi aí o teatro do choque das correntes colonizadoras hispano-lusitanas, sede da cobiça da França e Inglaterra, base do entrelopo, núcleo de hostilidade dos charruas, berço acolhedor da civilização jesuítica-guarani, meta dos audaciosos bandeirantes e, finalmente, espelho da política das Metrópoles e de suas relações no Velho Continente.

As lutas que vamos resumir escreveram a própria história de nossos vizinhos meridionais, durante uma centúria.

Para a enumeração didática dos fatos, fartamente descritos em clássicos compêndios da História Pátria e dos países platinos, tentaremos arrumá-los da forma seguinte: Iniciar pelo estudo dos antecedentes das lutas e a evolução da colonização da América do Sul, esclarecer os fatos que redundaram no estabelecimento do português à boca do Prata e, finalmente, estudar as lutas de 1680 a 1777 nessa região.



Fig. 2

Colônia do Santíssimo Sacramento, bastião luso na boca do Prata, foi motivo de intensas lutas e terminou arrasada totalmente em 1777

Fig. 7

O 1º Vice-Rei do Prata, à frente da maior expedição até então enviada para a costa Atlântica, desembarcou em terras portuguesas, na Ilha de Santa Catarina



Fig. 10

O controle da navegação do Rio da Prata foi motivo de desavenças por 3 séculos. Hoje, com outras variáveis, ainda é uma operação de geopolítica

II — DESENVOLVIMENTO

1. Introdução:

A mão do destino colocou, de início, entre os principais focos de colonização ibérica, Pernambuco e Peru, a massa continental sul-americana, vasta e desconhecida. Proporcionando aquelas duas regiões lucros às coroas conquistadoras, não tardou o desenvolvimento de novas zonas. Os espanhóis infiltrando-se pelo Prata, em Assunção; e os portugueses fixando-se à beira do paredão da Serra do Mar, em S. Vicente. No atual Paraguai, os colonizadores da época, vivem à sombra das riquezas fabulosas do Peru e de Potosi, como possíveis agências subsidiárias de triagem da prata; enquanto no planalto paulista, pobre de recursos, os mamelucos encontram o seu fastígio no apresamento do silvícola. Enquanto isso, a ferocidade dos charruas faz deixar "sem dono", as terras vizinhas do estuário do Prata. É finalmente, no estabelecimento definitivo dos espanhóis à margem meridional do Prata e nas "descidas" dos intrépidos bandeirantes às "reduções" do Sul, que se encontram os descendentes dos tradicionais adversários: Portugal e Espanha.

2. Fundação da Colônia do Sacramento:

Num vislumbre político de longo alcance compreendeu D. João IV de Portugal, a necessidade de balizar com um padrão vivo a ambição portuguesa de estender os limites da Colônia até o estuário platino. Corria o terceiro quartel do século XVII e o ponto ocupado mais ao Sul era Laguna. Tentou, então a coroa lusa, o golpe audacioso. Encarregou D. Manoel Lobo, Governador do Rio de Janeiro, da tarefa intrépida. E, a 1680 fundou-se, frente à próspera Buenos Aires, o bastião português de Colônia do Sacramento. Protestam os espanhóis, sem resultados. A presença dos portugueses, à margem do Prata, era por demais inconveniente para os espanhóis e surgem as reações, que vão se estender por um século de ardentes lutas.

3. Lutas militares:

A — Reações espanholas após a fundação:

Agravava a instabilidade política de Sacramento a concorrência econômica que o novo centro proporcionava, pelo contrabando exercido em detrimento do monopólio de Castela. A situação militar era, para os lusos, também desfavorável, pois estavam diante da "base" dos adversários e completamente afastados da fonte de recursos lusos na América.

A reação espanhola vem seis meses após a fundação de Sacramento. Assaltam-na, enfrentando vigorosa resistência. D. Manoel, prêsso, é mandado para terras hispânicas (na América), de lá nunca mais regressando; os colonos são dispersos.

Não demoram as reclamações portuguesas. Em 1681 o *Tratado Provisional* restabelece a cordialidade entre as duas potências e manda restituir Colônia, o que foi efetivado dois anos mais tarde. De posse da cidade tratam os portugueses de desenvolvê-la, progresso este sempre facilitado pelo comércio ilícito, tão prejudicial aos seus vizinhos. Seguem-se duas décadas de paz, recalçando a animosidade antiga.

Em 1701, D. Pedro II, de Portugal, assina um Tratado de Aliança ofensiva e defensiva com a Espanha, então às voltas com a guerra de sucessão. Porém, dois anos mais tarde, a política inglesa arrasta a coroa lusa a firmar o Tratado de Methuen, o que lhe acarretava, mais uma vez, a inimizade dos espanhóis. A repercussão na América logo se faz sentir. Felipe V, de Espanha, ordena a tomada de Colônia. Valdez, Governador

de Buenos Aires, assalta a cidade, reforçado por índios das "reduções". Os portugueses, com Veiga Cabral à frente, resistem seis meses, entregando finalmente a praça (1704).

A paz de Utrecht (1713) põe fim à guerra de sucessão espanhola, seguindo-se o tratado de 1715, em que a Espanha e Portugal acordavam que Colônia e seu território eram cedidos à monarquia lusa.

Em 1716 os lusos reocupam Sacramento e o fazem sob protesto em virtude da interpretação da área do território que lhe dá o Governador de Buenos Aires. Num ambiente de guerra surda procuram se firmar os portugueses. Tentam o estabelecimento na área de Montevidéu, em 1723, sendo frustrada a tentativa pelos espanhóis. Estes, bloqueiam o ponto extremo português. Em 1726 fundam definitivamente Montevidéu, que fortificam. Depois vem Maldonado e Salto. Colônia estava bloqueada, asfixiada e nas garras de seus algozes.

Um pequeno incidente na política das Côrtes dá motivo para que o governador buenoiense, em 1735, novamente ataque a cidade por terra e mar. O governador português, Antonio Pedro de Vasconcellos, com energia e astúcia, defende a praça, fazendo os sitiados desistirem do intento.

Em 1737, o *Armistício de Paris*, faz cessar tôdas as hostilidades na América, até novo ajuste.

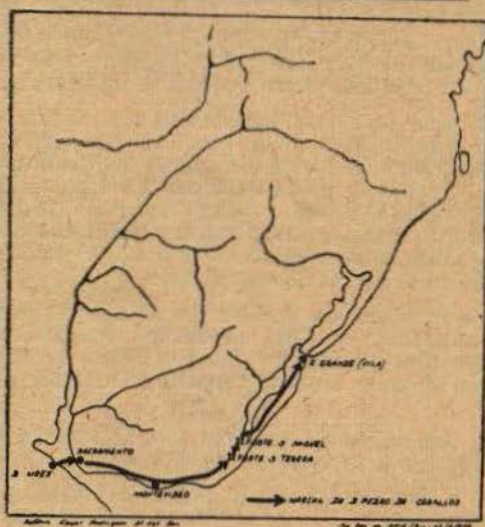
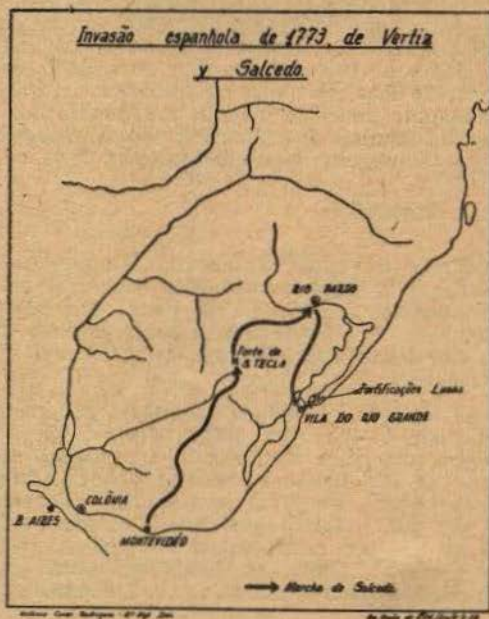
Entretanto, o Governador do Rio, Gomes Freire de Andrade, planeja reconquistar Montevidéu e atacar Buenos Aires. A expedição apresada, chefiada por Silva Pais, encontra resistência em Montevidéu, dirigindo-se para o Rio Grande. Aí é ela responsável pelas várias fortificações surgidas: Forte Jesus-Maria-José, Sant'Ana e S. Miguel. Nessa ocasião é o mesmo Silva Pais que manda ocupar militarmente a Ilha de S. Catarina, com a fundação do Forte de N. S. Destêrro.

Analisando-se as conseqüências dessas lutas, decorrentes da reação imediata à fundação de Colônia do Sacramento, verifica-se que os lusos empenharam-se sèriamente no desenvolvimento da colonização do Brasil meridional, disto resultando o desenvolvimento de Laguna e Destêrro e a fundação de S. Pedro do Rio Grande. Por outro lado, convém assinalar, que indo ao encontro dos espanhóis na fronteira natural que é o Prata, os lusos implicitamente puderam impedir a expansão dos mesmos para o Norte e preparar a conquista de uma faixa neutra, representada pela zona de disputa que se converteu no estado tampão, hoje o Uruguai.

B — Guerra Guaranítica:

Em conseqüência de dupla ligação de família das casas reinantes em Portugal e Espanha, criou-se ambiente favorável ao solucionamento das lindes das colônias. O *Tratado de Madri*, em 1750, é fruto dessa situação apaziguadora. Por êle, Portugal perde Colônia, ficando de posse dos Sete Povos das Missões do Uruguai, estabelecendo-se o extremo Sul em Castilhos Grandes.

Em 1751, os Governos nomeiam comissões encarregadas da demarcação, materializando a linde por balizas apropriadas. O novo tratado exigia de Portugal, em troca de Colônia, a ocupação de grandes tratos de terra a Leste do Rio Uruguai, onde se achavam aldeados os índios guaranis das "reduções" jesuíticas espanholas. Reagem os silvícolas. Tasso Fragoso diz que o fazem por índole própria, em defesa de seu "habitat", mais do que por insuflamento dos padres. No acôrdo da Ilha Martim Garcia resolvem, então, as Comissões mistas de demarcação, a efetivação pela força do seu desiderato. É a chamada "guerra guaranítica".

Invasão espanhola de 1762 de CEBALLOSInvasão espanhola de 1773, de Vertiz y Salcedo

a) 1ª Campanha — Portugueses e espanhóis marcham separados, sendo missão dos primeiros o ataque a S. Ângelo e dos segundos a S. Borja. Estes partem de Buenos Aires, sob o comando de Andoanegui, seguem pela margem esquerda do Uruguai, enquanto os acompanha, subindo o rio, uma flotilha. Por deficiência de recursos e devido ao rigor da estação não prosseguem os espanhóis, que retrocedem para próximo de Salto, onde atacados pelos índios os vencem facilmente. Os portugueses abalam-se do Rio Grande, sob o comando de Gomes Freire de Andrade. Atravessam a Lagoa dos Patos e sobem o Jacuí, acampando no Forte Jesus-Maria-José. Prosseguem, então, por terra, até às faldas da Serra do Botucaraí. As dificuldades encontradas e a retirada dos espanhóis, face ao ataque combinado aos Sete Povos, obrigam Gomes Freire a firmar com os índios um pacto de tréguas (1754).

Como consequência: As forças portuguesas ocupam larga faixa do Vale do Jacuí para onde são encaminhados os colonos açorianos, avançando assim o limite da colonização branca. A demarcação não foi feita.

b) 2ª Campanha — Nesta (1755 — 1756) portugueses e espanhóis juntam-se com antecedência em Sarandi, nas cabeceiras do Rio Negro, avançando contra o inimigo. Nas margens do Vacacaí logram matar, numa escaramuça, o morubixaba Sepé, ao que parece principal chefe dos guaranis na resistência heroica. Adiante, nas nascentes do Cacequi (próximo à atual S. Gabriel) trava-se a batalha de Gaibaté, em que o ataque envolvente dos hispano-lusitanos impõe tremenda derrota aos índios, tornando-se fácil a ocupação das Missões.

Apesar da vitória militar, a demarcação no Sul não pode ser ultimada tantos foram os atritos e as dificuldades geográficas. Já as próprias Côrtes não viam com simpatia os limites de 1750. Os portugueses inconsoláveis com o abandono de Colônia, os castelhanos, com cessão indebita da vasta área à esquerda do Uruguai e os jesuítas, pressionando do Paraguai para o restabelecimento das Missões, provocam a eclosão política de *El Pardo* (1761), onde "todas as causas pertencentes aos limites da América e Ásia" se restituíam aos antigos Tratados. Era o retorno à Tordezilhas, com Portugal em Colônia.

Como consequência: Houve grande imigração de guaranis para o núcleo português de Gravataí, abriram-se as primeiras estradas na campanha gaúcha e, seu interior devastado, permitiu o estabelecimento das primeiras cartas geográficas da região.

c) *Invasão de Ceballos* (1ª invasão espanhola — 1762) — Em 1762 estalou na Europa nova guerra entre Portugal e Espanha. Dera-lhe azo a coligação dos Bourbons, isto é, França, Espanha e Nápoles contra a Inglaterra. Portugal tentava ficar neutro, mas os ingleses arrastaram-no para a luta, pondo-o do lado deles. A repercussão nas colônias americanas não tardou. D. Pedro de Ceballos, que havia sucedido a Andoanegui, no Governo de Buenos Aires, apresenta-se com poderosa força frente a Sacramento. O Governador Fonseca, sem resistência enérgica, entrega a praça um mês depois. Ceballos dirige-se, então, para o Norte rumo ao Rio Grande. A caminho apossa-se dos Fortes de S. Tereza e S. Miguel e, finalmente, entra vitorioso na Vila de S. Pedro. Daí, transpõe o canal e penetra uma légua no interior da restinga de Pernambuco. Somente a assinatura do *Tratado de Paris* (1763), que impunha a restituição de todas as conquistas feitas durante a guerra, fê-lo deter-se. A Espanha, entretanto, só restituiu Sacramento, guardando Martim Garcia, Dos Hermanos e parte do atual R.G. Sul.

Como consequência: Maior acirramento dos lusos contra os espanhóis pelo não cumprimento do *Tratado de Paris* e isolamento de Colônia, no extremo Sul, totalmente exposta aos ataques castelhanos.

d) *Campanha de Vertiz y Salcedo* (2ª invasão espanhola — 1773) — Ao assumir o governo de Buenos Aires, em 1770, Vertiz y Salcedo

sentiu o perigo português. Ao Sul, em Colônia, os portugueses estavam totalmente rodeados pelos hispânicos. Ao Norte, no canal de São Gonçalo, os espanhóis estavam envolvidos e hostilizados pelos portugueses. Concebeu então um plano, inspirado, como diz Tasso Fragoso, "em sã doutrina militar". Visava repelir os portugueses para a margem Norte do Jacuí, mediante a conquista de Rio Pardo e de toda a campanha ao Sul daquele rio. A operação traria como resultado pôr entre os contendores a Lagoa dos Patos e o Rio Jacuí, com excelente posição para os espanhóis.

Côm estes objetivos, em 1773, parte Salcedo de Montevideu à frente de forte expedição. Pela lombada da Coxilha Grande atinge as cabeceiras do Negro onde funda o Forte de S. Tecla, que lhe vai servir de base de operações. Depois rumo para o Rio Pardo onde se defronta com o Governador da Província, José Marcelino. Um hábil estratégia dos defensores atemoriza o invasor, que se retira para a Vila do Rio Grande. A Espanha não concordando com este procedimento, deu ordens terminantes para nova campanha de conquista. Nesse ínterim, já em 1774, reforços vão chegando de Portugal sendo encaminhados pelo Vice-Rei, Marquês do Lavradio, para o teatro de lutas no Sul.

Como consequência: Os contendores, ambos insatisfeitos, retomaram-se para novas lutas.

e) *Campanha do General Böhm* — Da corte lusa, envia Pombal para dirigir as operações no Sul do Brasil, o General Henrique Böhm. Este desembarca em Laguna e empreende marcha rumo ao Rio Grande. Recebendo reforços de vários lugares chega a formar o famoso Exército do Sul, com cerca de seis mil homens. As primeiras operações se desenrolam em torno da tomada da margem N. do Canal e da Vila do Rio Grande. Em 1776, uma esquadra lusa, sob o comando de Mac Dowell trava combate com os espanhóis em frente à Vila. O desenlace é desfavorável a Portugal. Mas o General Böhm não se deixou abater, muito pelo contrário, toma a resolução de assaltar os fortes da margem direita. Com o simulacro do festejo do aniversário da rainha, os portugueses, na madrugada seguinte, transpõem o canal e assaltam de surpresa os castelhanos. O último baluarte é abandonado pelos espanhóis no dia seguinte. A esquadra espanhola em fuga é atacada e quase toda se perdeu ao transpor a Barra. Preparavam-se os lusos-brasileiros para atacar a Vila do Rio Grande quando souberam que os espanhóis a tinham evacuado, deixando copioso material.

O plano de Böhm não se limitava à reconquista do R. Grande, mas previa operações também no interior. Foi assim que, de Rio Pardo, partiu Rafael Pinto Bandeira dirigindo-se para o Forte de S. Tecla, que após curto sítio, toma e arrasa. A seguir, enfrenta os entrincheiramentos de S. Martinho, construídos em cima da Serra e considerados como chave das Sete Missões, apoderando-se dos mesmos de surpresa.

Como consequência: O contragolpe luso faz retrain a investida espanhola rumo ao Norte; ressalta o valor tático de S. Tecla e Rio Grande e faz a Espanha compreender o perigo imediato que a aguarda, exigindo imediatas providências. A principal medida tomada é a formação de um governo central no Rio da Prata, com a criação do Vice-Reinado, à semelhança do que Portugal já fizera com o Brasil.

f) *Nova invasão de Ceballos* (3ª espanhola — 1777) — Para o novo governo do Prata, como 1º Vice-Rei, é nomeado aquele violento e apaixonado, D. Pedro de Ceballos e pôsto a caminho da América à frente da maior expedição até então para aqui enviada. Ceballos rumo para S. Catarina onde chega em princípios de 77. Fácil lhe foi tomar a Ilha de S. Catarina, desprovida de recursos e com poucos defensores. Remete instruções a Salcedo para que, por terra, se dirija para o Norte em direção à Vila do Rio Grande. Ceballos pensa desembarcar na en-

seada de Castillos Grande, diz Tasso Fragoso, porém um "pampeiro" não consentiu, fazendo-o arribar a Maldonado. Modificado o plano inicial, daí marchou para Montevideu e em seguida Colônia. Os entendimentos que realizou com o Coronel Francisco José da Rocha obrigam este à rendição incondicional. Cebalos manda arrasar totalmente a cidade, que na época possuía 2.600 habitantes e se constituía numa das mais formosas e ricas povoações da jurisdição platense. Depois desta façanha apressa-se Cebalos a reforçar as tropas de Vertiz que marchou para o Norte. Atalha a prossecução da luta, a chegada de ordens terminantes das metrópoles para a suspensão das hostilidades. Poucos meses depois da interrupção da guerra, Portugal e Espanha assinam o 2º Tratado de Limites, chamado de *S. Ildefonso*.

"Os artigos deste tratado, diz Varnhagem, foram ditados pela Espanha, quase de armas na mão e os pactos não podem deixar de parecer-se aos do leão com a ovelha timorata". Os limites Sul da colônia partiam da foz do peperi-guaçu, deixando Sete Povos para a Espanha, ganhando o corte do Piratini para daí marginalar a Lagoa Mirim até o Chui. Portugal "ganhava" de novo S. Catarina e perdia as Missões e Colônia.

Como consequência: O final das lutas no Sul em 1777 proporciona má situação para a coroa lusa: A perda do bastião português erguido há 90 anos na margem do Prata e a metade do atual Estado do Rio Grande do Sul. Vigorasse, ainda hoje, o tratado de 77 e nossas lindes meridionais estariam adentradas de muitos quilômetros, perdendo-se extensa e fértil região da campanha gaúcha.

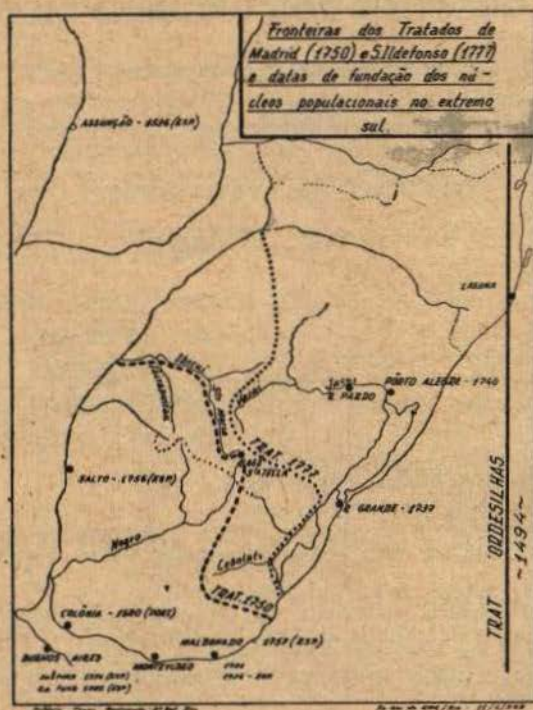
4. CONCLUSÕES FINAIS

As lutas no Prata de 1680 a 1777 resultaram, como dissemos de início, do encontro da expansão lusa com a espanhola. Estas lutas culminaram com a destruição de Colônia e o desmantelamento do Estado Teocrático dos jesuítas à margem do Uruguai. Os tratados e pactos firmados durante as lutas explanadas foram totalmente alheios aos interesses das colônias e subordinaram-se às oscilações da política europeia.

No de Madri obtinham os portugueses as melhores vantagens, sendo o de 77 o que pior situação territorial nos proporcionou, dando azo a lutas reivindicatórias posteriores.

Durante estas guerras vários fatos importantes sucederam:

- os paulistas, heróis do sertão, fundam Iguatemi, exploram os campos de Guarapuava e abrem estradas para o Sul, a fim de virem combater os espanhóis;
- os portugueses fincam marcos vivos no Oeste distante, com os fortes de Príncipe da Beira, no Guaporé e Nova Coimbra, às margens do Paraguai;
- o povoamento do R.G. Sul cresceu extraordinariamente;
- fundam-se inúmeros centros: Entre os portugueses, S. Antonio da Patrulha, N.S. da Conceição do Viamão, Jesus-Maria-José do R. Pardo, Pôrto dos Casais (Pôrto Alegre); entre os espanhóis, Salto, Maldonado, S. Carlos e Paissandu;
- o Tratado de S. Ildefonso e a fraqueza da metrópole lusa servem de paliativo para as lutas no Prata. O século seguinte vai reabrir a contenda e possibilitar aos lusos-brasileiros a recuperação dos territórios perdidos.



BIBLIOGRAFIA

General Paula Cidade — Lutas ao Sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes — Biblioteca Militar — 1948.

General Tasso Fragoso — A Batalha do Passo do Rosário — Imprensa Militar — 1922.

Pandiá Calógeras — Formação histórica do Brasil — Cia Editôra Nacional — 1945.

F.A. Varnhagem (Visc. de Pôrto Seguro) — História Geral do Brasil — Cia. Melhoramentos de S. Paulo.

NOTA — As figuras de ns. 4, 7 e 10, que ilustram o presente artigo, foram desenhadas por Renato Silva e extraídas do Suplemento de Natal de 1952, do "Diário de Notícias", do Rio, tendo reprodução autorizada.

PODEM PRESTAR NOVAMENTE CONCURSO À ECEME

O Sr. Presidente da República em Decreto n. 46.213, de 12 do corrente, suprimiu o art. 91 do Regulamento para a ECEME.

Dessa forma, os candidatos sem habilitação em três concursos poderão inscrever-se em novo concurso.

II — QUESTÕES DO CONCURSO DE 1958

(Continuação do número anterior)

CONHECIMENTOS MILITARES — 1ª PROVA

(Para Oficiais das Armas e Serviços)

1ª PARTE — OFENSIVÀ

Crt : Rio Grande do Sul

Esc : 1/50.000

Fl: CAPIVARÍ

DOCUMENTO N. 1

Anexos : Calcos ns. 1A e 1B

1. SITUAÇÃO GERAL (Ver Calco anexo n. 1A)

- a. As forças AZUIS do SE, que atuam ofensivamente na direção de URUGUAIANA, vêm sendo retardadas pelos VERMELHOS do NW.
- b. A 1ª DI AZUL, articulada em GT, progride com o GT 1, a E, a cavaleiro da estrada PASSO DO CARDOSO — JOÃO ADOLFO e com o GT 2, a W, a cavaleiro da estrada ponto cotado 88 (220832) — FAZ. EUSTAQUIO ORMAZABAL — BOAVENTURA MADEIRA V.

2. MISSÃO DOS GT (Ver Calco anexo n. 1A)

a. GT 1:

Vem atuando com a missão de conquistar a região de JOÃO ADOLFO — ANANIAS RIELA — FAZ. BOA VISTA onde deverá ficar em condições de:

- prosseguir na direção URUGUAIANA;
- lançar um elemento para SW na direção JOÃO ADOLFO — ALBERTINO PIRES, a fim de cooperar, se necessário, na conquista das alturas NE de ALBERTINO PIRES.

b. GT 2:

Vem atuando com a missão de conquistar as alturas a NE de ALBERTINO PIRES.

3. MEIOS DISPONÍVEIS

O GT 1, para o cumprimento de sua missão, dispõe dos seguintes meios (no que interessa à solução):

- Cia C e Cia Sv;
- 3 BI, Cia Can AC 57, Cia Mrt P 4.2;
- 1 GO 105 AR e 1ª/1º BECmb + 1º/1ª/102º BECmb;
- 1º BCC Me (— 3ª Cia).

4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a. *Terreno*

- Permite o movimento de viaturas através do campo.
- As regiões assinaladas na carta como "terreno encharcado" constituem obstáculo à Infantaria e a qualquer tipo de viatura.
- As margens do ARR. CAPIVARI entre o bosque (217896) e a estrada ponto cotado 88 (220832) — FAZ. EUSTAQUIO ORMAZABAL são pantanosas.

b. *Condições meteorológicas*

Tempo bom e firme.

5. EVOLUÇÃO DOS ACONTECIMENTOS (Ver Calco anexo n. 1A)

- a. Os elementos de 1º escalão dos GT 1 e PT 2, ao atingirem a linha ARR. CAPIVARI — BOA Vista — ARROIO CARUMBÊ, não puderam mais prosseguir em virtude da ação do inimigo que, aproveitando muito bem o terreno, apresenta resistência em toda a frente.
- O 2º/4º RI que vinha progredindo com muita dificuldade, atingiu o corte do ARROIO CARUMBÊ.
- b. As 0800 do dia D, a situação do GT 1 era a seguinte :
- 1º BI com duas Cias em contato a W do ponto cotado 153 (255918) e uma Cia em 2º escalão.
 - 2º BI a E do ponto cotado 153 com duas Cias em contato e uma Cia em 2º escalão.
 - 3º BI reunido na região imediatamente ao N de ARMANDO S. CARDOSO.
 - 1º GÔ 105 AR.....
 - 1ª/1º BECmb (+).....
 - 1º BCC Me (—) reunido na região de ARMANDO S. CARDOSO.

6. INIMIGO (Ver Calco anexo n. 1B)

- a. Na frente de contato foram identificados os seguintes elementos :
- de Cav, a SW do bosque (217896);
 - valor de uma Cia Fzo entre o bosque (217896) e BOA VISTA;
 - valor de uma Cia Fzo a NE de BOA VISTA.
- b. Em profundidade foram observados trabalhos de OT nas seguintes regiões :
- bosque (204910);
 - VVA. RIÉLA;
 - alturas SE de ANANIAS RIÉLA;
 - alturas S de JOÃO ADOLFO.
- c. Foram assinalados carros de combate isolados, bem como campos de minas contínuos do bosque (217896) para NE.
- d. O S2 do GT 1 atribuiu ao inimigo a possibilidade de defender as atuais posições com o valor de três Cias Fzo reforçadas por CC e elementos de Cav.
7. Em face da situação, o Cmt do GT 1 decidiu coordenar a ação dos seus elementos de manobra e atacar, sem perda de tempo, para conquistar seu objetivo (02).

DOCUMENTO N. 2

Anexo : CALCO n. 1C

TRABALHO PEDIDO

1. O S3, durante o estudo de situação, examinou as vias de acesso baliçadas, no Calco anexo n. 1C, pelas direções ns. 1, 2, 3 e 4 e apresentou ao Cmt do GT 1 as linhas de ação mais favoráveis.
 - O Cmt do GT 1, em face da situação, decidiu atacar em duas vias de acesso estudadas e fixar o inimigo nas demais.
 - O Sr. é o Cmt do GT 1.
 - a. De que elementos de manobra e de apoio o Sr. dispõe para realizar o ataque ?
R : (1) Elementos de manobra :
(2) Elementos de apoio :
 - b. Marque, a seguir, com o sinal + as duas direções nas quais o GT 1 vai atacar.
() Direção n. 1.
() Direção n. 2.
() Direção n. 3.
() Direção n. 4.
 - c. Em qual delas decidiu fazer o ataque principal ? Por quê ?
R :
 - d. Coerente com a solução acima indicada, que elemento (BI ou Cia Fzo) pensa empregar em cada uma das vias de acesso, inclusive naquelas em que o Sr. vai apenas fixar o inimigo ?
R :
 - e. De que elemento, particularmente apto, o Sr. dispõe para lançar, após a conquista de 02 e, se necessário, na direção JOÃO ADOLFO — ALBERTINO PIRES, a fim de cooperar com o GT 2 ?
R :
2. Que forma de ataque o GT 1 vai realizar ? De penetração - De desbordamento ? De envolvimento ? Justifique a resposta, com base nas características de cada uma das formas de manobra acima mencionadas.
R :
3. Qual a finalidade de um ataque secundário ?
R :
4. Como um Cmt de GT pode caracterizar o seu ataque principal ?
R :
5. Que medidas de coordenação devem ser estabelecidas, tendo em vista centralizar ao máximo um ataque ? Qual a finalidade de cada uma dessas medidas de coordenação ?
R :
6. Como um Cmt de GT no ataque poderá intervir na conduta do combate ?
R :

7. Com que finalidades poderá ser empregada uma reserva num ataque?
R:
8. O Cmt do GT 1 decidiu atacar com carros e Infantaria, nas mesmas direções e nas duas vias de acesso por êle selecionadas.
O S3 examinou os seguintes processos de emprêgo:
— os carros avançam na frente da Infantaria;
— os carros e a Infantaria progridem juntos com a mesma velocidade;
— a Infantaria avança na frente dos carros.
Qual dêstes processos foi escolhido? Por quê?
R:
9. Tendo em vista a linha de ação escolhida pelo Sr. para o ataque do GT 1, em que região, dentre as indicadas no Calco anexo n. 1C (regiões A, B, C, D, E, F e G), desdobraria o 1º GO 105 AR?
Justifique a sua solução.
R:
10. A que se destinam os fogos de artilharia antes do ataque? E durante o ataque?
R:
11. A 1ª/1º BECmb (+ 1º/1ª/102º BECmb) vai apoiar o desembocar do ataque do GT 1. Em que consistirá êsse apoio?
R:
12. Como deve cooperar a Engenharia na consolidação dos objetivos conquistados?
R:
13. Tendo em vista a organização do sistema de comunicações, que ligações o Cmt do GT 1 terá que estabelecer obrigatoriamente?
R:
14. O GT 1 vai necessitar de suprimentos das classes I, II, III, IV e V. Do que consiste, principalmente, cada um dêstes suprimentos?
R:
15. Que tipo de ração seria consumido pelo GT 1 durante o ataque?
R:
16. O ataque exige maior ou menor intensidade no esforço de apoio de saúde que a defensiva? Por quê?
R:

2ª PARTE — DEFENSIVA

Crt: Rio Grande do Sul
Esc: 1/50 000
Fl: PEDREGAL

DOCUMENTO N. 1
Anexo: Calco n. 2A

1. SITUAÇÃO GERAL (Ver Calco anexo n. 2A)

- a. Os VERMELHOS do S invadiram nosso território e progridem para o N, retardados pela força de cobertura AZUL.

- b. O Comando AZUL, tendo em vista reunir novos meios para, posteriormente, passar à ofensiva, decidiu instalar-se defensivamente na linha geral: ARROIO SARANDI (do N) — JOÃO C. PIRES — UNIVERSILINO DE OLIVEIRA — J. P. DO ESPÍRITO SANTO — ARROIO SOCIEDADE.
- c. A 1ª DI AZUL vai defender a frente compreendida entre ESTA. S. ANTÔNIO e o ARROIO CAMELOS.
- d. O Cmt da 1ª DI, dispondo de 1 jornada para instalar-se defensivamente, decidiu organizar sua Posição de Resistência com 2 (dois) RI em 1º escalão e, considerando a hipótese de penetrar o inimigo na posição, decidiu, também, ficar em condições de aprofundar a defesa nas regiões I, II, III e IV.
2. MISSÃO DO 1º RI (Ver Calco anexo n. 2A)
- Defender a frente compreendida entre as alturas imediatamente a E de JOÃO C. PIRES e o ARROIO CAMELOS.
 - Acolher os Postos Avançados Gerais (PAG) em sua zona de ação.
3. MEIOS DISPONÍVEIS
- O 1º RI para o cumprimento de sua missão dispõe dos seguintes meios:
- a. Orgânicos:
- 1º, 2º e 3º BI (3 Cia Fzo cada)
 - Cia C
 - Cia Sv
 - Cia Mrt P 4.2
 - Cia Can AC 57.
- b. Em reforço:
- 1ª/101º BCC Me.
- c. Em apoio:
- 1º GO 105 AR — Ap Dto ao 1º RI
 - 1ª Cia E Cmb + 1º/1ª/101º BE Cmb — Ap Dto ao 1º RI.
4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
- a. Terreno
- Permite o movimento de viaturas através do campo.
 - Os cursos d'água existentes na carta não constituem obstáculos.
- b. Condições meteorológicas
- Tempo bom e firme.

DOCUMENTO N. 2

Anexo: Calco n. 2B

TRABALHO PEDIDO

1. Examine o Calco anexo n. 2B e responda às seguintes perguntas:
- a. Que Regimentos o Cmt da 1ª DI decidiu empregar em 1º escalão?

R:

b. Com que elemento o Cmt da 1ª DI vai instalar os PAG?

R:

c. Qual a frente, em metros, atribuída ao 1º RI?

R:

d. Em função da resposta anterior, marque, abaixo, com um sinal (+) o tipo de defesa.

() Em posição — frente normal;

() Em posição — larga frente;

() Defesa móvel.

2. Qual a missão dos Postos Avançados Gerais?

R:

3. A Artilharia vai apoiar os PAG? Em caso positivo, que missões táticas pode receber para isso?

R:

4. O Cmt do 1º RI, para cumprir a sua missão, decidiu empregar dois BI em 1º escalão e conservar um BI em reserva. Considerando a hipótese de penetrar o inimigo na posição, vai ficar em condições de aprofundar a defesa nas regiões A, B, C e D.

Examine o Calco anexo n. 2B e responda às seguintes perguntas:

a. Quais os BI que o Cmt do 1º RI decidiu empregar em 1º escalão?

R:

b. Que elemento vai ficar em condições de aprofundar a defesa nas regiões A, B, C e D?

R:

c. A instalação dos Postos Avançados de Combate vai ficar a cargo de quem?

R:

5. As regiões 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 (ver Calco anexo n. 2B) correspondem a zonas de defesa no valor de Companhia de Fuzileiros.

Ambos os Cmts de BI de 1º escalão decidiram defender seus quarteiros com duas Cia Fzo em 1º escalão e uma Cia Fzo em reserva.

a. Indique, abaixo, com o sinal (+) as regiões em que os Cmts dos BI de 1º escalão, coordenados pelo Cmt do RI, colocariam, respectivamente, suas duas Cia Fzo de 1º escalão.

(1) BI de W

() Regiões 6 e 7

() Regiões 3 e 7

() Regiões 6 e 3

(2) BI de E

() Regiões 1 e 2

() Regiões 4 e 5

() Regiões 8 e 9

() Regiões 1 e 5

b. Coerente com a solução que o Sr. indicou acima, trace no Calco anexo n. 2B, a Linha Principal de Resistência (LPR).

6. a. Considerando que as regiões *a, b, c, d, e, f, g, h e i* são hipóteses para a instalação dos PAC, selecione as que seriam efetivamente ocupadas, traçando no Calco anexo n. 2B a linha dos PAC e os respectivos pontos de ligação entre os elementos interessados.
- b. Com que finalidade o Cmt do 1º RI determinou a instalação dos PAC?

R :

7. O Cmt do 1º RI previu para o aprofundamento da defesa as regiões A, B, C e D (ver Calco anexo n. 2B).

Qual delas o Sr. julga que, de posse do inimigo, mais comprometeria o sistema defensivo do 1º RI? Por quê?

R :

8. Marque no Calco anexo n. 2B, com uma seta para cada uma, as principais direções que podem ser utilizadas pelo inimigo, no ataque à posição.
9. O Cmt do 1º RI, para cumprir a sua missão, vai organizar uma barragem geral de fogos (fogos finais de proteção) imediatamente à frente da LPR.

- a. Quais devem ser as características principais de uma barragem geral?

R :

- b. A que se destina?

R :

- c. Que armas fornecem os fogos que constituem a ossatura da barragem geral de fogos (fogos finais de proteção)?

R :

- d. A Artilharia participa dessa barragem geral de fogos? Como?

R :

10. Com que finalidade são planejados os fogos longínquos na defesa? Qual a oportunidade desses fogos?

R :

11. O Cmt do 1º RI conta com o apoio da 1ª Cia E Cmb + 1º/1ª/101º BECmb.

Que missões poderão ser atribuídas à Eng à frente de uma LPR e no interior de uma posição de resistência?

R :

12. O Cmt do 1º RI decidiu manter, em reserva, um BI e elementos de CC.
- a. Quais as missões gerais de emprêgo de uma reserva?
- R :
- b. Quais as missões particulares dos CC integrantes de uma reserva?
- R :
13. Como o Cmt do 1º RI poderá intervir na conduta do combate?
- R :
14. Tendo em vista a organização do sistema de comunicações, que ligações o Cmt do 1º RI terá que estabelecer obrigatoriamente?
- R :
15. Em qual dos BI de 1º escalão espera que haja maior número de baixas?
- R :
16. No caso estudado, no desdobramento dos órgãos de serviços divisionários, deve-se buscar aproximá-los ou afastá-los da linha de combate? Por quê?
- R :
17. A 1ª DI instalou um P Distr Cl I. O processo de recebimento de Cl I para o 1º RI será o normal ou haverá imposição do emprêgo da Cia Int para entrega às unidades?
- R :

AOS COLABORADORES !

Como COOPERAÇÃO muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Dactilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FÔLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

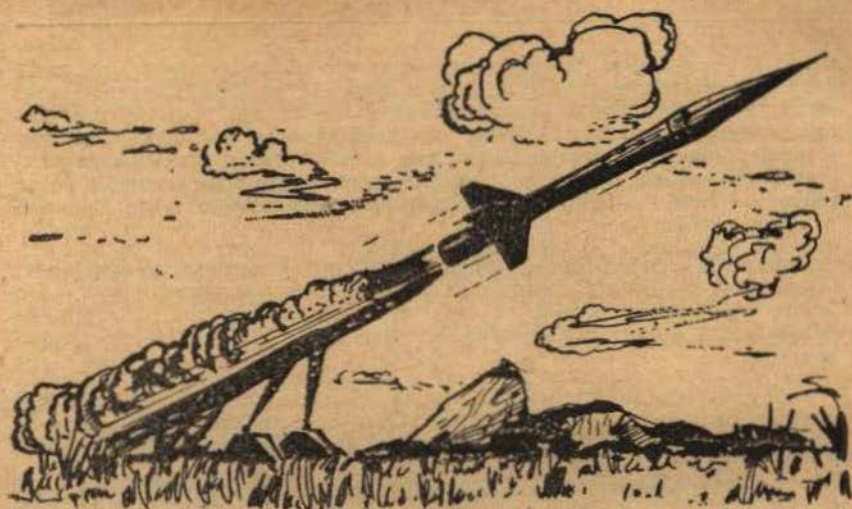
3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, citem essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última fôlha e **INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.



ENGENHOS-FOGUETES E SATÉLITES

N. 5

COORDENADOR — CEL AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

SUMARIO

I — Teoria da Autopropulsão — Cel A. Linhares de Paiva.

I — TEORIA DA AUTOPROPULSAO

Cel Prof A. LINHARES DE PAIVA

Princípios da Autopropulsão:

Todos os engenhos, quer sejam projetis, foguetes ou aviões, exigem para sua propulsão:

- Um motor ou propulsor;
- Um reservatório de energia ou agente motor;
- Uma matéria susceptível de ser lançada para trás, pois o engenho só pode avançar, em virtude do princípio da ação e reação, se lançar alguma coisa atrás.

Assim os obuses são lançados por uma carga balística que se queima em um canhão de culatra, projetando para trás a massa recuante do canhão.

Do mesmo modo, os aviões à hélice são movidos por um agente combustível que se queima em um propulsor, lançando para trás a massa de ar impulsionada pela hélice.

Assim os projetis e aviões à hélice lançam para trás alguma coisa (Massa reante ou massa de ar), exterior aos mesmos, e sobre a qual parecem se apoiar. Os engenhos autopropulsados ou foguetes são aqueles que não utilizam ponto de apoio para propulsão, a força propellente é gerada pela reação oriunda, de acôrdo com o princípio de inércia,

da ejeção a grandes velocidades em uma direção determinada, de parte da substância (massa) do próprio engenho. Por este motivo, foram, inicialmente, designados por engenhos a reação, em oposição aos projetis lançados; mas, este termo, ainda empregado por alguns autores, é insuficiente para caracterizá-los; pois o automóvel e o avião movimentam-se em virtude da reação; efeito da reação entre roda e solo, e do ar sobre a hélice. Atualmente, a designação generalizada é de Engenho Autopropulsado.

A parte motriz dos engenhos chama-se propulsor e compõe-se, essencialmente, de um ejedor, cuja função, como seu nome indica, é de lançar a grandes velocidades para trás, e segundo um determinado débito, certa quantidade de matéria armazenada no interior do mesmo aparelho.

A teoria da autopropulsão não se relaciona ao modo de funcionamento deste ejetos. Começaremos, então, por estudar a teoria geral, e em seguida, serão analisadas as propriedades inerentes aos propulsores.

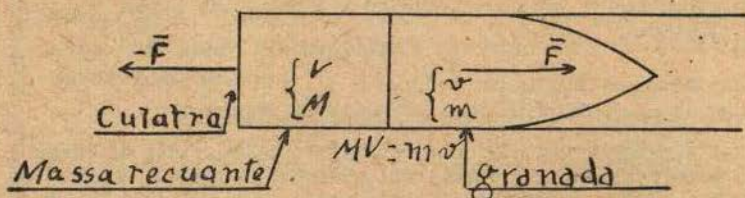
Equações Fundamentais — Fôrça Propulsiva — Artilharia sem Recuo.

A fôrça propulsiva ou potência que faz avançar o engenho resulta, então, de ejeção à grande velocidade para trás, da carga propulsiva contida no engenho.

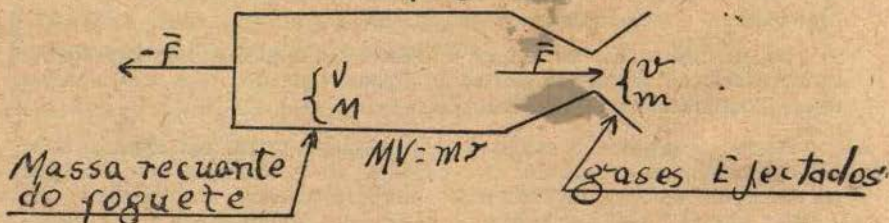
Esta fôrça propulsiva, contrariando a acepção geral, não resulta do apoio que a matéria ejetada pode tomar sobre o meio ambiente e não resulta, senão do movimento comunicado à matéria ejetada.

A potência desenvolvida por um propulsor é independente do meio ambiente, então é a mesma quando o engenho funciona no ar, água ou vácuo.

Boca de Fogo Clássica



Motor foguete



Para calcular a força propulsiva é suficiente aplicar o princípio da igualdade de ação e reação, que pode ser enunciado do seguinte modo:

A quantidade de movimento do que é lançado para frente é igual a quantidade de movimento do que é lançado para trás.

Empregaremos três métodos para este estudo.

1º Estudo:

Seja: M — Massa do foguete, pronto para o lançamento; V — Velocidade do foguete; m — massa dos gases ejetados; w — velocidade de ejeção dos gases.

Em virtude do princípio, acima, citado, temos:

$$M V = w m \quad (1)$$

Na Artilharia Clássica: M e V massa recuante e sua velocidade, m e w são a massa e velocidade do projétil.

Podemos comparar o foguete a uma bôca-de-fogo clássica, em que a massa recuante é o corpo do foguete e os projéteis são os gases ejetados.

Logo é possível aplicar aquela expressão aos foguetes. Considerando um espaço infinitamente pequeno, durante o qual a massa dos gases ejetados é dm , e acréscimo dV para velocidade do foguete, temos:

$$M dV = w dm \quad (2)$$

Equação básica e fundamental do estudo da teoria do foguete. Dividindo ambos os membros por dt , e sabendo-se que $\frac{dV}{dt}$ é a aceleração

e o produto da massa pela aceleração é a força e dm/dt é a quantidade da massa ejetada na unidade de tempo, ou débito da massa, representada por u , temos:

$$F = w u \quad (3)$$

2º Estudo:

Designando por M a massa do engenho no instante t ; dV o acréscimo da velocidade do engenho durante o tempo dt ; u o débito-massa do ejetor, isto é, a massa da matéria ejetada por unidade de tempo; w a velocidade eficaz de ejeção, isto é, a velocidade adquirida, relativamente ao engenho, pela matéria ejetada, no instante onde cessa toda a relação entre esta última e o ejetor.

Supõe-se que o engenho movimenta-se no vácuo e que não esteja submetido à ação da gravidade, pode-se escrever em virtude do princípio da quantidade de movimento:

$$M dV = w u dt$$

Dividindo ambos os membros por dt , e sabendo-se que $M \frac{dV}{dt}$ é a

força, temos:

$$F = w u$$

Fórmula fundamental que mostra a força propulsiva de um propulsor expressa em Kg, é igual ao produto do débito-massa, em kg-massa, pela velocidade eficaz ejeção em m/s.

Esta força ou potência é independente da velocidade do engenho e serve igualmente, caracterizar o propulsor que a produz.

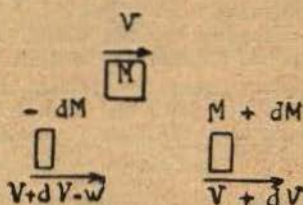
3º Estudo:

O termo autopropulsado aplica-se a toda propulsão que não utiliza ponto de apoio exterior ao móvel propulsado, a força propulsiva oriunda do recuo determinado, de acordo com o princípio da inércia, pela ejeção a grande velocidade, em determinada direção, duma parte da substância pertencente ao móvel propulsado.

Esta designação, parece preferível a de "propulsão por reação", que infelizmente está quase adotada, definitivamente, por alguns especialistas.

Ainda mais, os engenhos autopropulsados movem-se por ação direta da força motriz e não por sua reação. (Não se incluem entre estes os barcos movidos a vela, os veículos rebocados e os movidos por gravidade, pois a força é extensa aos mesmos).

Movimento no vácuo e fora de todo o campo de gravitação (sistema Galileu).



Seja um móvel de Massa M e velocidade V . Em um instante dado, por efeito único de forças internas, o móvel expulsa uma parte de sua própria massa, com uma velocidade w .

Temos pela equação da quantidade de movimento:

$$M V = (M - dM) (V + dV) + dM (V + dV - w)$$

Efetuada as operações e simplificando:

$$M dV = w dM$$

Dividindo ambos os membros por dt :

$$M \frac{dV}{dt} = w \frac{dm}{dt} \quad \text{ou} \quad F = w u \quad \text{expressão conhecida.}$$

Aplicação da teoria dos autopropulsados — Artilharia sem Recuo — Canhões sem recuo 57, 75 e 105 mm.

Pelo estudo anterior, conclui-se que a obtenção da ausência do recuo na artilharia deste tipo, é um caso particular da propulsão a foguete.

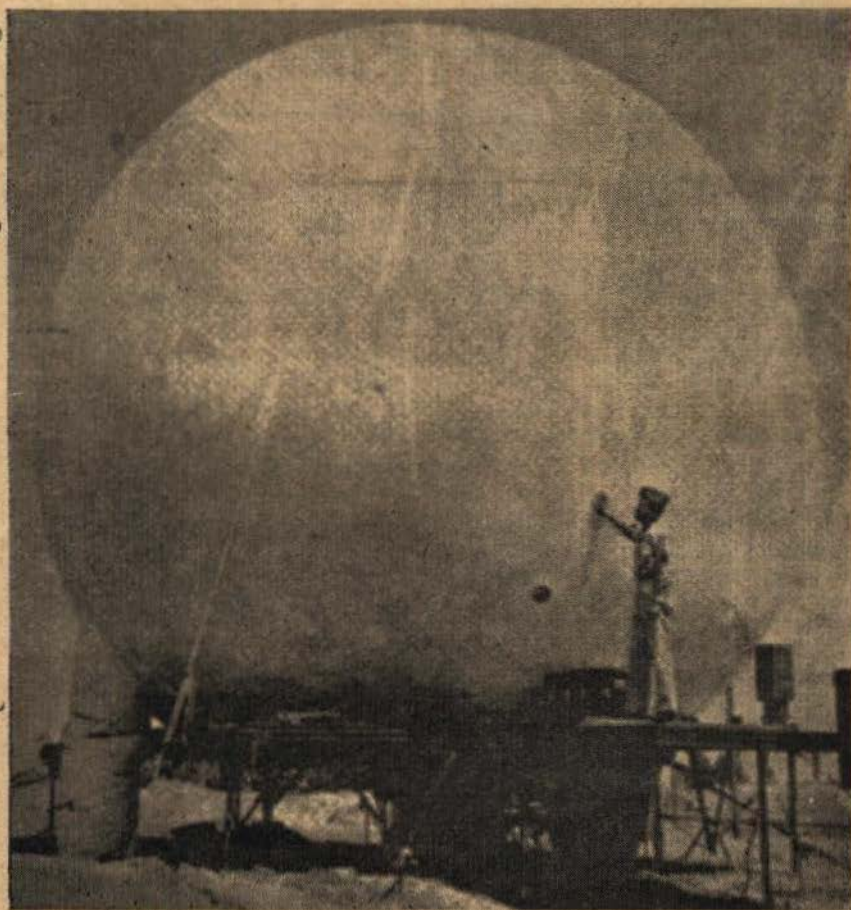
De fato, a massa recuante na artilharia clássica, ao disparar-se o tiro, fica submetida a uma Força F (fig. 1), que a desloca em sentido contrário ao movimento.

Se quisermos que não haja recuo, transformaremos essa massa recuante num foguete tal que, lançando-a em sentido contrário, anule a citada força.

Para isto, terá de abrir-se uma ou várias tubeiras de ejeção na culatra da massa recuante. Por este raciocínio, verifica-se que será nas tubeiras que residirá a maior parte da eficiência da ausência do recuo.

Bibliografia: Estudos do Cap José Leite Resende, Escola de Aplicação de Artilharia e Escola Superior de Armamento da França.

NOTICIÁRIO



"RADOME" — invólucro plástico no interior do qual fica a antena do "FRESCANAR"

II — BOLETIM INTERNACIONAL

Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

SISTEMA DIRECIONAL PARA ASTRONAVES

Um "volante líquido" para controlar astronaves foi inventado por um engenheiro especial da General Electric Company. Robert P. Haviland, engenheiro especializado em satélites, do Departamento de Projéteis e Astronaves da General Electric, recebeu recentemente a Patente n. 2.856.142, referente a um dispositivo destinado a manter um veículo corretamente orientado durante o seu vôo através do espaço.

O aparelho, que o Sr. Haviland chama de "volante líquido", emprega um conjunto de tubos dispostos em forma de aro. O tamanho dos aros só é limitado pelo tamanho da astronave, e através desse conjunto bombeia-se um líquido a velocidades variáveis. A mudança do líquido determina a quantidade de força aplicada em qualquer direção.

Um aparelho de controle como este é necessário, segundo o Sr. Haviland, porque as condições de vácuo quase absoluto no espaço sideral tornarão ineficaz o uso de ailerons, lemes e outros dispositivos que dependem da resistência contra o ar.

Disse o Sr. Haviland, famoso internacionalmente por sua larga experiência em projéteis e satélites: "Este conjunto tubular oferece ainda a vantagem de armazenar os líquidos necessários — água, por exemplo — nos aros e depois usar o líquido armazenado como instrumento de força".

Haviland, que há muito tempo é considerado grande conhecedor de projéteis, foi um dos primeiros oficiais de marinha nomeados para funções ligadas a projéteis e astronaves. Depois de deixar a Marinha em 1947, com a patente de Capitão-de-Fragata, foi trabalhar na General Electric Company. Ali dirigiu o projeto "Bumper". O "Bumper" foi o primeiro foguete de vários estágios a ser construído no Ocidente. Compunha-se de uma V-2 com um "Wac Corporal" no nariz — e estabeleceu em 1949 um recorde de altura e velocidade que custou a ser superado: 400 quilômetros de altura e 8.240 quilômetros por horas.

Desde então o Sr. Haviland vem participando ativamente da maior parte dos trabalhos relativos a projéteis e colaborando no programa dos projéteis balísticos de longo alcance "Atlas" e "Thor".

OPINIÃO DO MARECHAL JOUKOV

"Se a arma atômica não for suprimida em futuro próximo, substituirá, progressivamente, as armas clássicas e, em caso de um conflito sério, a arma atômica será certamente utilizada como arma principal. No passado as armas químicas constituíam meio auxiliar, que os beligerantes se dispuseram de utilizar para resolução de seus problemas. Pelo contrário, no momento atual, a arma atômica será certamente empregada em larga escala pelos exércitos.

A TERRA TEM FORMATO DE PÊRA

Novos dados indicativos de que a Terra é menos parecida com uma esfera e mais semelhante a uma pêra foram revelados pelos cientistas norte-americanos que estudam a órbita do satélite experimental "Vanguard".

O "Vanguard I", lançado a 17 de março de 1958, deverá permanecer em órbita durante 2.000 anos.

Os resultados dos estudos relacionados com o formato da Terra estão sendo apresentados à Sociedade Norte-Americana de Física, em sua reunião anual, em Nova York. Os dados foram compilados por J. A. O'Keefe, Ann Eckels e R. K. Squires, da Administração Nacional de Aeronáutica e do Espaço (NASA).

Os cientistas estão interessados no formato da Terra porque ele fornece informação sobre a estrutura e resistência dos materiais no seu interior.

Estão particularmente interessados na assimetria da superfície do planeta. Se a Terra é simétrica, isso indica que existe uma camada elástica sob a crosta, enquanto que uma superfície assimétrica indicaria tensão no interior.

A declaração da NASA explica as constatações dos seus três cientistas.

"As constatações lançam dúvidas sobre a idéia de que a superfície marítima dessa esfera (a Terra) varia apenas por turgescências de 1.609 quilômetros de altura", disse a NASA.

"Alguns cientistas supunham que as distorções de grande escala da superfície não ultrapassem a 0,30 a 1,20 metro de altura.

"Os novos dados mostram que, ao nível do mar, a calota polar do Norte se eleva a 15 metros acima do que se considerava normal. A calota polar do Sul desce outro tanto.

"No hemisfério Norte, fora da calota polar, o nível do mar é aproximadamente 7,5 metros mais baixo. Correspondentemente, na região do hemisfério Sul, fora da calota polar, o nível do mar é 7,5 metros mais alto.

"O efeito combinado dessas variações faz com que a Terra tenha uma ligeira forma de pêra, com a extremidade mais estreita no Ártico e a base mais larga no Antártico".

O PRIMEIRO TREM ATÔMICO

O trem atômico vai fazer seu aparecimento na União Soviética, equipando-se, assim, no domínio dos transportes, ao avião e ao navio.

Destinado a fazer o percurso Atlântico-Pacífico, que realizará em viagem de ida e volta sem reabastecimento de combustível, graças à capacidade dos tanques de que é equipado, esse comboio ferroviário circulará na velocidade de quinhentos quilômetros horários.

No futuro, será particularmente para ligações rápidas em grandes distâncias que os técnicos soviéticos desejam orientar a aplicação da energia atômica por meio do sistema de locomoção mais utilizado.

"FRESCANAR"

"Frescanar" significa grande precisão através do Radar de Frequências.

* * *

Um novo radar tridimensional — considerado um dos mais importantes melhoramentos desde a origem do radar é capaz de localizar alvos aéreos a alcances extremos, determinando simultaneamente distância, natureza e altitude — vem sendo produzido.

Esse novo radar, denominado Frescanar (Frequency Scanning Radar), constitui os "olhos" do "Missile Monitor", sistema de direção de tiro antiaéreo de teleguiados para emprêgo móvel com os exércitos em campanha. Ele vem atualmente sendo preparado para emprêgo operacional com as baterias antiaéreas de teleguiados.

O novo radar utiliza uma redoma (radome) feita de borracha e nylon, envolvendo a antena, para protegê-la do vento, neve e gelo (Fig. 1).

Pela concentração de estreitos feixes de energia, funcionando intermitentemente em forma de leque, êle localiza alvos a grande distância e com extrema precisão. Quando o radar localiza um alvo, informes tridimensionais são enviados eletronicamente ao centro de processamento do radar. Ai são os dados transformados em números e transmitidos ao centro diretor de mísseis, ao centro de operações de grupo e ao equipamento das posições de bateria — tôdas partes integrantes do diretor de mísseis (Missile Monitor).

O Cmt Grupo pode, no centro diretor de mísseis, selecionar os alvos e fazer sua distribuição às baterias apropriadas. O Cmt Grupo envia informes ao conjunto das baterias, tendo em vista a coordenação e a distribuição do fogo.

As unidades são ligadas entre si de modo que um sistema que seja interrompido possa ainda funcionar com eficiência.

Esse novo radar necessita somente de uma única antena e um único painel, em contraste com os do tipo convencional que exigem 2 ou mais. Sua tripla função de determinar distância, natureza e altitude simultaneamente, torna-o superior aos sistemas existentes; opera com maior rapidez e "vê" maior número de alvos com mais clareza.

Seu feixe eletrônico de rápida busca aumenta de muito o número de alvos que podem ser acompanhados simultaneamente, com melhor separação dos alvos pouco afastados e mínima interferência terrestre.

Esse sistema do Exército, inicialmente projetado para emprêgo em navios da Marinha NA, foi concebido pela Cia. de Aviação Hughes, Fullerton, Cal, mediante contrato com o Corpo Com Ex.

Todo o equipamento pode ser instalado num furgão, numa viatura-gerador e num reboque-antena.

TEREMOS A PUBLICIDADE SUBLUNAR ?

Anunciante australiano propõe-se a aproveitar os satélites artificiais para emitir mensagens

Uma prova a mais da força da Publicidade e da sua crescente importância nos negócios é a preocupação constante em descobrir novos veículos ou meios capazes de difundir mensagens que sejam lidas ou ou-

vidas com interesse pelas grandes massas consumidoras, bem como novas técnicas que imprimam à mensagem mais funda penetração na mente humana.

Nos últimos 3 ou 4 anos assistimos ao surgimento de novos processos e novos meios de atingir e influenciar o público como, por exemplo, a pesquisa de motivação, a publicidade subliminar e o "product-image" para só citar os mais importantes. E enquanto os veículos já consagrados pela prática (o Jornal, o Rádio, a TV, os Cartazes, etc.) procuram melhorar seus meios de expressão e sua circulação, novos veículos, ou novas variantes vão aparecendo na arena da competição — uns para ficar, uma vez comprovada a sua utilidade, outros para se extinguir na inanidade de seus esforços vãos. Assim é que surgiu o grande luminoso da Urca formado por letras que marcham, o selograma, os anúncios em espelhos (que aparecem e desaparecem) e em relógios, e em breve voltaremos a ter luminosos em flutuantes, colocados nas águas da Guanabara — isto sem falar em centenas de outros meios de divulgar a mensagem publicitária entre as massas de público com poder de compra.

A tôdas essas tentativas de inovação vem agora juntar-se uma que, se realizada, será deveras sensacional — e o primeiro anunciante que da mesma se utilizar muito ganhará pela tremenda repercussão que sua mensagem irá provocar.

A idéia é a seguinte: aproveitar os satélites artificiais que a ciência astronômica pôs a girar em volta da terra para, através deles, irradiar anúncios.

A prioridade da iniciativa, ao que parece, coube a um comerciante australiano, o sr. H. C. Tiller, diretor da Frigite Ltda., distribuidora de aparelhos de ar condicionado da Worthington Corp., a conhecida empresa norte-americana.

O sr. Tiller escreveu, há tempo, ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos e ao chefe do projeto do foguete Atlas, perguntando se aceitariam irradiar 50 textos comerciais quando o satélite, que então estava para ser lançado, passasse sobre a Austrália.

O pedido, é claro, foi recusado, embora a coisa fôsse possível pois, como se sabe, o satélite americano irradiou uma mensagem do presidente Eisenhower. A idéia, porém, ficou e foi gabada, não só pelo pessoal que trabalha nos planos dos satélites, como pelos diretores da Worthington, que lhe mandaram uma carta de parabéns, tendo um deles comentado, talvez com uma ponta de ironia: "Tiller descobriu um meio de publicidade que é realmente do outro mundo".

Do outro mundo, ou dêste mesmo vale de lágrimas, onde a vida é cada vez mais tensa e as populações cada vez mais se nivelam e mais se deixam influir pela persuasão em massa, a verdade é que as primeiras mensagens publicitárias via satélite teriam sensacional repercussão nos habitantes do nosso planeta e seriam ouvidas, não só na Austrália, como queria o sr. Tiller, mas por toda a parte onde houvesse um receptor para as captar. E não tenham dúvida que em poucos anos teremos êsse sistema de emissão de voz humana e inclusive de imagens.

Assim, em contraste com subliminar (que a ética condenou no receio das influências ocultas) teremos a publicidade sublunar irradiada da atmosfera exterior, diretamente ou por reflexão. E quem sabe, talvez da própria luz que, de astro romântico, tão propício aos amôres e à poesia, passará assim a porta-voz dos vendedores de cosméticos, depurativos, pudins a la-minuta, detergentes, barbeadores elétricos, máquinas de lavar e demais maravilhas da sociedade industrial e mecanizada do século XX.

REATOR PRÉ-FABRICADO PARA ÁREAS REMOTAS

A Comissão de Energia Atômica (AEC) informou que está realizando negociações com uma firma privada para a construção de uma central núcleo-elétrica pré-fabricada, que proporcionará luz e aquecimento a regiões remotas.

A referida usina terá um reator de água pressurizada, resfriado e moderado a água comum. Seu combustível será urânio enriquecido. Uma vez instalada, a central núcleo-elétrica gerará 1.000 kw de eletricidade e 2.000 de calor.

A usina, cujo custo será de aproximadamente 6 milhões de dólares, constará de unidades montadas na fábrica, que poderão ser transportadas por via aérea aos mais remotos locais e facilmente armadas no conjunto.

A usina também poderá ser facilmente desmontada, transportada por via aérea para outro local e ali montada novamente.

O "VANGUARD I" PERMANECERÁ 2.000 ANOS NO ESPAÇO

O "Vanguard I", que está girando em torno da Terra desde 17 de março de 1958, permanecerá 2.000 anos no espaço e não 200 anos como se previra.

O contra-almirante John T. Hayward, Ajudante-Chefe das Operações Navais Encarregado das Investigações e Desenvolvimento, declarou durante as audiências da Comissão de Assuntos Científicos e Astronáuticos da Câmara dos Deputados que o "Vanguard I" está realizando fielmente a tarefa para que foi destinado, depois de haver estado em órbita cêrca de um ano.

O satélite girou um total de 168 milhões de km, no período de 17 de março de 1958 a 1º de janeiro de 1959 — disse o contra-almirante Hayward. Suas baterias solares ainda estão funcionando, bem como o seu transmissor de rádio.

NOVA TEORIA DA GRAVITAÇÃO

Uma nova teoria que apresenta as forças de gravitação de maneira inteiramente diversa da concebida por Albert Einstein foi comunicada à Academia Nacional de Ciências, em Washington. O Dr. Leonard I. Schiff, da Universidade Stanford, descobriu um método de explicar a gravitação presumindo que a mesma é provocada por uma troca de neutrinos entre espécies diferentes de matéria. Os neutrinos são partículas "fantasmas" da natureza, pois não têm carga elétrica e sua massa é virtualmente zero.

Os estudos do Dr. Schiff, que ainda se encontram em estágio preliminar, visam a conceber algo diferente da teoria geral da relatividade de Einstein para explicar a gravitação. A teoria de Einstein consegue êxito na explicação dos cinco testes experimentais conhecidos, mas, ao dividir-se em unidades separadas, ou ao "quantizar-se", torna-se extremamente difícil.

Em vista disto, a teoria de Einstein é separada da teoria do "quantum", que exolica com muito sucesso os fatos em escala atômica e nuclear. Há muitos anos, os cientistas têm sugerido que a força gravitacional poderia assemelhar-se às forças electromagnéticas ou nucleares no sentido de que as duas últimas se derivam da troca de alguma espécie de partículas entre objetos que exercem ação mutuamente um sobre o outro.

As forças electromagnéticas decorrem do intercâmbio de luz quanta ou ftons, entre eletrônicos e prótônios, e as forças nucleares emanam do intercâmbio de mesônios π entre neutrônios e prótônios.

A idéia de que as forças gravitacionais poderiam decorrer do intercâmbio de neutrinos entre espécies diversas de matéria não pôde conformar-se precisamente com uma experiência muito exata feita pelo físico húngarô Eotvos, em 1910. Essa experiência demonstrou que o pêso gravitacional de qualquer objeto e sua massa material são rigorosamente proporcionais uma à outra num grau de precisão de uma parte em 100.000.000.

O Dr. Schiff descobriu um meio de explicar êste fato experimental, modificando de maneira especial a teoria do neutrino. A sua nova teoria não só explica a experiência de Eotvos, mas também a própria lei da gravidade de Newton e deslocamento de luz vermelha num forte campo gravitacional. As duas outras experiências previstas com êxito pela teoria de Einstein ainda não foram explicadas com sucesso pela teoria do Dr. Schiff. Estas duas são a deflecção da luz que passa através de um forte campo gravitacional (a "curvatura" da luz estelar) e o avanço do peri-hélio da órbita de Mercúrio, que se prognostica tenha a metade de seus valores observados.

Salientou o Dr. Schiff que essa teoria está ainda em sua fase preliminar e está agora sendo modificada na esperança de melhorar sua coincidência com as observações.

O PLANETA MARTE

Uma série de 663 clichês obtidos no Observatório "Du Pic du Midi" permite atualmente aprofundar-se o conhecimento científico do Planeta Marte, cuja variação periódica de brilho nas regiões sombrias é objeto, desde algum tempo, de sistemáticas observações.

Segundo nota que acaba de apresentar à Academia de Ciências (França), o Sr. André Danjon, essas imagens mostram claramente que o escurecimento de Marte se produz por duas saídas, respectivamente de um e do outro pólo, propagando-se para o Equador na velocidade de 35 quilômetros por dia marciano. Após terem passado o Equador, essas vagas se esfumam, na direção de 22 graus de latitude do hemisfério oposto. Tem-se que contar o tempo de 180 dias, isto é, a quarta parte de um ano marciano, entre o comêço do escurecimento e seu máximo, e 180 dias mais para o desaparecimento.

Esses fenômenos, de caráter de estação, parecem ligados à evolução das calotas polares do planeta saturadas no inverno por nuvens e cristais de gelo.

Porque se deve anunciar em "A DEFESA NACIONAL"

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:
 - a) Ela circula em todos os Estados do Brasil;
 - b) Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes;
 - c) Depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica, é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas;
 - d) Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Se sua existência de 42 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra recomenda "A Defesa Nacional" ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

P R E Ç O D O S A N Ú N C I O S

PARA TODO O BRASIL

Por publicação:	Cr\$
Capa externa	5.000,00
Capa interna	3.000,00
Página inteira	2.500,00
Meia página	1.500,00
Assinatura comercial	1.000,00

ATENÇÃO — Os agenciadores de anúncios devem apresentar os respectivos cartões de identidade.



"ESPERANDO PELO PRIMEIRO GOLPE"

(Trad., pelo Major SEBASTIAO DE CASTRO,
do U. S. News & World Report")

PORQUE OS AVIÕES NORTE-AMERICANOS PATRULHAM AS FRONTEIRAS SOVIÉTICAS

As aeronaves norte-americanas que sobrevoam a fronteira turco-soviética são apenas uma parte de uma gigantesca e pouco conhecida missão defensiva.

Missão — Manter constante observação sobre as forças soviéticas, determinar o primeiro sinal de qualquer preparativo para um ataque de surpresa. Isto envolve, além de aviões, sistemas de radar e postos de escuta, um constante alerta para assinalar qualquer movimento por parte da Rússia:

1 — Quando, em 2 de setembro próximo passado, cinco aviões a jato soviéticos abateram um transporte norte-americano da Força Aérea Norte-Americana, foram levantadas as seguintes questões:

Por que estão aviões norte-americanos, desarmados, voando tão próximo das fronteiras soviéticas?

Qual o mistério acerca das atividades americanas nestas áreas perigosas?

A resposta é que não há mistério, de forma alguma, acerca das atividades norte-americanas próximo às fronteiras soviéticas. No mundo perigoso de hoje, o Governo americano anunciou que aceitará o "primeiro golpe" em vez de atacar, se houver ameaça de guerra. Este golpe, se bem lançado, poderá destruir grande parte dos Estados Unidos.

2 — BILHÕES PARA A VIGILÂNCIA

A sobrevivência fica na dependência de estarmos habilitados a descobrir o que um inimigo em potencial, capacitado para desferir tal golpe, está planejando. Em consequência, os Estados Unidos estão empregando bilhões de dólares em radares e em outros "olhos e ouvidos" eletrônicos como uma primeira linha de defesa contra um ataque de surpresa por parte da União Soviética.

O que os Estados Unidos estão visando com suas patrulhas aéreas, seus sensíveis radares e equipamento de radiodeteção, agora cercando a Rússia, é dispor da ordem de 20 minutos de alerta contra qualquer míssil balístico intercontinental lançado sobre os Estados Unidos ou sobre seus aliados.

Este tempo seria bastante para termos os bombardeiros americanos no ar e, também, para o lançamento de seus engenhos-foguetes, em revide de natureza nuclear.

Pode-se agora informar o seguinte, sobre o sistema de vigilância dos Estados Unidos e como ele funciona no presente.

Poderosos postos de radioescuta já se encontram cercando a União Soviética em constante operação, dia e noite. Estes "ouvidos" não somente registram o que é dito pelas estações fixas, mas também captam as comunicações rádio de curta distância entre unidades móveis do Exército Vermelho em campanha, a milhares de milhas dos "ouvidos ocidentais".

Gigantescas rédes de radar, capazes de localizar com precisão objetos em movimento acima de 3.500 milhas de distância, estão constantemente esquadrinhando a União Soviética, de suas bases nos Estados Unidos e nos países aliados.

Aviões de patrulha, dos Estados Unidos, dotados de equipamento eletrônico de "escuta" e de "observação", voam em várias regiões próximas à fronteira soviética. Foi um desses aparelhos que, os peritos da F A E N A estão agora convencidos, foi deliberadamente atraído para a Armênia Soviética e abatido, embora desarmado, a dia 2 de setembro p.p.

Todas as espécies de "ouvidos" eletrônicos, no ar e terrestres, em muitas partes do mundo, mantêm vigilância sobre Krasny Yar — o campo de provas de engenhos-foguetes soviético — semelhante ao de Cabo Canaveral, na Flórida, e sobre outras áreas onde a União Soviética está operando ou construindo bases para lançamento de engenhos-foguetes intercontinentais.

Além disso os Estados Unidos estão acelerando a construção do Sistema de Alerta Contra Engenhos-Foguetes, conhecido como "B-MEWS". Esse sistema, que custará pelo menos 250 milhões de dólares, complementarà a atual linha "DEW" no Ártico.

3 — OBSOLETA COM DOIS ANOS

A linha "DEW", em estado operacional a menos de dois anos, custou 600 milhões de dólares. Porém, as 58 estações da linha "DEW" somente podem proporcionar informes sobre aeronaves e não sobre mísseis e, em consequência, já está obsoleta.

A "B-MEWS" deverá ter três conjuntos de "olhos e ouvidos" — estações separadas de cerca de 1.000 milhas — capazes de captar o lançamento de grandes engenhos-foguetes a 3.500 milhas de distância. O equipamento de radar para as estações da "B-MEWS" é montado em

tórres de 16 andares. Os dados assim reunidos são canalizados para sistema de avaliação e acompanhamento. Os resultados são transmitidos em questões de segundos aos QG de Defesa dos Estados Unidos.

Bases de concreto para duas "B-MEWS" foram estabelecidas em Clear, Alasca e em Tule, Groenlândia, no verão ártico de 1958. Tórres de aço já estão sendo construídas. Somente as casas de força, tórres e edifícios para as três estações, custarão 189 milhões de dólares, não contando o custo do equipamento eletrônico. A terceira estação poderá ser localizada na Escócia do Norte.

4 — "OBSERVADORES" ELETRÔNICOS DE EF

Uma imensidade de dispositivos eletrônicos e de "Carriers" já estão operacionando e podem ser usados no esforço dos Estados Unidos para vigiar os EF da União Soviética. Muitos estão sob severas restrições de sigilo oficial.

O Exército dos Estados Unidos, recentemente, divulgou testes bem sucedidos de um avião teleguiado, denominado SD-3. Este avião sem piloto tem exatamente 15 pés de comprimento com 11 pés de envergadura. Quando carregado com equipamento eletrônico e instrumentos especiais para observação terrestre e aérea pesa menos que meia tonelada. O aparelho é lançado por impulsão a foguetes, de um reboque móvel e é capaz de rápido voo à baixa altura. Pode transmitir dados em voo e pode ser equipado com um instrumento de autodestruição.

Não há sinal de que o "aparelho" que se destinava a ser utilizado no campo de batalha de uma guerra convencional, possa ser usado na tarefa de vigiar a União Soviética na "guerra fria". Porém alguns desses aparelhos de controle remoto podem ser usados para ações de patrulha na fronteira e no futuro, para evitar perdas de vidas mesmo que seja atraído para o território soviético.

5 — UMA ARMADILHA SOVIÉTICA

O avião de transporte C-130 desarmado que foi abatido por caças a jato soviéticos, na Armênia Soviética, estava equipado para trabalho de "vigilância eletrônica", porém tinha ordens de permanecer na Turquia. Uma semana mais tarde, a FAé dos Estados Unidos enviou outro avião sobre a mesma rota para tentar certificar-se o que havia acontecido.

O segundo avião descobriu que o rádio-farol russo da Geórgia Soviética e da Armênia Soviética estavam operando na mesma frequência do rádio-farol da torre turca da base aérea de Trabzon e se sobrepondo a este último. Foi uma armadilha soviética, disseram oficiais da FAé norte-americana, que levou o primeiro avião para o interior do território soviético. O avião eletrônico sem piloto, controlado do solo, poderia evitar tais armadilhas.

Os objetivos primordiais da vigilância eletrônica dos Estados Unidos, de certo, são os mísseis balísticos intercontinentais, vermelhos (ICBM), os quais, se vangloriam os líderes soviéticos, podem atingir "qualquer alvo em qualquer parte do mundo".

A energia eletromagnética é a principal indicação do lançamento desses EF. Os ICBM e mesmo os EF de alcance intermediário geram tal energia no lançamento que podem ser assinaladas a milhares de milhas pelo equipamento dos Estados Unidos.

Além disso, esses EF deixam uma trilha de gases ionizados. Esta trilha, uma vez tenha o míssil sido pôsto no ar, permite que os "olhos" eletrônicos não só determinem a trajetória até a base, como também obter os dados que determinarão a área de alvo do míssil.

6 — ICBM E ENGODOS

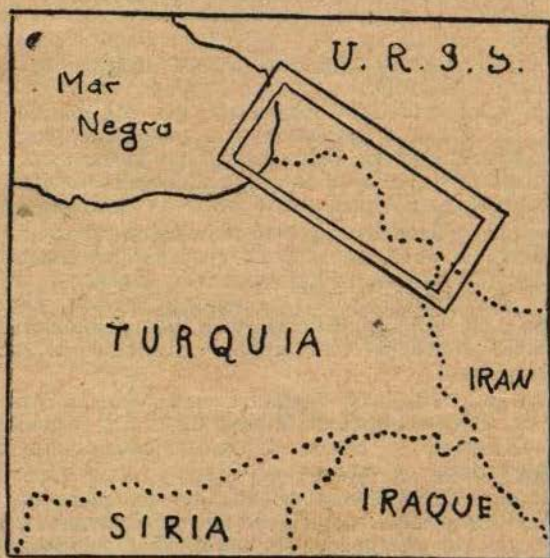
É possível, dizem os peritos N.A., que, responsáveis pelos EF soviéticos equipem seus ICBM com "engodos". O próprio revestimento do foguete, dizem os peritos, pode ser levado a explodir em algum ponto durante o voo, fazendo com que grandes fragmentos separando-se da ogiva e seguindo seus próprios cursos. Tais fragmentos poderiam ser maiores que a ogiva, embora não tão pesados. Além disso, os homens encarregados dos EF soviéticos poderiam visar a confundir os vigilantes, acêrca do ataque, pelo lançamento simultâneo de vários ICBM.

Por volta de 1964, os Estados Unidos esperam ter em operação um EF anti-EF, o qual poderá destruir o ICBM soviético, em voo. Isto pode ser feito, dizem os peritos, seja por um impacto direto de EF no ICBM atacante, seja explodindo um míssil nuclear à grande altura, na trilha do atacante. Este último processo, na passagem, criaria ao longo do ICBM um "forno" nuclear, o qual poderia "cozinhar" o atacante.

Em 1964, como hoje, entretanto, as defesas dos Estados Unidos estarão inteiramente dependentes da obtenção de um alerta antecipado sobre o lançamento de EF soviéticos dirigidos a alvos situados no mundo ocidental. Os canais normais de informações através de agentes são muito lentos, para a execução da tarefa. Somente a "espionagem eletrônica", de acôrdo com a opinião dos peritos em defesa, pode proporcionar tal alerta.

7 — RADAR E FUNCIONAMENTO

Progridem rapidamente nos Estados Unidos estudos acêrca de radar e de outros instrumentos necessários aos sistemas de alerta. Em princípio de 1957, por exemplo, a General Electric Company, trabalhando



JANELA SOBRE A RÚSSIA — Nesta região, que é a mais próxima do território Aliado ao coração da Rússia, Americanos e Turcos mantêm vigilância sobre qualquer sinal de preparação dos Soviéticos para um ataque sobre o Ocidente

com a FAé dos Estados Unidos e com o Governo turco instalou um sistema de radar em Sampun, um pôrto turco no Mar Negro. Este sistema, projetado pelo Lincoln Laboratory do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, tem um alcance de escuta e vigilância de 1.000 milhares. Entretanto, logo que o sistema de Sanpum começou a operar, foi projetado, na Universidade de Colúmbia, um sistema de radar de alcance limitado que estende o alcance de radar dos Estados Unidos além de 3.500 milhas.

O sistema ODIR, que diz-se já estar instalado no pôsto de escuta da Turquia, registra dados nos computadores e em seguida em teletipos de alta velocidade que podem ser ligados com o Comando de Defesa Continental da FAé dos Estados Unidos, em Colorado Springs, Colorado. De modo semelhante, os comandantes da FAé nos Estados Unidos podem, ao apertar de um botão, falar com os comandantes combatentes das bases dos Estados Unidos em todo o mundo.

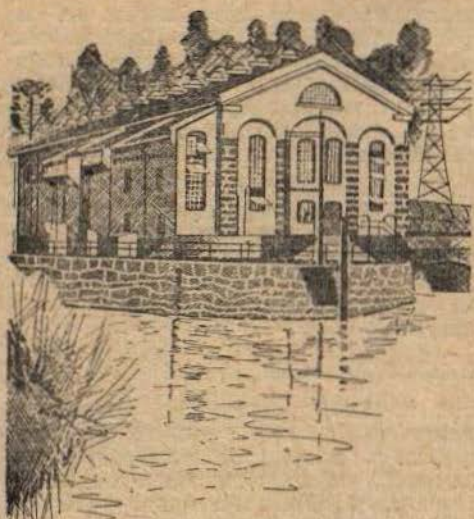
8 — REGISTROS DE SONS

Um ano atrás a revista britânica "Isis", publicada em Oxford, informou: "Ao longo de tôda a fronteira entre o Este e o Oeste, do Iraque ao Báltico, e talvez mais longe, existem estações direcionais operadas, na maior parte, por militares nacionais, treinados em Morse ou Russo, avidamente registrando o menor som dos transmissores russos — navios, carros de combate, aeroplanos, unidades de tropa e estações de controle".

Devido a este retrato acêrca da "espionagem eletrônica", dois estudantes de Oxford foram presos e encarcerados por 3 meses, por violação de segredos oficiais. Desde esse relato, entretanto, o próprio Governo dos Estados Unidos tem liberado muitas informações sobre o esforço aliado para penetrar no território soviético, com "olhos e ouvidos" eletrônicos, a fim de se precaver contra um vil ataque soviético ao Ocidente.

DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA

Deixamos de publicar, no presente número, os assuntos referentes à "Doutrina Militar Brasileira", por motivos de ordem técnica.



"EDGARD DE SOUZA" - USINA PIONEIRA DA SÃO PAULO LIGHT - 1901

ENERGIA

E

DESENVOLVIMENTO

Tecidos, aço, produtos químicos e plásticos, automóveis, calçados, equipamento rodoviário e ferroviário, enfim, milhares de bens de produção e consumo constituem utilidades que a indústria impulsionada pela energia elétrica produz para o mercado interno e para exportação.

Os grandes investimentos da iniciativa privada nos serviços de eletricidade, em São Paulo, no Rio e no Vale do Paraíba, permitiram esse desenvolvimento que proporciona substancial economia de divisas para o país e canaliza, para o erário público, considerável parcela de recursos financeiros.

Novas indústrias procuram instalar-se na região São Paulo-Rio, e novos e vultosos investimentos são necessários para produzir e distribuir a energia elétrica essencial. Sem os preços de seus produtos ajustados ao valor real da moeda a indústria não sobreviveria.

Assim, também, sem tarifas niveladas àquele valor, os serviços de energia elétrica não poderão expandir-se.

<p>Pioneirismo e Expansão</p> <p>Em 1901, a Usina Pioneira da São Paulo Light, com sua capacidade de 1.200 CV, marcou o início da produção de energia elétrica em larga escala no Brasil. Desde então, a rede de distribuição da Light se expandiu para atender às necessidades crescentes do país.</p>	<p>Atividade Industrial</p> <p>A energia elétrica impulsiona a produção industrial, permitindo o uso de máquinas e equipamentos modernos que aumentam a produtividade e a qualidade dos produtos.</p>	<p>Rede de Transmissão</p> <p>Para garantir o abastecimento de energia em todo o território nacional, é necessário manter e expandir a rede de transmissão de alta tensão.</p>	<p>Produção de Energia</p> <p>Diversas fontes de energia, como hidrelétricas e termelétricas, contribuem para a geração constante e segura de eletricidade para o Brasil.</p>	<p>Light</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------

A SERVIÇO DO PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL

PÁGINA DE RECORDAÇÃO

GENERAL JOÃO GOMES CARNEIRO JUNIOR

Gen A. de LYRA TAVARES

Quando escrevi, há já muitos anos, a História da Arma de Engenharia, foi para atender a um pedido insistente do então, Major João Gomes, nosso Fiscal no antigo 1º BE. Espírito entusiasta de soldado, escravo do dever, extremamente rigoroso consigo mesmo e com seus subordinados, êle não perdia oportunidade de despertar a nossa consciência de jovens oficiais para o relevante da Engenharia, como Arma combatente. Talves por isso, desejava, sobretudo, que eu me desse à tarefa de reconstituir as passagens heróicas que consagraram o Batalhão de Engenheiros na Guerra do Paraguai.

Foi êsse o sentido com que êle me inspirou e estimulou a iniciativa de tenente do tradicional 1º BE da Parada Magalhães Bastos, onde todos nós nos devotávamos ao trabalho profissional e ao culto das tradições guerreiras da Arma de Engenharia, convictos das suas missões importantes e, muitas vêzes, decisivas no campo de batalha.

Pertencia o Major João Gomes à grande escola do saudoso General Alfredo Malan D'Angrone que foi, sem dúvida, a mais destacada e empolgante figura de Chefe militar formada nos quadros da nossa Engenharia.

Os oficiais que tivemos o privilégio de servir no antigo 1º BE, naquele período áureo da sua vida, jamais poderemos esquecer o ambiente de ardor profissional, de trabalho intensivo, de devotamento integral ao dever militar, com que todos nos dedicávamos aos problemas da Arma, cuja importância, cada vez maior, a 2ª Grande Guerra viria consagrar e proclamar, a custa de experiência muito dura e através de lances de heroísmo e de abnegação que os Chefes de maiores responsabilidades nunca se cansaram de citar em termos excepcionalmente elogiosos.

Apesar de tôdas essas lições, que ainda estão bem presentes e não podem ser esquecidas sem grave prejuízo para a eficiência e para o prestígio do Exército, a fase atual da nossa Engenharia está longe de corresponder à sua crescente importância, mesmo que cometêssemos o grave êrro de considerar a inestimável colaboração que lhe cumpre prestar ao país, nos empreendimentos públicos, para atender às solicitações imperativas do progresso nacional, em face dos problemas de envergadura que temos e teremos de enfrentar, sobretudo no campo dos transportes, das comunicações, no flagelo das secas, na fixação do homem e nas implicações da interiorização da Capital.

Claro é, portanto, que vivamos a meditar nesses problemas que hão de ditar, um dia, a reorganização e o reaparelhamento da Arma de Engenharia, na esperança de que êles sejam encarados e resolvidos

no plano superior dos interesses verdadeiros da nossa Instituição Militar e da nossa Pátria, de modo a reavivar o ânimo dos que integram a Arma do Trabalho, sem comprometer, mas, ao contrário, fortalecendo e tornando mais invulnerável a solidariedade entre as Armas irmãs, como condição fundamental para a eficiência do Exército.

Eram essas as preocupações que nos vinham ao espírito naquele ambiente triste de fim de tarde, em que, com alguns camaradas da velha guarda da nossa Engenharia, fomos prestar nossa derradeira homenagem ao General João Gomes Carneiro Junior, no dia do seu falecimento.

Não rebusquei dados biográficos para exaltar, aqui, essa figura marcante de soldado da velha têmpera, mais da caserna do que dos gabinetes, que se tornou conhecida na Vila Militar pelo extremado zelo que punha no cumprimento do dever, nas exigências disciplinares e na inflexibilidade da conduta moral e administrativa.

O que tenho bem presente é a sua figura inconfundível, a percorrer o quartel, em todos os seus recantos, numa permanente inspeção diária a que nada escapava e para a qual devíamos estar sempre preparados. As cerimônias militares, as formaturas, os programas de instrução (nesse tempo não havia os S-3 atuais), as escalas de serviço e todos os outros aspectos das atividades do Batalhão eram previstos e executados cuidadosamente, sob o controle direto do Major João Gomes.

Ele não perdoava a impontualidade nem qualquer negligência no serviço. Estava sempre atento a qualquer descuido na apresentação, no rigor do uniforme, no preparo da instrução e na execução de qualquer outro encargo de serviço. Os tenentes do meu tempo preferiam pernoitar no quartel a correr o risco de perder o trem e ser chamado a sua presença. O 1º BE era, para nós, uma espécie de internato. O treinamento desportivo, que fazíamos depois do expediente, para o preparo das equipes do Batalhão, tinha o caráter de recreio antes do jantar.

Nesse tempo, que já vai longe, o Exército ainda tinha organização inteiramente hipomóvel. A Vila Militar não era servida por trens elétricos nem ônibus. Tão pouco era asfaltada. A única viatura automóvel, além de um ou outro caminhão comercial para o transporte de carga, era o carro do Comandante. De uma Unidade para outra, ia-se a cavalo, a pé ou nos tradicionais "bondes de burro". A instrução de equitação era fundamental no preparo dos oficiais. O próprio Major João Gomes era o nosso instrutor.

Para todos nós, tenentes novos, saídos do Realengo, constituía como que uma questão de honra que o oficial de Engenharia fizesse boa figura como oficial de Arma montada, a começar pela apresentação. No nosso enxoval de "aspirantes", eram, por isso, peças de luxo e de estimação as botas e as esporas compradas no Malherme. Os mais animados usávamos a "culot" com o célebre "reforço de camurça", como se o cavalo fôsse das coisas mais importantes das nossas atividades.

O Major João Gomes tirava bom partido desse espírito equestre dos jovens oficiais, para o qual muito concorria, também, a nossa vizinhança com o 15º Regimento de Cavalaria Independente e a Escola de Equitação. Ele próprio conduzia a instrução de equitação, desde as sessões de picadeiro, até os exercícios em "terreno variado", com interesse todo especial e indisfarçável prazer. Montado na "Nancy",

de pêlo alazão, sempre lustrosa e bem tratada, êle dirigia o conjunto da "escola" desde os exercícios de flexionamento, o volteio e as "figuras" de picadeiro até o treinamento de saltos que, como regra, encerrava a sessão.

Isso não quer dizer, porém, que êle tivesse menor preocupação pelos outros aspectos das atividades do quartel, porque a tudo se fazia presente e estendia o seu contrôlo, inclusive, e sobretudo, na administração da Unidade, no emprêgo das verbas, na escrituração da carga e nos cuidados com o aquartelamento e com a faxina.

O Tenente Pachêco, nosso impecável almoxarife, tinha que ser, como era, um exemplo de devotamento ao dever e de zêlo profissional para trazer sempre em dia as exigências do Major João Gomes. Nenhum oficial de dia deixava de comparecer, religiosamente, ao horário da forragem, à pesagem da alfafa, ao rancho das praças ou à revista do recolher sem que o Major terminasse por sabê-lo. Nada fugia à sua fiscalização, diligente e rigorosa.

Extremamente meticoloso e exigente, observava-nos em todos os pormenores, sempre pronto para fazer uma observação. À maneira do educador antigo, êle como que se julgava pessoalmente responsável por qualquer pequeno senão que alguém fôsse capaz de assinalar na Unidade de que era, realmente, e em todos os aspectos, o "fiscal".

Lembro-me de uma advertência sua ao notar, uma vez que me faltava um botão na túnica. Eu dirigia o embarque de viaturas na composição ferroviária que nos levaria para a formatura de 7 de setembro. Ao prestar auxílio a um sargento, tive que socorrê-lo na subida da rampa de acesso, onde um carro emperrara. Nisso se me foi, não sei como, um botão pequeno do bolso da direita. Guardei-o, incontinentemente, a espera de uma oportunidade e de um jeito de resolver, depois, o problema. A falta não escapou ao Major João Gomes quando, terminada a operação de embarque, fui à sua presença para dar como cumprida a missão que recebera.

Apontando-me para um tanto amassado, perguntou-me pelo botão, ao que eu, explicando o ocorrido, mostrei-lhe que o trazia comigo. Como se fôsse a coisa mais natural do mundo, inquiriu-me prontamente: "Trouxe agulha e linha?" Meio surpreendido com a idéia, declarei-lhe que não, que não me ocorrera essa medida de providência. Aconselhou-me, então, a não omiti-la em outra formatura de tanta responsabilidade e, com a expressão vitoriosa de quem não se deixa nunca surpreender, resolveu o meu problema emprestando-me um pedaço de linha cáqui e uma agulha, que trazia consigo, acrescentando estas palavras de que nunca mais me esqueci: "pode guardar depois, que eu tenho a minha reserva".

Era assim o Major João Gomes, o General João Gomes Ribeiro Junior, falecido no ano passado. Durante a cerimônia do seu entêrro, que foi acompanhada por muitos dos seus ex-comandados, achamos que merecia uma homenagem especial da nossa parte. O General Octacílio Terra Ururahy, também da "velha guarda" do antigo 1º BE, sugeriu-me que ela lhe fôsse prestada pelas páginas desta tradicional "A Defesa Nacional", em cujas colunas o General João Gomes também colaborou.

Foi para tal fim que escrevo estas linhas, sem qualquer pretensão de estilo literário, mas apenas como testemunho da saudade e do respeito que nos inspira a memória de um Chefe militar excepcionalmente digno, que se orgulhava de pertencer e servir à Arma de Engenharia e tinha a alma e a têmpera dos antigos sapadores-mineiros.

SEGURO DE VIDA EM GRUPO

- SEM CARÊNCIA
- LIMITE DE IDADE, 54 ANOS
- DESCONTO MENSAL EM FÓLHA DE PAGAMENTO
- CAPITALS SEGURADOS:

		Custo mensal	
		Cr\$	Cr\$
1º)	Generais, Coronéis, maiores e respectivas espôsas	400.000,00	640,00
2º)	Capitães, tenentes, aspirantes e respectivas espôsas	240.000,00	384,00
3º)	Subtenentes, sargentos, civis e respectivas espôsas	160.000,00	256,00

A COMPANHIA INTERNACIONAL DE SEGUROS



está autorizada a oferecer esse seguro aos associados do GRÊMIO BENEFICENTE DOS OFICIAIS DO EXÉRCITO, já tendo em vigor a sua apólice SG, número 110, subscrita por inúmeros camaradas.

Os representantes do Grêmio estão autorizados a receber pedidos de novas inclusões dos associados que desejem ingressar também no seguro.

Dirija-se a eles e preencha o seu Cartão, amparando a sua família com mais esse benefício.

SAARA : CONSIDERÁVEIS RESERVAS DE PETRÓLEO

EDMOND SEE

Ao lado do petróleo que o Saara francês possui, em reservas consideráveis que serão progressivamente exploradas nos próximos anos, o gás natural parecia não dever desempenhar senão um papel secundário. Até um passado muito recente, êle representava apenas, efetivamente, uma ínfima percentagem dos recursos energéticos da União Francesa.

No entanto, a descoberta, em dezembro de 1951, da jazida de Lacq, nos Landres, e os esforços da Companhia Nacional de Petróleos da Aquitânia, para vencer as dificuldades atraíram rapidamente a atenção do público para o interêsse do gás natural como elemento de desenvolvimento industrial.

Em 1956, foi possível basear, na jazida de Lacq, todo um programa de equipamento que, em breve, produzirá cada ano, um volume de gás representando uma quantidade de energia equivalente ao décimo da produção das Charbonnages de France.

Nos Estados Unidos, a indústria do gás natural tomou rápido impulso, sobretudo depois da guerra. Sua produção quadruplicou em 16 anos. A parte do gás natural no abastecimento total dos Estados Unidos em energia, passou de 11,3% em 1940 a 29% em 1956. E ultrapassou a do carvão.

O desenvolvimento do gás natural parece dever ser ainda mais rápido da União Soviética. Ele apareceu em 1942, perto de Saratev. O sexto plano quinquenal soviético previa, para 1960, uma produção de 40 bilhões de metros cúbicos, ou seja sete vezes mais do que 1955.

Quanto à França, as recentes descobertas de gás natural do Saara, a despeito das distâncias e dificuldades de realização, abrem perspectivas análogas às dos Estados Unidos e da União Soviética, à industrialização da África do Norte e ao abastecimento em energia da França e da Europa Ocidental. Esses recursos completarão as de Lacq que podem, parece, ser avaliadas em 100 bilhões de metros cúbicos de gás purificado, o que corresponde a 6 e 15 milhões de toneladas de equivalente em carvão.

No Saara, a prospecção petrolífera, que começou no fim da última década, foi conduzida em cadência muito rápida. Resultados muito importantes já foram conseguidos. As primeiras descobertas diziam respeito, precisamente, as jazidas de gás natural. Até este dia, foram descobertas três jazidas, podendo produzir gás natural em escala industrial; o Ahnet, no sul de In-Salah, a jazida de Hassi-Messaud, a 80 quilômetros ao sueste de Ouargla, e a jazida de Hassi R'Mel, a 70 quilômetros ao noroeste de Ghargala. Convém, contudo, observar que, até agora, nenhuma dessas jazidas foi completamente delimitada. Tem-se apenas avaliações provisórias das reservas e das possibilidades de produção; as cifras anunciadas oficialmente só devem ser consideradas como níveis mínimos.

Na região de Ahmet, situada na margem norte do Hoggar, 20 poços foram perfurados. Oito se revelaram produtivos, mas embora a produção destas vastas extensões esteja ainda pouco desenvolvidas e o volume dos reservatórios mal conhecido, acreditamos poder avançar os seguintes algarismos:

Reservas prováveis — 10 bilhões de metros cúbicos;

Reservas possíveis — 100 bilhões de metros cúbicos.

A grande dificuldade das jazidas do Ahmet é a distância da Costa Mediterrânea, que não é inferior a 1.100 quilômetros, em números redondos, e o transporte ficaria muito dispendioso.

A jazida de Hassi-Messaoud foi descoberta em julho de 1958. É uma jazida de petróleo bruto de excepcional importância. Seus limites ainda não foram alcançados, mas é possível afirmar que as reservas orçam em centenas de milhões de toneladas e ultrapassam, provavelmente, dois bilhões. Espera-se, a partir de 1961, uma produção de 15 milhões de toneladas por ano. Isto acarretará, simultaneamente, a produção de 2 bilhões de metros cúbicos de gás natural, ou seja cerca de 9 milhões de metros cúbicos por dia.

A vantagem de Hassi-Messaoud é que a jazida se encontra a apenas 550 quilômetros da costa argelina e a 700 quilômetros de Bougie, a seguir-se o traçado previsto para o oleoduto para evacuação do petróleo.

A terceira jazida de Hassi R'Mel foi descoberta em novembro de 1956, na concessão de Berriane, da SN Repal. É ainda mal conhecida, mas já se pode afirmar que é uma jazida de classe excepcional, cuja reserva em gás natural eleva-se a centenas de bilhões de metros cúbicos e mesmo, segundo as declarações do ministro do Saara, Sr. Max Lejeune, em dezembro de 1957, em trilhões.

A distância de Hassi R' Mel até a costa é de apenas 430 quilômetros. Poder-se-á avaliar, apenas para a jazida de Hassi R' Mel, a produção em 40 bilhões de metros cúbicos por ano, isto é, o equivalente a 60 milhões de toneladas de carvão. Esta produção energética equivaleria a produção anual do conjunto das Charbonnages de France, que são de 59 milhões de toneladas (em 1957) e a mais da metade do consumo anual total de energia de toda espécie da França (112 milhões de toneladas do equivalente em carvão em 1957) e a 25 vezes o gás vendido pelo Gaz de France em 1957.

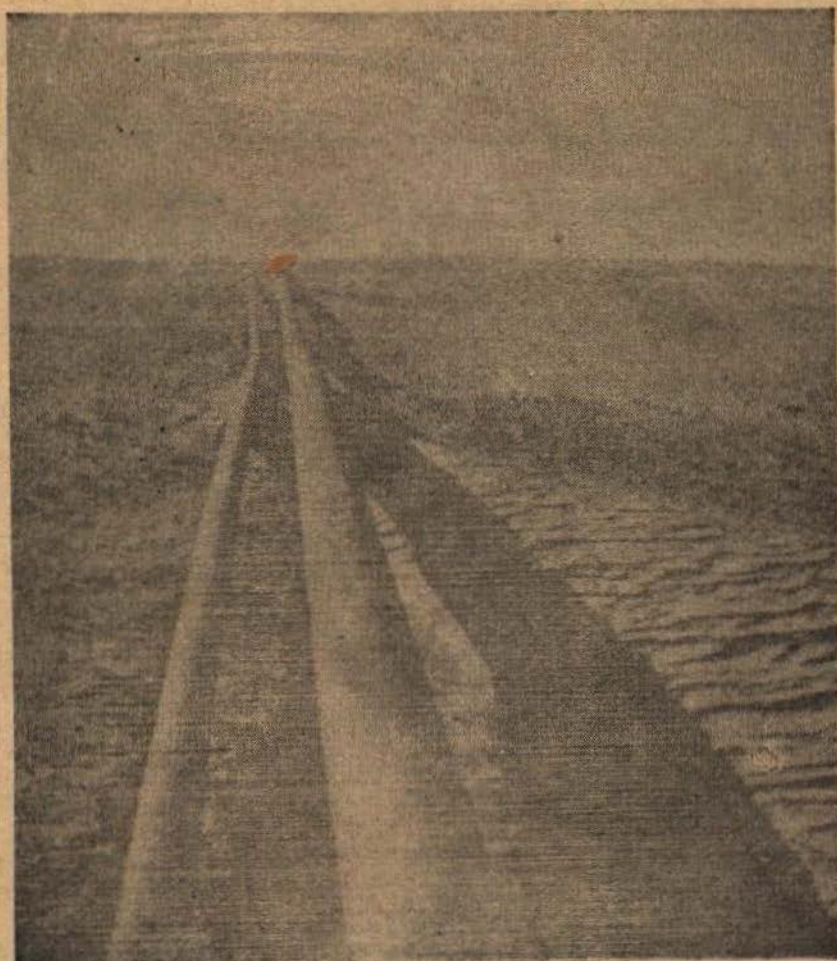
As jazidas de gás descobertas atualmente no Saara, e isso é apenas o princípio, constituem, portanto, imensas reservas. As possibilidades de produção ultrapassam largamente a escala francesa e estão na escala do continente.

O problema do transporte do gás é, naturalmente, primordial. Só se pode efetuar economicamente por meio de canalizações que exigem investimentos consideráveis.

Pressupõe clientes permanentes e estáveis. Mas o transporte de gás pela canalização a alta pressão só é barato se for transportado em grande quantidade e se o fornecimento é regular. Isto leva a considerar o transporte a grande distância unicamente para centros ou zonas de consumo suficientemente concentradas.

O primeiro esboço para a considerar para o gás natural do Saara é, sem dúvida, a Argélia. O primeiro consumidor possível seria a Electricité et le Gaz d'Algerre, estabelecimento público análogo à Electricité de France. Pode admitir-se uma taxa de desenvolvimento

permitindo um consumo anual de 400 milhões de metros cúbicos por ano, a partir de 1961.



OLEODUTO — Através deste oleoduto, corre o petróleo do Saara

Mas, para que a condução do gás natural de Hassi R'Mel e de Hassi Messacud para a Argélia não seja uma operação deficitária, seria preciso criar na Argélia grandes indústrias consumidoras de gás natural e capazes de duplicar pelo menos as necessidades da Argélia, quer procurar outros escoadouros, isto é, exportar gás natural, servindo a Argélia, de passagem. As duas soluções não se excluem. O gás do Saara chegará à Argélia a tempo de permitir o surto de uma industrialização indispensável da África do Norte.

Esta utilizará apenas uma fração bem fraca do potencial de proteção saariana.

Ora, os países da Europa Ocidental sofrem de uma grande penúria de energia. Eles a remediavam, até agora, recorrendo à importação de carvão americano e de petróleo bruto do Oriente Médio, importação paga em divisas, meio caro para um abastecimento precário. Única entre os países da Europa Ocidental, a França será, graças ao petróleo saariano, uma nação em condições de equilibrar seu balanço energético de 1956, e mesmo, de ajudar amplamente seus vizinhos e amigos.

Para o transporte para o continente europeu ocidental, estuda-se a liquefação do gás natural na costa argelina e sua travessia em navios especiais, no estado líquido.

Os americanos experimentam atualmente um pequeno navio "metaneiro", com capacidade para 2.000 toneladas de carga. Outra solução engenhosa e talvez mais adaptada a este vasto problema, foi proposta por Maurice Lemaire, antigo ministro, em seu livro tão sugestivo "Notre Destin à L'heure du Pétrole" — (Editions Hachette). Preconiza o transporte do gás natural do Saara por um oleoduto de grande diâmetro, ligando diretamente o campo de Hassi R'Mel à Metrópole, passando pela Argélia, Marrocos Setentrional e a Espanha, e atravessando o Mediterrâneo, quer em Gibraltar quer mais a leste, seguindo traçados tais como Oran Almería ou Mostaganem-Cartago.

Por estas breves indicações, vê-se bem porque a França pode encerrar com confiança seu futuro energético e os serviços que, dentro de alguns anos, ela poderá prestar a seus aliados políticos e econômicos.



GUANO — RIQUEZA PERUANA

Cond. pelo Ten-Cel WALTER PINTO DE MORAIS

Macabi, um dos abrigos de aves marinhas, é uma das ilhas enfileiradas como contas de um rosário ao longo do litoral peruano. Moram nessas ilhas dezenas de milhões de aves chamadas "guanayes" e "piqueros", cujos depósitos de guano constituem uma das maiores riquezas do Peru. As terras de agricultura de quase todo o mundo têm sido enriquecidas pelo guano peruano, provavelmente o melhor fertilizante orgânico existente.

Os "guanayes" são aves grandes, com 20 ou mais polegadas de altura. Eles normalmente se mantêm em atitude erecta, dando a impressão de estarem vestidos a rigor, com capote de penas verde-escuras e colête branco. Mas os anéis concêntricos de pele nua, verde e vermelha, que circundam seus olhos, dão-lhes uma expressão verdadeiramente bizarra.

Existe provavelmente maior quantidade de aves por jarda quadrada em Macabi do que em qualquer outra ilha de guano. Não obstante, o Governo Peruano espera desenvolver grandemente a criação dessas aves.

O "piquero" é uma ave de cabeça e corpo branco, com asas e costas malhadas de marrou, que se classifica em segundo lugar entre as aves marinhas peruanas produtoras de guano.

O litoral do guano se estende desde Mancora, no Norte do Peru, até as alturas de Antofagasta, na costa chilena.

Nesta cadeia de ilhas está situada a maior indústria de guano do mundo. Ali existem dezenas de milhões de "guanayes" e "piqueros", -- uma população alada sem igual em qualquer outra parte.

Ao longo de toda a costa peruana estão em desenvolvimento grandes colônias dessas aves. Guano é o grande negócio e é mais precioso que ouro para o Peru.

O emprêgo de resíduos orgânicos para melhorar as colheitas é provavelmente quase tão antigo quanto a agricultura. Os povos primitivos fertilizavam seus campos com peixe, plantas marinhas, cinzas de madeira e sais químicos em estado natural. Mas os excrementos de aves que se alimentam de peixe, quando encontrados em regiões de clima seco, que preserve as propriedades químicas do guano, têm sido reconhecidos sempre como o melhor de todos os fertilizantes orgânicos naturais.

As costas áridas do Peru e do Norte do Chile apresentam as condições ideais para a produção de guano da melhor qualidade, pois oferecem clima totalmente seco e grande quantidade de anchovas que servem de alimento para as aves marinhas.

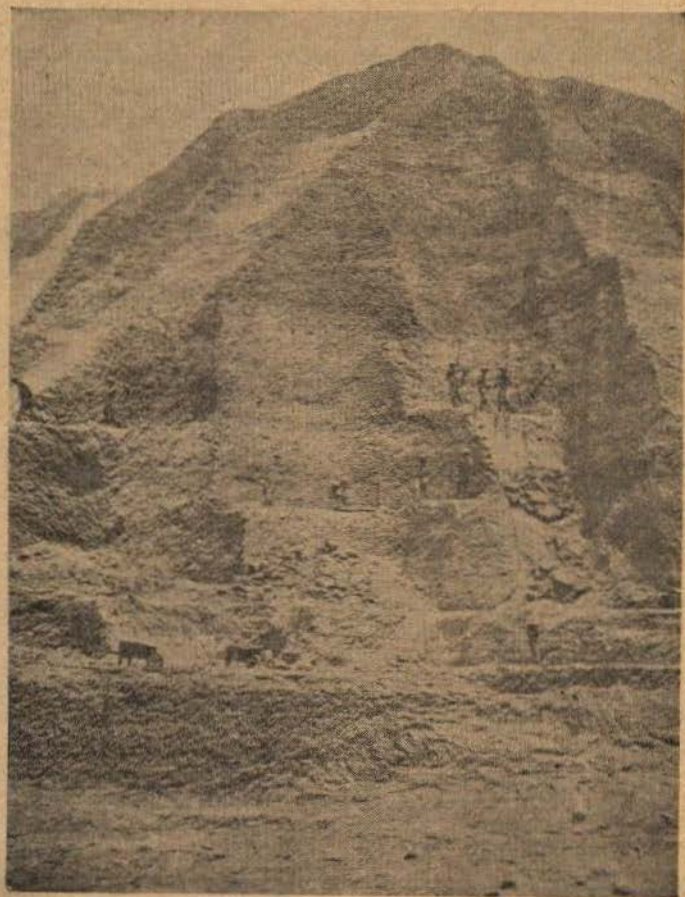
Esses pequenos peixes sustentam milhões de aves especialmente equipadas pela natureza para convertê-los em fertilizante da mais alta qualidade.

A barreira andina impede que as chuvas caiam na região costeira do Peru. Assim, nenhuma quantidade de guano é arrastada para dentro do mar e os montes acumulados desse produto conservam o nitrogênio, o potássio e o fósforo — importantes elementos do fertilizante.

Os imperadores incas já conheciam o valor dessas aves produtoras de guano e tratavam de protegê-las; era proibido matá-las. Sob ameaça de morte, os índios eram proibidos de lavrar a terra nas ilhas durante as épocas de reprodução.

CAMADA DE GUANO COM 150 PÉS DE ESPESSURA E 2.500 ANOS DE IDADE

Ornamentos de ouro e prata, pedras trabalhadas, figuras de madeira, cerâmica e fazendas, têm sido encontradas em profundidades da ordem de 60 pés enterrados dentro do guano, na ilha de Macabi e em outras ilhas.



Montanha de Guano

A comparação desses artigos com artefatos semelhantes originários do Continente, indica que a mais antiga dessas relíquias foi enterrada no século dezanove.

Desde que o guano se acumula numa proporção de 6 pés por século e que a camada mais grossa chegou a atingir 150 pés de espessura, antes de ser removida no século 19, conclui-se que fazem, pelo menos, 2.500 anos que alguns dos depósitos foram iniciados.

O guano é, entretanto, uma mercadoria relativamente nova no mercado internacional. Só cerca de 120 anos atrás foi que o mundo tomou conhecimento desse produto mágico e começou a procurá-lo, dando origem a uma orgia de exportação no Peru. Intoxicado pela prosperidade, o Governo Peruano dedicou-se a um único objetivo: extrair o guano tão rapidamente quanto possível, embarcá-lo para os Estados Unidos, Europa e outras partes do mundo e calcular os lucros.

Nenhuma atenção foi dada ao bem-estar das aves que produziam guano; nenhuma atenção para o enorme espaço de tempo exigido para a acumulação daqueles ricos depósitos.

Ninguém sabe exatamente quanto guano foi extraído. Somente no terceiro quarto do século dezanove, época em que a exportação atingiu o máximo, o Peru exportou cerca de 20.000.000 de toneladas de guano.

Após isso, com suas reservas de guano quase esgotadas, o Peru enfrentou um desastre em sua agricultura — pois o rico fertilizante é absolutamente essencial, juntamente com a irrigação, para a manutenção de suas fazendas. A extração de guano no ano 1909-1910 caiu a 48.809 toneladas, o que representava uma pequena fração das necessidades anuais do próprio país.

Uma geração de peruanos mais clarividentes e mais cultos, lamentando a loucura de uma exploração descontrolada, criou, em 1909, um organismo denominado "Administração do Guano", com a finalidade de restaurar, incrementar e conservar um de seus mais preciosos recursos naturais.

CIDADES DE AVES CRIADAS NO CONTINENTE

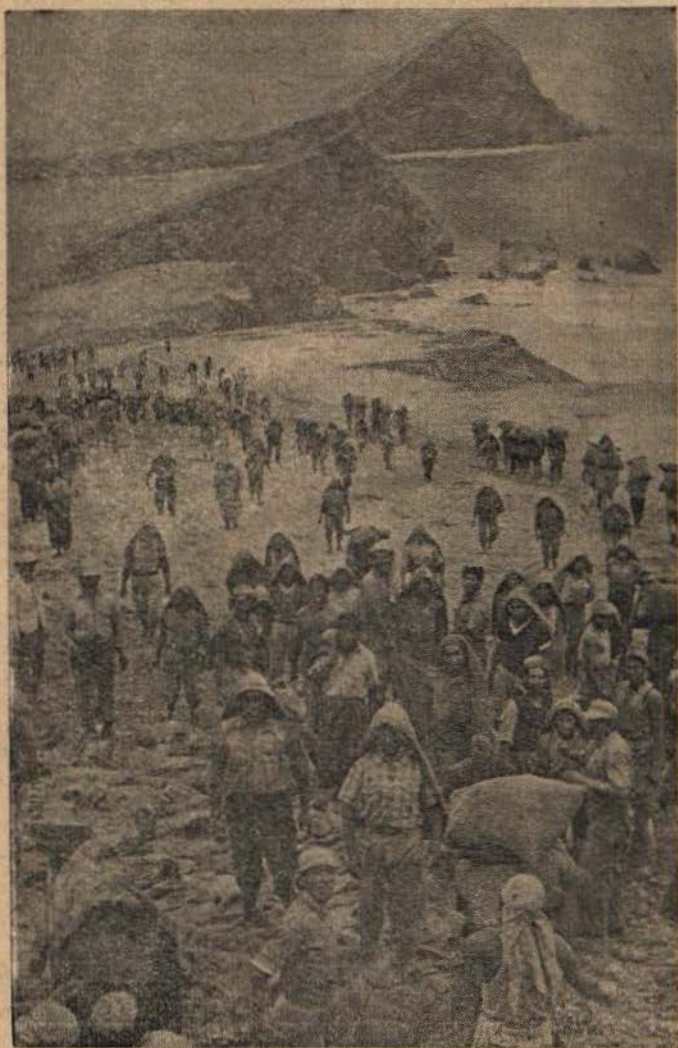
Normalmente as aves evitam o Continente. Nas ilhas nuas do Pacífico elas podem criar as suas ninhadas sem medo de ratos, gatos selvagens e zorros (raposas selvagens da costa).

Mas nem os "guanayes", nem os "píqueros" passam a noite no oceano. Ao fim do dia eles sempre procuram empoleirar-se nos promontórios do Continente.

Verificando que os "guanayes" normalmente passavam a noite numa certa península, em 1946, o Senhor Llosa determinou a construção de uma parede de concreto, com oito pés de altura, para fazer um isolamento no pescoço dessa península, a fim de criar uma proteção para as aves. Como mais um meio de precaução, criou também postos de guarda.

Esta experiência teve resultados surpreendentes. Em alguns lugares do Continente, onde anteriormente as aves descansavam somente em casos de emergência, elas agora vivem e se reproduzem, aumentando enormemente em número, protegidas por altas paredes. Algumas dessas colônias contam com milhões de aves.

Várias espécies dos corvos marinhos de vida longa têm ultrapassado, nos aviários, a 20 anos ou mais. A maioria dos "guanayes" morre, entretanto, dentro dos três primeiros anos.



Guaneiros em atividade

A curta vida dessas aves e seu grande sucesso na reprodução parecem estar relacionadas. Um "guanay" põe três ovos em cada ninhada, e consegue criar, em média, mais de dois filhotes. Cada casal de "guanayes", segundo as estimativas, cria dois filhotes por ano.

ALIMENTAÇÃO

Tem sido observado o movimento de outras criaturas nas águas costeiras. Esses movimentos são considerados, juntamente com as alterações nas correntes marítimas, ventos e nuvens, pressão barométrica e as temperaturas do mar e do ar, no planejamento das operações guano para as estações seguintes. Obviamente, a presente e sólida situação da indústria do guano repousa em muito mais coisas do que na mera proteção das aves. Essa indústria desenvolveu-se à medida que se teve melhor conhecimento de alguns fatores naturais, como o clima, as condições do oceano e a interdependência da vida no mar. Todos esses fatores afetam a vida das aves marinhas.

As aves produtoras de guano permanecem com boa saúde e em boas condições de produção, somente enquanto permanecem as condições atmosféricas normais. No litoral do Peru e no Norte do Chile isto significa diminuta ou nenhuma chuva.

Em épocas normais, o cinto de águas oceânicas frias, conhecido como Corrente Peruana, corre na direção Norte com abundante quantidade de alimentos. Conduz uma rica pastagem de plantas aquáticas e animais diminutos, que alimentam organismos maiores, inclusive as anchovas, que por sua vez constituem a fonte de alimentação das aves marinhas.

A certos intervalos, freqüentemente em ciclos de sete anos, as condições climáticas podem mudar. Chuvas caem nas regiões Norte e Central do Peru. Uma corrente quente e mortífera, proveniente dos trópicos, chamada "El Niño", surge na direção Sul, ao longo da costa, aquecendo as águas frias do oceano e secando a pastagem verde.

O resultado é a devastação. A vida marinha perece. Como um produto putrefativo, surgem do mar adoentado, bólgas de gás sulfídrico. Os marinheiros chamam o fenômeno de "Pintura de Callao", visto ela transformar em feio marron a pintura branca dos navios.

Como este fenômeno só ocorre raramente, a ampliação das colônias de aves, particularmente das que ficam fora do seu raio de ação, no Sul do Peru, aumentará os depósitos anuais, de guano, e assegurará o suprimento necessário. A produção de guano deve aumentar na razão direta da criação de novos locais abrigados para as aves fazerem seus ninhos, desde que elas possam encontrar a enorme quantidade de pequenas anchovas que necessitam para sua alimentação — quantidade esta estimada atualmente em 3.000.000 de toneladas por ano. A alimentação dessas aves ainda não constitui problema.

As anchovas estão, entretanto, tendo uma grande procura, pois existem fábricas que as transformam em alimento para o gado e para as aves domésticas. E como a maior parte desta nova produção de alimentos apresenta lucros de exportação, as companhias de pesca têm pressionado o Governo a considerar essa indústria como uma valiosa fonte de renda para as épocas apropriadas.

Essa exploração ameaça, entretanto, o negócio do guano e também a alimentação regular dos peixes, pois que as anchovas constituem o alimento não só das aves marinhas, como de peixes maiores, como o bonito e a tuna.

Por tais razões, o Governo Peruano já criou limitações para o uso industrial das anchovas ou anchovetas.

Desde que as aves marinhas passaram a ser cuidadas pelo homem, em 1909, seus lugares de habitação permaneceram seguros. Livre dos desastres do passado e com as lições amargamente apreendidas, a indústria do guano teve uma grande evolução. Hoje em dia as ilhas de guano peruanas e as cidades muradas do Continente são, sem sombra de dúvida, os mais impressionantes abrigos de aves marinhas em todo o mundo.

(Síntese do trabalho de autoria de ROBERT CUSHMAN MURPHY, publicado na edição de março de 1959 do "The National Geographic Magazine").

MAJOR OTÁVIO TOSTA

A Diretoria agradece ao Major Tosta todo o interesse que vem tomando em prol do engrandecimento de nossa Revista. Oficial de elevados dotes de inteligência, o Major Tosta tem colaborado eficientemente nos setores da Geopolítica e Admissão à ECEME, assuntos em que é profundo conhecedor. Ao completar um ano de colaboração, a Diretoria vem de público, apresentar seus mais penhorados agradecimentos.



N. 12-59

Coordenador: Major OCTAVIO TOSTA
da Seção de Geografia e História do EME

EDITORIAL

"Primeiro Aniversário da Seção de Geopolítica" — OCTAVIO TOSTA, Maj.

I — DOCTRINA

"Aspectos Geopolíticos do Mar" (conclusão do número anterior)
— 2. "Possibilidades Imediatas da Aviação" — EVERARDO BACKHEUSER, Prof.

"O Poder Nacional" — "Seus Fundamentos Geográficos" — MARIO TRAVASSOS, Mal.

"Os Fatores Políticos no Condicionamento do Conceito Estratégico Nacional" — FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARAES, Prof.

"Escolas Geopolíticas" — JOÃO MENDES DA SILVA, Brig do Ar Eng.

II — ESTUDOS E ENSAIOS

"O Problema Vital da Segurança Nacional" — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel.

III — GEOPOLÍTICA DA BOLÍVIA

"Bolívia, Impressionante Expressão Geopolítica" (conclusão dos números anteriores) 3. "Problemas e Soluções" — OCTAVIO TOSTA, Maj.

IV — CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO

Academia Militar das Agulhas Negras — Programa de Geopolítica
— OCTAVIO TOSTA, Maj.

V — ARTIGO ESTRANGEIRO

"O Espírito da Geopolítica" — TOMAS GREENWOOD (Trad. p.
Heitor Ferreira, Ten).

VI — O LIVRO DO MES

"Problemas do Brasil" — Cel Adalardo Fialho (Edição da Biblioteca do Exército) — comentário por GERALDO MAGARINOS, Ten-Cel.

*
* * *

As declarações expressas nos artigos da **SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA** são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores e não implicam no endosso oficial às opiniões ali contidas.

A matéria divulgada na **SEÇÃO** pode ser reproduzida em livros, jornais ou revistas, exceto quando sejam expressamente reservados os respectivos direitos. As transcrições deverão consignar a fonte e, no caso de artigos assinados, deve ser referido sempre o nome do autor.

Solicitamos dois exemplares da publicação que transcrever matéria da **SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA**. A correspondência deve ser endereçada ao Major Octavio Tosta — "A Defesa Nacional" — Ministério da Guerra — Rio de Janeiro, Brasil.

EDITORIAL

PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DA SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA

No mês de abril do ano passado, imaginamos organizar esta "Seção de Geopolítica" com os seguintes objetivos:

— divulgar conhecimentos de Geopolítica e focalizar problemas geopolíticos no quadro mundial;

— mostrar o desenvolvimento da Geopolítica na América Latina e apresentar os geopolíticos latino-americanos mais destacados;

— estudar problemas geopolíticos do Brasil e da América Latina.

Para concretizar a nossa idéia, solicitamos, inicialmente, o concurso de três companheiros de grande valor: o Coronel Golbery do Couto e Silva, o então Major Geraldo Magarinos de Souza Leão (atualmente, Tenente-Coronel) e o Tenente Heitor Aquino Ferreira.

Por uma feliz coincidência, todos os três foram primeiros alunos de turma e, por ocuparem tão diferentes degraus na hierarquia militar, haverá, certamente, maior facilidade para a continuidade da "Seção".

Posteriormente, passamos a contar com outros excelentes colaboradores, como o Tenente-Coronel João Batista Pessoa (hoje, Coronel), o Coronel Omar Emir Chaves, o Tenente-Coronel Carlos de Meira Mattos, o Tenente Alvaro da Fonseca Vieira Filho e o Major Cláudio Leig.

Neste número comemorativo do primeiro aniversário, apresentamos, com intenso orgulho, trabalhos preciosos de outros eminentes estudiosos do assunto, como o Marechal Mário Travassos, o Professor Fábio de Macedo Soares Guimarães e o Brigadeiro-do-Ar Engenheiro João Mendes da Silva.

Além dos trabalhos dêsses excelentes colaboradores já citados, temos transcrito artigos das seguintes autoridades no assunto: Professor Everardo Backheuser, Marechal Ignacio José Veríssimo, Professor Pierre Monbeig, General Ramón Cañas Montalva, General Benjamin Rattenbach, Tenente-Coronel Galvarino Montaldo, Professor Angel Rubio, Tenente-Coronel John Kieffer, Dr. Alfredo A. Kolliker Frers, Tenente-Coronel Jorge E. Atencio e Tomas Greenwood.

A "Seção de Geopolítica" tem encontrado grande receptividade, não só, entre os estudiosos do país como, também, entre os intelectuais estrangeiros.

Já recebemos manifestações de apoio de geopolíticos de países amigos e, com satisfação, consignamos as seguintes:

"Permita-me felicitarlo, así como a la Dirección de la revista "A Defensa Nacional", por la hermosa presentación y contenido que tiene, y a Ud, en particular..."

Tte-Cnl ROBERTO GONZÁLES POLAR
(Do Exército Peruano)

"He tomado atenta nota de los fines que persigue la Sección de Geopolítica que usted, con verdadero acierto ha organizado en la revista "A Defensa Nacional".

Tnte-Coronel JULIO H. MUÑOZ
(Do Exército Equatoriano)

Ao encerrar este Editorial, desejamos agradecer aos companheiros que com o seu reconhecimento têm proporcionado um grande estímulo à "Seção"; à direção da "A Defesa Nacional" pelo apoio irrestrito que nos tem proporcionado e aos funcionários do Gabinete Fotocartográfico e da Imprensa do Exército pela extrema cooperação prestada.

Major Octavio Tosta
Coordenador da Seção de Geopolítica

I — DOUTRINA

ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DO MAR

(*) EVERARDO BACKHEUSER

(Conclusão do número anterior)

2. POSSIBILIDADES IMEDIATAS DA AVIAÇÃO

A apresentação acima das características dos seis principais mares e oceanos foi feita atendendo a seu comportamento na "era da navegação", aquela em que se tem vivido, desde a antiguidade, e particularmente desde as vizinhanças do século XV até hoje. O fator novo que começa a agir — ou seja, o avião — realizou em três décadas assinaláveis avanços e lhe é lícito reclamar desde já atenção para o que possa efetivar de transformação no mundo.

Quem queira comparar um avião, mesmo dos grandes, com um navio de carga, mesmo dos pequenos, há de se impressionar pela diminutíssima capacidade de transporte do primeiro. Economicamente por ora o uso do aeroplano só convém a mercadorias preciosíssimas. As demais continuam sendo carregadas nos barcos. Sem dúvida, é assim. Mas assim foi também no início da era da grande navegação, e remontando mais ao passado, no início da própria civilização. Os carregamentos das caravelas que se arriscavam aos tormentosos mares do Índico e do Atlântico eram exclusivamente de material precioso, porque muito caro, e que a Europa fazia gosto em adquirir mesmo pelos preços fabulosos das caravanas. As madeiras de tinturaria, pau-brasil, pau-campeche, etc., constituíam também material valiosíssimo na época. Só pouco a pouco as embarcações foram aumentando de calado e de arqueação e ganharam velocidade, e transportaram tudo, progressos esses que se acentuaram com o advento da máquina a vapor, do uso do carvão e do óleo diesel. Mas tudo isso evoluiu muito lentamente. O paralelo se torna ainda mais esmagador ao se buscar confronto com os pequeninos barcos a remo. As trirremes que se celebrizaram na batalha de Salamina seriam como faluas e alvarengas pouco maiores que as canoas em que índios, franceses e portugueses pelejaram nos últimos milésimos do século de mil e quinhentos na baía do Rio de Janeiro. Este exemplo é índice do vagarosíssimo evoluir dos meios de navegação. Comparai,

(*) O Professor Everardo Adolpho Backheuser faleceu em 1951, aos 72 anos de idade. Possuía os Cursos de Engenharia Geógrafo e Engenharia Civil pela antiga Escola Politécnica (atual Escola Nacional de Engenharia). Exerceu o Magistério em diversas escolas, destacando-se: Escola Politécnica, Instituto Rio Branco, Faculdade Católica de Filosofia, Faculdade de Filosofia de Santa Ursula. Após ter se destacado como engenheiro, geólogo, geógrafo, escritor, mestre emérito e educador empregou sua peregrina inteligência na difusão da Geopolítica no Brasil. Com esse objetivo escreveu numerosos trabalhos sobre o assunto. O seu primeiro livro sobre Geopolítica — "A Estrutura Política do Brasil" veio à luz em 1926. Foi membro de diversas sociedades literárias e científicas. (Referências: v. "Everardo Backheuser, Precursor da Geopolítica no Brasil" in "A Def. Nac." ns. 532-33/58, págs. 139-161).

por outro lado, a capacidade de transporte em peso, em volume e em velocidade, entre uma mala-postal e um trem elétrico, entre uma caravana e uma frota do possantes caminhões de carga, e tereis outro símile para encorajar fagueiras previsões para o avião.

Pode-se, por exemplo, imaginá-lo, sem perigo de erro, muito mais veloz do que atualmente nos fantásticos recordes já atingidos. Pode-se concebê-los cada vez maior, em volume e peso, em função apenas de capacidade propulsora, ao contrário do que se dá com os navios cuja linha de mergulho está condicionada a dispendiosas possibilidades de dragagem junto ao cais de acostamento. Pode-se figurá-lo em comboio, como um trem de ferro, dispondo de um avião motor de planadores rebocados. Pode-se, em uma palavra, idealizá-lo, para breves dias, como possuidor da mesma soma de melhoramentos técnicos já usufruídos pelos meios de transporte terrestres e marítimos, sem, como sucede ao primeiro, haver a limitação de marchar sempre por uma linha de trilhos ou pela faixa pavimentada das rodovias, sem, por outro lado, como sucede nos navios, ser forçado a se deslocar apenas sobre uma superfície, a superfície das águas. Pelo aeroplano alcança-se o deslocamento a três dimensões e ao mesmo tempo com as técnicas quintessenciadas dos outros meios de locomoção.

Aliás convém frisar que ao se falar em "era da aviação" não se está pensando na supressão ou aniquilamento do transporte terrestre e marítimo. Todos continuarão a atuar, cada qual a seu modo e visando seu fim. O trem não matou a carruagem, do mesmo modo que o advento do automóvel não significou o desaparecimento das estradas de ferro. A navegação fluvial, quando no seu clímax, sempre teve a concorrência dos outros meios de transporte terrestres. E a navegação marítima, esta, jamais poderia imaginar-se verdadeiramente eficiente sem o auxílio cotidiano das ferrovias e das rodovias, que levam para os portos ou para o interior as mercadorias e passageiros a embarcar ou desembarcar. A alusão a uma "era da aviação" traduz tão-somente uma era de muito valor intrínseco desse meio de comunicação de supremacia se se quiser, não porém de exclusividade. Considerar-se-á, pois, a era da aviação dentro dessas evidente restrições, mas, considerar-se-ão também como antecipadamente conhecidas suas vantagens totais, por não ser temeridade tê-las como de possível ou quase certa realização dentro de curto prazo.

3. CONSEQUÊNCIAS GEOGRÁFICAS

Postas as premissas acima e reavivada a memória respeito ao papel geopolítico dos mares pela resenha debuxada, sejam agora encaradas as consequências que a aviação trará às leis geográficas tradicionais, em particular quanto ao caso em foco, o mar.

Fronteiras — O primeiro caso geográfico que a aviação levanta é o da fronteira. Há, ou deve haver, uma fronteira aérea? Deve a navegação aérea ser livre como a de alto mar ou cumpre opor-lhe restrições?

Antes dos geógrafos, já refletiram sobre a hipótese, e a discutiram, e de certo modo a resolveram, de um lado, teoricamente, os tratadistas de direito internacional, e, de outro, pelo lado prático, de aplicação imediata, os governos dos diversos Estados, de *per si*, ou em convenções que firmaram preceitos jurídicos. A geografia cabe, apurando as conclusões, censurar a doutrina mais razoável. E esta é:

1º) que cada Estado mantém sua soberania sobre as atividades desenvolvidas em toda a coluna de atmosfera tendo por base seus limites terrestres e os da orla das águas territoriais;

2º) que o trânsito nessa coluna de ar é, porém, livre a todas as nações com a ressalva apenas das restrições que os regulamentos locais consignem, sobre, por exemplo: pontos de aterrissagem, fiscalização de passageiros e carga, voo sobre fortificações, etc.

Houve quem pretendesse equiparar a atmosfera aos oceanos quanto ao estabelecimento, para aquela, de uma camada junto ao solo dentro da qual — e apenas dentro da qual — o Estado subjacente exercesse sua soberania. Assim como existe uma orla de “mar territorial”, existirá também uma fatia de “ar territorial”. Logo, porém, evidenciou-se a impossibilidade prática de firmar esse princípio teórico, pois mesmo viajando o avião acima de uma “camada territorial” muito espessa (por exemplo acima de 500 m) seria possível o exercício da espionagem (com aparelhos de telefotografia), o lançamento de boletins subversivos, a descida de pára-quedistas, a disseminação de germes patogênicos, etc.

A nenhum desses perigos está sujeita a soberania do Estado pelo uso livre do mar alto. O *Mare liberum* não se pode constituir local de sorteiras agressões, o que não acontecerá se ao ar, isto é, a toda a coluna de atmosfera, fossem outorgadas idênticas regalias. Ao símile a que se apegavam os teóricos opôs-se felizmente o bom senso dos governos, e não se fez vitoriosa a doutrina exageradamente internacionalista, ou melhor, tendenciosamente imperialista.

Para o uso do avião sobre o mar não há, porém, motivos para restrições. Assim como a navegação superficial é livre, de igual sorte a navegação aérea. Liberdade em todos os níveis, das profundidades submarinas às vertiginosas alturas da estratosfera e ainda acima. *Ad coelum et ad inferos...*

Valor do espaço — Com a aviação modificar-se-á a noção fundamental de espaço antropogeográfico. O espaço dessa natureza não se mede em milhas ou quilômetros, mas em tempo, em horas e minutos.

Interessante e elucidativo seria o traçado de uma carta mundial de isocrônicas, lugar geométrico dos pontos atingidos na mesma unidade de tempo. Vê-se como o mundo tem “minguado” quando se faz estudo comparativo de cartas de certas épocas críticas para a velocidade. Há vários saltos bruscos: quando se passa da marcha de pedestre para a marcha do cavalo, ou da carruagem para o trem, ou para o automóvel, e bem assim da navegação a remo para a navegação a vela, e desta para a propulsão a vapor. Há, além disso, a contar também com a alteração das isocrônicas em virtude de aperfeiçoamentos dentro de cada tipo. Dentre todas as modificações nas cartas de “curvas de igual tempo”, a que se mostra nitidamente de forte desnível é a que coincide com o aparecimento da aviação. Uma carta desse gênero fala mais alto que quantas eruditas dissertações sejam feitas sobre o momentoso assunto.

Tudo quanto os tratadistas, a começar em Ratzel, escrituravam em parcelas favoráveis ou desfavoráveis aos grandes espaços, ou seja, quanto aos predicados conferidos aos países de extensa área, terá de ser alterado, e a partir dos alicerces, devido à aviação. Por “espaços grandes” entendiam-se aqueles que exigiam dias ou mesmo semanas para ser atingidos em suas extremidades (Império Britânico, Estados Unidos, Brasil). Hoje essas distâncias são vencidas em horas. Diluíram-se, desse modo, certos elementos de centrifugismo político, uma das causas de despedaçamento do Império Romano e, mais tarde, do parcelamento do Império Colonial Hispânico-Americano em princípio do século XIX.

O que se disse para os países dir-se-ia para os mares. Com a aviação também os oceanos encurtaram. Sua característica de separador de povos é hoje muito menor que há cinquenta anos, enquanto seu poder coesivo incrementou-se, pois cargas e passageiros o transpõem com maior facilidade. Avoluma-se, em consequência, o valor geopolítico dos mares, quer na paz, quer na guerra. As facilidades, de agora por diante, serão muito apreciáveis para a deslocação de “massas” (migrações, exércitos) e para a remessa de mercadorias e armamentos. Em uma palavra, a diminuição das distâncias faz crescer o valor político das áreas ocupadas pelos oceanos, embora a importância dos mesmos à superfície, em relativa proporção, haja sofrido.

Portos e Aeroportos — Também se alterou o valor imenso das "situações" (Laje), pelo menos das "situações" junto ao mar. É sabido o imenso destaque emprestado nos livros de antropogeografia às situações marítimas. Era o mar a única maneira de um povo se pôr em contato ao mesmo tempo com todos os demais países da Terra. Daí o esforço para conquistar tais situações marítimas. Todos os povos queriam, por certo, ser possuidores de costas e nenhum que possuísse maritimidade gostaria de perdê-la. Continuará daqui por diante a ser assim? Em parte, sem dúvida, mas com muito menos calor que anteriormente. Quando se puder transportar em trens aéreos — e será breve — toneladas do nível de grandeza das atualmente conduzidas nos grandes cargueiros transatlânticos, então as "situações interiores" nada terão a temer das marítimas, pois as igualarão, ou, melhor, as sobrepujarão.

E pode-se falar em "sobrepujar", porque as cifras de construção e manutenção de um porto marítimo, a adaptação das condições topográficas e hidrográficas requeridas para sua instalação, e os serviços de dragagem são tão onerosos que não podem de modo algum entrar em confronto com o do mais complexo e vasto aeroporto.

Em uma palavra, a aviação esbateu fortemente, se não extinguiu de todo, o valor das situações marítimas em sua estruturação geopolítica.

Ilhas e Estreitos — A aviação afeta de perto, em seu surto acelerado, a valorização magnífica obtida pelas ilhas oceânicas e pelos estreitos na era da navegação. As ilhas eram largamente aproveitadas para aguada, para depósitos de carvão e óleo combustível. As potências marítimas, por isso, gulosamente delas se apropriavam ou as compravam, ou as alugavam em todo ou em parte. A aviação cada vez menos precisará dêles, pois, cada vez mais, os vãos se fazem diretos. Essa desvalorização de ilhas será também um desfalque para a potencialidade política e econômica dos mares.

Igualmente os estreitos. Formando no rendilhado das terras e mares forças caudinas para o tráfego marítimo, possui-os era segurar as chaves das portas de acesso a certos caminhos. Tomar conta dos estreitos foi diretriz governamental das potências navais, e a Inglaterra saiu-se airoso da empreitada amontoando em seu mealheiro a melhor porção. Também se abala o prestígio secular dos estreitos com o advento imponente da aviação.

Esporões Continentais — Mais do que os estreitos, valem no dia de hoje as bases aéreas. Estas é que são as procuradas pelas grandes potências. Sente-se, embora não haja sido claramente revelado ao grande público, que há, de parte dos Estados que aguçam as garras para os próximos conflitos armados, o planejamento de um reticulado cobrindo a superfície das terras e dos mares de nós de aviação. Reticulado gigantesco, mas harmônico. Os nódulos dessa rede, variáveis em grandeza e importância, serão os aeroportos, de maior ou menor vastidão e aparelhamento, conforme os objetivos que visarem, ou só de guerra, ou só de paz, ou servindo, de acordo com as oportunidades, aos dois objetivos.

Uma vez concluída a execução do planejamento, destacar-se-ão certas localizações geográficas como de importância capital. É de prever que esses postos caibam aos esporões continentais, que como pontas de lança se intrometem pelo mar adentro. Um dêles, o Nordeste brasileiro. Outro, a Islândia, que, apesar de ser uma ilha, apresenta em relação à Europa o papel de esporão. Dêsses pontos os aviões alçam vôos diretos, e, sem perda de tempo em novas aterrissagens, entram logo a cruzar os mares.

As ilhas do Pacífico representam também outros tantos nós do reticulado aeroviário, bem como Ceilão e inúmeros pontos do Império Moscovita na Rússia européia, Sibéria e próximo dos Dardanelos.

(Transcrito da Revista "Vozes de Petrópolis", de Set/Dez 58.)

O PODER NACIONAL — SEUS FUNDAMENTOS GEOGRÁFICOS

Marechal MARIO TRAVASSOS (*)

1ª PARTE

1. A Geografia nasceu, sem dúvida, da necessidade de se estabelecerem os nexos entre os fatos naturais e os fatos humanos.

De começo, quando as ciências naturais e as ciências humanas se encontravam embrionárias, primavam as ciências naturais sobre as ciências humanas cuja evolução foi, como não podia deixar de ser, mais lenta que a das ciências naturais.

Dêsse descompasso é que se origina a tendência geodeterminista, de extensa e profunda repercussão política, conforme se pode concluir do postulado pelo qual "a política dos Estados está escrita em sua geografia".

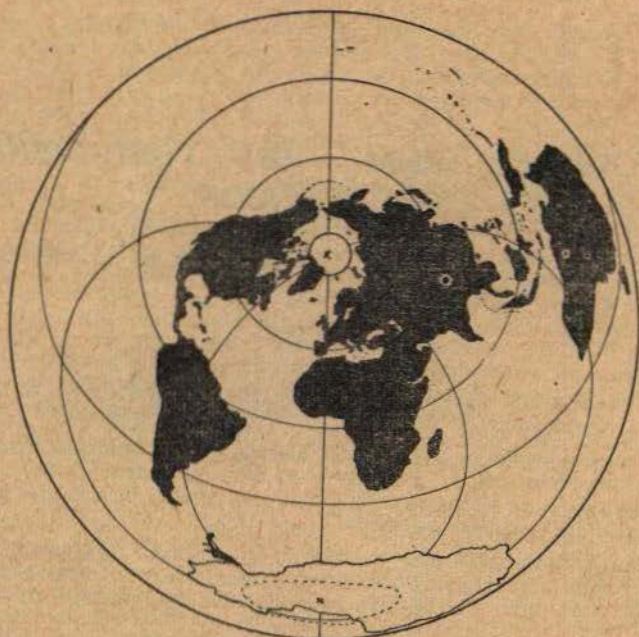
O determinismo geográfico decorreu assim do método comparativo para os estudos geográficos, do esforço para a classificação dos diversos países ou regiões do globo terrestre, de umas vezes referidas ao clima, de outras à morfologia geográfica, em busca de definição política ou econômica dos Estados ou Nações, quanto ao comportamento de suas gentes, à sua riqueza ou pobreza, em uma palavra, ao seu Poder.

Os fatos históricos muito contribuíram para o fortalecimento determinista nos domínios da Geografia, notadamente por sua aparente repetição.

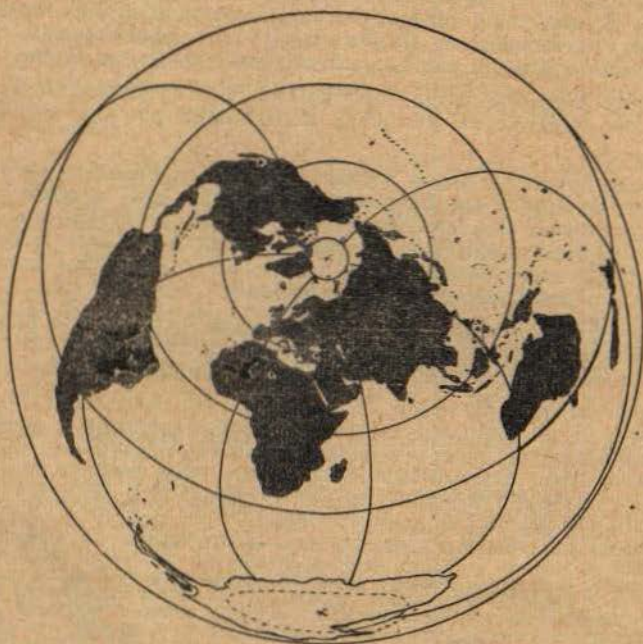
A verdade, porém é que, apesar de certa estabilidade quanto a alguns aspectos ligados aos fatores geográficos de base, a evolução científica logo aplicada ao campo industrial, cada dia liberta mais o Homem das contingências geográficas, da submissão ao meio, para torná-lo, na mais larga expressão do termo, ele próprio, fator geográfico de primeira grandeza, em particular quanto aos desígnios políticos.

O vertiginoso robustecimento das Ciências Sociais, como aglutinante das ciências naturais e humanas, representa, por sua vez, papel decisivo para a conceituação possibilista na Ciência Geográfica, à base de que

(*) O Marechal Mário Travassos possui o Curso da Escola de Estado-Maior do Exército, da Escola de Guerra Naval e da Escola Superior de Guerra. Foi integrante da Força Expedicionária Brasileira que lutou no T. O. da Itália durante a 2ª Guerra Mundial; Instrutor nas Escolas Militar, de Aperfeiçoamento de Oficiais e de Estado-Maior; organizou e comandou a Escola Preparatória de Fortaleza; comandou a Escola Militar de Resende; organizou e comandou a Academia Militar das Agulhas Negras (antiga Escola Militar de Resende). Após ter exercido com raro brilho as funções de Diretor de Ensino do Exército, na qual organizou e dirigiu o célebre "Seminário de Ensino do Exército", foi transferido para a Reserva, continuando, porém, graças à sua excepcional inteligência, a produzir excelentes estudos. Dentre os seus valiosos trabalhos destacam-se: "Projeção Continental do Brasil", "Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras" e "As Condições Geográficas e o Problema Militar Brasileiro".



CENTRO EM LONDRES



CENTRO EM MOSCOU

sempre se parte, evidentemente, de *características geográficas* à procura, porém, da neutralização de contingências geográficas inadequadas aos objetivos políticos a serem atingidos.

Por meio dessa elaboração é que se manifesta o *possibilismo geográfico* e é nesse quadro possibilista que o Homem encontra seu lugar como *fator geográfico* de primeira grandeza, convém insistir.

O motor de combustão interna aplicado a todos os tipos de veículos, em particular quanto ao mais pesado que o ar; a disponibilidade de múltiplos meios de comunicações radiocelétricas e as possibilidades decorrentes da energia nuclear, é certo que completam, em definitivo, a figura do Homem como fator geográfico, como elemento modificador do meio por excelência, como símbolo do *possibilismo geográfico*.

2. O Espaço e a Posição, como fatores geográficos de base, são, em última análise, os elementos que condicionam as *características geográficas* de uma região ou Estado, do mesmo passo que, por contínuas interações, configuram determinadas *contingências geográficas*.

O Espaço Geográfico contém as condições morfológicas, climáticas e botânicas que influem, em grau diverso, sobre o comportamento do homem no grupo social, ou seja, sobre os gêneros de vida. A Posição Geográfica, a seu turno, esboça o quadro das condições políticas e assim estimula a atividade política do grupo social.

Mas é preciso fique bem entendido que o Espaço, para que realize suas potencialidades, para que conte politicamente, requer seja *organizado*, tal a diferenciação dessas potencialidades. Do mesmo modo, o conceito da Posição não pode restringir-se à sua determinação astronômica, senão que deve ainda vincular-se, sob outros aspectos, ao quadro de sua relatividade.

Finalmente, as constantes ações e reações entre o Espaço e a Posição devem ser expressas, do ângulo político, em termos de *circulação*, donde a importância da *geodinâmica* quando se trate de apreciar o Poder Nacional em função de seus fundamentos geográficos.

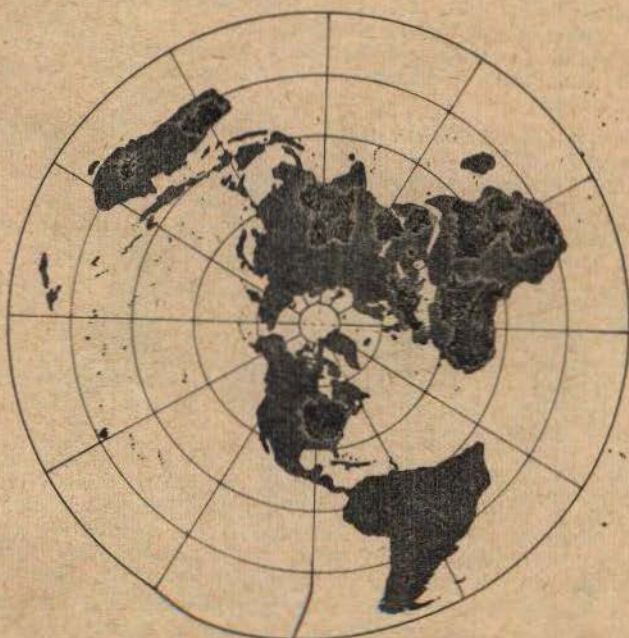
Até o século XVIII, inclusive, a consideração do Espaço resumia a ambiência, o meio ao qual fatalisticamente devia estar sujeito o homem.

De um lado, a apoucada capacidade dos meios de transporte e comunicações alimentava a tendência ecológica; de outro, a inexistência de estudos discriminadamente geográficos, reduzidos, então, aos trabalhos de observação e classificação regionais, realizados, em regra, por naturalistas, eram referidas apenas às circunstâncias topológicas e climáticas. As influências da Posição ficavam restritas ao seu papel na configuração climática.

Assim é que Montesquieu ("L'Esprit de Lois"-1748) defende a tese da superioridade do homem do clima frio sobre o dos climas quentes e tropicais, influenciado, sem dúvida, pela localização das grandes potências de então (Inglaterra, Holanda, Suécia e Prússia) e pelo regime escravagista imposto sobre povos de regiões quentes ou tropicais. Do ponto-de-vista topológico, a uniformidade do relevo sobre vastas regiões contribuiria para o advento de grandes impérios, como se verificava em presença dos infindáveis maciços asiáticos. Inversamente, a variedade topológica dava lugar a grande número de pequenas unidades políticas, como ocorria na Europa.



CENTRO EM S. LUIZ



CENTRO NO POLO NORTE

Do meado do século XVIII em diante é que começa a evoluir a conceituação geográfica, pode dizer-se que com Turgot através do seu "Discurso sobre a História Universal" (*Discours sur l'Histoire Universelle*) e seu opúsculo intitulado "A Geografia Política" (*La Geographie Politique*), autêntico escândalo para a época.

Sem embargo, conviria citar marcante episódio determinista, provocado por Buffon, a propósito da Independência dos Estados Unidos, sobre as possibilidades de povoamento do seu território. As plantas e animais que para lá se enviassem não dariam senão produtos degenerados; os próprios índios pareciam carecer de vitalidade; o clima e o solo eram inadequados como base para uma riqueza suficiente a um grande povo e os homens livres que lá se estabelecessem logo degenerariam sob a influência do meio físico.

Contra tais assertivas reagiu a Sociedade Americana de Filadélfia, afirmando, após acaloradas discussões, que o meio físico poderia ser hostil e mesmo mau, os americanos, porém, iriam raspar toda essa natureza bruta, suprimir suas manifestações hostis, e os próprios índios se necessário, e, graças aos progressos da ciência e às máquinas, reconstituíram suas terras de modo a organizarem um país para o seu uso e gozo.

Nesse episódio destaca com apreciável nitidez homem-fator geográfico, no caso resultante do puritanismo calvinista e do racionalismo do século XVIII, de qualquer modo do homem como elemento modificador do meio, em que pese certo exagêro caricatural de Buffon.

*
* *
*

3. O século XIX surge sob o signo da Revolução Francesa e deverá sentir o impacto da Revolução Industrial.

Do ponto-de-vista político e jurídico verifica-se a independência dos países sul-americanos e da Grécia, bem como a secessão da Bélgica. As aspirações populares acentuam seu caráter *nacional* quanto à política externa, e *social* quanto à política interna. A vontade nacional é que conta na organização política dos territórios.

No campo filosófico Schopenhauer conclui que o meio físico não vale senão como representação do que dêle se queira fazer; Augusto Conte pretende indicar como o espírito humano deve passar da crença em agentes sobrenaturais à crença em forças abstratas capazes de conduzir ao "estado positivo"; os conceitos de Hegel deixam antever um sistema de relações através do Espaço Geográfico total.

Nos domínios da Biologia, a teoria evolucionista de Darwin rasga novos horizontes às relações entre a matéria e a vida, no gênero humano e no reino animal e, logo a seguir, Lamarck encabeça a teoria da adaptação biológica que viria consubstanciar as capacidades do homem — fator geográfico.

O impacto da Revolução Industrial iria pôr em grande destaque a diferenciação dos territórios em função de seus recursos naturais, conceito de fundo especial logo pôsto em equilíbrio instável pelo valor relativo desses recursos no quadro da competição econômica e dos processos tecnológicos em função de fatos ligados à Posição.

Assim é que se verifica a confluência dos fatos biológicos, econômicos e políticos na contextura da moderna Ciência Geográfica que, desse modo, se apresenta a um tempo física, humana e política; descritiva, comparativa e interpretativa, do que resulta a necessidade da aprecia-



CENTRO PROXIMO AO CANAL DO PANAMÁ



CENTRO EM TÔQUIO

ção dos fatos geográficos simultaneamente relacionados com o Espaço e a Posição. Nesse quadro a *dinâmica geográfica* emprestaria ênfase aos aspectos ligados à Posição, na medida em que se revelassem novos e cada vez mais aperfeiçoados meios de transporte e comunicações como expressão prática da *circulação*, em termos de *velocidade*.

A cavaleiro da transição entre o século XIX e o século XX que estamos vivendo, é que os estudos geográficos se organizam, segundo determinadas escolas, em torno das idéias de Halford Mackinder (inglês), Vidal de la Blache (francês), Friedrich Ratzel (alemão) e William Morris Davis (norte-americano). Enquanto que Davis contribuiu fortemente para a consolidação da teoria geral da Geografia Física, Mackinder, De la Blache e Ratzel se interessaram preferencialmente pelos fatos humanos e problemas políticos. As escolas de Mackinder e De la Blache não corresponde propriamente um corpo de doutrina, mas sente-se a realidade histórica difusa em suas obras. Inversamente, o espírito germânico conduziu Ratzel, diretamente, à sistematização de suas idéias, segundo um corpo de doutrina de fundo naturalista e filosófico e referida, do ponto-de-vista político, ao Espaço (Raum) e à Posição (Lage).

De vez que os fatos históricos nem sempre se mostraram suficientemente claros aos seus olhos, à luz da natureza do Espaço e das características da Posição, criou Ratzel um novo fator — Raumsin, o "sentido do Espaço" — de fundo biológico porque admitido como inato no Homem e capaz de imprimir-lhe ou não o gosto expansionista. Animaram as concepções ratzelianas a unificação da Alemanha com Bismark e suas conseqüências anexionistas, à custa da França, da revisão das fronteiras balcânicas e da reestruturação colonial da África.

A invenção do "Sentido do Espaço" (Raumsin), como terceiro fator na apreciação geográfica dos fatos políticos, criou simultaneamente grave distorção à escola geográfica da Ratzel e irresistível estímulo para a eclosão de teorias geopolíticas, notadamente porque amparadas na teoria do mar como fonte de poder político, consolidada pelos trabalhos de Mahan (norte-americano), aparecidos nos Estados Unidos, a propósito do Poder Marítimo, "como sendo a capacidade de controlar ou disputar o controle do alto-mar ou dos oceanos, em tempo de paz, assegurando o livre uso das linhas marítimas, e, em caso de guerra, interditando-as ao uso pelo inimigo" ("Influence of Sea-power on the History") "The Influence of Sea-power on the French Revolution and Empire", "Nelson, the Embodiment of the Sea-power of Great Britain", "Armaments and Arbitration").

*
* *
*

4. As idéias geopolíticas (Nihil sub sole novum) remontam até Aristóteles, Strabo e Albertus Magnus cujos estudos chegaram a prever a construção do Canal de Suez. As teorias geopolíticas, porém, só aparecem com Mackinder, pela introdução do fator marítimo como constante na fórmula política, às quais não são estranhas à privilegiada posição insular de seu País, conforme as idéias de sua primeira grande obra "A Grã-Bretanha e os Mares Britânicos" ("British and the British Seas") e, posteriormente, de seu memorável artigo "O pivot geográfico da História" (Geographical pivot of History) estampado no órgão oficial da Real Academia de Londres.

Os Estados seriam continentais ou marítimos, aqueles apoiados por forças terrestres, estes por forças navais, tendo em vista sua própria segurança ou dar expansão à sua influência. Se alguma potência conseguisse ser igualmente forte em terra e no mar seria preciso considerar uma terceira categoria, nesse caso ambivalente.

Somente mais tarde (1919) é que Mackinder desenvolve a pleno a sua teoria em seu livro "Os Ideais democráticos e a Realidade" (Democratic Ideals and Reality).

O problema é simples. Não há senão uma grande massa de terra, constituída pelo conjunto Europa-Ásia-África, cercada de oceanos — a "Ilha do Mundo" ("The World Island"). A parte mais interiorizada é o coração da grande massa — o "Heartland", que em seus esboços ilustrativos quase coincide com o território russo. Donde as teorias da "Região-Pivot" e da "Região Interior" que conduzem em linha reta à fórmula — quem domine a Europa Oriental comanda o "Heartland", quem domine o "Heartland" comanda a Ilha do Mundo, quem domine a Ilha do Mundo comanda o Mundo. O "Heartland" é envolvido por duas "orlas" (fringias).

É visível a influência histórica nas idéias geopolíticas de Mackinder. Olham mais para o passado, quando as forças terrestres e navais sequer se interpenetravam, que para o futuro quando o desenvolvimento da Aviação possibilitaria o Emprêgo Combinado de Forças. Sente-se no fundo de suas idéias séria repercussão da tradicional política anglo-russa.

Durante a I Guerra Mundial, Kjellén, sueco germanófilo de certa projeção, foi quem criou o termo "Geopolitik" para traduzir as relações que se estabelecem entre os Estados, sua política e as leis naturais. Inspirado em Ratzel e nas doutrinas filosóficas alemãs, em particular sobre a "nação-indivíduo" de Hegel, Kjellén previa a vitória das Potências Centrais em consequência de sua posição geográfica, de sua dinâmica e das qualidades de sua raça.

A vitória dos Aliados foi considerada pelos alemães fanatizados pelas idéias de Kjellén como uma espécie de malentendido histórico, como um acidente antinatural, que seria preciso reparar de modo a assegurar à raça germânica a superioridade mundial a que tinha direito "por força das leis naturais".

Essa seria a *deixa* para a entrada na cena geopolítica da marcante personalidade de Haushofer. A Alemanha havia perdido a Guerra por não ter assimilado suficientemente a geografia política, cujos princípios logicamente lhe asseguravam o sucesso. Impunha-se um plano de ação melhor assentado em "conhecimentos científicos" para repor a Alemanha no seu lugar de superpotência mundial.

O General Karl Haushofer, professor da Universidade de Munique, que dirigia o Instituto de Geopolítica, desobrigou-se dessa tarefa primeiro, trabalhando o espírito de Rudolf Hess e do próprio Adolf Hitler, depois, tornando sua escola geopolítica em preciosa e autorizada fonte de consulta do partido e do governo nazistas. Para inspirar mais confiança insistia Haushofer não serem suas as idéias geopolíticas, senão que decorrentes da obra de Ratzel e de trabalhos de estrangeiros como os do sueco Kjellén e do inglês Mackinder, embora com certo constrangimento quanto a Mackinder.

Como pivot-geográfico considera Haushofer a Europa Oriental, por sua posição central entre as potências marítimas do ocidente e a Rússia, como grande potência terrestre do "Heartland", tendo em vista a conquista da Ilha do Mundo para o domínio mundial. Admite pequena variante quanto à orla externa de Mackinder.

A escola geopolítica de Haushofer exerceu forte influência sobre a mentalidade de universitários, de técnicos, militares e políticos alemães (1934-42) como doutrina destinada a absorver toda a ciência política e dar sentido germânico às ciências sociais, e de tal modo determinista que atingiu às raias de diabólico cinismo.

De suas concepções decorreram o eixo Berlim-Roma, o ressurgimento do "Mare Nostrum" como fórmula para o domínio fascista do Mediterrâneo e a doutrina do Espaço Vital (Lebensraum), tão útil à expansão japonesa sobre a Ásia.

A Geografia, desse modo a serviço de ambições imperialistas, a Geopolítica como uma espécie de fundamento científico de preparação para guerra, provocaram decidida reação entre os geógrafos norte-americanos, no campo internacional, idêntica à provocada pelos conceitos de Buffon.

Dentre todos destaca-se Isaiah Bowman que em plena guerra denunciou a Geopolitik de Haushofer, opondo-lhe conceitos de alto teor moral, por isso mesmo, contrários a qualquer determinismo físico ou tendência materialista nas atitudes políticas. Insistia Bowman sobre a necessidade de se estudar a estrutura social, religiosa e econômica de um país para que se possa concluir de seu justo valor moral, e consequentemente político, em verdade a fonte de energia essencial de qualquer país.

Para tanto estava Isaiah Bowman preparado, como se pode concluir das idéias compendiadas em seus livros, dos quais dois são do maior interesse em geografia política, um sob o título "Novo Mundo" ("New World" — 1913-1921) de sabor wilsoniano, outro denominado "A Geografia e suas relações com a Ciência Social" ("Geography in relation to the Social Science" — 1934), cuja idéia-diretriz está em que "o mundo não é apenas uma coleção de fatores, de condições ou de leis senão uma série de *processus*".

A conceituação política de Bowman teve a força de galvanizar numerosos geógrafos e especialistas em ciências políticas em seu País como Kish, Weigert, Whittlesey, Mattern e outros.

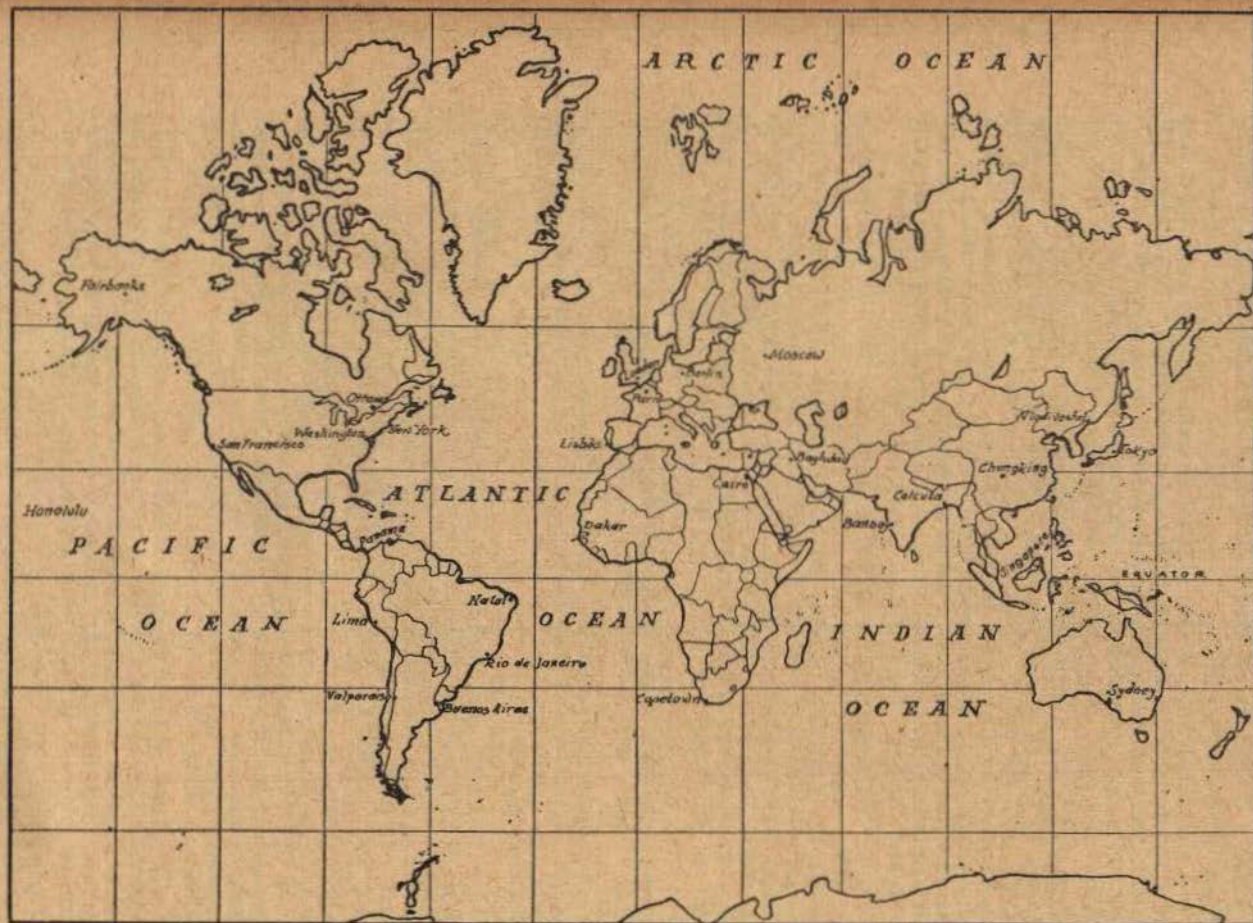
Não seria possível encerrar essas considerações sem a necessária referência à reação consubstanciada na obra de Nicholas J. Spykman "A Estratégia Americana e a Política Mundial" ("America's Strategy and World Politics"):

A reação de Spykman é de ordem prática, pois consiste, grosso modo, em considerar o centro do planisfério não mais a massa das terras do velho Mundo, senão as próprias terras do Novo Mundo em relação ao "Rimland", isto é, às terras, continentais ou não, que bordam o "Heartland"; essas já famosas "*fringias*" que tanto têm dado que pensar, a "orla interna" do "Heartland" de Mackinder e Haushofer.

Enquanto que Haushofer pretendeu em fundamentos geográficos o domínio do Mundo, Spykman — com sua geopolítica de emergência, em busca de curar o mal com o próprio mal (*Similia similibus curantur*) — apenas pensou em preservar o Hemisfério Ocidental cujos postos avançados estariam no "Rimland", por sua vez especialmente apto como base de partida para ações ofensivas como o comprovaram, ulteriormente, a invasão da África e da Itália e a invasão da Europa.

Eis como as teorias geopolíticas marcaram a Posição Geográfica como fator decisivo na apreciação dos fatos políticos. Os geopolíticos, no entanto, parece se deixarem impressionar demasiado pela certeza de que cerca de 75% da superfície terrestre é coberta pelo Mar, pois, esqueceram, em pleno século XX, que o Ar envolve, simultaneamente e em várias camadas de grande espessura, a Terra e o Mar.

Essa transferência geodeterminista do Espaço para a Posição, obtiveram as teorias geopolíticas ao preço do grosseiro erro psicológico da interiorização dos *estímulos*, sem mesmo levar em conta a *natureza espacial* dos territórios que pretendiam engrenar politicamente.



CARTA EM PROJEÇÃO MERCATOR, CENTRADA NA EUROPA
(CILÍNDRICA)

Está-se diante de uma Geopolítica a duas dimensões, elaborada à base de uma cartografia cilíndrica por demais apropriada a promover distorções psicológicas no terreno político, como ficaria evidente na obra de Spykman de publicação póstuma, intitulada "A Geografia da Paz". ("Geography of the Peace").

*
* *
*

5. Em verdade, porém, o território, como expressão geográfica de unidades políticas, não pode deixar de ser considerado a fundo, quando se trate de medir ou estimar o Poder Nacional dessas unidades, isoladamente ou como parte de um conjunto de unidades.

Nessa medida ou simples estimativa do Poder Nacional de pouco vale a consideração mesmo em separado da natureza do Espaço e das características da Posição, tais as reações de causa e efeito que os fatos políticos estabelecem entre esses dois fatores geográficos de base.

O território é por definição um compartimento de espaço geográfico politicamente distinto dos que o cercam, traduzindo a existência do Estado como entidade jurídica, administrativa e política.

Dêsse modo, a caracterização do território se expressa em termos de *superfície* (extensão) e por sua *posição* em relação a determinados estímulos extraterritoriais.

A *extensão* e a *posição* constituem, assim, as características essenciais do território.

A extensão, traduzida praticamente em *distâncias*, define o território *quantitativamente*, mas ainda é preciso defini-lo *qualitativamente*, isto é, em função de sua organização, da maneira por que se realizam suas potencialidades, o partido que se tira de seu relevo e clima, de sua hidrografia, pedologia e geologia, de sua flora e de sua fauna, em uma palavra, segundo o seu grau de civilização.

As distâncias constituem sério obstáculo, mesmo quando se dispõe de vários meios de transporte, altamente remuneradores, no entanto, depois de vencidas. Em caso de guerra implicam em extensas e variadas fronteiras a guardar e graves problemas logísticos a resolver, mas apresentam apreciável vantagem para a defesa em profundidade.

É mais fácil destruir-se um país exíguo que um país vasto, do mesmo modo que é mais difícil organizar, valorizar as potencialidades de um país vasto que de um país exíguo.

A Rússia e a China são exemplos dignos de nota, no particular, pela facilidade com que se têm defendido de invasões estrangeiras, notadamente a Rússia com os desastres de Napoleão e das hostes nazistas, e pela dificuldades em valorizar suas imensas potencialidades, especialmente quanto aos recursos minerais e às fontes de energia, devido a severas refrações da Posição, como acontece na Sibéria e na China meridional.

A favor da *extensão*, como característica territorial, deve-se ainda computar, na paz como na guerra, a faculdade jurídica do Estado de interditar o uso ou trânsito territorial, tanto mais que esse direito pode ser negociado, o que exalta o seu valor político.

A história do Império Britânico é, sob esse aspecto, verdadeiro mostruário de fatos políticos em torno da expressão geográfica de suas bases navais e aéreas, notadamente depois de 1945.

A continuidade territorial ou a soberania exercida sobre territórios esparsos; a maior ou menor proximidade de outros territórios, até à continuidade territorial; a natureza das áreas intercaladas entre territórios não contíguos, sob mesma bandeira ou não, são modalidades do território que dizem respeito à Posição Geográfica.

Essas modalidades cada dia assumem novos contornos à medida que a *velocidade* reduz a quase nada o trânsito sobre *águas de ninguém* ou *terras de alguém*, e o apoio terrestre às aeronaves, indispensável à regularidade e segurança de voo, requer ajustes que cada vez mais afetam a compartimentação nacional da superfície terrestre.

A verdade é que a constante diminuição das distâncias pelo crescente índice de velocidade dos veículos começa a inquietar os espíritos em face do progressivo *encolhimento do mundo*, tal como se pode constatar na observação de certas opiniões a respeito do Atlântico, como novo Mediterrâneo (o outro ficará a conta de águas interiores); o novo Gibraltar Natal-Dakar; a Europa ocidental como uma península da Eurásia (mero acidente geográfico) e outras inspiradas pela navegação transpolar em moldes aeromarítimos.

A extensão e a posição do território, como coordenadas do Poder Nacional, implicam, evidentemente, na consideração da *forma* do território, do contorno resultante de suas *fronteiras*, tal a ênfase que a *forma do território* empresta aos fatos ligados à geodinâmica, ou seja às condições de circulação, às linhas naturais de penetração ou expansão e, inversamente, às barreiras naturais.

O problema seria simples se a forma do território fôsse invariável, o que não acontece devido às pressões políticas de fora para dentro e sua capacidade de resistência de dentro para fora, nem sempre compensadas, o que levou Jacques Ancel a definir a fronteira como "uma isóbara política".

É que as fronteiras não são da mesma natureza e, quase sempre, se politicamente separam não conseguem fazê-lo geograficamente, nem mesmo quando se trata das chamadas *fronteiras naturais ou estratégicas* — os rios e os divisores d'água — de fácil caracterização mas altamente aglutinantes como acontece com os rios e com os divisores de permeabilidade média.

Dois casos continentais podem ilustrar aquela dualidade funcional das fronteiras: de um lado, a fronteira entre o Brasil e o Uruguai, em torno da qual se verifica a mais perfeita semelhança topológica (pelo menos até o vale do rio Negro) e apreciável identidade de gêneros de vida; de outro, a fronteira argentino-chilena em que os Andes não impediram ou sequer dificultaram o acordo sugerido pela Argentina e aceito pelo Chile, à base da circulação transandina.

Dessa dualidade política e geográfica é que se originam os *quistos fronteiriços* como fenômeno ecumênico; as *áreas litigiosas* por vícios de demarcação oriundos de deficiências cartográficas ou documentais e as *zonas de fricção* consequentes do próprio intercâmbio fronteiriço. Ao longo da história diplomática continental qualquer dessas modalidades pode ser exemplificada.

Ainda a essa dualidade é que se devem os artifícios políticos postos em ação em proveito do fortalecimento ou acomodação de fronteiras, como a criação do *Estado-Tampão*, de caráter estático no quadro político-estratégico; do *Estado-Charneira*, funcionalmente dinâmico no âmbito desse quadro, e outros tipicamente exemplificados pelo "Corredor Polonês".

O Estado-Tampão resume a versão corrente de um pequeno Estado entre dois outros maiores e de interesses contraditórios. A Polônia e a Finlândia, como a Rumânia no século passado, e os territórios mongóis e turkmenos, entre a Rússia e a China, são autênticos espécimes de Estado-Tampão. A Bélgica e o Uruguai, este quanto à histórica disputa do Prata, realizam a figura do Estado-Charneira, isto é, em torno do qual giram interesses políticos de dois ou mais Estados, podendo ser definidos por um objetivo geográfico.

A Rússia parece que se especializou em fabricar Estados-Tampões por sua capacidade política em fracionar os Estados na periferia de seu vasto território, do mesmo modo que está se esforçando em semear Estados-Charneiras por toda parte. O Haushofer bolchevista parece bem mais capaz que o original germânico, por isso que vê as "regiões-pivot" do lado de fora do sistema euro-asiático, lá onde o atrito poderá produzir a energia necessária para pôr em movimento o seu mecanismo político-estratégico.

O recurso à definição astronômica das fronteiras, não é senão uma solução expedita, pelo menos no campo internacional, conforme se verifica com o famoso Meridiano de Tordesilhas, dividindo terras de Portugal e Espanha; com o paralelo 49 que baliza a fronteira entre os Estados Unidos e o Canadá, quando as terras já se avizinham do fâcies polar ou, mais recentemente, o paralelo 38, dividindo a península coreana em Coreia do Norte e Coreia do Sul, dois Estados-Charneiras justapostos mas funcionalmente antagônicos.

No que tange às fronteiras marítimas, e *mar territorial* é que as define, de modo aliás grosseiro por não levar na devida conta a extensão do "planalto continental", a existência de ilhas ou arquipélagos como parte territorial do Estado e até a confluência de fronteiras marítimas em áreas angustas, como no Golfo de Ataka (Mar Vermelho) em relação a quatro Estados egípcios (Egito, Israel, Jordânia e Arábia), tudo em consequência da largura preestabelecida para o *mar territorial*. Na II Guerra Mundial vimos como foi tumultuada pelos interesses político-militares nazi-fascistas a ampliação do mar territorial em torno do Hemisfério Ocidental, em sua vertente atlântica, de três para trezentas milhas.

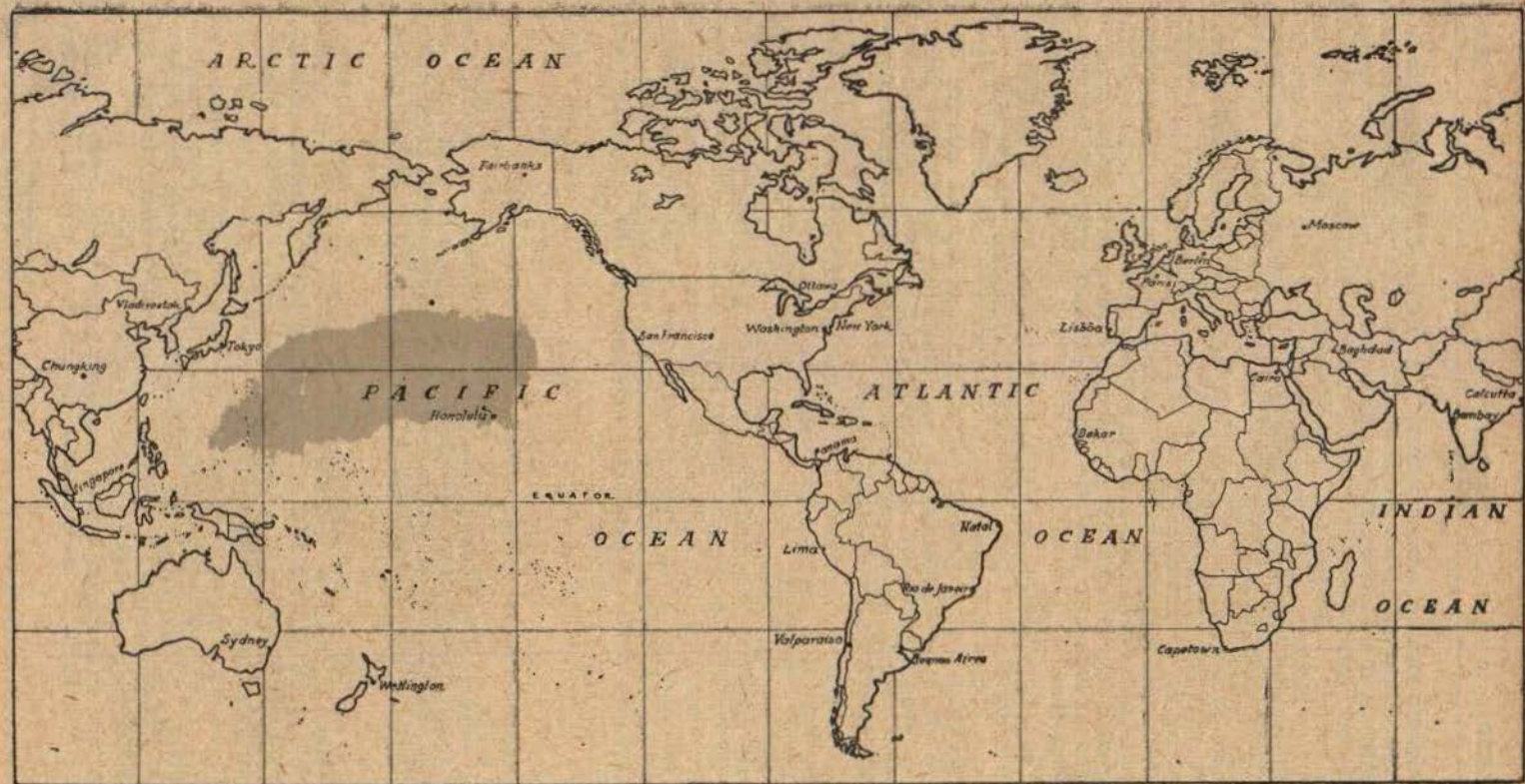
*
* *

7. Forçoso é reconhecer, data de tempos imemoriais a necessidade da definição de fronteiras, referências geográficas para o exercício da soberania dos Estados ou Nações, meio de assegurar *forma* conveniente no território e linha de defesa ou de partida para o ataque, em caso de guerra.

Desde a milenar *Muralha da China*; os *limes* do Império Romano, estabelecidos, à frente de rios-fronteiras, desta vez, como linhas de acolhimento; as *marchas*, províncias militares germânicas, balizando as linhas de fronteira, até os nossos dias, têm as fronteiras exercido constante influência na configuração política do território.

O problema moderno da reconstituição das fronteiras nos Tratados de Paz oferece excelente campo para a observação do fenômeno político da fronteira, através do esforço de Diplomatas e Generais para harmonizarem interesses políticos e militares nem sempre coincidentes e, por vezes, opostos.

No caso da ocupação militar, corroboram esse ponto-de-vista recentes exemplos dignos da maior atenção, destacando-se a divisão da França



CARTA EM PROJEÇÃO MILLER, CENTRADA NO HEMISFÉRIO OCIDENTAL (CILÍNDRICA)

em dois semi-Estados que Paris e Vichy simbolizaram; a justaposição de uma Alemanha oriental e outra ocidental, e a repartição de Berlim entre aliados de um lado e bolchevistas de outro, como verdadeiras zonas pára-choques, à guisa de palha entre cristais. Em seu conjunto, as linhas que definem essas porções de território têm o aspecto formal de simples de jurisdição, mas funcionam, praticamente, como se fronteiras fóssem.

Da observação das fatos sente-se, de modo geral, que o conceito de fronteira já ultrapassou as fórmulas tradicionais e que evolui com a própria evolução tecnológica que assoberba o mundo, quer quanto ao progresso das técnicas de guerra, quer quanto à aceleração circulatória, graças a meios de transporte e comunicações cada vez mais velozes e de maior alcance.

Da própria terminologia corrente, pode-se concluir da generalização do conceito de fronteira, segundo novas acepções do termo. Dentro das próprias fronteiras nacionais ouve-se falar de *fronteira demográfica* e *fronteira econômica*, principalmente quando se trata de países de grande extensão, em que as distâncias resistem ao emprêgo mesmo dos mais modernos meios de transporte, quando mais não seja pelo custo dos equipamentos e de sua manutenção. O caso brasileiro, se aqui pudesse ser tratado agora, seria por demais ilustrativo, pelas condições particulares de seu território, encravado como se encontra entre o Atlântico e os Andes, se estudando à luz de sua divisão em Regiões Geográficas, segundo a versão do Conselho Nacional de Geografia, a mais interessante das versões quanto às regiões geonaturais do Brasil, porque em termos de circulação.

De um ângulo de maior abertura, aí está a *Cortina de Ferro* como a *fronteira psicológica* entre as duas ideologias que dividem o mundo em duas partes inajustáveis, de que resulta a *Guerra Fria*, uma de suas imediatas conseqüências.

A exteriorização e proliferação do "pivot-geográfico" que os Estados-Charneiras ou regiões-charneiras representam atualmente — um pouco por toda parte e referidas à Cortina de Ferro, como última das mais avançadas acepções da noção de fronteira — ampliam o conceito de fronteira até os mais afastados limites, até onde possam encontrar-se ameaças à sobrevivência nacional.

Ao passo que a noção de *soberania* se vincula à *fronteira espacial* de que vínhamos tratando — aquela que dá forma à extensão territorial e expressão à posição do território, como fundamentos do Poder Nacional; a que define o Estado como entidade jurídica, administrativa e política — quando se trate de *sobrevivência* como se faz necessário rebater a fronteira espacial sobre latitudes e longitudes até insuspeitadas mas que precisam os *pontos de aplicação* do Poder Nacional, tanto é verdade que a soberania é uma questão de *direito* e a sobrevivência uma questão de fato. Apesar do caráter pessoal dessa interpretação, não há dúvida que foi esse *rebatimento* da fronteira espacial que nos integrou na Batalha do Atlântico e nos levou ao TO da Itália e poderá exigir nossa presença no TO coreano ou noutras longitudes e latitudes, o mesmo fenômeno político-militar de grande porte que está mobilizando as forças da ONU, de emprêgo previsto em qualquer dos quadrantes do globo terrestre.

*
* *

8. Nessa ordem de idéias é preciso lembrar que a evolução tecnológica resulta de descobertas e invenções, e respectiva industrialização, devidas à acuidade mental do Homem e sua multiforme habilidade experimental e mais, que à natural capacidade biológica de adaptação do

ser humano às mais variadas condições de altitude, ou profundidade, e de temperatura, correspondem artificiosos equipamentos que alongam de modo surpreendente essa sua capacidade — para que se conclua das formas bizarras de traçado que o rebatimento da fronteira espacial pode assumir.

Deve-se convir, entretanto, que do ângulo do Poder Nacional não se trata simplesmente do ser humano, do Homem no que êle tem de divino e diabólico, senão que do *homem nacional* plasmado por intrincadas forças antropológicas e que só conta pela maneira porque entra e atua no grupo social; pelos mecanismos demográficos que associam ou dissociam a atividade dos grupos sociais; pela maior ou menor conexão dos gêneros de vida; pelo tipo de cultura e desenvolvimento cultural definido por seu *estatus*. Ainda aqui a apreciação do caso brasileiro seria por demais interessante pela superposição da feição plural do Homo Brasileenses às pluralidades do território brasileiro.

Donde, no terreno das realidades, a figura estonteada do homem contemporâneo, como agente modificador do meio, capaz de construir, destruir e reconstruir, e utilizar qualquer área geográfica, quase que a seu talante, em consequência, sobretudo, de novos módulos de tempo e espaço resultantes de novos e mais velozes meios de transporte e de novos e mais amplos meios de comunicações.

Não é tarefa difícil concluir-se que, no ambiente tecnológico moderno, em que o Homem atua como fator geográfico de primeira grandeza, não há mais lugar para tendências deterministas, para soluções unilaterais ou simplistas nos domínios da Geografia, como de resto em qualquer outro domínio, mesmo quando alçada a Geografia aos cimos da interpretação geopolítica. A visão esferoidal do globo terrestre é tendência irresistível dos novos módulos de tempo e espaço criados pela *Velocidade* como sinal dos tempos, conduzindo à *integração* e não à *diferenciação* dos fatos geográficos.

Ao determinismo espacial sucedeu o determinismo da posição, mas não será fácil mergulhar o mundo nas trevas de novo determinismo, nem mesmo quanto ao homem-fator geográfico pela fragilidade de sua textura psicológica, por sua evidente falibilidade diante do drama humano, que somente Deus conhece os designios.

Até o século XVIII as descobertas e invenções apareciam e se processavam em ritmo mais ou menos lento ou pelo menos sem imediata repercussão industrial. Os fundamentos geográficos do Poder Nacional se mantinham quase que em equilíbrio estável durante largos períodos de assimilação social e política da evolução tecnológica.

A partir do século XIX, porém, a evolução tecnológica é acelerada por ininterruptas séries de descobertas e invenções de surpreendentes e imediatos efeitos industriais, de que a energia nuclear é o mais recente capítulo, gerando assim a instabilidade como regra nas concepções políticas, no valor dos fundamentos geográficos do Poder Nacional, sujeitos como se encontram à elaboração de uma "série de processos", conforme o judicioso conceito de Isaiah Bowman.

Figuras :

- a) Seis aspetos do mundo em projeção azimutal.
- b) Carta em projeção Mercator, centrada na Europa (cilíndrica).
- c) Carta em projeção Miller centrada no Hemisfério Ocidental (cilíndrica).

(Conclui no próximo número)

OS FATORES POLÍTICOS NO CONDICIONAMENTO DO CONCEITO ESTRATÉGICO NACIONAL

Professor FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARAES (*)

1) GEOPOLÍTICA

O vocábulo "Geopolítica" é um desses neologismos que, nos últimos tempos alcançaram certo prestígio, talvez exagerado, tornando-se a palavra da moda. Exaltada por uns, como chave dos problemas mais complexos da política internacional, detestada por outros, como um produto perverso do nazismo, a Geopolítica é freqüentemente deturpada e suas várias definições são geralmente confusas, prestando-se a equívocos.

Prefiro apoiar-me na simples e clara definição de Everardo Backheuser, o iniciador desses estudos em nosso país: "Geopolítica é a política feita em decorrência das condições geográficas". Trata-se, pois, não de um ramo da Geografia, mas de um capítulo, dentre outros, da ciência Política. Não coincide, de modo algum, com a Geografia Política, que é o estudo da contribuição dos fatos políticos na diferenciação regional que se observa na superfície da terra.

Dentre as condições geográficas a que se refere a definição, assume especial importância a **posição geográfica**, como um dos determinantes do Conceito Estratégico Nacional.

Tal posição, tendo em vista uma dada conjuntura internacional, apresenta-se como uma fatalidade, que ao homem não é dado modificar. É certo que o conceito estratégico decorre sobretudo das aspirações nacionais e não rigidamente da posição geográfica, mas em qualquer hipótese este fator exerce influência capital sobre aquele conceito, especialmente quanto à política a seguir para alcançar os objetivos nacionais. Lembremos apenas, a delicada situação da Filândia e da Turquia nos dias atuais.

(*) O Professor Fábio de Macedo Soares Guimarães possui o Curso de Engenheiro Civil e Geógrafo pela antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro (atual Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil), é licenciado em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, possui o Curso de Especialização na Universidade de Wisconsin (EUA) e o Curso Superior de Guerra. Dentre as importantes comissões que tem desempenhado, destacando-se: Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Faculdade de Filosofia do Instituto Santa Ursula, do Ensino Técnico (Curso Básico) da PDF; Presidente da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e Representante do Brasil junto ao Conselho Diretor do mesmo Instituto; Geógrafo, Chefe da Seção de Estudos Geográficos, Diretor da Divisão de Geografia e Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia; Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra; Membro da Delegação Brasileira ao XVI Congresso Internacional de Geografia (Lisboa, Portugal); Vice-Presidente da Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia (Rio de Janeiro). É membro efetivo da "Associação dos Geógrafos Brasileiros", da "Sociedade Brasileira de Geografia" e da "American Geographical Society". Autor de diversos artigos publicados na "Revista Brasileira de Geografia", no "Boletim Geográfico" do Conselho Nacional de Geografia, no "Bulletin de l'Association de Géographes Français", destacando-se: "O Planalto Central e o Problema da Mudança da Capital do Brasil"; "Esboço Geológico do Brasil"; "Relêvo do Brasil"; "Clima do Brasil"; "Le Choix du Site de la Nouvelle Capitale du Brésil", etc.

Feliz a nação cujo conceito estratégico estabelecido pelas suas aspirações está em perfeita harmonia com a posição geográfica. Este é o caso do nosso país, situado, geograficamente, no hemisfério ocidental.

O estudo dos fatores geopolíticos vai repercutir diretamente na determinação das áreas estratégicas, mas isso escapa ao nosso tema. Lembremos, apenas, a nova significação geopolítica do Nordeste brasileiro, em face da conjuntura internacional.

2) ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

A estrutura político-administrativa decorre do regime político adotado pela nação brasileira, cuja definição é dada pelo art. 1º da Constituição, segundo o qual o Brasil é uma República Federativa, sob o regime representativo, em que todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido.

Não tentarei descrever essa estrutura, nem mesmo resumi-la. Ela é fixada pela Constituição que traça, pelo menos implicitamente, os objetivos nacionais. Dentre os seus artigos salienta-se o art. 4º que estabelece as condições de recurso à guerra e proscreve, de modo absoluto, a guerra de conquista. Outras disposições interessam indiretamente ao conceito estratégico, como o Título IV, que constitui a declaração de direitos, o Título V, que consagra os princípios da justiça social e o VII, que trata das Forças Armadas.

Faltam-me as credenciais para ensaiar qualquer crítica à nossa estrutura político-administrativa. É certo que as nossas instituições merecem um estudo aprofundado, a fim de verificar-se até que ponto elas satisfazem às exigências da segurança nacional, tendo em vista a realidade da época, de crise universal, em que vivemos.

Certas deficiências são, entretanto, sentidas, embora não apontadas especificamente. É geral o sentimento de que é necessário melhor coordenação dos diferentes órgãos administrativos e mesmo dos da defesa nacional.

Surgem ainda queixas quanto à necessidade de *atualizar* algumas instituições que representam sobrevivências de época já ultrapassadas, não mais atendendo às necessidades da sociedade atual. Citò aqui, por exemplo, as observações feitas pelo Deputado Euvaldo Lodi, sobre produção industrial, ao referir-se ao que êle chama a "resistência das condições institucionais".

"São suas palavras: 'Existe uma distância, que se vai alargando, entre o ritmo em que se transforma a nossa estrutura econômica e o ritmo de adaptação de instituições, que refletem ainda o espírito, os objetivos e os métodos de ação de uma sociedade integrada num sistema econômico colonial...'"

Essa "resistência" a que se refere Euvaldo Lodi será certamente aproveitada pelos comunistas como comprovação de uma das teses mais caras ao materialismo dialético marxista, as chamadas "contradições" entre as forças de produção e as relações institucionais, contradições essas que a doutrina comunista considera uma fatalidade somente superada pela violenta revolução social. Cabe a uma democracia em plena vitalidade reajustar periodicamente suas instituições básicas, resolvendo por evolução pacífica essas tão famosas "contradições", conforme têm conseguido modelares nações democráticas.

Em outros casos, é necessário, não propriamente modificar a estrutura, mas simplesmente dinamizá-la, pô-la em efetivo funcionamento.

Em outros, finalmente, trata-se de aumentar o rendimento de muitos órgãos administrativos.

3) FATORES PSICOLÓGICOS E MORAIS

A importância das forças morais e dos fatores psicológicos, como condição básica para a sobrevivência de um povo, não precisa ser aqui salientada. São essas forças que mantêm a sua vontade de resistir a qualquer ameaça de desintegração ou de domínio por um povo inimigo.

Dentre esses fatores, salienta-se o **sentimento da unidade nacional**.

No caso brasileiro é inegavelmente forte este sentimento, sendo entretanto necessário uma atitude de permanente vigilância para auscultar qualquer sintoma de seu enfraquecimento.

Os fatores de coesão sobrelevam, sem dúvida, os de desagregação. A atitude brasileira ante o problema racial, a unidade de língua e religião, e sobretudo as tradições, os costumes e a formação histórica, garantem, como garantiram no passado, o "milagre da unidade nacional". Há entretanto, também fatores de desagregação, dos quais um dos mais sérios é o desequilíbrio regional que tende a acentuar-se em nossos dias. É certo que esse desequilíbrio é sobretudo de natureza econômica, mas com fortes repercussões no campo social, no político e até mesmo na constituição étnica. Os remédios contra esse desequilíbrio serão também, principalmente, de natureza econômica.

O problema da unidade nacional não deve ser, porém, compreendido apenas no sentido geográfico ou territorial. Mais grave, talvez, hoje em dia, seja a preservação da unidade moral e psicológica do povo brasileiro.

Desejo aqui citar algumas sentenças do grande filósofo contemporâneo Bertrand Russell, sobre o "poder das idéias", expressas no seu livro "Power: A New Social Analysis":

"O poder de uma comunidade depende não somente de seu número, de seus recursos econômicos, e de sua capacidade técnica, mas também de suas crenças... A coesão social exige uma crença, ou um código de conduta, ou um sentimento dominante, ou, melhor, alguma combinação desses; sem alguma coisa dessa espécie uma comunidade se desintegra e é submetida a um tirano ou a um conquistador estrangeiro... Uma crença, ou alguma espécie de sentimento é essencial para a coesão social, mais, para que seja uma fonte de vigor, deve ser verdadeira e profundamente sentida pela grande maioria da população..." (1). (Russel refere-se aqui a "crenças", no seu sentido mais geral, incluindo o sentido político).

Uma perigosa clivagem apareceu, entretanto, no corpo da nação brasileira, ameaçando a sua unidade: a ideologia comunista.

O simples aparecimento de uma nova ideologia, pugnando por um regime político diverso do atual, nada teria que ver diretamente com o conceito estratégico nacional, se não fosse estar a serviço de uma potência em franca expansão. A ideologia tem como resultado a criação, em todos os países do mundo, de uma quinta coluna fanática, disciplinada e ativa, que atua como força aliada àquela potência.

Pela sua concepção do mundo, a filosofia comunista, baseada no materialismo, é absolutamente inconciliável com a concepção espiritualista (ou "idealista", como a chamam os marxistas), que é o fundamento da civilização ocidental.

É inegável o desenvolvimento do grupo comunista em nosso país. Trata-se de uma minoria, sem dúvida, mas cuja importância não pode ser medida unicamente, em termos numéricos e sim pela sua atividade

multiforme, sob os mais variados disfarces, cujos efeitos já se fazem sentir sobre a opinião pública nacional.

Em caso de conflito entre o Oriente e o Ocidente, a ação dessa quinta coluna porá em sério perigo a nossa ordem interna e reduzirá certamente o nosso esforço de guerra.

A grande maioria da população ainda apoia a organização política brasileira. Boa parte, entretanto, dessa maioria, por ignorância ou comodismo, a aceita sem convicção.

A preparação psicológica do povo brasileiro é parte essencial da política a ser traçada para alcançar os objetivos nacionais expressos no conceito estratégico. A orientação da opinião pública assume tal importância que, como afirma um tratadista da política internacional, o Professor Carr, da Grã-Bretanha, "o poder político na esfera internacional pode ser dividido em três categorias: poder militar, poder econômico e poder sobre a opinião", pois "a política contemporânea depende vitalmente da opinião de grandes massas". (1).

É certo que uma democracia não pode exercer a mesma pressão sobre a opinião pública que os regimes totalitários que, na realidade, a fabricam; mas pode orientá-la, esclarecê-la.

A propaganda anticomunista não deve ser unicamente negativa, mas, ao mesmo tempo "conseguir prestígio para o regime político em que vivemos" e "despertar no povo a necessária fé na capacidade e na sinceridade das classes dirigentes".

A futura guerra não será, como as antigas, uma luta entre pátrias inimigas, mas sim uma guerra entre ideologias irreconciliáveis. Para fortalecer o moral de um povo, em tal luta, não basta apelar para o amor à pátria, mas também para o aprêço ao regime.

Tivemos, aliás, um exemplo da importância deste sentimento com a queda da França ante o ímpeto das hordas nazistas. É inegável que certas classes daquele país tinham perdido o entusiasmo pelo regime dominante e sentiam certa simpatia pelas idéias autoritárias, o que trouxe como resultado, se não uma traição consciente, pelo menos a perda da vontade de resistir e o desejo de acomodação com o inimigo.

A preparação psicológica do povo brasileiro não pode, finalmente, ser separada de uma política de melhoramento do nível econômico e social das classes menos favorecidas, pois o baixo padrão de vida, "se não é causa determinante, constitui pelo menos condição muito favorável à disseminação das idéias comunistas".

(1) Carr, E.H. — "The Twenty Year's Crisis 1919-1939" — Macmillan Co. — Londres — Cap. 8º (reproduzido em Sprout — op. cit. — pág. 31 a 38).

ESCOLAS GEOPOLÍTICAS

JOÃO MENDES DA SILVA (*)

Brigadeiro-do-Ar Engenheiro

1. CONCEITUAÇÃO E DEFINIÇÃO

Ao ter consciência de sua existência, o homem viu em torno de si o espaço — que está sobre todo o globo terrestre — os oceanos — que cobrem 75 % da superfície da Terra — e o solo — que cobre os 25 % restantes do geóide.

De seus interesses individuais e de sua associação com os outros homens, resultando as aspirações do grupo social humano, surgiu a ciência e arte da política. A política é velha como o próprio homem.

Quando aos grupos nacionais e à política associou-se a geografia com suas imposições, surgiu a *geopolítica*.

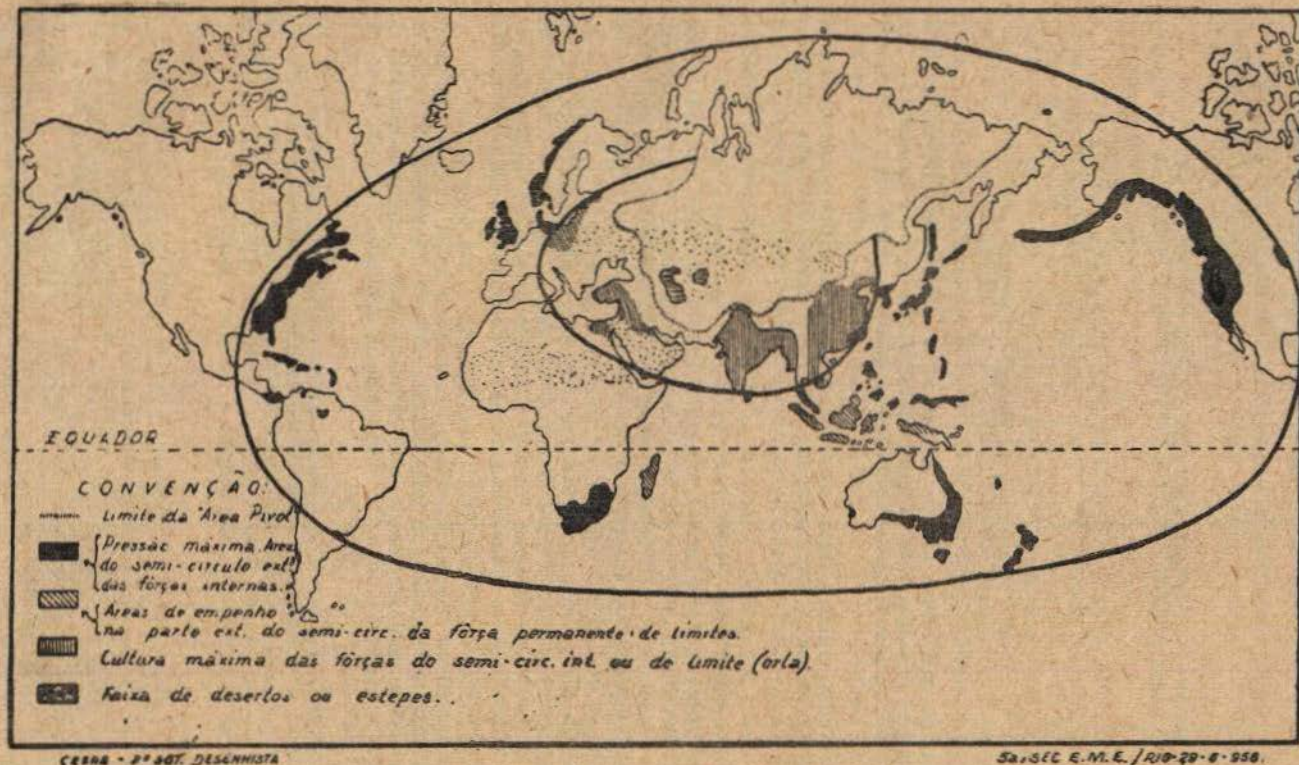
Do solo e dos oceanos o homem tirava o alimento, obtinha a proteção, realizava o deslocamento; nêles se processavam as atividades dos grupos nacionais. Aprendendo a voar, duas novas e importantes dimensões foram adicionadas às atividades dos indivíduos e grupos: altitude e tempo.

De Platão e Aristóteles — em citações transcritas por Everardo Backheuser, na "Geografia Geral e do Brasil", pág. 50 — a William Borden, a Joseph Roucek (1956), passando por Karl Ritter (1817), Ratzel (1844-1904) e outros, encontra-se a geopolítica citada na história humana, direta ou indiretamente.

Os escritores sobre geopolítica citam Karl Ritter como o primeiro a configurar um "indivíduo geográfico". Depois, Goethe (1827), a profetizar a abertura de canais, o do Panamá pelos norte-americanos, do Pacífico ao Atlântico, e o de Suez, que os ingleses encarregariam Ferdinand de Lesseps de construir.

Friedrick Ratzel — um sábio, criador da "Antropogeografia" — foi o primeiro a definir os princípios da geopolítica, mas em seu trabalho, embora determine as leis de crescimento dos estados — como veremos adiante — no jornal "Petermanns Mittheilungen" (1895) e no seu livro "Politische Geographie", não chegou a definir a geopolítica.

(*) O Brigadeiro-do-Ar Engenheiro JOÃO MENDES DA SILVA possui o Curso da Escola de Aviação, categorias "A" e "B", o de Ingénieur Civil d'Aéronautique da "Ecole Supérieure de l'Aéronautique" e o da Escola Superior de Guerra. Dentre as suas importantes comissões destacam-se: Instrutor da Escola de Aviação Militar e da Escola Militar; Comandante da Escola Técnica de Aviação; Chefe de Divisão da Diretoria de Ensino da Aeronáutica; Chefe de Divisão da Inspetoria-Geral do Estado-Maior da Aeronáutica; Chefe de Divisão de Assuntos Políticos da Escola Superior de Guerra; atualmente é Diretor do Curso de Informações da Escola Superior de Guerra. Autor de diversos artigos sobre Geopolítica, bem como de várias conferências técnicas publicadas pela imprensa especializada nacional e estrangeira. Recentemente tomou parte no 1º Congresso Mundial de Voo (EUA) como representante do Brasil.



O MUNDO SEGUNDO HAUSHOFER

Fig. 1

Foi o sueco Rudolph Kjellen (1864-1922) quem disse :

"Geopolítica é o estudo do Estado como organismo mundial, isto é, como fenômeno localizado em certo espaço da terra, logo do Estado como país, como território, como região ou, mais caracteristicamente, como Reich (Estado-Nação)."

Era natural que Kjellen assim definisse a geopolítica, pois, sendo professor, na Universidade de Upsala, da cadeira de Teoria do Estado, viu na *ingerência* da geografia um meio — real, aliás — de processar, à época, um ressurgimento dessa ciência, associando-as.

Outra definição é dada pelo General Mário Travassos :

"A geopolítica é o processo interpretativo dos fatos geográficos, em seus aspectos positivos e negativos, de cuja soma algébrica deve resultar um juízo da situação de um país, no momento considerado, não como um julgamento definitivo, fruto de uma predestinação de caráter determinista e, muito menos, de uma forma de sedução coletiva, visando a objetivos políticos nem sempre confessáveis."

Esta definição parece acomodar um maior volume de estudos que a de Kjellen ; ele não se limita à ação do Estado e dos reflexos que este sofre da geografia.

Derwent Whittlesey, em um capítulo sobre os geopolíticos, no livro de Edward Mead Earle "Makers of Modern Strategy", diz :

"A geopolítica é uma criação de militarismo e um instrumento de Guerra. Como o seu nome deixa antever, ela é ramo, ao mesmo tempo, da Geografia e da Ciência Política, gêmea da Geografia Política."

Todavia, nesse 1959, não nos parece que a Geopolítica seja apenas aquilo que geógrafos, políticos e militares tentaram definir em palavras cujo valor evoluiu com a ação dos Grupos Sociais : faz-se necessário incluir os progressos da ciência e da técnica que tanto afetam, modernamente, todas as relações entre aqueles Grupos.

Weigert nos ensina :

"Não existe, em absoluto, uma Ciência Geral da Geopolítica que possa ser aceita por todas as organizações estatais. Existem tantas geopolíticas quantos sistemas estatais em conflito, em luta sob condições geográficas as mais diversas."

Face às possibilidades da Ciência e da técnica na ação dos grupos sociais — no fundamento destes, o homem — e a importância da geografia, poderíamos talvez dizer :

"A geopolítica é a ciência que nos conduz ao estudo das relações especiais dos fatores político, geográfico e militar do Poder Nacional, influenciados pelos técnico e científico, e que vem a dar às Diretrizes Governamentais, internamente e no âmbito externo, os elementos que assegurem ao Estado-Nação sua sobrevivência — especialmente no que se refere à fixação do homem ao solo, espaço vital, pressão demográfica, emigração, imigração e migração — contribuindo para garantir uma Política Nacional vitoriosa."

2. AS ESCOLAS POSSIBILISTA E DETERMINISTA

A definição acima, que oferecemos à meditação dos estudiosos, parece conciliar as duas grandes escolas que, desde fins do século passado, vêm dividindo os estudiosos da geopolítica e mais uma terceira, moderna, que apresenta princípios muito ponderáveis.

Há uma "escola francesa" ou "possibilista", ou uma "escola alemã" ou 'determinista'. Todavia, Backheuser diz que há uma *escola antropogeográfica francesa* e uma *escola antropogeográfica alemã*, ou melhor ditó germânica. A última tem como base os princípios apresentados por Ratzel, isto é, a influência marcante dos fatores geográficos quer do espaço, quer da posição e situação características que são da localização, essência do fenômeno geográfico, isto é, a Geografia Humana nos seus aspectos social, econômico e político, o que vale dizer estratégico.

A escola antropogeográfica francesa aceita como bases o gênero de vida e a ocupação produtiva e improdutivo do solo. Essa escola não inclui a geografia política e, conseqüentemente, a estratégia, na Geografia Humana, e, modernamente, esta contém, inexoravelmente, aquela.

Essa escola é qualificada como "possibilista" porque a expressão da atividade é o resultado da iniciativa do homem, sua mobilidade, operando dentro do quadro das forças naturais. Ela vê as limitações impostas às ambições do homem, mas encarece o valor de sua ação continuada.

Os fatores primordiais da Geopolítica em ambas as escolas (francesa e alemã) são :

a) A localização do Estado, com referência a terras e mares, a fatores astronômicos, à sua acessibilidade central e marginal e a suas facilidades em termos de Poder Militar, quanto a bases, quartéis, apoio logístico e inexpugnabilidade.

b) Forma e Dimensão — Elas têm grande importância no âmbito internacional. Um Estado pode ter fronteiras curtas ou extensas e suas dimensões podem afetar muitas de suas decisões.

c) Clima — Indiscutivelmente a saúde do homem está na dependência do clima ; certos recursos naturais são por ele influenciados.

d) População — A população é, em nossa opinião, o fator mais importante, desde que a ele esteja associado um grau elevado de instrução e cultura, resultando em grande percentagem de pessoas capazes de criar e usufruir a ciência e a técnica.

e) Recursos naturais e capacidade industrial — Sem recursos naturais e sem capacidade industrial, nenhum Estado pode aspirar a grandes realizações.

f) Organização política e social — As instituições com o homem e a terra formam a base da própria vida ; neles repousam os objetivos permanentes do Estado-Nação.

g) Ciência e técnica, incluindo pesquisas, capazes de dar à nação um avanço em realizações materiais de toda sorte.

3. A ESCOLA DA GEOPOLÍTICA INTEGRALIZADA

Em nossa opinião, a geopolítica deve incluir mais que o estudo do homem e do território e as águas que o circundam ; urge levar-se em conta o ar por onde perigos, jamais sonhados, que seriam encaminhados por terras e águas, podem ferir rápida, avassaladora e implacavelmente qualquer Estado-Nação, do mais possante ao mais fraco.

Outrossim, tão grande é hoje a influência da ciência e da técnica na política dos povos que não se pode estudar a geopolítica sem que nela sejam incluídos, junto à Geografia e ao Grupo Nacional, os pro-

gressos científicos e tecnológicos. A vida das nações é facilmente aniquilável pelo poderio destruidor que hoje o homem controla. Na verdade, êsse perigo aproxima-se rapidamente de um vulto onde êle estará constituído em "espada de Damocles", sempre presente na vertical do coração de cada nação. Daí a necessidade de uma política nacional vitoriosa capaz de afastar essa ameaça constante.

Essas considerações conduzem ao início dos estudos de uma terceira escola, em que as relações homem-terra-ar são integralizadas para um estudo único. É a escola da *geopolítica integralizada* e que o Cel Golbery chamou de "Aeropolítica".

4. ESCOLA ANTROPOGEOGRÁFICA FRANCESA (POSSIBILISTA). SEUS ADEPTOS

4.1. P. Vidal de la Blache

P. Vidal de la Blache (1860-1918), no livro "Geographie Humaine", publicado por Emmanuel de Martaine, em 1921, de acordo com notas do professor, faz uma profunda análise das relações homem-geografia e dá inúmeros exemplos tirados de países os mais variados, penetrando-os profundamente, rebuscando-lhes a história (porque a geopolítica também se apóia na História), e inspira o exame, a dissecação, a classificação e a explicação de todos os fatos. Procura de la Blache ver o passado e o futuro; examina a pré-história de tempos idos e esquecidos, para nós. O professor vê o progresso das eras antigas, pois não se pode deixar de considerar o homem como o termo de uma evolução das espécies vivas. Ele explica os fenômenos os mais ordinários que formam a trama da vida: habitação e coabitação, meios de subsistência, transporte, migrações, etc., dando a impressão de um espírito contemplativo, que se colocou fora da humanidade para apreciar e julgar seus feitos.

Analisando o homem como fator geográfico, diz de la Blache que "a repartição dos homens foi guiada pela aproximação e a convergência das massas terrestres" e junta "as solidões oceânicas dividiram por muito tempo ecúmenes ignorantes uns dos outros"; mais ainda, "os grupos nacionais encontram entre si obstáculos físicos que só a muito custo conseguiram transpor montanhas, florestas, desertos, pântanos, rios, lagoas, etc., e finaliza dizendo:

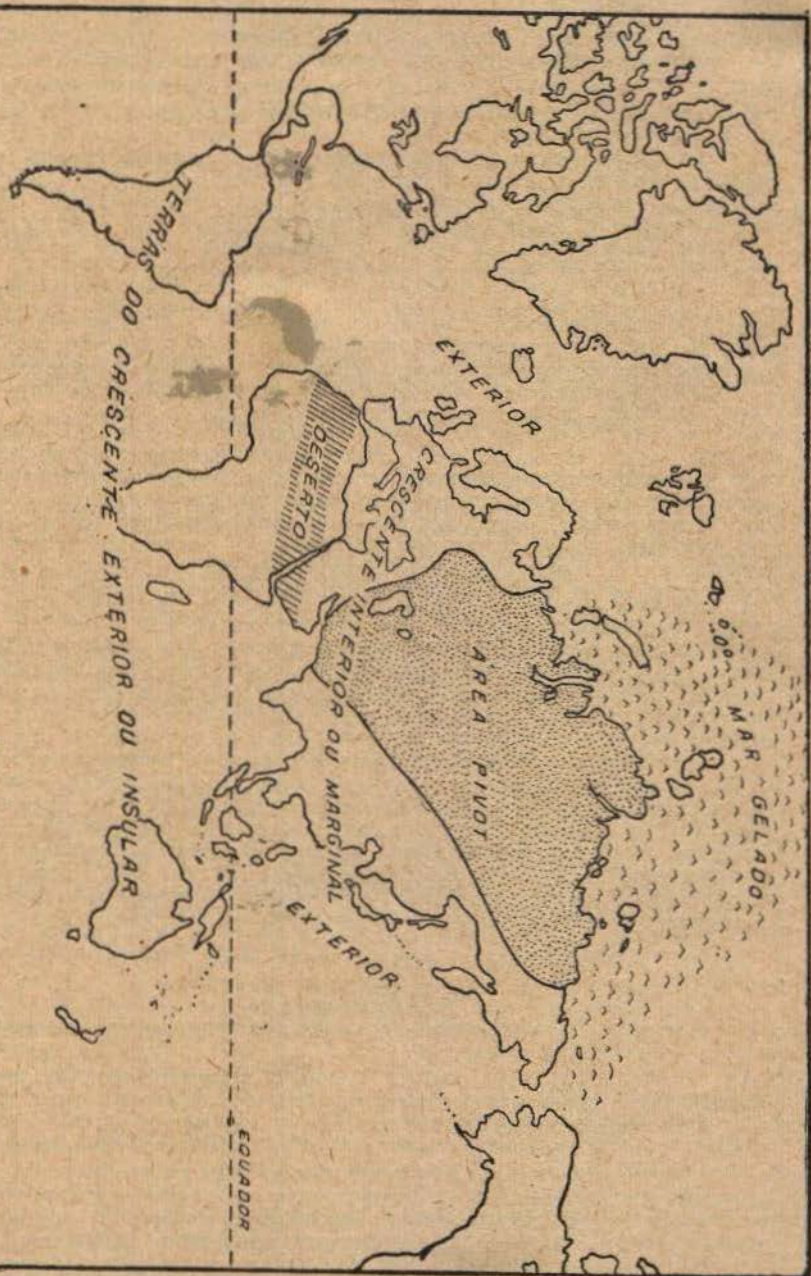
"A civilização resume-se na luta contra êsses obstáculos."

Hoje todas as partes da Terra estão em contacto: o isolamento é uma anomalia que parece um desafio e não se aplica a Grupos Nacionais vizinhos, mas aos que se encontram muito distanciados e para os quais os recursos da ciência e da técnica não provêem ainda os meios de ligação direta.

Por sua enorme cópia de trabalho o homem se tem agigantado, através dos séculos, com ousadia e decisão em seus empreendimentos, como um dos mais poderosos agentes na modificação da superfície terrestre; essa é a parte que êle desempenha na geografia. No último meio século, êle vem buscando desbravar os espaços siderais, partindo da superfície da terra e a ela ligando seus novos conhecimentos, integralizando solos e águas ao ar, um ambiente que poderá influir poderosamente na modificação da superfície terrestre, isto é, do papel que ela desempenha na atividade social.

Um geógrafo russo, M. Weeikerf (em 1901), disse que "estão sob a ação do homem os chamados "corpos móveis" — as águas correntes, as galerias, os ventos, as plantas por suas raízes, os animais, tudo o que seja suscetível de modificar-se e acolher formas novas: êle é sem ação sobre a carapaça calcárea na terra endurecida e esterilizada, sem o auxílio da ciência e da técnica".

O MUNDO SEGUNDO MACKINDER



A terra, ela é também viva, nos ensina la Blache : "a vida transforma-se ao passar de organismo em organismo ; circula por entre uma multidão de seres, aqui elaborando a substância que alimenta a uns, ali transportando os germes que podem destruir outras espécies, e assim prossegue".

Estudando a ação do homem sobre a terra, a geografia humana colima um duplo fim : o balanço das destruições das grandes espécies animais e o conhecimento mais íntimo das relações que unem o conjunto do mundo vivo, procura o meio de distinguir as transformações atualmente em curso e as que se podem prever.

Finalizando sua "introduction", de la Blache, com grande descortino, diz :

"A ação presente e futura do homem, modernamente, senhor das distâncias, armado com os progressos da ciência, ultrapassa de muito a ação dos seus antepassados. Felicitemos-nos que assim seja, pois a colonização que assistimos não seria possível se a natureza pudesse impor quadros rígidos, ao invés de dar margem às obras de transformação e de restauração que o homem pode realizar."

E para finalizar, sobre o trabalho de la Blache, lamentamos que ele não houvesse sobrevivido à época da aeronáutica, a fim de analisar, como fez com os meios de transporte de superfície, as profundas modificações que ela está trazendo às relações entre os Grupos Nacionais nos cinco campos das atividades de um Estado-Nação.

4.2. Jean Brunhes

O trabalho de Brunhes, um geógrafo francês, é menos poderoso, do ponto-de-vista de geopolítica, que o de la Blache, mas é igualmente rico em Geografia Humana. Ele classifica os fatos essenciais da Geografia Humana em três aspectos :

- da ocupação improdutiva do solo (casas e estradas);
- da conquista vegetal e animal (cultivo de plantas e criação de animais);
- da exploração destrutiva (devastação de plantas, matança de animais e exploração mineral).

Brunhes centralizou seu interesse nos fatos da ocupação da terra pelo homem, independentemente da preocupação de mostrar qual dos dois exerce influência sobre as condições locais. Ele estabelece um elo de união entre o homem e a terra, e pesquisa a aproximação entre os fatos físicos e os destinos humanos.

Os elementos geográficos do meio ambiente são fixados apenas pelo sentido restrito e especial do vocábulo. Desde o momento em que eles são associados ao grupamento humano, sofrem alterações próprias da humanidade.

Os fatores terrestres condicionam, mas não determinam a forma e a natureza da sociedade humana em desenvolvimento. Novos fatores terrestres são continuamente descobertos, e os velhos fatores dão nova significação aos conhecimentos existentes sobre o desenvolvimento da ação e pensamento humanos. Há uma reciprocidade nas relações.

Essas possibilidades não são em número ilimitado e as influências naturais manifestam-se para restringi-lo.

E Brunhes diz :

"O poder e os meios que o homem tem à sua disposição são limitados ; ele encontra na natureza delimitações insuperáveis. A atividade humana pode, dentro de certos limites,

variari sua ação e seus movimentos, mas não pode fugir às condições do meio; tem possibilidade freqüente de modificá-las, mas não de suprimi-las e há sempre o seu condicionamento."

Os limites fixados pela natureza para ação do homem variam de lugar para lugar e de um período histórico para outro. O homem defende-se como pode, mas, por mais habilidade que tenha, nunca poderá libertar-se completamente da natureza."

Diz-se mesmo, entre os possibilistas :

"Há uma espécie de contrato rigoroso, em termos draconianos, em que as relações do homem com o globo estão explícitas de maneira bem clara."

Quanto à História, Brunhes vê a história da humanidade profundamente arraigada às coisas materiais do mundo, mas não acredita que toda a história possa ser explicada pela geografia, e afirma :

"A História evolui na superfície da terra, mas é determinada por fatores complexos que afastam para muito longe as condições geográficas elementares."

4.3. *Isahiah Bowman*

Isahiah Bowman pertence à escola possibilista no ramo norte-americano. Ele tem muita profundidade em suas observações.

Sobre as condições físicas, por exemplo, ele diz :

"Embora as leis físicas, a que está sujeita a natureza humana, sejam variáveis em suas aplicações e na intensidade de seus efeitos, é também verdadeiro que todos os homens, em todas as partes do mundo, são afetados, de certo modo, pelas condições físicas.

A sêca de 1930, nos EE.UU., deu acentuado relêvo ao fato de que é apenas nas regiões de ótimas condições climáticas que o homem pode dizer: — "Estou livre dessas condições extremas que exercem efeitos mais continuados sobre o homem, em qualquer parte". Muito limitadas são as áreas em que prevalecem tais condições ótimas, resultando relações culturais profundas de contraste entre as regiões bem favorecidas e as mal favorecidas."

É, entretanto, sobre o papel da terra e do homem e das relações recíprocas de ambos, como fatores da Geografia Humana, que ele se detém, dizendo :

"Poderia ser demonstrado que nunca uma civilização declinou por estarem exauridas as possibilidades da terra. Nenhuma nação jamais desenvolveu plenamente sua base física. A terra nunca recuou ante o homem, mas esse tem-se achado enredado nos efeitos imprevisíveis de seu próprio sistema. O que realmente acontece é que o conhecimento humano, em cada momento da civilização, não é suficiente para o contrôlê das forças da natureza."

Essas são as bases fundamentais dos estudos da escola antropogeográfica francesa, a chamada possibilista.

Podem ser examinados outros estudiosos pertencentes a essa escola, e suas pesquisas, observações, meditações e seus escritos conduzem sempre a um estudo da Geografia Humana, por vêzes avançando um pouco na outra parte da geopolítica, como definimos.

Os trabalhos de Demangenn* (A Planície da Picardia), de Blanchard (Flandres), de Vacher (Berry), de Gallois (Regiões naturais e denomi-

nação das regiões), de Miss Semple, de Whittlesey, de Jorge Renner e de Vallaux são todos da Geografia Humana.

Esses trabalhos não chegam a examinar a verdadeira geopolítica, pois que não há as diretrizes que caracterizam a política e nem a estratégia que é empregada pela política do Estado-Nação para que sejam atingidos os Objetivos Nacionais Atuais.

5. ESCOLA ANTROPOGEOGRÁFICA ALEMÃ OU ESCOLA DETERMINISTA

Nessa escola, a Geografia Humana é examinada sob outros aspectos. A tese do determinismo puro, sem quaisquer condições com o possibilismo, é difícil de defender. O exame dos trabalhos do homem na face da terra revela muitos fatos para os quais as forças do meio, sòzinhas, não podem dar explicação satisfatória. Ambientes semelhantes nem sempre condicionam as mesmas reações.

Essa é a razão por que o meio indubitavelmente influencia o homem e este, por sua vez, modifica o ambiente que o circunda, sendo a interação tão complexa que é difícil precisar quando cessa uma influência e quando começa a outra.

O homem não é um autômato sem determinação ou vontade própria. A liberdade é concedida ao homem em uma proporção que aumenta em cada avanço da ciência e da técnica (possibilismo), embora tal liberdade seja de certo modo engenhosamente dominada pela natureza (determinismo).

Como o progresso da civilização implica numa crescente exploração de circunstâncias naturais favoráveis e no desenvolvimento de íntimas relações entre a terra e a gente que a utiliza (possibilismo), só aparentemente pode o homem pensar em emancipar-se do contróle das imposições da natureza, estabelecendo, ao mesmo tempo, os fundamentos e as condições de suas atividades (determinismo).

A escola puramente determinista começa em Friederick Ratzel, precursor, embora ele não fôsse um geopolítico.

Ela insiste em dizer: "o homem não é um agente livre". Mas, muito poucos defendem essa tese, hoje em dia.

5.1. Friederick Ratzel (1844-1904)

O professor Ratzel, da Universidade de Dantzig, constituiu, como pedra angular de sua Antropogeografia, a concepção de que a *Geografia Integral* é, na verdade, o ponto alto dos estudos geográficos. A idéia dominante no progresso da geografia é a de unidade terrestre. Ele concebe o mundo como um todo, cujas partes são coordenadas, no qual os fenômenos se sucedem numa seqüência definida e obedecem a leis gerais, nas quais cada caso particular estava relacionado no domínio dos matemáticos.

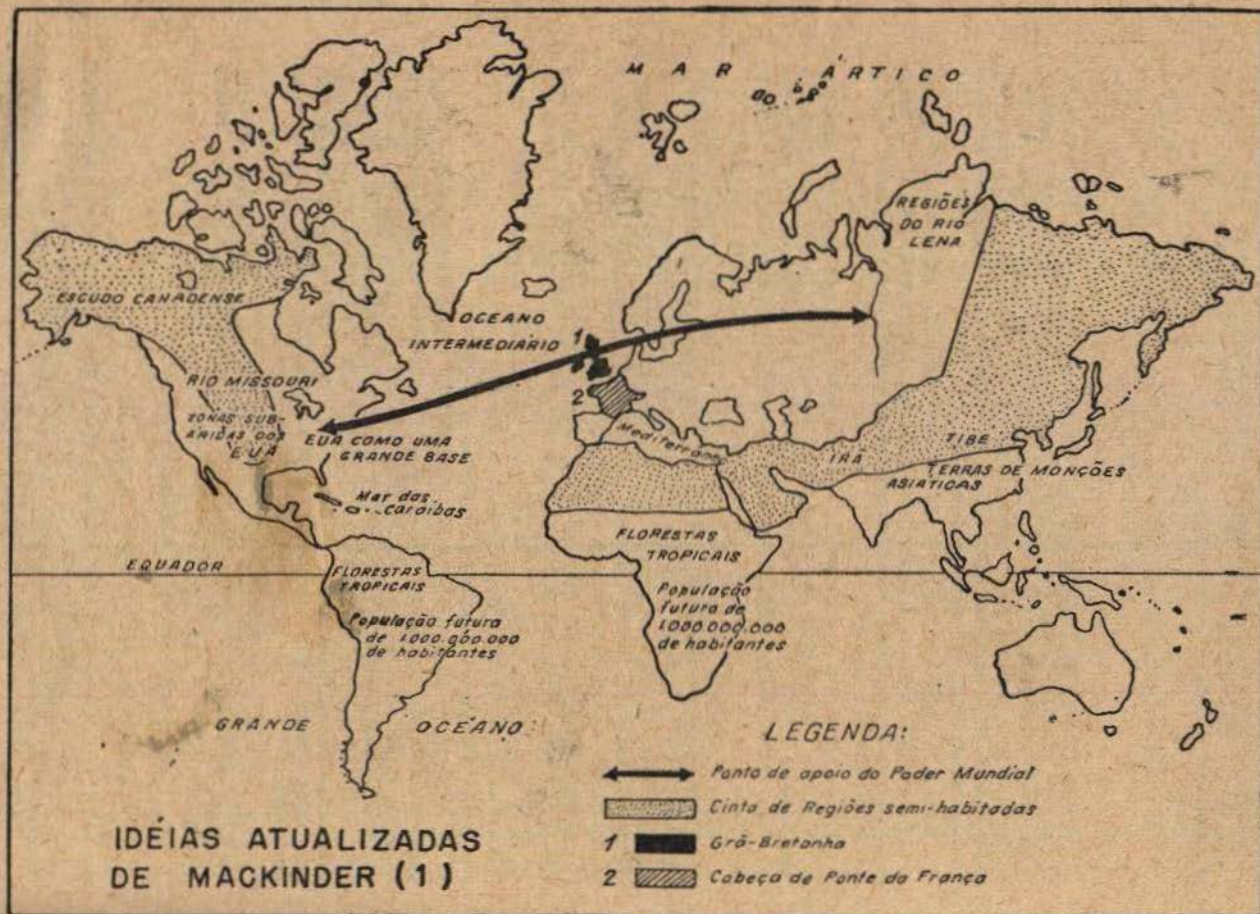
Na sua obra "Geografia Política", Ratzel faz a geografia penetrar na noção do Estado — do Estado-Nação. Ela passou a influir na Ciência do Estado e esta é sua definição de Estado:

"um pedaço de terra organizada."

No prefácio de seu trabalho, Ratzel diz:

"Chega-se à conclusão de que o que resta a fazer para trazer toda a geografia política a um alto prestígio consiste em realizar pesquisas comparadas das relações entre o estado e o solo."

Para Ratzel, o Estado é, primordialmente, função do solo. O Estado era, para ele, um organismo. É sobre ele, no "espaço político" ou "território" (e poder-se-ia acrescentar, hoje em dia, espaço vertical), que



o homem exerce suas atividades, as quais, quando fortes, podem propiciar o crescimento e, quando fracas, facilitam a extinção do mesmo.

No conceito de Ratzel, crescimento de Estado é aumento de base física; hoje, as concepções variam um pouco, como veremos mais adiante.

Os estudos sobre a formação e o desaparecimento dos estados levaram Ratzel à formulação das *leis de crescimento de estado* e que são:

1ª — "O espaço dos estados deve crescer com a cultura".

2ª — "O crescimento do Estado-Nação segue a outras manifestações de crescimento do povo e deve necessariamente preceder o crescimento do Estado."

3ª — "O crescimento do Estado manifesta-se pela adição de outros estados, no processo de amalgamação."

4ª — "A fronteira é o órgão periférico do Estado."

5ª — "Em seu crescimento, o Estado luta pela absorção de seções politicamente importantes."

6ª — "O primeiro ímpeto para o crescimento territorial vem de outra civilização superior."

7ª — "A tendência geral para a anexação territorial e amalgamação transmite o movimento de Estado a Estado e aumenta sua intensidade."

Essas leis foram deduzidas da evolução da situação mundial, naturalmente, desde Felipe da Macedônia, e, em particular na Alemanha, desde Bismark.

Sempre o mesmo processo de crescimento: um Estado forte avança e procura amalgamar outros povos, embora de hábitos, costumes, língua, religião e de espírito de nacionalidade às vezes totalmente diversos.

Outrossim, essas leis eram função das armas de que dispunham os homens para emprego estratégico em sua luta pelo "aumento espacial".

Essas leis são claras e far-se-á necessário muita meditação e estudo para modificá-las.

Essas leis consubstanciam a concepção fundamental dos estudos de Ratzel que, sem ser um geopolítico, lançou as bases da geopolítica.

Tais concepções são:

- Há semelhança entre as estruturas biológicas e políticas de um lado e os organismos biológicos, de outro.
- A conceituação de "espaço" ocupado pelos grupos políticos, posteriormente apresentada como "espaço vital".

5.2. Rudolph Kjellen

Rudolph Kjellen, sueco, foi professor de Teoria de Estado na Universidade de Upsala. Procurando projetar a cátedra de que era muito estudioso e aceitando que o Estado exerce, na realidade, funções inexistentes até então e dependentes de conjuntura (nacional e internacional), escreveu quatro obras que se completam e devem ser consideradas como as bases do seu Sistema.

Ele era um arrojado e fez côro com Ratzel na nova concepção da Teoria do Estado.

Seus estudos o levaram a várias conclusões sobre a ação do Estado:

- O Poder Público apareceu para forçar o restabelecimento da ordem preestabelecida para proteger e garantir o cidadão.
- O Estado atua diretamente sobre o indivíduo.
- O Estado é um realizador.
- O Estado toma a si iniciativas de cultura política, de previdência social e de gerência de empresas mistas.

Dessas conclusões, os estudos de Kjellen levam ao Estado-Nação, com governo, área, forma, fronteiras, povo. E aí penetra a geografia e daí a definição :

“O Estado é um pedaço de humanidade e um pedaço de terra organizada.”

Lembra Kjellen que Ratzel, no prefácio de sua “Geografia Política” dá ensejo à Teoria do Estado de imiscuir-se na Geografia Política.

“Os Estados, valendo-se das próprias forças, com o favor de determinadas circunstâncias, estão em permanente concorrência entre si, lutando pela existência, evidenciando, de certo modo, a seleção natural. Eles nascem e crescem ; fenecem e morrem. São formas de vida. O Estado é um organismo vivo.”

A classificação de subdivisão de Teoria do Estado dada por Kjellen é a seguinte :

— *Geopolítica* — não geografia humana e geografia física, mas só e exclusivamente o território como organismo político, isto é, o Reich.

— *Cratopolítica* — política de forma de governo.

— *Etnopolítica* ou *Demopolítica* — estudo da massa humana politicamente organizada.

— *Ecopolítica* — a vida da nação em trabalho.

— *Sociopolítica* — estudo do Estado como sociedade.

A *Geopolítica*, ele a divide em :

— *Topopolítica*, política oriunda da situação geográfica.

— *Morfopolítica*, isto é, política do espaço territorial ocupada pelo país.

— *Fisiopolítica*, política do que o território encerra em riquezas naturais exploráveis.

Kjellen acompanhou a corrente antropogeográfica ratzeliana buscando nas noções de “espaço” e “situação” a base da Política, no que concerne ao Estado-Nação.

Não temos dúvidas em aceitar na figura de Kjellen o maior *geopolítico* da história até 1945. Ele foi o inventor de vocábulo *geopolítica*, a que deu uma definição dentro da ciência política e foi também — o que Ratzel não havia podido ser, devido, provavelmente, ao fato de ter sido um precursor e, normalmente, os precursores não têm ainda assentadas tôdas as bases sobre as quais se apoiará o monumento a ser erigido — o orientador seguro e firme desse novo ramo do saber : suas obras são monumentais !

Em nossa opinião, os geopolíticos da escola francesa não eram realmente geopolíticos : eram mestres de Geografia Humana ; não provaram eles as relações entre o território e a política, mas estudaram as interações entre o solo e o homem.

Geopolíticos foram Ratzel e Kjellen — e seus adeptos, entre eles : Haushofer, Otto Maull, Erich Obst, H. Lantensach, W. Siewert, I. Marz e outros.

Assim, os estudiosos desse grupo, que seguiu a orientação de Ratzel e Kjellen, passaram em nossa opinião de *geopolíticos* a *geoestrategistas*, usando a terminologia em nossos dias. Na realidade, eles buscaram na união terra (ou água)-Estado-homem uma força para realizar os objetivos nacionais do Estado-Nação, isto é, para aplicar a estratégia. Note-se que o mais ardente defensor dessa nova ciência foi um general alemão, Haushofer.

Aliás, essa concepção geoestrategista vem aos *geopolíticos* de nossos dias, Fifield, Percy, Spykman, Joseph Roucek e William Borden.

Derwent Whittlesey diz :

"A Alemanha foi a primeira nação a compreender o valor da estratégia política como auxiliar da guerra e a reconhecer que ela tinha suas raízes na geografia. A geopolítica teve como finalidade pôr a geografia a serviço de uma Alemanha militarizada."

Veremos, posteriormente, como 13 anos após a guerra contra a Alemanha novas concepções surgem, frutos da ciência e da técnica, pondo à margem, para certas diretrizes políticas, uma grande dependência da geografia.

Examinemos o mais típico desses geopolíticos da antopogeografia alemã — escola determinista e que é mais geoestrategista que geopolítica.

5.3. General-de-Divisão Karl Haushofer

O Gen Haushofer nasceu em Munique e cedo abraçou a carreira das armas, na qual conheceu toda a Europa e Ásia. Foi oficial de Artilharia. Era considerado um militar exemplar e fez estudos sobre o Exército Imperial Japonês. Ao voltar à Alemanha, em 1910, retornou à Escola de Estado-Maior, onde lecionava. Publicou nessa época um livro sobre o Japão e um outro sobre "Geografia, Geologia e História". No primeiro, Haushofer começa seu estudo científico da geografia japonesa com uma citação de Heráclito :

"A guerra é mãe de todas as coisas."

Após a I Grande Guerra, o exército alemão foi reduzido a pouco, mais de uma força de polícia. Haushofer, então General-de-Brigada, retornou da frente para retirar-se do serviço ativo.

Na realidade — e como é sabido — o Estado-Maior Alemão continuou a funcionar sob a chefia do General Von Seeckt, cujos associados eram muito numerosos e entre eles se encontrava Oskar Von Nierdermeyer, amigo de Haushofer. Assim, os dois amigos passaram a trabalhar juntos e com muita intensidade, pois novos estudos faziam-se necessários, de natureza geográfica, tática e estratégica, em virtude da contribuição da ciência e da técnica à arte militar.

Haushofer voltou à sua cidade natal, associando-se a um grupo de geógrafos, cientistas e publicistas políticos, para a fundação da Geopolítica. No fim de uma década, muitos desses colaboradores haviam sido substituídos por jovens que adotavam integralmente, sem qualquer discussão, as idéias do general.

Esse grupo escreveu obras, imprimiu jornais e procurou difundir os seguintes conceitos :

1º) *Autarquia* — Ideal de auto-suficiência nacional no sentido econômico. Com a autarcia visava-se à preparação para a guerra : "Canhões em vez de manteiga".

2º) *Espaço Vital* — Direito de uma nação a ampliar o espaço para a sua população. Além da simples área, o "Liebensraum" leva em conta todos os recursos naturais e humanos a serem encontrados em qualquer área reivindicada por um Estado, como seu justo espaço vital.

3) *Pan-Regiões*

As Pan-Regiões exprimem as aspirações territoriais dos geopolíticos germânicos — grandiosas aliás — e em substituição ao ideal do domínio mundial autárquico. Cada uma delas combina latitudes médias e baixas, provindo uma diversidade de produtos e de recursos minerais.

Três são as Pan-Regiões propostas por Haushofer :

1ª) *A Pan-América*, que é o Hemisfério Ocidental, por si mesma separada dos outros continentes por vastos oceanos. Os Estados Unidos

são o país "controlador". Os geopolíticos alemães sempre se confessaram admiradores da Doutrina de Monroe e a idéia nela contida era a da Pan-Região.

2ª) A *Eurásia*, região que compreende quase toda a Europa, a África e o Oriente Médio. Essa Pan-Região seria para ficar sob o controle da Alemanha. Não foram incluídas a Inglaterra e a Rússia pois isso criaria embaraços.

Uma solução para o problema da União Soviética era que fosse estabelecida uma pan-área juntamente com a Índia. Tal área não teria terras na latitude sul, o que complicava um pouco os teóricos. Outra solução, a que mais agradava a Haushofer, era que a Alemanha tomasse a si a responsabilidade da Rússia e entregasse a Índia ao Japão.

3ª) A Pan-Ásia, que compreende o leste do continente asiático, a Austrália e as ilhas adjacentes. O Japão seria o país controlador. O Japão foi o único país, fora da Alemanha, onde os geógrafos aderiram rapidamente à geopolítica e à geoestratégia. A influência pessoal de Haushofer nesse país parece ter aberto os olhos dos seus dirigentes para a aplicação da geopolítica de que infelizmente — ou felizmente — não souberam fazer o uso conveniente.

Esse mapa (Fig. 1) é uma cópia do existente no famoso Instituto de Geopolítica de Munique.

O objetivo dessas Pan-Regiões era obtenção, pela Alemanha, do espaço-vital, à força das armas.

Naquele Instituto preconizava-se :

"Geopolítica é a doutrina do poder do Estado-Nação na terra". "Geopolítica é o fundamento científico da arte da ação política, na luta de sobrevivência do estado, para "Liebensraum". E sobre os trabalhos em Munique, Fifiield conclui :

"Evidentemente a escola alemã de geopolítica conduzia à Guerra."

Naquela escola não se aceitava a geopolítica como a ciência do estudo do aspecto geográfico das relações internacionais : não assume ela determinados aspectos que hoje se fundem com os de outras escolas, como as de White, Reumer e Van Alkernburg — que objetivavam o estudo dos ajuntamentos político-geográficos dos grupos sociais ao meio natural, com interpretação das relações internacionais. Defendia Haushofer uma união da Rússia com a Alemanha para a dominação do mundo (Fig. 1).

É a geopolítica de Haushofer a única a incluir o estudo da estratégia nacional e da estratégia militar, embora os geopolíticos da outra escola examinem, como não poderiam deixar de fazer, o problema das áreas.

Não cabe, neste artigo, estudar em detalhes os trabalhos do Instituto de Munique, mas, nos dias que correm, eles continuam assumindo forma e vigor. Hoje, alguns estados já são superestados e sua força quase chega ao inconcebível. Todavia, não há o eixo Berlim-Moscou como houve o eixo Berlim-Roma, de triste memória.

Passemos, agora, ao apologista do PODER TERRESTRE :

5.4. Sir Halford Mac Kinder (1861-1946)

Mac Kinder era um geógrafo britânico, professor da Universidade de Oxford, em Londres, homem de muito saber e que ocupou cargos muito importantes na Inglaterra. Examinando o mapa-mundi e observando que 75 % da parte do território do globo são constituídos pela Europa, Ásia e África, e nêles vivem mais de 9/10 da população mundial, concebeu e tornou pública no livro "The Geographical Pivot of History" a idéia da "ilha do mundo", que considerou a área-pivô e, dentro dessa "ilha", o coração do mundo", a Eurásia (Fig. 2).

Mac Kinder, em 1904, interpretava a história como conflitos entre "Forças Terrestres" e "Forças Navais" e mostrava-se particularmente interessado nas condições em que umas tinham supremacia sobre as outras. Pondo em dúvida a superioridade das forças navais, ele preconizava que o poder naval estava a ponto de ceder a supremacia ao terrestre.

Considerando inexpugnável e auto-suficiente a "ilha do mundo", ele preconizava:

"Quem domina a Europa Oriental comanda o coração do mundo.

Quem domina o coração do mundo comanda a ilha do mundo.

Quem comanda a ilha do mundo domina o mundo."

Assim escrevia naquela época o ilustre geógrafo, porque, utilizando somente o raciocínio da população, o centro de gravidade geográfica do mundo deveria ser aquela região.

O que nos admira é que em 1943 houvesse Mac Kinder confirmado seus trabalhos, estendendo o seu fulcro de poder do Janelassei até o Mississipi, e abandonando, de um lado, a parte oriental da Ásia e, do outro, a parte ocidental da América, aliás, já fora de importância. O mais incompreensível é que esse fulcro de poder deixasse de lado outros pontos de poder do mundo (Fig. 3).

Os trabalhos de Mac Kinder tiveram repercussão à época da publicação e mesmo depois, mas, até hoje — a despeito do formidável progresso científico e técnico dos russos, havendo já posto dois satélites artificiais e testado várias bombas nucleares — não conseguiu a Eurásia, coração do mundo, dominar o mundo e nem nunca o fará.

O "coração do mundo" é isolado dos oceanos; em sua maior extensão, os rios dessa região ou correm para o Oceano Ártico ou se perdem em mares e salinas interiores. Bordando o coração do mundo a oeste, sul e leste fica um crescente de terras marginais com acesso aos oceanos. Todas são, de certo modo, marítimas e separadas entre si por montanhas, desertos e mares. Além desse crescente, o oceano mundial é interrompido por um crescente de ilhas continentais: as Américas, a África e a Austrália.

Básicamente, o "coração do mundo" fundamenta-se na inviolabilidade do poder terrestre.

Mac Kinder viu que, no conflito entre as nações que controlavam o mar e as que dominavam o solo na luta pelo poder, certamente venceriam as que dominassem o solo, fonte de todos os recursos.

Analisemos, agora, o apologista do PODER MARÍTIMO:

5.5 *Alte Alfred Thayer Mahan (1840-1914)*

O Alte Mahan foi o primeiro geopolítico, ou, melhor, geoestrategista, a estabelecer a ligação do Poder Marítimo com a Política Nacional. Ele pedia constantemente ao Governo norte-americano para cooperar com a Inglaterra nos fundamentos do estabelecimento de uma política baseada nos princípios do Poder Marítimo. Publicou, em 1890, um livro denominado "Influence of Sea Power upon History".

Alegando que a dominação dos mares havia permitido o curso livre das comunicações marítimas e determinando o resultado de todas as guerras dos 17º ao 19º séculos, o Alte Mahan considerava o poder marítimo intrinsecamente superior ao poder terrestre (Fig. 4) (Figura do mundo em Mercator).

As teorias de Mahan tiveram influência na formulação da política norte-americana e deixaram indeléveis marcas na mesma.

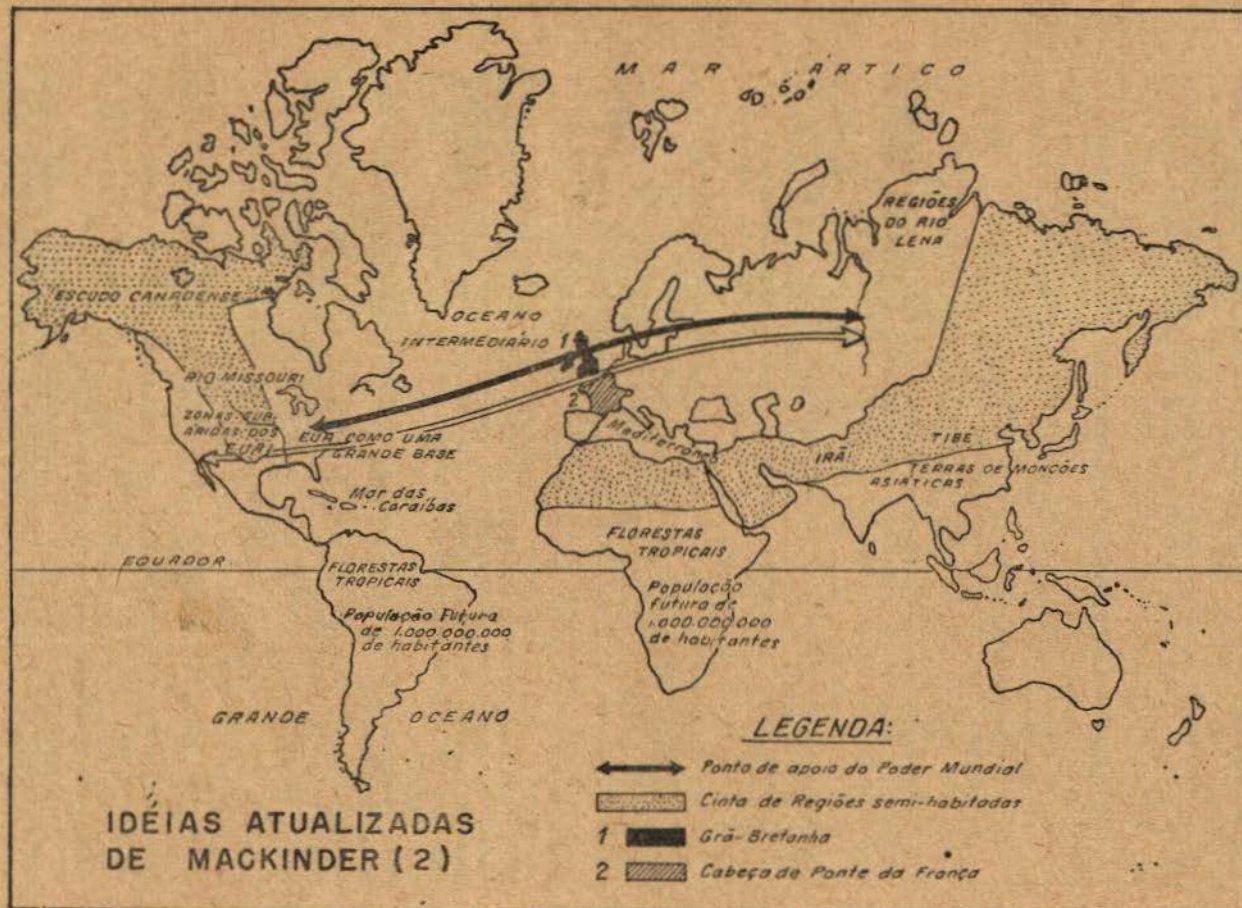


Fig. 4

Fazia-se necessário, no entender de Mahan, reforçar o Poder Marítimo norte-americano, ajuntando-o ao poder marítimo inglês, a fim de evitar que, conforme a opinião de Haushofer, a Inglaterra viesse a ficar com as linhas vitais do império completamente interrompidas.

Mahan tinha um dogma: "a doutrina da concentração do poder", de poder marítimo, aliás.

A doutrina de Mahan foi aceita quase sem crítica, à época, e só nos nossos dias é ela posta nos termos exatos, quando o Poder Marítimo ocupa seu lugar ao lado do Poder Terrestre e do Poder Aéreo.

6. A ESCOLA DA GEOPOLÍTICA INTEGRALIZADA

Há uma terceira escola em que o possibilismo age, mas, não raro, em função de um determinismo.

Outrossim, todos os fatores são considerados e não somente a parte humana em uma escola e a parte estratégica na outra.

Iniciemos pelo apologista da Ciência e da Técnica.

6.1 *Nicholas John Spykman*

Spykman, na "Geography of the Peace", emprega a geopolítica como método de análise e diz mais ou menos o seguinte: "Dada uma situação geográfica particular, qual a melhor política a ser seguida a fim de ser obtida a Segurança Nacional?"

Isso dá a entender claramente que, para ele, o vocábulo geopolítico pode ser usado para exprimir a parte do planejamento da segurança nacional de um país em face de seu fator geográfico; e rematava:

"Seria possível, então, considerar os problemas da segurança nacional de um país quanto ao fator geográfico, de tal maneira que as conclusões possam ser de utilidade para a formulação das diretrizes nacionais."

Segundo Spykman, a geopolítica estuda áreas determinadas definidas:

- de um lado, pela geografia;
- de outro lado, pelas alterações dinâmicas do poder.

Afetam as conclusões:

- as condições mutáveis, no mundo político, isto é, a opinião pública, a mudança do governo, as alianças, as contra-alianças, etc.;
- as condições tecnológicas, isto é, o progresso na rapidez das comunicações, a evolução na ciência, o desenvolvimento na indústria, etc.

Assim, não há que fugir de um entrosamento completo entre o homem, o território e os recursos naturais.

Examinemos, agora, os apologistas do PODER AÉREO E DA CIÊNCIA MODERNA:

6.2. *Joseph Roucek*

O Prof. Roucek é um dos adeptos da influência do Poder Aéreo na geopolítica, assim como Mac Kinder e Mahan o foram, respectivamente, do Poder Terrestre e do Marítimo.

Considerando-se a geopolítica influenciada pelos poderes político e militar, ela está agora integralizada, pois que, na concepção anterior, faltava analisar-se a influência do Poder Aéreo.

O Dr. Joseph S. Roucek, da "University of Brigdeport", publicou recentemente um trabalho sob o título "Geopolitics and Air Power". O trabalho é uma inspiração para algumas considerações a propósito da

renovação dos princípios políticos estabelecidos há séculos atrás, pois, além das duas formidáveis forças armadas existentes, daquela época até agora — as terrestres e as navais — as quais, desde os primeiros fazendeiros da Arábia, há 8.000 anos atrás, vinham sendo empregadas pelo homem na sua ânsia de dominação — uma terceira apareceu nos meados do século XX, capaz de participar na alteração do rumo dos acontecimentos : a Força Aérea.

Diz o Dr. Roucek :

"Hoje em dia as guerras não são utilizadas por motivos sentimentais. O ponto de decisão para adotar atitude ofensiva ou defensiva é determinado pela geopolítica.

De quando em quando aparece uma arma ou um sistema de armas capaz de influir nessa decisão ; normalmente, êle muda, o "convencionalismo" da guerra anterior, e uma nova estratégia tem de ser adotada.

Em nosso século é o avião militar essa arma ; sua autonomia global e suas velocidades supersônicas com bombas 3 F elevou-o a um ponto de poder que abalança as nações antes de darem o "salto no vazio". É êle que tem detido a mão agressora da Rússia.

Na geopolítica mundial, ou geoestratégica mundial, se preferirem, duas influências dominavam, em função das forças que se defrontavam no mundo : as forças terrestres e as forças navais.

Somente na I Grande Guerra é que os EE.UU. estiveram presentes, como grande potência, em uma guerra na Europa. Até então, as lutas naquele continente e no asiático eram travadas sem a menor participação das Américas, empenhadas em lutas de independência ou de incorporação de territórios.

É necessário assinalar, todavia, que somente na I Grande Guerra é que se pôde chegar a conclusões definitivas sobre os aspectos "globais" geopolíticos das relações internacionais.

Os expoentes da geopolítica, como vimos, põem ênfase em que as relações internacionais e internas são controladas pela geografia, nada tendo a ver com as mesmas as ideologias, as idéias e os conceitos morais.

Mas essas são importantes na política e agem como fator de dominação, e haja visto o aumento de território russo, que foi de 1.140.000 de quilômetros quadrados. A Rússia tem uma população de 220.000.000 habitantes na Europa, além de controlar 460.000.000 na Ásia, numa área de 11.500.000 quilômetros quadrados.

Hoje, a Rússia, através da solapação, da rapinagem e da traição, domina toda a Europa Central e Leste, isto é, o eixo transversal eurasiático, que constitui o "coração do mundo", na concepção de Mac Kinder : do Volga ao Yantze, do Himalaia ao Oceano Ártico.

A posição russa representa uma grande aglomeração de territórios contínuos sob um só governo e com uma relativa invencibilidade por ataques vindos dos mares.

Todavia, não será ainda a Rússia que executará o terceiro preceito de Mac Kinder, pois o conceito de geopolítica já está sendo modificado pela introdução do poder aéreo.

A criação do Poder Aéreo é o fenômeno mais importante ocorrido nos últimos 25 anos. A utilização de aeronaves como elemento de poder militar e do potencial nacional de uma nação tem tremenda divulgação entre todos os povos e tende a aumentar ; a técnica e a indústria melhoram dia a dia as performances e o poder de destruição dos engenhos aéreos, encurtando distâncias, aproximando os horizontes e abatendo o inimigo mais alto, mais rápido e mais longe.

Ontem, em Mach 0,2, movimentavam-se as aeronaves somente com bom tempo e em pequenos pulos ; um voo de 5.000 km era uma aven-

tura. O tempo era contado em horas. O Serviço Postal Aéreo era lento — comparado com os padrões de hoje — e o bombardeio possível quando se via o objetivo: teto de serviços: três a cinco mil metros. Pêso máximo dos aviões: 15 toneladas.

Hoje, estamos perto de Mach 3; o tempo é contado em minutos; bombardeia-se e faz-se a interceptação sem se ver os objetivos. Pousa-se e decola-se com teto zero. A travessia dos grandes oceanos é rotina. Teto de serviço: o tópo da troposfera. Pêso atual máximo dos aviões: 15Q toneladas.

Não obstante, estamos apenas na segunda raia do espectro da velocidade, que vai de zero a 885.000 Mach, velocidade da luz.

A que velocidade nos levarão os motores atômicos? Certamente pequena na troposfera e na estratosfera, mas imensa na ionosfera.

E o que acontecerá ao "Coração do Mundo" — e a qualquer outra parte da terra — quando exposto ao bombardeio de um "satélite" da terra a 2.000 km de distância desta última?

Olhe-se o mapa argumental centrado no pólo norte e veja-se a influência que deve exercer o Poder Aéreo (Fig. 5).

O Poder Aéreo tem certas vantagens sobre o terrestre e o marítimo, a despeito da indispensabilidade destes, destacando-se a liberdade de movimento das aeronaves sobre terras e águas, cidades e vilarejos, desertos e árticos. Do ponto-de-vista militar, o fim principal da ação do poder aéreo é o de dominar o espaço aéreo sobre o inimigo e permitir o seu uso ao talante do dominador.

Todos reconhecem que o tremendo desenvolvimento do Poder Aéreo modificou o conceito tradicional do Poder Nacional. O emprêgo de Grupos Aerotáticos de cooperação com o Exército e a Armada modificou as condições sob as quais se exerce o controle do espaço terra-mar. A proteção contra as aeronaves inimigas e o apoio aéreo nas operações combinadas tornaram-se fatores decisivos na guerra moderna.

Não obstante a imensa importância dos exércitos e armadas, não bastam, hoje em dia, essas forças para dar a vitória final ou mesmo a parcial em batalhas isoladas.

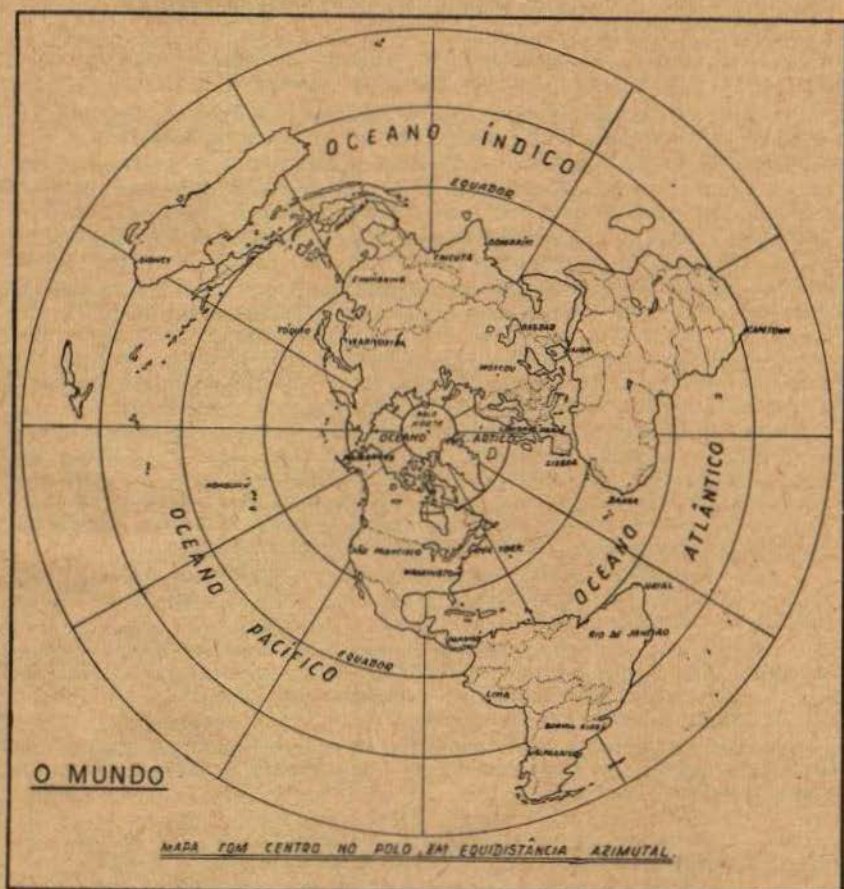
"A missão estratégica, outrora função exclusiva das forças navais, tornou-se hoje função primordial da força aérea pela surpresa, influiu direta e indiretamente em todos os aspectos da guerra". Assim diz o Air Marshall H.M.S. Sandby.

Dentro de curto prazo, o avião militar revolucionou as estratégias política e militar; o avião comercial, o movimento de homens e coisas sobre o globo terrestre.

"*Afinal, — disse WINSTON CHURCHILL, em seu discurso na "Communs" (BLOOD, SWEAT AND TEARS) — a razão principal por que HITLER não realizou até o presente (e nunca o fez) a sua prometida invasão da Grã-Bretanha é, "of course", a sucessão de brilhantes vitórias ganhas pelo nosso poder aéreo sobre um muito maior e com números mais elevados que os do nosso. "That is a tremendous fact."*

6.3. William Liscum Borden

William Borden é um autor que estuda com grande realismo a modificação que se processará no mundo pela evolução da ciência e da técnica. Ele faz reflexões sobre o crepúsculo das geopolíticas clássicas francesa e alemã, pelo advento não só do Poder Aéreo como também das bombas nucleares, e indica que já há necessidade de refundir-se a geopolítica clássica em uma *geopolítica integralizada*, onde todos os fatores participem.



19188-29 557 2832401272

32. 512. 1. M. 1. / 100-29-4-929.

Fig. 5

A "geopolítica integralizada" de nossos dias tem de ser examinada sob três aspectos da estratégia, dois dos quais introduzidos pelo Poder Aéreo, no Poder Nacional, das superpotências ;

a) a existência de bombas nucleares a serem lançadas por aviões e foguetes a velocidades supersônicas, causando destruição incomensurável ;

b) a penetração (accessibility) da Força Aérea das duas superpotências — e somente delas — a qualquer ponto do globo, não importa se sobre a terra, mar, desertos, geleiras ou zonas populosas ;

c) o progresso formidável em que prosseguem pesquisas nos campos técnico e científico, fazendo tornar imprevisível de que armas se disporá em 1968, para escolher futuro bem próximo.

Vejamos algumas sugestões sobre essas revisões na geopolítica de superfície :

1ª) Bases militares aéreas e marítimas — para aviões e navios de superfície e submarinos movidos a motores atômicos necessários em número muito inferior ao atual. Isso diminui o número de pontos fixos importantes e vulneráveis ao ataque.

2ª) As linhas de suprimento, aéreas, terrestres e marítimas, terão de multiplicar-se e avolumar-se devidamente protegidas. Examinem-se os dois mapas.

3ª) A ciência e a técnica adquiriram valor incomensurável.

Vannevar Bush, diz :

"Qual será a natureza de uma guerra do futuro, se ela acontecer? Ela será essencialmente científica e técnica, rápida e furiosa. Deixará o mundo mutilado e em perigo de aniquilação."

Esse processo de guerra, que atualmente domina o pensamento militar das superpotências, não pode parar nunca, seguindo uma linha logarítmica, e foi David Lilienthal que teve uma palavra de aviso contra o perigo de repouso na certeza, pois seu país pensava ter, em 1949, na bomba A, uma arma insuperável.

"Nem as bombas A nem outro qualquer engenho de destruição constitui a verdadeira fonte da força norte-americana... Se assim acreditamos, estaremos fugindo à realidade e pensando que os americanos estão a salvo no mundo porque possuem a bomba A, nada mais. Tenderemos a tornar-nos descuidados quando deveremos estar eternamente em estado de alerta". (Michigan State College 5-5-1949).

4ª) Os conceitos da "ilha do mundo", "coração do mundo" e "fringes" estão caindo em obsolescência. Veja-se a Rússia e suas imensas possibilidades.

Houvesse avançado o espírito de Gengis Khan, após a guerra de 1945, contra o Ocidente, e as Américas estariam, como o resto do mundo, em grave perigo.

Mas, nas desprezadas "fringes" surgiu o poderio capaz de anular qualquer veleidade de dominação do mundo.

A geopolítica de Haushofer e Mac Kinder atribuiu pequena importância aos EE.UU. e só em 1943 é que o "Fulcro" de Mac Kinder foi ao Mississipi.

Ora, o empecilho inicial à contensão do desejo russo de avançar imediatamente sobre seus aliados de ontem foi o lançamento das bombas A sobre Hiroshima e Nagasaki : jamais esteve nas previsões de Mac Kinder.

A parte do "fulcro" de Mac Kinder que vai aos EE.UU. é importante, mas deve ser estendido não pela sua demografia, porém, porque ali se fabricavam bombas A a urânio e plutônio, e, agora, bombas 3F.

Esse fator é mais importante, geopoliticamente, em 1958, que uma população euroasiática; o fulcro deve ir a São Francisco e a Los Angeles e não se deter no Mississipi.

5ª) A população, elemento muito importante da geopolítica, também necessita de revisão nessa "geopolítica integralizada". As massas de população não são mais um fator decisivo sobre quais povos dominarão os negócios do mundo. Com o avanço técnico e científico, há possibilidade de dominação dos mesmos por populações, apenas.

Outrossim, há tendência para a redução dos efetivos militares, enquanto há aumento de formação de cientistas e técnicos.

Por outro lado, a formação cultural da população cresceu abruptamente de valor; a massa tem valor relativo; quanto melhor o estado de preparação intelectual, de condição de sanidade, de alimentação e de higiene, maior o número de homens capazes de desfrutar dos benefícios da inteligência e da cultura, maior o número de cientistas e técnicos, maior o número de líderes, mais consciente o poyo de suas responsabilidades.

6ª) Em consequência, a própria geografia deve sofrer revisão. Poder-se-ia agora considerar um fulcro: Califórnia — Montes Urais — China — Japão, cortando a Cortina de Ferro (Fig. 5).

7ª) O velho e assentado princípio de equilíbrio do poder também deve ser reexaminado.

Em todos os países, procuram-se os *objetivos nacionais atuais*; estes determinam as pressões antagônicas e contra elas é prevista a luta.

Já não há mais lugar para o antiquado conceito de equilíbrio de poder imposto por uma nação a outras; há a sobrevivência com auto-determinação e, para consegui-la, as nações têm de empenhar-se ao máximo.

Estas são as rápidas considerações que desejávamos tecer em torno das Escolas Geopolíticas que tanta influência têm tido — e terão ainda — nas diretrizes governamentais de cada Estado-Nação.

*
* *
*

"Nunca será demais repetir, por certo — e principalmente ao abordar tema ainda tão aberto às discussões filosóficas e ao entrecrochar de idéias e de paixões — que vivemos, nos dias que passam, uma hora dramática da Humanidade, com a transmutação radical e repentina de todos os valores e conceitos tradicionais."

Cel GOLBERY

II — ESTUDOS E ENSAIOS

O PROBLEMA VITAL DA SEGURANÇA NACIONAL

Coronel GÓLBERY DO COUTO E SILVA (*)

— Quem diz Geopolítica, diz, com Backheuser, Política traçada em decorrência dos fatores geográficos — isto é, Política, na essência, e Geografia, na fundamentação.

Ora, no escalão Estados soberanos, a Política Nacional defronta-se, desde logo, com o dilema — Bem-estar versus Segurança — de cuja solução ponderada resultará a própria delimitação do campo especificamente estratégico.

Assim, a discussão de tal dilema e de suas implicações situa-se, de direito, no limiar do problema geopolítico nacional.

Aí está por que abrimos espaço para o artigo abaixo, embora já tenha sido divulgado em matutino desta Capital. Mas é que sua análise interessa de perto a todos os estudiosos da Geopolítica Brasileira.

1. UM DILEMA ETERNO DO HOMEM, ANIMAL SOCIAL

Houve, em século que já vai bem distante — estes Braís mal despontavam, então, para seus largos destinos — um “geômetra da política” que, seduzido pela imponente clareza do monumento euclidiano, com seu sólido embasamento de postulados, de porismas e axiomas diáfanos, seus teoremas bem encadeados e seus corolários surpreendentes, resolveu aplicar, também, o mesmo sistema lógico-dedutivo ao domínio flutuante e incerto da Sociedade e da Política. Era, entretanto, ao tempo em que Bacon e Galileu inauguravam, com brilho e audácia invulgares, a carreira triunfal da ciência moderna, com um método indutivo-experimental recém-saído da fôrma.

Daquele modo, porém, foi que, repudiando de frente a Aristóteles — heresia tremenda! — e se inspirando, sobretudo em Euclides, Thomas Hobbes descobriu e apontou, à adoração reverente e temerosa dos povos, o novo Leviatã, êsse deus portentoso, embora mortal, da soberania e do poderio absoluto. Seu raro e agudo engenho tomaria, como ponto de partida, aquêlê mesmo mito fascinante e estranhamente crível do “contrato social” que, na época, atraía a todos os espiritos, fecundando o liberalismo nascente de que Locke se afirmaria, mais tarde, intérprete inexcedível até hoje, e, por um extraor-

(*) O Coronel Golbery do Couto e Silva possui os cursos da Escola de Estado-Maior do Exército, da Command and General Staff School (Fort Leavenworth) e da Escola Superior de Guerra. Foi integrante da Força Expedicionária Brasileira, que lutou no TO da Itália, durante a 2ª Grande Guerra, membro da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai e Adjunto da Divisão Executiva do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra. É conferencista de Geopolítica, na Escola Superior de Guerra, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, membro do Instituto Brasileiro de Geopolítica, colaborador de diversos jornais e autor de excelentes trabalhos sobre Geopolítica, destacando-se: “Aspectos Geopolíticos do Brasil”, “Geopolítica e Geo-Estratégia” e “O Brasil e a Defesa do Ocidente”. Serve atualmente no Estado-Maior do Exército.

dinário passe de mágica, faria daquele mito o próprio fundamento de sua incrível proposição derradeira — a rendição total da liberdade do indivíduo em aras de um poder soberano, incontrastável e supremo.

O Estado-soberano, surgido das fontes profundas do Mêdo para prover a segurança individual e coletiva na terra, passaria a afirmar sua vontade onipotente sobre os destinos de todos os súditos que o haviam criado, assim mesmo, inigualável e autárquico, mas, já agora, pela própria necessidade de um raciocínio lógico, escorreito e severo, que o justificaria, de uma vez para sempre, contra todas as críticas e contra quaisquer argumentações. E, assim, em Hobbes encontrariam, ao seu inteiro dispor, os defensores do autoritarismo mais rigoroso — todos os déspotas futuros, esclarecidos ou não; os senhores da guerra; os novos Césares, no tumulto de suas ambições insofridas; as minorias usurpadoras e tirânicas — inteiramente modelada, em linhas inflexíveis e rigorosas, a teoria que lhes absolveria os desmandos e lhes encobriria os caprichos insanos, enquanto se pudessem manter, pelo poder da coação, como governos de fato.

Ora, Hobbes pode bem considerar-se como o patrono, reconhecido ou inconfessado, das modernas ideologias políticas que ameaçam, por todos os lados, o mundo decadente de um liberalismo impotente e exausto.

É certo que a geometria euclideana já perdeu todo aquele seu extraordinário fascínio de admirável construção lógica, indiscutível e eterna, desde que Hilbert, entre muitos outros, lhe examinou os alicerces, apontando falhas e desmascarando preconceitos ilegítimos, antes de todo insuspeitos, e que o russo Lobatchewsky, o húngaro Bolyai e o alemão Riemann descerraram os novos horizontes de metageometrias abstrusas que se iriam erguendo e ramificando e desenvolvendo luxuriantes, de um lado e de outro da construção primitiva clássica, tais como exóticas florações barrocas, sobre as quais Einstein haveria de construir todo um Universo renovado, de intelegibilidade perfeita. Mas, subalternizando, embora, a matemática à simples categoria de capítulo elementar de uma lógica tornada mais e mais rigorosa pelo emprego do algoritmo que Leibnitz tanto almejava, no célebre "Calculemos!", os dias recentes se vêm caracterizando como o domínio ampliado de um logicismo cada vez mais audaz, sobretudo a partir da codificação russelliana dos Principia Mathematica. E pululam, hoje, os Principia Economica, os Principia Ethica, os Principia Política.

No fundo, é ainda o mesmo anelo de precisão e de clareza, de verdades necessárias e irrefutáveis que leva o Homem a esboçar, incansável, essas metalógicas estranhas e sabidamente malogradas, extravasando, muito além do restrito campo primitivo, aos mesmos domínios cambiantes a que Hobbes, como Spinoza em paralelo, buscara estender o método euclideano, ao seu tempo, paradigma perfeito das supremas virtudes do Conhecimento e da Ciência. Tal como o Partenon, do purismo de suas linhas que medições mais exatas não conseguem sequer empanar, tal como a Idéia Imperial que animou os sonhos de Alexandre e as campanhas de César e as aventuras de Bonaparte e ainda perturba o espírito de modernos conquistadores dementados, tal como esse mito indestrutível da Pax Romana pelo qual suspira a Humanidade, como por um novo milênio — é também este outro, o da apolínea perfeição da geometria de Euclides, um "fantasma" persistente e teimoso que ainda atrai e encanta e arrasta o espírito humano, em suas aventuras criadoras pelo reino do Cognoscível.

Sem dúvida, os novos mestres de ideologia política — e, se não mestres, profetas — são menos geômetras que Hobbes, mas, não menos que ele, prêsas de igual angústia.

É que o impulso incessante que domina, transparente, toda a dialética hobbeana, tanto quanto o avatar que espicaça aos novos doutrinadores políticos, é o mesmo grande Medo, o medo cósmico que viu, na terra, o nascimento da Humanidade e de sua verdadeira angústia existencial, o medo paralisante e tenaz que brota, incoercível, da insegurança eterna do Homem.

Hobbes, sabe-se que nascera, infante prematuro, sob o signo do Medo, por ocasião daquela epidemia histórica que abalara toda a Inglaterra, ante a notícia tremenda da aproximação da Invencível Armada que os céus imolariam em holocausto ao duradouro esplendor do "Rule, Britania". E, já velho, respeitado por todos, protegido pela Córte, verdadeiro monumento nacional, Hobbes tremaria ainda, sentindo-se ameaçado como sempre pelo espectro da insegurança que o perseguira a vida toda, mas que, por outro lado, o havia sustentado na admirável construção lógica de sua monolítica sistematização da política.

Hoje, a insegurança do Homem é a mesma, maior ainda, talvez. E, na extrapolação dos teoremas hobbeanos, o dilema eterno que o aflige, corho animal social que é, membro nato e obrigatório de uma sociedade mais ou menos dilatada, mais ou menos complexa, mais ou menos solidária, tende a solucionar-se de novo, unilateral e paradoxalmente, pelo sacrifício completo da Liberdade em nome da Segurança individual e coletiva.

Desperta, assim, o Leviatã, adormecido por tantos séculos, ao som das novas mitologias totalitárias, tanto da direita quanto da esquerda, as quais incitam e buscam seduzir a Humanidade desvalida e temerosa ao escambo ominoso; enquanto, na moldura em contração de um mundo já sem fronteiras que realmente separem, desponta o Estado-Universal, como solução reclamada e única possível à insegurança maior que está a criar a própria progênie de Leviatãs acosados, em suas disputas intermináveis e estéreis. E esse que está por vir, será o Leviatã supremo, o Super-Leviatã, senhor absoluto e incontestável da terra e do espírito humano.

Na verdade, é a insegurança generalizada e crescente em que se debate, agoniada, a humanidade de hoje, o ópio venenoso que cria e alimenta essas hórridas visões, capazes, entretanto, de se tornarem uma realidade monstruosa.

A insegurança do cidadão dentro de cada Nação e a insegurança de uns Estados em face dos outros, a visão onipresente da guerra — guerra civil ou guerra subversiva ou guerra internacional — domina o mundo de nossos dias e explica, por si só, essa ansia neurótica com que os indivíduos — desamparados, as multidões — em pânico, os povos — desiludidos e aflitos, a Humanidade, enfim, se ergue e se lamenta e se debate, disposta até a escravizar-se a quaisquer senhores e a quaisquer tiranias, desde que lhe ofereçam, num prato de lentilhas, um pouco de segurança e de paz. E, assim, acaba ou acabará afinal por perder, com a Liberdade traída, a própria Segurança por que tanto almejava.

Homens de todas as latitudes e de todas as raças — a guerra é global —, homens de todas as idades — a guerra é permanente —, homens de todas as profissões e dos credos mais diversos — a guerra é total —, devemos, pois, olhar bem de frente essa Esfinge dos novos tempos, para decifrar-lhe o mistério tremendo que em si mesma en-

cerca e fortalecermo-nos na defesa da Liberdade que é exigência essencial e impenhorável da condição humana, para que nem na guerra acabemos por soçobrar, vencidos, nem por ela mesma soçobre, afinal, conosco, a Humanidade inteira.

2. A GUERRA E SUA SIGNIFICAÇÃO COMO FENÔMENO POLÍTICO

Ora, direis, sempre houve guerra, mais ou menos cruenta, encarniçada às vezes, quase sempre brutal, desde que se constituíram e finalmente acabaram por se encontrar em contato — e, daí, em conflito e em choque — grupos sociais autônomos, as hordas, as tribos, os povos primitivos e bárbaros, as cidades ilustradas e ricas, os Estados poderosos e os Impérios milenares, todos eles animados de uma consciência coletiva, aqui — mais vigorosa, ali — mais tênue, conscientes todos de sua própria existência como grupos independentes e, ademais, conscientes também de aspirações e interesses comuns a todos os seus membros integrantes, interesses e aspirações muitas vezes discordantes, senão mesmo antagônicos, em relação aos que, a outros grupos, inspiravam e uniam.

Desde que se formaram os primeiros Estados, sob a forma arcaica dos Estados-Cidades que floresceram e brilharam no mundo da antiguidade, ressurgindo, ao depois, no terreno fulgurante do Renascimento europeu, desde os Grandes Impérios fundados pela religião ou pela espada até os Estados-Nações que, ainda hoje, entre nós se multiplicam, quando talvez já desponte, em formas embrionárias — a OEA, a NATO, a SEATO, de um lado, e, de outro lado, a URSS —, a estrutura multinacional de amanhã, sempre foram os Estados, os verdadeiros protagonistas no cenário internacional, como intérpretes e paladinos autorizados das aspirações e interesses dos correspondentes grupos sociais.

Pouco importa que, nos estados autoritários — sem reboços quaisquer, nas democracias — sob disfarces de maior ou menos consistência, muitas vezes, quando não sempre, se apresentem, como interesses e aspirações da coletividade, alguns que o são, afinal, apenas de uma simples minoria, compenetrada melhor de seus próprios objetivos, bem equipada para a ação política e sobretudo hábil no manejo dos múltiplos controles sociais — a chamada *elite dirigente*. A capacidade desta em sensibilizar e atrair a massa, em arrastá-la dócilmente sob sua liderança eficaz pela força carismática que desperte e assegure o mecanismo mimético que Toynbee tão bem descreveu, dá bem a medida real de seu poder criador. Como quer que seja, porém, buscando, realmente, essa elite ou minoria, traduzir os interesses e aspirações, ainda informes, que flutuam imprecisos na alma popular ou indo mais além e se empenhando, educativamente, para que o povo compreenda e sinta os seus verdadeiros interesses e aspirações, tratando, maquiavélica ou demagógicamente, de mistificar a massa para que adira a seus objetivos particulares de elite ou coagindo-a a tal — isso é, afinal, acessório — o fato primordial que vale considerar, no conjunto do panorama internacional, é que cada Estado se move ao impulso potente de um núcleo de aspirações e interesses, mais ou menos definidos com precisão num complexo hierárquico de Objetivos.

Para os Estados-Nações de nossos dias, são seus Objetivos Nacionais.

Entre esses Objetivos, é evidente, cabe posição de relêvo aos que dizem respeito à persistência de todo o grupo social, do Estado e da Nação como tais — isto é, à sua sobrevivência no espaço e no

tempo, sua autonomia em relação aos demais e o próprio desenvolvimento econômico e social, já que, para as sociedades humanas, assim como para todos os organismos de maior ou menor complexidade, a estagnação é a morte. Conforme as circunstâncias vigentes em cada caso, a sobrevivência, a autonomia, o desenvolvimento traduzir-se-ão em objetivos, secundários porque decorrentes, de conquista de terras alheias ou defesa do próprio território, de agressão ou de paz, de aquisição de riquezas ou salvaguarda de patrimônios, da obtenção de esferas de influência ou libertação econômica, de subjugação cultural ou de afirmação nacionalista, de autarquia, de irredentismo, de liberdade ou de imperialismo, de satelização, de domínio — tôda uma gama de objetivos políticos, econômicos, psico-sociais e até mesmo militares, entre os quais se poderão infiltrar, já o assinalamos, e sob racionalizações mais ou menos bem urdidas, aspirações e interesses pouco confessáveis da sagaz minoria dirigente.

Animado, assim, cada Estado por seus próprios Objetivos e fundamentados êstes num código moral predominantemente egoísta, de admirar seria que não surgissem antagonismos diversos, alguns de importância vital incontornável, entre certos Estados, por quererem êstes cousas opostas quando não, cada uma para si, a mesma cousa, nessa paisagem anárquica que continua a ser, a despeito de todos os esforços despendidos milenariamente em Tratados e Ligas sempre pouco duráveis, a vida internacional no planeta. E é, buscando solucionar, a relativo contento dos diversos interessados, êsses antagonismos entre Estados, que surge, então, a diplomacia, com todo o seu velho arsenal de práticas conciliatórias, o seu formalismo aparentemente tão ridículo quanto útil de fato, e a manha, a estratégia que faria a glória duradoura de um Metternich, de um Disraeli ou de um Tayllerand.

Falhem, porém, a prudência e a solércia diplomáticas e sejam realmente vitais os interesses em jogo, impedindo sacrifícios de parte a parte, e a guerra virá, por fim, para solucionar, a seu modo, o conflito fatal. Cedat toga armis — ao inverso da célebre proposição formulada por Cícero.

Nada aí há de novo que se não houvesse manifestado também no âmbito restrito da estrutura estatal, durante o processo paulatino da concentração de seu supremo poder, como força de coação capaz de se impor, soberana, a todos os cidadãos e de dirimir, sem apelação, os conflitos que, lançando uns contra outros, à própria paz social viessem, por fim, a ameaçar. Mas, no mundo dos Estados-Nações, estamos ainda numa fase feudal — urge bem reconhecê-lo — estruturando-se, atomisticamente, o poder em núcleos esparsos e autônomos, numa primeira etapa de cristalização rudimentar, em que cada Estado se defronta com os demais, tal como, em épocas outras, os barões e senhores, em seus domínios quase auto-suficientes, desafiavam-se mutuamente e levavam à luta suas cortes heterogêneas e turbulentas de cavaleiros, de servos, de vassalos e libertos.

E a guerra moderna que se trava entre Nações, mobilizando tôda a força arrasadora, todos os impulsos destruidores, todo o primarismo incontinido da emotividade bárbara das massas angustiadas e esporeadas à luta, expandindo-se, em crescendo, a todos os setores de atividades, não mais guerra de mercenários ou de profissionais endurecidos, mas guerra total que a todos envolve e que a todos oprime, guerra política, econômica, psico-social e não só militar, perdurando no tempo sob a forma de guerra fria ou ampliando seu domínio no espaço como avassaladora onda universal que não respeita nem os desertos saarianos, nem as alturas tibetanas, nem as imensidades polares, vem acrescer ao velho dilema entre Liberdade e Se-

gurança um colorido profundamente trágico, quando as novas armas saídas, incessantemente, dos laboratórios de pesquisas — as bombas atômicas, as superbombas de hidrogênio e cobalto, os teleguiados de alcance intercontinental, os satélites artificiais que já cruzam os céus, anunciando as plataformas giratórias do futuro de onde poderão ser lançados ataques inopinados, demolidores e esquivos — passam a ameaçar a humanidade inteira, em sua loucura coletiva, de aniquilamento e de morte.

Essa é a guerra — total, permanente, global, apocalíptica — que se desenha, desde já, no horizonte sombrio de nossa era conturbada.

E só nos resta, Nações de qualquer quadrante do mundo, prepararmo-nos para ela, com determinação, com clarividência e com fé.

3. O PODER NACIONAL E SEU FORTALECIMENTO

O instrumento da ação estratégica, nesta era de guerras totais, só pode ser o que resulta da integração de todas as forças nacionais, de todos os recursos físicos e humanos de que dispõe cada Nação, de toda a sua capacidade espiritual e material, da totalidade de meios econômicos, políticos, psico-sociais e militares que possa reunir para a luta — de seu *Poder Nacional*, em suma. E é esse Poder, atuante desde o tempo de paz como trunfo decisivo e sustentáculo real nas discussões diplomáticas, já desde então supervalorizado pela sombra prestigiosa que sempre o acompanha, de um Potencial mais amplo, suscetível de atualizar-se em prazo maior ou menor, que deverá ser transformado, orientado, mobilizado para a eventualidade da guerra que se venha a concretizar, assumindo, a partir de então, sua componente militar, exteriorizada nas Forças Armadas, o papel dominante.

Ora, nem sempre dispõe o Estado de um Poder Nacional à altura das responsabilidades decorrentes da guerra ou, nem mesmo, das que tenham sido assumidas no período de paz. E, pois, tratar-se-á, imperativamente, de fortalecer esse Poder, desenvolvê-lo no tempo devido e por todos os processos, de modo que, no balanço vital entre possibilidades e necessidades, entre meios e fins, entre obrigações e recursos, não subsista um déficit fatal que pressagie, para a Nação, a derrota e a servidão e a morte. Maximizar o Poder Nacional, em face das exigências impostas pelo fantasma da guerra que já nos persegue — eis um dever a que se não podem esquivar, de forma alguma, as Nações, atentas ao futuro que de todas se avizinha a passos tão agigantados.

A presença dominante desse parâmetro inelutável — a Segurança Nacional — impõe, entretanto, o ônus tremendo de uma economia visceralmente destrutiva aos anseios normais de desenvolvimento e bem-estar que animam a todos os povos e, sobretudo, àqueles que ainda se vêem à margem das regiões mais adiantadas do mundo, comprimidos em padrões de vida pouco elevados e inelásticos. Daí um novo dilema — o do Bem-estar e da Segurança — apontado por Goering, em dias passados, sob a forma menos justa, mas altamente sugestiva, de seu conhecido slogan: "mais canhões, menos manteiga". E, na verdade, não há como fugir à necessidade de sacrificar o Bem-estar em proveito da Segurança, desde que esta se veja realmente ameaçada. Os povos que se negaram a admiti-lo, aprenderam, no pó da derrota, a lição merecida.

Mas, se há um mínimo de segurança a atingir ou manter, em função da natureza e valor dos antagonismos em presença, de acordo com o maior ou menor grau de probabilidade da guerra que se tem a temer, e conforme a urgência e gravidade do perigo que se há de

vencer, existe também, por outro lado, um mínimo de bem-estar que se precisa assegurar, de qualquer forma, em permanência.

É que, neste particular, rege, como na ciência econômica, a lei eterna dos rendimentos decrescentes que Turgot instituiria na base de suas assinaladas teorias fisiocráticas.

A medida que se sacrifique o bem-estar, em proveito da segurança, canalizando recursos daquele para esta, o primeiro decresce, enquanto a segurança aumenta mais que proporcionalmente, a princípio; a partir de certo ponto, porém, sofre a curva acentuada inflexão e os acréscimos, agora cada vez menores, acabarão por se anular de todo, quando se haja alcançado o que, teoricamente, corresponde ao máximo de segurança compatível com a limitação imposta pelos recursos disponíveis. Reduza-se, ainda mais, o bem-estar e a própria segurança virá, agora, decrescida.

A segurança estrutura-se, pois, não pode deixar de estruturar-se sobre uma base irredutível de bem-estar econômico e social, nível abaixo do qual se ofenderá a própria capacidade de luta e de resistência da Nação, incapacitando-a, afinal, para o esforço continuado e violento que dela a guerra exigirá. Esta é bem um domínio em que às forças morais cabe papel saliente e não há moral de um povo que se possa manter indene além de certos limites de exaustão e de desânimo. A tragédia germânica de 18, como a do Japão em 45, mais uma vez o demonstraram.

4. CONCLUSÃO

Segurança e Bem-Estar e, em plano mais elevado, Segurança e Liberdade são dilemas decisivos com que sempre se viu defrontada a humanidade, nunca, porém, como hoje, em circunstâncias tão dramáticas e tão imperiosas assim.

E, como dilemas da vida social, ambos, em ambos se manifesta uma bipolaridade não exclusiva, cada um dos termos opostos dependendo, em verdade, do outro pela função anteriormente descrita.

Não se acredite, pois, que o sacrifício da Liberdade possa conduzir sempre a um aumento de Segurança. Além de certos limites, a Liberdade sacrificada determinará, de sua parte, perda vital da Segurança. Os escravos não são bons combatentes — eis a lição que tiranias aprenderam, no decurso dos séculos.

Portanto, a despeito de toda a maravilha argumentativa de Hobbes, rediviva, como mostramos, nas modernas doutrinas sofisticadas dos totalitários de todos os matizes e dos Salvadores pela Espada, como os chama Toynbee, a Liberdade do cidadão dentro do Estado moderno precisa ser salvaguardada e defendida também, dentro de limites que são irredutíveis até mesmo na guerra, sob pena de, sem ela — a Liberdade —, totalmente esvair-se a própria Segurança, em nome da qual tantas aventuras liberticidas se têm empreendido, desde que o mundo é mundo, com maior dose de arrogância ou maior capacidade de mistificação e de cinismo.

Estejamos certos de que defender a Liberdade é também, graças aos céus, alicerçar em sólidas bases a Segurança Nacional. E, se não o fôra, miserável seria a vida do soldado nos Estados modernos, mais miserável ainda do que as dos torpes mercenários que resguardavam, nos Impérios moribundos de outrora, a luxúria e a orgia e o crime das cortes depravadas e corruptas, até que a mão inexorável do destino as sepultasse para sempre na vasa do olvido que se deposita, incessante, ao longo do rio caudaloso da História.

SITUAÇÃO GEOPOLÍTICA DAS BASES DO NORDESTE

"O Brasil pertence à comunidade do Atlântico. Não há um só Atlântico, como no caso do Oceano Pacífico, mas dois Atlânticos: o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, separados pelo estrangulamento entre o bojo Nordeste do Brasil e o ombro da África, com 1.800 milhas de comprimento, entre Natal e Dakar.

Essa distância, hoje percorrida em 5 horas de voo, abstraído o uso de aviões a jato. Quem vai, por mar, de Buenos Aires para a Europa ou para os Estados Unidos e vice-versa e quem vai do Sul da África para os EE. UU. ou Europa e vice-versa, deve passar pelo estrangulamento.

O estrangulamento é, portanto, uma encruzilhada vital para o mundo e o Nordeste brasileiro é uma das duas sentinelas dessa encruzilhada. Mas, vejamos as distâncias, em relação à Europa e à América. Pernambuco é equidistante tanto da zona de bases americanas situadas entre Charleston e Boston, como da zona de bases européias situadas entre Liverpool e Marselha.

As posições da América e da Europa são idênticas, em relação ao Nordeste brasileiro. O problema pode ser expresso por um triângulo equilátero, com os vértices em Norfolk, Brest e Pernambuco, cada lado tendo 4.000 milhas.

Ao Sul de Pernambuco, há mais de 4.000 milhas de litoral, até o Cabo Horn. Tudo isso porque o Nordeste brasileiro avança para Leste, em relação à Norte América.

Notar que o meridiano de Nova York passa ao largo de Valparaíso, no Chile, e não na costa do Atlântico.

No extremo Nordeste do Brasil, encontramos Natal, o ponto mais importante de todo o litoral Norte-Nordeste do Brasil.

Ao largo de Natal, 250 milhas a Nordeste, deparamos com Fernando de Noronha, outra base vital porque, organizada:

- pode contribuir para apertar ainda mais o estrangulamento Natal-Dakar;

- pode mesmo alongar ainda mais a rota Nova York-Buenos Aires, obrigando os navios a passarem por fora dela.

Natal é o campo de pouso das linhas comerciais via Dakar, via Cabo, via Miami ou via Buenos Aires. É a encruzilhada aérea, a "chave das grandes rotas aéreas internacionais, cuja disputa comercial as grandes Nações sempre empreenderão."

Coronel ADALARDO FIALHO

(Transcrito de "Problemas do Brasil")

III - GEOPOLÍTICA DA BOLÍVIA

(Conclusão dos números anteriores)



INDIO BOLIVIANO

REPUBLICA DE BOLIVIA



SUPERFÍCIE

1.098.581 Km² (5° da América do Sul, 6° da América Latina e 19° do Mundo).

POPULAÇÃO

Absoluta: 3.273.000 hab (8° da América do Sul, 12° da América Latina e 69° do Mundo).

Relativa: 2,9 hab/Km² — **Urbana:** 34%.

CAPITAL

LA PAZ com 360.000 hab.

IDIOMA

Oficial: Espanhol, porém os índios falam o quíchua e o aimará.

RAÇA

14.8% de brancos descendentes de europeus.

32.0% de mestiços de brancos e índios.

52.9% de índios.

0.3% diversos.

RENDA ANUAL

Nacional: US\$ 348,8 milhões — **Per capita:** US\$ 109.

PRINCIPAIS EXPORTAÇÕES

Estanho (2° produtor do mundo), chumbo, prata e tungstênio. A exportação de petróleo tende a aumentar e poderá, em breve, ultrapassar a de estanho.

BOLÍVIA, IMPRESSIONANTE EXPRESSÃO GEOPOLÍTICA

(Conclusão dos números anteriores)

Major OCTAVIO TOSTA (*)

3. PROBLEMAS E SOLUÇÕES

A Bolívia já tem sido caracterizada como "país dos contrastes", "paradoxo geopolítico" ou mero "expediente da história". Também já afirmaram que a "Bolívia não é um país, é um problema". "Ainda é uma fronteira". "Ainda não conquistou o seu meio físico" (1)...

1. ANTAGONISMOS

De fato, a Bolívia é, geograficamente, uma verdadeira encruzilhada continental, pois que, estão em seu território, as ligações mais fáceis da bacia do Prata com a Amazônia bem como regiões de contato do Atlântico com o Pacífico (v. fig. 8).

Essa posição altamente estratégica no quadro sul-americano é, sem dúvida, também responsável pelos grandes antagonismos do Estado boliviano.

Já vimos que cerca de oitenta por cento da população da Bolívia vive no Altiplano. Esta região, riquíssima em jazidas minerais, é responsável por mais de noventa por cento das exportações do país.

Como o Oceano Pacífico constitui o acesso mais fácil dos produtos bolivianos aos mercados internacionais (v. fig. 14), aquele grande oceano atrai, inexoravelmente, para a sua órbita a economia do altiplano e, por conseguinte, a maior parte da economia boliviana.

Para agravar êsse centrifugismo político que, na vertente do Pacífico se processa através dois Estados vizinhos, a economia do altiplano também é solicitada para o Prata no eixo Uyuni-Villazón e sob a esfera de influência de Buenos Aires.

A economia da planície beniana, apesar de não ter, presentemente, grande expressão é atraída para o Atlântico descendo o rio Amazonas.

Finalmente, os recursos petrolíferos da região subandina estão sendo orientados para o Brasil e para a Argentina nos eixos Santa-Cruz — Porto Suarez — Santos e Santa-Cruz — Jacuiba — Buenos Aires.

(*) O Major OCTAVIO TOSTA DA SILVA possui o Curso da Escola de Estado-Maior do Exército. Foi Instrutor-Chefe de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras, é professor licenciado de Geografia e História; conferencista de Geopolítica na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; membro da Associação dos Geógrafos Brasileiros e do Instituto Brasileiro de Geopolítica. Já fez parte de diversas Comissões do Concurso de Admissão à ECEME (Subcomissões de Geografia e História). Autor de diversos trabalhos sobre Geopolítica destacando-se: "O Caso da Ilha Snipe" (fronteira); "O Caso do 'Divortium Aquarum' entre os Rios Zamora e Santiago" (fronteira); "O Acôrdio de Roboré" (fronteira), etc. Serve atualmente na Seção de Geografia e História do Estado-Maior do Exército.

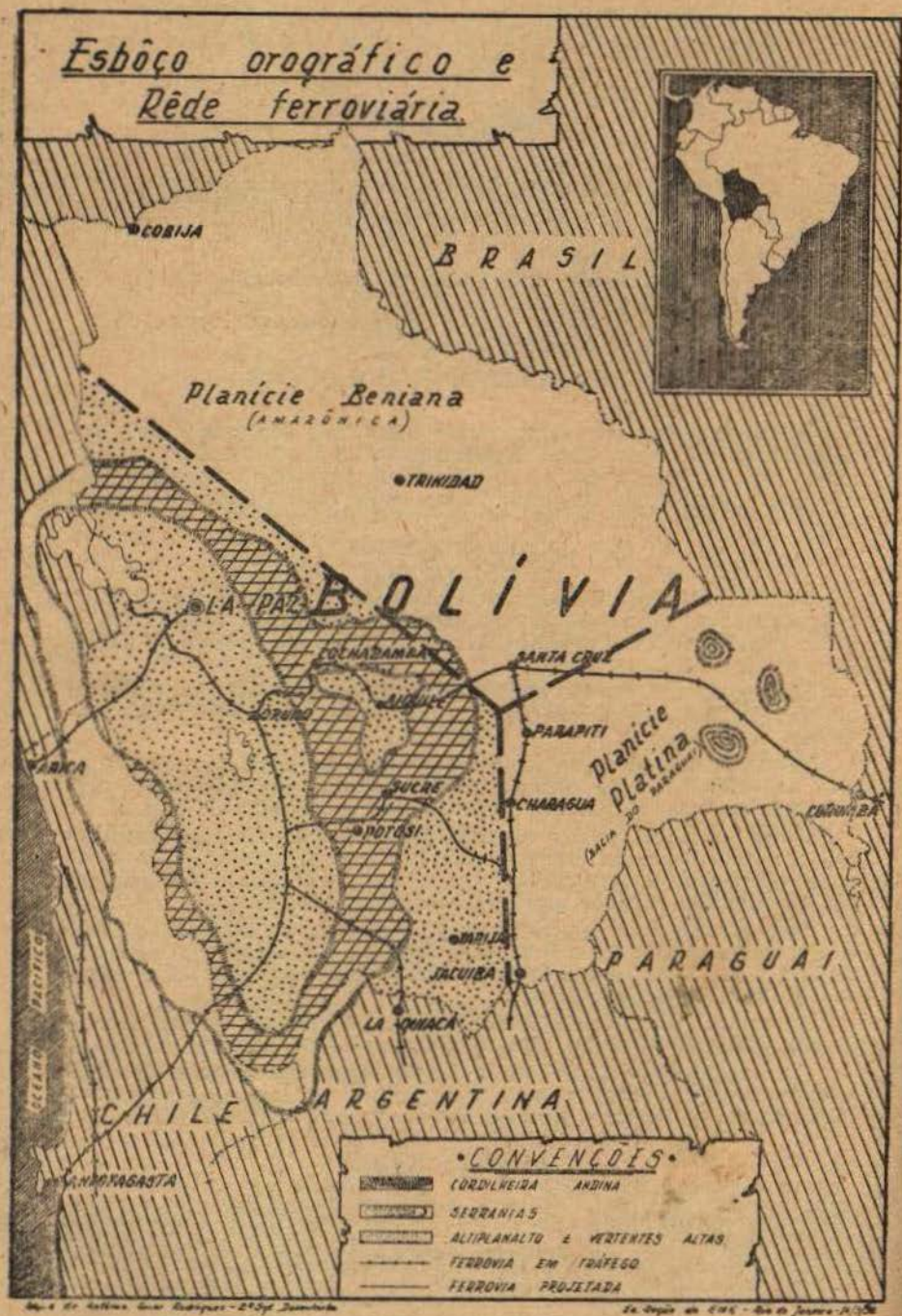


Fig. 8 (repetição)

Portanto, essas atrações sofridas pela economia boliviana para o Oceano Pacífico através três eixos diferentes que vão ter a dois Estados vizinhos; e para o Atlântico por quatro eixos diversos (três dos quais bem divergentes) e através mais dois países vizinhos, constituem elementos desfavoráveis à unidade nacional.

Todavia, as tremendas dificuldades oferecidas pela incrível topografia do território boliviano têm impedido o estabelecimento de satisfatórias vinculações rodo-ferroviárias do altiplano com a baixada. Como decorrência dessa profunda desvantagem as planícies setentrionais e orientais não estão perfeitamente integradas à economia da Bolívia, cujo poder gira em torno do triângulo Sucre — Cochabamba — Santa-Cruz de la Sierra.

Essa falta de integração econômica tem contribuído fortemente para o subdesenvolvimento das áreas mais futuras do país. É responsável pela baixa densidade de povoamento nestas mesmas áreas. E, certamente, tem influído nas manifestações desagregadoras.

Mas, além desses evidentes antagonismos geográficos, cuja manifestação é tão nítida que muitos chegam a admitir a sua irrevogável influência no destino histórico do Estado boliviano, há outros antagonismos não menos graves e que também solapam a unidade nacional.

Esses antagonismos são de caráter social e decorrem, principalmente, das diferenças raciais que determinaram diferentes grupos étnicos com características próprias, várias línguas, diversas psiques e culturas desiguais.

Cada um desses grupos "mantém uma idiossincrasia particular, costumes distintos e pensamentos diferentes".

Por essas razões, já se afirmou que "a Bolívia ainda não é uma nação" pois falta-lhe ainda uma certa unidade espiritual; não há uma língua comum plasmadora dessa unidade nem tampouco existe unidade cultural "que cria conceitos comuns de vida coletiva".

Para agravar, ainda mais, as sérias divergências existentes ainda há preconceitos que estimulam a luta entre os diversos grupos raciais bem como uma certa rivalidade entre os habitantes do altiplano e os das planícies orientais.

Por isso, afirmou Jorge Pando Gutierrez que na Bolívia "a divisão de raças trabalha em sentido negativo à economia nacional" (2).

Portanto, os antagonismos geográficos e sociais existentes no Estado boliviano prejudicam intensamente a produção nacional e mantêm o país às voltas com o subdesenvolvimento que conduz, fatalmente, ao pauperismo.

A consequência inevitável desse pauperismo é a instabilidade política. Aliás, os dois problemas estão intimamente ligados e constituem os aspectos mais sérios da vida do Estado boliviano.

2. SOLUÇÕES JÁ PROPOSTAS

Bolívar, em maio de 1826, apresentava ao General Gutierrez de la Fuente, o seguinte plano sobre organização política da América do Sul (3):

"Depois de ter pensado infinito concordamos entre as pessoas de melhor juízo e eu, que o único remédio que podemos aplicar a tão tremendo mal é uma federação geral entre a Colômbia, o Peru e a Bolívia mais estreita que a dos Estados Unidos, dirigida por um presidente e um vice-presidente e regida pela constituição boliviana, que poderá servir para os Estados em particular e para a federação geral, fazendo-se as modificações necessárias".

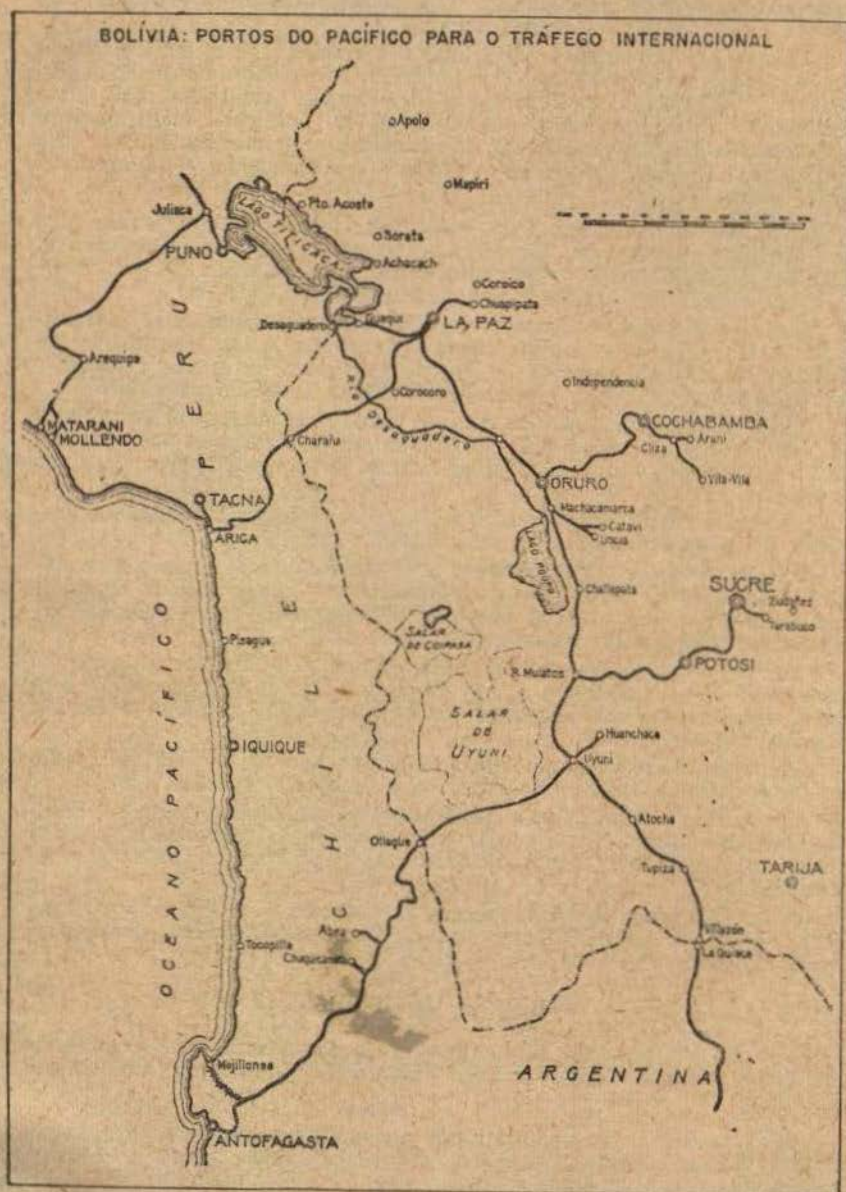


Fig. 14

Em carta a Santander, declara: "O Congresso de Buenos Aires deseja e insta pela proclamação da República Bolívar. O General Alvear me propôs mil coisas e entre elas a de estender a República Bolívar por tratados até Buenos Aires e Chile, de maneira que se ouvíssemos a esses senhores não haveria mais que duas repúblicas: Colômbia e Bolívia" (4).

A Sucre escreve de Lima: "O conselho de governo vai reconhecer a Bolívia e propor-lhe um pacto de união para que este mesmo pacto sirva à Colômbia aonde eu o farei adotar" (5).

De Bogotá escreve ao Presidente do Conselho de Governo do Peru: "O pensamento da federação dos seis Estados de Bolívia, Peru, Arequipa, Quito, Cundinamarca e Venezuela, todos ligados por um chefe comum que comande a força armada e intervenha nas relações exteriores, tem sido muito aprovado aqui, principalmente o vice-presidente, alguns ministros e personagens influentes" (6).

Posteriormente, declara na Venezuela: "*No debemos usar la palabra federación sino "unión", la cual formarán los tres grandes Estados de Bolivia, Peru y Colombia*" (7).

*
* * *

Malagrida no seu magistral ensaio "El Factor Geografico en la Política Sudamericana" (8) admite "que na Bolívia foi criada artificialmente a unidade política sobre um conglomerado territorial que não só carece de unidade em si, como, também, as suas partes vivem geograficamente submetidas à força de atração das unidades vizinhas.

As conseqüências econômicas e políticas que derivam deste fato, são funestas, não só para a prosperidade como também ainda para a estabilidade daquela República".

Ao estudar a estrutura geográfica da América do Sul, Malagrida sugere quatro *unidades geográficas*. O território da Bolívia está distribuído por três dessas unidades.

A primeira, denominada dos "países do Pacífico" com centro no Maciço Boliviano e os extremos em Guaiquil e na Patagônia. Esta unidade geográfica teria a sua estrutura apoiada no núcleo montanhoso dos Andes e sua atividade funcional vinculada à linha do Pacífico.

Os territórios da região sul da Bolívia, os do Paraguai, Uruguai e Argentina formam outra "unidade geográfica perfeitamente caracterizada e com pequenas variações de relevo em seu interior" (9). A bacia do Prata lhe dá o caráter de unidade estrutural e funcional.

A terceira unidade geográfica é constituída pelo território brasileiro. "O Maciço brasileiro e a bissetriz do Amazonas são os traços predominantes e toda atividade funcional econômica e política do Brasil apóia-se no caráter complementar desses dois elementos que orientam sua vida, de um lado sobre o Atlântico e, do outro, sobre a bacia amazônica" (10). Essa unidade seria completada, segundo o autor citado, com "a porção norte da Bolívia, o setor oriental do Equador (atualmente pertencente ao Peru), alguns distritos do sul da Venezuela e as Guianas".

García Calderón (11) apresenta, em linhas gerais, um critério semelhante ao de Malagrida. Relativamente à Bolívia aceita o projeto de uma "Confederação do Pacífico" reunindo as três repúblicas do Chile, Peru e Bolívia.

Kirkpatrick (12) admite que as repúblicas sul-americanas devem associar-se de acordo com as características regionais. Por isso, sugere os seguintes agrupamentos regionais, além do Brasil, cuja unidade res-

peita: o primeiro constituído pela Colômbia, Equador, Peru e Bolívia; o segundo abrangendo o Chile, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai; "estas mais européias e, aquelas, com as raças mais mescladas".

Em um pequeno livro publicado na Argentina em 1917 (14), *Pedro de Córdoba* preconiza a formação de um "grupo de nações, uma América Austral" constituída pela Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

Arthur Dix em seu excelente trabalho "Geografia Política" (15) analisando a "confusão dos Estados sul-americanos com relação às grandes bacias fluviais" admite que "a atual divisão política da América do Sul não se possa considerar ainda como definitiva e, por conseguinte, serão introduzidas seguramente com o tempo algumas modificações consideráveis".

Em outra parte do citado trabalho, referindo-se ainda à América do Sul, declara que "em realidade, o único Estado interior é a Bolívia, cuja aspiração a chegar até ao mar, às expensas de seus vizinhos, é de sobra conhecida; todavia, esta tendência seria mais eficaz se não se erguesse uma grande cordilheira como os Andes entre o seu território e o litoral".

Finalmente, o citado *Arthur Dix* admite que "o projeto de Bolívar de organizar uma grande Federação com as colônias espanholas emancipadas, teria sido a forma mais eficaz de assegurar os interesses da civilização hispano-americana, mediante a constituição de um Estado capaz de rivalizar em riqueza e poderio com os Estados Unidos".

A. Kolliker Frers, cientista argentino em interessante análise (16) sobre a situação geopolítica da Bolívia declara que o país só tem três alternativas para evitar a desintegração:

- confiar na segurança coletiva proporcionada pelo sistema continental interamericano e pelas Nações Unidas;
- chegar a um entendimento com alguma potência local, ou
- tratar de manter o equilíbrio e a compensação recíproca entre os seus vizinhos.

3. TENTATIVAS DE SOLUÇÃO REALIZADAS PELO GOVERNO BOLIVIANO

Vimos, anteriormente, que as perdas territoriais sofridas pela Bolívia têm acarretado reações geopolíticas de seus governantes com o justo objetivo de atenuar os prejuízos decorrentes dos referidos desmembramentos territoriais.

Essas reações geopolíticas têm consistido, essencialmente, em abrir novos caminhos para o mar. Todavia, como são precárias as vinculações entre o altiplano e as terras baixas, estas estradas para o mar ainda não constituem elementos favoráveis à Unidade Nacional boliviana. Por isso, a Bolívia procura estabelecer melhores articulações entre a sua região do presente e suas áreas de grande futuro. A aviação está tendo um papel considerável nesta obra de integração nacional.

Outras ações grandiosas e também de caráter geopolítico estão sendo tentadas pelo Governo do país. Nacionalizaram as minas de estanho que, como já foi referido, são responsáveis, presentemente, por grande parte das divisas nacionais.

As terras pertencentes aos grandes latifundiários foram distribuídas aos camponeses. Foram assegurados benefícios sociais aos índios que constituem a maior parte da população. Procuraram diversificar a produção para libertar o país dos inconvenientes da monoprodução estanífera.

Infelizmente, apesar de estas reformas terem constituído uma grande revolução social, os seus resultados não estão sendo muito promissores. E, certamente, o país terá que atravessar uma fase de adaptação antes que possam ser colhidos os reais benefícios dessa importante reforma social.

4. CONCLUSÕES

A Bolívia é um país de antagonismos. Sua estrutura geográfica proporciona todos os climas e os produtos mais variados. Todavia, dificulta sobremaneira as vinculações do altiplano com as terras baixas do oriente e do norte que constituem a "Bolívia do Futuro".

As diferenças de línguas, costumes, idiossincrasias e até de ideais dificultam a economia nacional.

Esses antagonismos têm prejudicado a Unidade Nacional boliviana e facilitaram, evidentemente, os sucessivos desmembramentos territoriais que, em pouco mais de um século de vida independente, reduziram o país à metade do território a que se julgava com direito.

Por outro lado, a economia boliviana já tão prejudicada pelos antagonismos, também sofreu o trágico impacto proporcionado por aqueles desmembramentos, que a privaram de ricas áreas e a conyerteram à triste situação de país mediterrâneo.

As conseqüências inevitáveis desses acontecimentos são o subdesenvolvimento e o pauperismo que estão intimamente ligados à instabilidade política interna.

Os movimentos militares têm sido tão numerosos que estão convertendo a história do país em tragédia nacional. Constantemente, as terras áridas do altiplano, são banhadas pelo sangue generoso de patriotas bolivianos. Estes, são transformados em heróis nacionais para talvez, pouco depois, serem considerados bandidos e, não raro, mais tarde, reconhecidos como mártires da Pátria.

E enquanto brancos e *cholos* arrebatados ao extremo lutam e se destroem empolgados pelo bem comum, os índios, tão numerosos, permanecem indiferentes nos campos cuidando, a seu modo, dos rebanhos. Nos *thanos* setentrionais e orientais nem sequer chegam os ecos dos combates...

A instabilidade política, por sua vez, repele os imigrantes que aumentariam a produção nacional e, além disso, desestimula o ingresso ao país de capitais estrangeiros que estimulariam o progresso e a riqueza.

Em compensação, o pauperismo é campo fértil para a proliferação do comunismo e implantação de "trusts", o que é muito prejudicial pois ambos são poderosos fatores de desnacionalização.

*
*
*

Concluindo, parece-nos que o estabelecimento de melhores vinculações entre o altiplano e as terras baixas da Bolívia concorreria para o estabelecimento de uma unidade estrutural do continente sul-americano que facilitaria a integração econômica deste continente e reforçaria, certamente, a unidade do Estado boliviano.

A Bolívia, por sua excepcional posição estratégica, é o país da América do Sul mais capacitado a realizar a integração econômica continental. E, quando houver comunicações fáceis através do território boliviano, os países sul-americanos abandonarão a sua tradicional posição de costas uns para os outros para trocarem os seus produtos por linhas interiores.

Nesse momento, a Bolívia, por ser passagem obrigatória deixará de sofrer as atuais ações desagregadoras para se transformar em poderoso centro de convergência de economias.

Mário Travassos em seu magnífico ensaio intitulado "Aspectos Geográficos Sul-Americanos" disse, referindo-se ao espaço boliviano: Esses antagonismos se de certo modo separam, como de resto todos os antagonismos, podem traduzir se conjugados, as verdadeiras forças criadoras do quanto se passa nos domínios políticos e econômicos da atividade sul-americana".

Portanto, não seria ousadia antever um grande destino histórico para a Bolívia no estabelecimento das bases estruturais de uma integração continental e que seria enfim a concretização do extraordinário sonho do Libertador.

A — FIGURAS

1. "Divisão da América do Sul em Gobernaciones"
2. "Divisão da América do Sul em Audiências"
3. "Audiência de Charcas"
4. "América do Sul" — Florentin Van Langeren (1596-1645)
5. "América do Sul" — Guillaume Sanson (1679)
6. "L'Amérique Meridionale" — Guillaume de L'isle (1700)
7. "Bolívia, Evolução das Fronteiras" — Octavio Tosta (1750-1938)
8. "Esboço Orográfico e Rede Ferroviária"
9. "Zonas Climáticas"
10. "Recursos Econômicos do Altiplano Boliviano"
11. "Mapa das Concessões Petrolíferas"
12. "Rede Rodoviária Excluídas as Estradas Departamentais e Provinciais"
13. "Lloyd Aéreo Boliviano" — "Serviços Locais"
14. "Portos do Pacífico para o Tráfego Internacional"

B — BIBLIOGRAFIA

- 1) ACHA (José Aguirre)
1933. *La Antigua Provincia de Chiquitos (Limítrofe de la Provincia del Paraguay)*: 166 pp. 27 cm + 10 fig. La Paz, Bolívia (Editorial "Renacimiento" — Flores, San Roman & Cia).
- 2) ARGUEDAS (Alcides)
1922. *Historia General de Bolívia (El Proceso de La Nacionalidad)*. 1809-1921: XI + 574 pp 22 cm. La Paz, Bolívia (Arnó Hermanos, editores).
- 3) CARVALHO (Estevão Leitão de, Gen)
1958. *A Paz do Chaco (Como foi Efetuada no Campo de Batalha)*: 444 pp. 18 cm + 22 est + 3 mapas anexos. Rio de Janeiro, Brasil (Biblioteca do Exército).
- 4) CASTRO (Josué de)
1954. *Geopolítica da Fome*: 350 pp 23 cm, 3ª ed. rev., Rio de Janeiro, Brasil (Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil).
- 5) CEPAL (Comisión Económica para América Latina)
1958. *Análisis y Proyecciones del Desarrollo Económico*. IV. *El Desarrollo Económico de Bolívia*: XVI + 301 pp. 27 cm + 21 fig. Mexico (Naciones Unidas, Departamento de Asuntos Económicos y Sociales).
- 6) CORREIO DA MANHÃ
1958 (7-IX). *Bolívia Marcha para a Prosperidade*, in Supl. Econ. Comerc. Rio de Janeiro, Brasil.

- 7) CUNHA (Euclides da)
1907. *Peru versus Bolívia*: 201 pp. 23 cm + 2 fig. Rio de Janeiro, Brasil (Tip. do "Jornal do Comércio", de Rodrigues & Cia).
- 8) DEWINTER (Alberto)
1952. *La Inmigración y Bolivia la Tierra del Porvenir*, in "Revista Militar" (Bolívia) ns. 174-175 de 52 pp 41-44, 26 cm. La Paz, Bolívia (Ministerio de Defensa Nacional).
- 9) DIX (Arthur)
1943. *Geografia Política*: 198 pp. 18 cm + 42 fig + 1 mapa, 2ª ed. Barcelona, Madri, Buenos Aires, Rio de Janeiro (Editorial Labor S.A.).
- 10) ESCOBAR (Abel Peña y Lillo)
1947. *Síntesis Geográfica de Bolivia*: 416 pp. 21 cm + 31 fig + 3 quadros. La Paz, Bolívia (Editorial "Don Bosco").
- 11) GANDÍA (Enrique de)
1935. *Historia de Santa Cruz de La Sierra (Una Nueva Republica en Sud America)*: 266 pp. 20 cm. Buenos Aires, Argentina (Talleres Gráficos Argentinos, de L.J. Rosso).
- 12) GUNTHER (John), Tradução de Jobinsky (Jorge)
1943. *O Drama da América Latina*: 499 pp. 22 cm + 1 fig + 1 quadro, 2ª ed. Rio de Janeiro, Brasil (Irmãos Pongetti).
- 13) INMAN (Samuel Guy), tradução de Boeing (Guilherme, Dr.)
1945. *América Latina — Sua Importância Mundial*: 545 pp. 22 cm. São Paulo, Rio de Janeiro, Brasil (Editôra Atlas S.A.).
- 14) JAMES (Preston E)
1950. *Latin America*: XVI + 846 pp. 24 cm + 145 fig + 133 ests, revised edition. New York, EE.UU. (The Odyssey Press).
- 15) LOMA (M. Pacheco)
1948. *Resumen de la Historia de Bolivia*: 603 pp. 23 cm + 44 fig. Edición Ilustrada. Oruro, Bolívia (Eds. distrib. Papel e Imprenta "La Escolar").
- 16) LONDONO (Julio, Gen)
1950. *La Visión Geopolítica de Bolívar*: 158 pp. 23 cm. Bogotá, Colômbia (Imprenta del Estado Mayor General).
- 17) MALAGRIDA (Carlos Badia)
1946. *El Factor Geografico en la Política Sudamericana*: 386 pp. 22 cm, 2ª ed. Madri, Espanha (Instituto Editorial Reno).
- 18) MEDINA (E. Diez de)
1909. *El Laudo Argentino en el Litigio Peru-Boliviano*: IV + 55 pp + VIII (anexo) 22 cm + 1 mapa. La Paz, Bolívia (Imp. Artística — Ayacucho).
1923. *La Cuestión del Pacifico y la Política Internacional de Bolivia*: 270 pp. 24 cm + 26 pp. (anexos) + VII (ind). La Paz, Bolívia.
- 19) MENESES (Rómulo)
1943. *El Imperativo Geografico en la Mediterraneidad de Bolivia*: 90 pp. 22 cm. La Paz, Bolívia (Talleres y prensas de Editorial Renacimiento).
- 20) MERCADO M (Miguel)
1919. *Charcas y el Rio de La Plata (Através de la Historia)*: 294 pp. 18 cm + 1 fig. La Paz, Bolívia (Gonzales y Medina).
- 21) MOLINA M (Plácido)
1936. *Observaciones y Rectificaciones a la "Historia de Santa Cruz de la Sierra, Una Nueva Republica en Sudamérica"*: 191 pp. 22 cm. La Paz, Bolívia (Imprenta y Litografía Urania).

- 22) MOREIRA (Miguel Mercado)
1930. *Historia Internacional de Bolivia*: II + 569 pp. 23 cm + 14 fig 2ª ed. ampliada. La Paz, Bolivia (Imp. Atenea — De Crespi Hnos).
- 23) RIO-BRANCO (Barão do)
1937. *Questões de Limites (Exposição de Motivos — Vol. IV)*: III + 244 pp. 24 cm + 8 mapas. Rio, Brasil (Ministério das Relações Exteriores, Imprensa Nacional).
- 24) RUCH (Gastão)
1932. *História da América*: 528 pp. 24 cm + 79 fig. Rio de Janeiro, Brasil (F. Briguiet & Cia.).
- 25) TRAVASSOS (Mário)
1933. *Aspectos Geográficos Sul-Americanos (Ensaio)*: 116 pp. 24 cm + 8 fig. Rio de Janeiro, Brasil (Imprensa Militar, EME).
- 26) UNIVERSIDAD MAYOR DE SAN FRANCISCO XAVIER (Central de Bolivia)
1932. *Manifiesto de la Universidad Mayor de San Francisco Xavier*: 12 pp. 32 cm + 6 fig. Sucre, Bolivia (Imp y Lit. Salesiana).
- 27) VIANA (Hélio)
1948. *História das Fronteiras do Brasil*: 333 pp. 24 cm. Rio de Janeiro, Brasil (Edição da Biblioteca Militar, Gráfica Laemert Ltda).

C — CHAMADAS

- 1) John Gunther — "O Drama da América Latina".
- 2) Bolivia y el Mundo.
- 3) Julio Londoño, Gen — "La Visión Geopolítica de Bolívar".
- 4) Julio Londoño, Gen — Obra citada.
- 5) Julio Londoño, Gen — Obra citada.
- 6) Julio Londoño, Gen — Obra citada.
- 7) Julio Londoño, Gen — Obra citada.
- 8) A publicação do trabalho foi recomendada ao "Instituto Livre de Ensino das Carreiras Diplomática e Consular" em 1919.
- 9) Carlos Badía Malagrida — "El Factor Geográfico en la Política Sudamericana".
- 10) Carlos Badía Malagrida — Obra citada.
- 11) Carlos Badía Malagrida — Obra citada.
- 12) "Les Démocraties Latines en Amérique".
- 13) "South America and the War".
- 14) "Nuestra Guerra" — "La Coalición Contra La Argentina".
- 15) "Geografía Política" (Ed. Labor, 2ª Ed.), págs. 36, 43 e 165.
- 16) "A Bolívia uma Experiência Geopolítica", in "A Defesa Nacional", n. 537, de abril de 1959 (Trad. Rev. Mil. Argentina — Vol. 92, ns. 3 e 4).

IV — CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

PROGRAMA DE GEOPOLÍTICA

Major OCTAVIO TOSTA

Com a Portaria n. 407, de 20 de fevereiro do corrente ano, o Ministro da Guerra fez algumas modificações no currículo da Academia Militar das Agulhas Negras. Dentre as modificações, foi introduzido o ensino de Geografia Política e Econômica e Noções de Geopolítica.

Essa nova matéria será ministrada para os cadetes dos Cursos de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações, Técnico-Industrial, Geógrafo-Topógrafo e Intendência.

Objetivos da Matéria:

1. Informações sobre os principais problemas políticos e econômicos no quadro mundial;
2. Conhecimento do potencial dos principais Estados (Grupos de Estados) do mundo;
3. Adquirir:
 - a) algumas noções de Geopolítica que facilitem a compreensão da evolução política das grandes potências;
 - b) subsídios para o estudo da História Militar.

1ª PARTE — GEOGRAFIA POLÍTICA

- I — CONDIÇÕES DE VIDA GEOGRÁFICO-ECONÔMICA E FINS POLÍTICO-ECONÔMICOS DOS ESTADOS.
- II — POLÍTICA DOS ESTADOS EM FUNÇÃO DAS CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS.
- III — MÓVEIS POLÍTICOS DAS POTÊNCIAS E OBJETIVOS DOS ESTADOS.
- IV — ZONAS DE ANTAGONISMO POLÍTICO.
- V — ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.

2ª PARTE — GEOGRAFIA ECONÔMICA E POTENCIAL DOS ESTADOS

- I — GRANDES POTÊNCIAS MUNDIAIS.
- II — ESTADOS UNIDOS.
- III — URSS E CHINA.
- IV — COMUNIDADE BRITÂNICA.
- V — AMÉRICA LÁTINA.

Dos títulos II a V inclusive, estudar:

- 1. Caracterização da área.
 - a) superfície e forma
 - b) fronteiras
 - c) posição relativa
- 2. Matérias-primas (particularmente "materiais críticos").
- 3. Estrutura demográfica (caracterizando o potencial humano).
- 4. Regime político e social.
- 5. Indústrias (particularmente siderurgia).
- 6. Energia, Transportes e Comércio.
- 7. Forças Armadas.

3ª PARTE — NOÇÕES DE GEOPOLÍTICA

I — ORIGENS E FUNDAMENTOS DA GEOPOLÍTICA

- 1. Antropogeografia de Ratzel.
- 2. Kjellén e o Estado Moderno.
- 3. Mackinder e o coração continental.
- 4. Mahan e a teoria do poder marítimo.
- 5. Haushofer e a Geopolítica alemã.
- 6. Spykman e a contribuição norte-americana à Geopolítica.
- 7. Seversky e a Geoestratégia aérea global.
- 8. Backheuser e a Geopolítica no Brasil.

II — FUNDAMENTO DO PODER NACIONAL

"Os Estados são seres conscientes e racionais como o homem..."
"Interesses, preconceitos, instintivos e, sobretudo, o instinto de conservação, a vontade de crescer, a vontade de viver e a vontade de poder determinam a vida das nações".

KJELLÉN.

V — ARTIGO ESTRANGEIRO

O ESPÍRITO DA GEOPOLÍTICA

Por TOMAS GREENWOOD

(*) Traduzido do "Memorial del Ejército de Chile" n. 27/56, pelo Tenente Heitor Ferreira

Artigo publicado no "Memorial del Ejército de Chile" (Órgão Oficial do EME) e na "Revista de la Fuerza Aérea de Chile", em 1956

A Geopolítica é uma ciência que investiga sistematicamente as constantes geográficas e políticas que influem na evolução dos Estados.

Em oposição a muitos iniciadores da Geopolítica que acreditam numa determinação efetiva da vida do Estado pela geografia no sentido da relação de causa e efeito, premeditadamente não dizemos "determinam" mas apenas "influem". Existem ainda outras influências que são tão poderosas como as geográficas, como por exemplo, os motivos psicológicos, as necessidades econômicas ou os imperativos sociais. Um Estado não consiste apenas em sua área geográfica mas também uma população dirigida para o bem comum e um governo responsável. A existência do povo e de sua direção significam a presença de uma vontade livre, a qual por certo pode ser influenciada por condições geográficas, mas não determinada.

A particularidade da Geopolítica consiste precisamente na união das constantes geográficas com as políticas. Por certo que essas questões são antiquíssimas e que um grupo completo de ciências se tem agitado entre o pólo geográfico e o político da existência. Mas a Geopolítica reuniu pontos essenciais dessas ciências e iluminou suas teses gerais.

O objeto da Geopolítica é, portanto, muito antigo, só a forma de sua apresentação é original. Historiadores ágeis deixam claro que já Aristóteles havia indicado razões geográficas para a constituição de muitas repúblicas e dado pela geografia conselhos para a escolha de uma capital ou para a defesa de uma pólis. O nome foi enunciado em nossa época por geógrafos suecos e alemães que interpretaram sua importância dentro do espírito darwinista ou do determinismo. Na Alemanha utilizou-se logo o conceito da Geopolítica dentro do espírito de um nacionalismo racista para apoiar certas teses políticas e militares cujos tristes resultados históricos se conhecem.

De nossa parte compreendemos sob a denominação de Geopolítica algo diferente. Poderíamos apresentar o imenso material que produziram

(*) O Tenente Heitor Aquino Ferreira possui o Curso da Academia Militar das Agulhas Negras. Por ter obtido o primeiro lugar na sua turma de Cavalaria recebeu a "Medalha Marechal Hermes — Aplicação e Estudo". É colaborador da "Seção de Geopolítica" desde a sua organização. Autor de excelentes traduções e de um interessante estudo sobre questão de fronteira. Serve atualmente no 6º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado.

as investigações alemãs, suecas, inglesas, francesas e outras. Queremos ordená-las sistematicamente dentro de um espírito humanista.

Em todos os países e em todos os continentes muda a figura dos Estados na História. Ela mostra uma verdadeira evolução geográfica na vida das nações. A Geopolítica tem a finalidade de estabelecer as forças constantes que produzem essas transformações.

AS CONSTANTES GEOGRAFICAS DA POLITICA

Constituem o aspecto material do objeto da Geopolítica. A elas pertencem as características fisiográficas (situação, extensão, forma, orografia, hidrografia, clima), a aptidão do solo para a agricultura e a criação de gado, as riquezas do subsolo, a rede de comunicações em relação com os transportes, o comércio, a defesa, a economia incluindo a situação financeira, o nível técnico assim como finalmente as características sociológicas (a elas correspondendo os dados demográficos, a organização, o regime político).

A posição de um Estado sobre a terra, por exemplo, determina o seu clima e com isso a influência da natureza sobre a sua população. Indica seu grau de acessibilidade e constitui dessa maneira a condição prévia para a organização do sistema de comunicações e a defesa do país. A posição determina o valor com que o avaliam os seus vizinhos.

Quando da posição de um país se deduz que todos os seus vizinhos são inimigos, ele tem que desaparecer no curso de sua história, por retaliações ou invasões, como foi o caso da Polônia: esse país deve ligar de tal forma sua defesa com sua política externa que consiga produzir um equilíbrio de poder favorável à continuação de sua existência.

Pois bem, se um país fica muito apartado dos centros de população e do comércio mundial, tem que viver em perigo de morte para sua existência ou vegetar. Se é suficientemente rico para que outros países lhe ponham sua atenção, é melhor preparar sua defesa ou então um sistema de exploração econômica em que fiquem assegurados pelo menos sua honra, seu direito de viver e seus interesses nacionais.

Em princípio, um país com litoral marítimo pode manter relações mais estreitas, numerosas e eficazes com o mundo exterior do que um Estado cercado de selvas ou de altas montanhas. Um país costeiro pode, em consequência, ganhar amigos com mais facilidade do que um país montanhoso inacessível. (No caso especial da Suíça, entram em jogo outros fatores geopolíticos). A inacessibilidade sempre tem influência no desenvolvimento geral de um país. Sem tráfego aéreo, por exemplo, a Bolívia seguiria sendo ainda uma grande desconhecida, e sua vida espiritual ou econômica ainda é hoje menos intensa do que a dos Estados costeiros da Argentina e Uruguai. A Leste e Oeste da península indiana ficam as montanhas denominadas Gats, que tornam difícil uma penetração pela costa. Por isso, quase todos os conquistadores vieram pelo norte, através dos grandes vales. A Birmânia, pelo contrário, é bem mais acessível do mar que de sua fronteira setentrional no maciço do Himalaia; a penetração inglesa foi levada a efeito do Sul para o Norte, subindo os grandes rios. (Sem dúvida, na Segunda Guerra Mundial e por razões estratégicas, tanto a ocupação japonesa quanto a libertação pelos aliados vieram do norte).

A situação geográfica explica muito bem o caráter diferencial nas formas com que se povoa um país. O estabelecimento dos ingleses na América do Norte, bem como a penetração dos franceses, ajustou-se aos imperativos das circunstâncias geográficas e não aos planos emanados de cima. Os ingleses consolidaram-se desde a Virgínia até o Maine nas

estreitas planuras entre o oceano e os Apalaches, que cobriam o interior do continente. Os franceses, pelo contrário, estabeleceram-se mais ao norte, vindos do golfo de São Lourenço, junto às margens do rio desse nome. Costumavam seguir a portentosa corrente apenas águas acima até os grandes lagos e dali os pequenos vales levaram-nos até o Mississipi que os conduziu ao Golfo do México. Eles perderam o Canadá, na Guerra dos Sete Anos, não por falta de bravura ou habilidade militar mas por não terem podido defender os distanciados postos avançados entre o São Lourenço e o Mississipi, enquanto que os ingleses puderam concentrar favoravelmente suas tropas e desfrutar das vantagens tanto da linha interior quanto das rotas de trânsito abertas para a Mãe Pátria.

Da mesma forma podem-se representar as ações de outros fatores geopolíticos. Pela topografia de um país é possível perguntar-se, por exemplo, se a montanha atua como barreira protetora ou como obstáculo para o progresso. As conclusões sobre a importância das montanhas, planícies e cursos d'água na história dos Estados, não podem ter a mesma exatidão que as conclusões matemáticas ou as teses das ciências naturais. Deve o Reno, por exemplo, ser um limite de separação ou vínculo entre suas zonas marginais? Constitui o Rio São Lourenço uma genuína fronteira entre o Canadá e os Estados Unidos, ou é o meio para um mais estreito enlace?

Tais perguntas só podem ser positivamente respondidas quando se considerem, ao mesmo tempo, todos os fatores geográficos. Toda limitação a fatores isolados dificulta uma decisão correta. Quando a Geopolítica racista da Alemanha selecionou unicamente os fatores que lhe convinham em sua concepção, deixando de lado os demais, incorreu em grave erro.

AS CONSTANTES ÉTICAS DA POLÍTICA

As constantes geográficas e, portanto, materiais, não bastam para justificar ou explicar a ação do Estado. A sua fundação ética correspondem cinco categorias formais da política: o direito à vida de um Estado (*survivance politique*), sua vinculação essencial a uma família do Estado (*interdépendence de fait*), o sistema do direito internacional, o princípio da constitucionalidade do Estado (*la primauté de l'ordre sur l'exercice abusif ou arbitraire de souveraineté nationale*) e, finalmente, a luta pela paz (*l'institution de la paix*). Cada um desses fatores pode ser desenvolvido ou explicado com a terminologia do direito natural ou do direito consuetudinário internacional. Com a ajuda dessas derivações, podem separar-se das más as boas interpretações dos fatores geopolíticos e unir o espírito dos princípios com a sua letra.

Os fatores éticos são, na realidade, independentes dos geográficos. Sua confusão pela prática de muitos geopolíticos alemães falseou tanto a verdadeira importância dos éticos como a dos fatores geográficos, quando um espírito materialista e imperialista utilizou esta confusão com finalidades duvidosas e egoístas. Para a dedução de regras de ação política é preciso sincronizar um atrás do outro os fatores, de acordo com a sua verdadeira importância; não se devem simplesmente misturar porque se estabelecerá uma política arbitrária.

Presentemente existe o perigo de uso impróprio em outro aspecto: falsifica-se intencionalmente o sentido das categorias para utilizá-las em proveito de uma ideologia pervertida como é a do comunismo. Desta forma a política soviética utiliza os conceitos de paz, justiça ou cooperação internacional num sentido pragmático que os converte em simples instrumentos do materialismo agressivo do Kremlin. Justamente por isso é preciso definir muito cuidadosamente o sentido e o emprego das categorias éticas na Geopolítica.

OS MÉTODOS DE AÇÃO PRÁTICA

As constantes geográficas e os princípios éticos reúnem-se dentro das possibilidades de ação dos Estados. A ação pode realizar-se pacificamente ou pela força. Sempre deve ser preferida a ação pacífica, mas o emprego também da força pode ser permitido pelas circunstâncias. São válidas para o plano de ação, cinco idéias: o objetivo que, em geral, deve ser simples; a linha de ação que leva até o objetivo e que em particular pode ser muito complicada; a centralização do poder político, diplomático, militar e econômico do Estado para sua ação política; o fator segurança que obriga a dosagem correta de previsão e audácia, e que tem como contrapartida o fator surpresa mediante o qual se pode solapar a segurança inimiga; e a cooperação dos indivíduos, de resto necessária a todas as ações do Estado soberano.

HORIZONTE LIMITADO OU UNIVERSALIDADE?

A Geopolítica é, em consequência, uma ciência em três dimensões. O porvir de um estado e seu caminho futuro só se podem compreender pela ação conjunta dos fatores geográficos, éticos e práticos. O estadista sábio, bem como o diplomata e o estrategista, deve procurar um efetivo equilíbrio entre os fatores. Na realidade, as três dimensões da Geopolítica não explicam completamente o passado, como não permitem prever o futuro. Existe adicionalmente a dimensão vontade do cidadão, misteriosa e imprevisível, pela qual cumpre-se o plano que estabelece o destino das nações.

Especialmente em nossa época, a história do mundo deixa ver a importância da força ou do poder no sentido da significativa expressão inglesa *Power Politics* (Política de poder). Os Estados-nações com demasiada frequência partem desse conceito de poder, arriscando-se assim a paz. Portanto seus planos de ação são egoístas e imperialistas. Apesar de terem em si algo de bom em muitos aspectos e serem compreensíveis da posição social de muitos povos, atuam como princípio mau; estão carregados de explosivos. Somente são úteis ao grupo que os ativa. Poderiam ser chamados por isso planos de horizonte limitado. A partir do momento em que utilizam o elemento normal da vida do Estado para sua realização, podem compreender-se as particularidades com a ajuda da Geopolítica.

A famosa teoria do espaço vital com suas idéias correspondentes de Estados que possuem e que não o possuem (have and have no) que dominou o pensamento político da Segunda Guerra Mundial, é na realidade apenas a expressão de um horizonte limitado. Pois pelo emprego na prática da teoria do espaço vital, a Alemanha de Hitler deveria ter principalmente vantagens, ainda que com prejuízo de seus vizinhos.

O mesmo acontece com a doutrina de limites dos geopolíticos nacional-socialistas que querem colocar uma fronteira política sobre a fronteira de influência cultural.

Naturalmente podem-se mencionar quantidade de razões geográficas e históricas para o emprego unilateral das teorias do espaço vital e das fronteiras. Mas com isso desprezam-se os valores éticos ou se os falseiam. Quando os geopolíticos, seguindo Hitler, apresentaram suas concepções sobre o espaço vital ou seus ensinamentos sobre fronteiras, não levaram em conta que outras nações também poderiam expor as mesmas teses em seu próprio benefício. Um princípio só serve quando é universal. Por essa razão, os planos com horizonte limitado não podem oferecer modelo algum para o presente ou o futuro, ainda quando no passado tivessem sido aceitos como o mal menor.

Os planos de validez geral (*plans ouverts* em oposição a *plans clos*) descansam sobre a interpretação dos fatores geopolíticos. Toda a nação que tem consciência de seus direitos e deveres pode estar compreendida entre eles. Por meio de concessões reciprocas é possível conseguir entre as nações um acordo que possa ganhar a verdadeira paz ou conservá-la.

Dessa forma, a Carta das Nações Unidas constitui um plano de validez geral, porque visa o bem de todos. Isso não quer dizer que os Estados que a ela se subordinam devam sacrificar-se em benefício de outros Estados sem retribuição. Pelo contrário, as forças coletivas de todos os Estados devem utilizar-se em benefício de cada um deles; uma agressão deve ser inútil e custar um alto preço. A força não é excluída pelo plano de validez geral. Ela deve atuar, ainda que só em defesa do direito. Em toda a ação que se realiza dentro dos domínios de um plano de validez geral, a Geopolítica pode clarear e confirmar as decisões. Talvez porque seus fundadores não deram à Geopolítica essa interpretação correta, ela tenha possuído para as nações que acreditam numa justiça internacional, durante muito tempo, má reputação. Mas se a Geopolítica mostra-se capaz de estabelecer planos de validez geral, faz-se legítima conservando um sentido universal. Seus valores podem facilitar a segurança daqueles Estados que têm consciência de seus direitos.

Um plano de validade geral nesse sentido foi, por exemplo, o Plano Marshall. Repousou em razões econômicas, políticas e psicológicas que serviram de base para a ação prática. Ele colocou à disposição dos Estados menos abastados os recursos pecuniários, matérias-primas e equipamento para a organização da indústria e do comércio, em consequência do que puderam participar novamente no progresso internacional. (De passagem é bom notar que os outros Estados também contribuíram um pouco para o sucesso do Plano Marshall, além dos E.U.A.; o Canadá, por exemplo, participou com 17% dos meios). Para a preparação e a execução do Plano Marshall, a Geopolítica pôde ser útil com todos os seus fatores.

Outro plano de validade geral é representado pelo Pacto do Atlântico. Ainda se levanta contra os perturbadores da paz, mas desaparecerá quando se haja convertido em seu ideal de paz. Com a adesão da Grécia e da Turquia, ampliou-se sua área geográfica. Ele está aberto a todas as nações que queiram proteger-se de um ataque contra o qual as Nações Unidas não previram meio algum de defesa. Em consequência, não é um plano de guerra que vise impor aos demais pela força uma vontade que vá em seu prejuízo, mas apenas um plano de defesa que pode estender-se muito além das costas do Atlântico. Os valores da Geopolítica podem aumentar o vigor estratégico e político de um tão importante instrumento da paz.

Quando os planos de validade geral da forma descrita tenham êxito, os Estados colocá-los-ão no lugar de seus planos de horizonte limitado. Na época do progresso tecnológico, a humanidade pode sobreviver somente se as nações viverem para o bem geral e quando os interesses não voltem mais a concentrar-se nas mãos de um regime totalitário ou de um nacionalismo egoísta.

GEOPOLÍTICA HUMANISTA

Uma Geopolítica com esse espírito e sobre essa base, tem um intrínseco valor para a humanidade, e seu emprêgo prático serve à vida. Daí se explica também o interesse crescente do mundo científico por essa disciplina. No velho e no novo mundo aparecem numerosas obras

sobre problemas que se relacionam diretamente com a Geopolítica. Em muitas universidades a Geopolítica tornou-se cadeira de ensino. Diplomatas e chefes militares dedicam-lhe significativa atenção. Precisamente por isso, os geopolíticos devem esforçar-se por vê-la dentro dos limites corretos, a fim de que a Geopolítica humanista produza o bem e possa efetuar uma cooperação ao cumprimento da missão que se levanta permanentemente ante os Estados em seus esforços pelo direito e a paz.

INSTABILIDADE E PAUPERISMO

Um observador estrangeiro da vida latino-americana afirmou que a causa da instabilidade política do continente não residia no povo, mas derivava da falta de educação política das elites, especialmente dos governos. Funciona, assim, de cima para baixo e o povo, em geral, assiste inerte, sem participação nos acontecimentos. O que é um mal.

Há certos sintomas, todavia, de que a situação está mudando. Em primeiro lugar o povo dá mostras de maior interferência na vida política, influyendo nas grandes decisões e reivindicando direitos que lhe assistem. Por outro lado, há uma evidente e crescente desmoralização dos grupos tradicionais de açambarcadores de governos, na sua maioria compostos de militares ambiciosos e politicamente imaturos, presa fácil, em toda parte, dos eternos insufladores internacionais de mazorcas.

Dentre outros, dois fatos recentes da vida política latino-americana são uma confirmação dessa tese: as revoluções vitoriosas da Venezuela e de Cuba. Em ambos os casos o que se deve ressaltar é a origem popular dos movimentos, verdadeiras arrancadas de baixo para cima, no sentido de conquista do poder contra usurpadores despidorados. Demonstra-se que amadurece a consciência política e democrática, infensa à implantação de ditaduras e aos assaltos de aventureiros. Consolida-se o espírito de legalidade e de respeito à ordem constitucional.

Depende do espírito de vigilância dos povos e da firmeza dos líderes de verdadeira formação democrática a continuidade dessa revolução que conduzirá a América Latina para destinos menos inglórios. Sobre tudo dela redundará o crescimento econômico dos países que a compõem, libertando-se do subdesenvolvimento e do pauperismo. Uma coisa está ligada à outra: instabilidade política e subdesenvolvimento. A correção de uma trará a libertação da outra.

(Transcrito de "Informações" de março de 59, publicação da Associação Brasileira do Congresso pela Liberdade da Cultura).

VI — O LIVRO DO MÊS

"PROBLEMAS DO BRASIL" — CEL ADALARDO FIALHO — "BIBLIOTECA DO EXÉRCITO" — VOLS. 173 E 174 — EDIÇÃO DE 1952 — 369 PÁGINAS E 16 FIGURAS ILUSTRATIVAS

Tenente-Coronel GERALDO MAGARINOS (*)

Com o intuito de "preparar o espírito das gerações mais novas para que cresçam e madurem na compreensão de nossas deficiências, falhas, erros e males", dedicou o Cel Adalardo Fialho aos jovens oficiais do Exército, e, em geral, a todos os moços brasileiros, o interessante trabalho que hoje apresentamos aos leitores de "A Defesa Nacional".

Não é fácil, entretanto, em reduzido espaço, como convém a este gênero de apresentação, dar uma idéia precisa do que seja o livro do Cel Adalardo Fialho, tal a variedade de assuntos que encerra.

De fato, nas três partes intituladas: "Assuntos geopolíticos-estratégicos", "Assuntos econômico-político-sociais" e "Exame de consciência geral", o que o autor apresenta é uma visão calidoscópica do Brasil, através do estudo de relevantes problemas nacionais.

Na primeira, focaliza a posição do nosso país na geografia mundial, analisa a tão falada ligação das bacias do Amazonas e do Orenoco, a importância das bases estratégicas do

Nordeste, a situação do Brasil em face da defesa periférica do canal do Panamá pelos norte-americanos, a ferrovia Santos-Arica e a cooperação interamericana.



(*) O Tenente-Coronel Geraldo Magarinos de Souza Leão possui o Curso da Escola de Estado-Maior do Exército. Foi integrante da Força Expedicionária Brasileira que lutou no T. O. da Itália durante a 2ª Guerra Mundial. Serviu na Seção de Geografia e História do Estado-Maior do Exército. Já fez parte de diversas Comissões do Concurso de Admissão à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Subcomissões de Geografia e História). Colaborador da Seção de Geopolítica desde a sua fundação, dedica-se especialmente a comentários sobre livros de Geopolítica. É autor de um interessante esquema para o "Estudo Geográfico-Militar de uma Bacia Hidrográfica". Atualmente é Instrutor na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Na segunda parte, vem desde as vantagens de uma economia planejada, até o exame da educação e cultura do nosso povo, depois de tratar do petróleo, da imigração, da população, da alimentação, da expressão do município, da redivisão territorial do país, da mudança da Capital Federal e do ritmo do nosso progresso, através do Império e da República.

Finalmente, a terceira parte é uma "meditação sobre a segunda Grande Guerra", em que o autor, das observações realizadas sobre a nossa situação neste último conflito mundial, tira ensinamentos e propõe medidas de alta política governamental, nos setores econômico, social, de relações externas e militares.

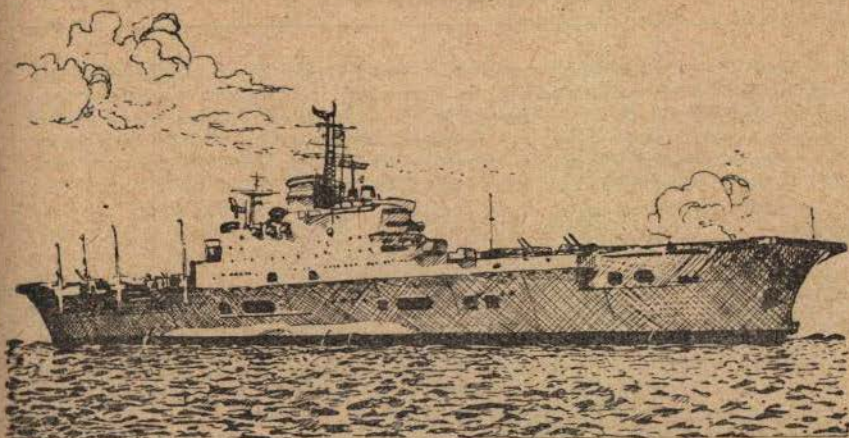
É, como se vê, obra que se estende em grande superfície, servindo bem aos seus intuitos de proporcionar aos jovens patricios uma visão ampla, variada e geral, dos problemas que condicionam os destinos do nosso Brasil. Seus capítulos oferecem leitura amena, mesmo quando percorrem a aridez dos dados estatísticos, e constituem unidades independentes, em que o autor apresenta o problema, analisa-o e conclui. O livro tem este grande mérito: para cada problema estudado, o Cel Adalardo Fialho apresenta as suas conclusões, cheias de objetividade e patriotismo. Todas as medidas que sugere são nitidamente acauteladoras dos interesses nacionais.

Embora só os assuntos da primeira parte tenham sido rotulados como geopolíticos, é indiscutível que alguns capítulos da segunda parte constituem boa matéria geopolítica, seja por sua natureza intrínseca (como os de redivisão territorial política e mudança da sede do Governo, estudados sob o título "Um problema secular"), seja porque tenham sido tratados, notadamente, do ponto de vista geopolítico (como "População" e "Razões de um lento progresso"). Por esta razão, não nos pareceu necessária a estruturação da obra em três partes. Bastaria, talvez, a apresentação pura e simples dos estudos realizados, sem nenhuma tentativa de grupá-los segundo qualquer critério de classificação que, diante da complexidade dos aspectos salientados em cada problema, forçosamente redundaria falho. E estaria o autor muito à vontade para assim proceder, uma vez que cada capítulo, desenvolvido segundo um método objetivo, visando à obtenção de uma solução para o problema em foco, pôde guardar independência em relação aos demais.

Tais reparos, sem dúvida, não apoucam os méritos de "PROBLEMAS DO BRASIL", livro capaz de atingir e inspirar a emoção dos jovens brasileiros que amam sua terra!

"A Geopolítica é a ciência das relações da terra com os processos políticos. Baseia-se nos amplos fundamentos da geografia, especialmente da geografia política que é a ciência do organismo político do espaço e, ao mesmo tempo, de sua estrutura. Ademais a Geopolítica proporciona as armas para a ação política e diretrizes para a vida política em seu conjunto."

(Instituto de Munique)



NOSSA MARINHA

Coordenador: Ten A. BRANDAO DE FREITAS.

O MUNDO NAVAL NO ANO DE 1958

SUMÁRIO

- I — O Mundo Naval no ano de 1958
- II — Cruzador "Barroso"
- III — Batalha Naval do Riachuelo

Comandante GUILHERMINO DE MAGALHÃES

No que respeita à marinha, a política dos dois blocos opostos, Ocidental e Oriental, tem-se modificado gradualmente à medida que os modernos meios de guerra lhes vão oferecendo novas e mais amplas possibilidades.

Quando em 1949 foi materializada a estrutura militar defensiva que envolve os países signatários do Pacto do Atlântico, a parte marítima desta cintura de proteção visava exclusivamente a defesa das comunicações marítimas entre os vários membros deste pacto. O Atlântico Norte separava esta Organização em duas parcelas continentais, a americana e a européia, potencialmente desequilibradas, a segunda em dependência absoluta da primeira, sendo por isso uma necessidade vital manter livres os caminhos marítimos que as ligam; e como o bloco adversário provável poderia lançar sobre estes caminhos elementos de ataque submarinos, de superfície e aéreos, todas as marinhas integradas na Organização se juntaram para levantar em volta destes caminhos e da tonelagem mercante que os percorre uma barreira defensiva capaz de eliminar ou diminuir o peso desta triplíce ameaça. E de fato o objetivo principal do provável adversário era esta ligação entre as duas parcelas continentais e neste sentido ele dirigia o incessante aumento da frota submarina e prosseguia a ritmo acelerado na construção de cruzadores de grande autonomia e poder defensivo e também na criação de numerosas esquadras de aviões navais de ataque e de cooperação.

Nestes tempos ainda próximos, a contra-ofensiva ou retaliação mágica contra objetivos terrestres do adversário, teria como ponto de partida o semicírculo de bases terrestres da aviação estratégica que os americanos estabeleceram em torno daquele. Mas depois surgiu o submarino de propulsão atômica que em breve se tornou uma unidade operacional, inicialmente incompleta porque o torpedo, convencional ou acústico, era uma arma demasiado curta e de modesto significado estratégico para tal portador. O submarino atômico era dotado duma velocidade em imersão muito elevada e duma autonomia praticamente ilimitada, mas pouco lhe valeria utilizar tão importantes qualidades para no fim de alguns milhares de milhas lançar uma arma tão insignificante como o torpedo. Nem era de considerar unidades de tal preço e de tão requintada técnica como adequados para o ataque da tonelagem mercante; apenas se lhe oferecia como missão digna da sua categoria o ataque a outros submarinos que, aliás, as unidades clássicas podem também levar a efeito com bastantes probabilidades de êxito. A verdadeira arma do submarino atômico surgiu depois com os mísseis teleguiados e balísticos que encontraram nele a plataforma ideal para a sua utilização estratégica sem restrições: primeiro foram os teleguiados "Regulus I" e "Regulus II" de 500 e 1.000 milhas de alcance aos quais o portador deu enormes possibilidades ofensivas; depois foi o balístico "Polaris" de 1.500 milhas de alcance que pode ser lançado de profundidade até 70 metros, furtando-se quase totalmente a qualquer meio de detecção por parte do adversário.

Ao mesmo tempo o porta-aviões de ataque, base viva de aviões estratégicos, ia firmando uma decidida vantagem sobre as bases terrestres, isento das prejudiciais ligações à terra, móvel, discreto, difícil de localizar e destruir, podendo levar o ataque onde e quando seja oportuno: o semicírculo formado pelas bases do Comando Aéreo Estratégico americano foi fechado no mar, de forma incomparavelmente mais sólida, pelos porta-aviões.

Dispondo agora de tais elementos, e já em grandes proporções materiais, era lógico que a política defensiva da NATO evoluísse de forma a adaptar-se às circunstâncias presentes: conservando um lugar de grande importância à proteção das comunicações entre as duas margens do Atlântico Norte, criou para as forças navais uma nova missão de maior prioridade ainda, materializada por ações contra objetivos terrestres lançados do mar ou do ar. A primeira prova experimental de ações desta natureza teve lugar com pleno êxito nas grandes manobras do Atlântico, em Setembro de 1957, em que operações terrestres em curso no norte da Europa beneficiaram do apoio atômico da marinha garantido pelos aviões dos porta-aviões e pelos mísseis das outras unidades navais.

Como era lógico, perante esta extensão de objetivos que se operou no sistema defensivo da NATO, o provável adversário não se limitou no mar ao ataque das comunicações marítimas para isolar as duas parcelas territoriais daquela aliança; prepara também as forças navais, em especial a frota submarina, para atingir do mar objetivos terrestres, costeiros e recuos, reservando elevada prioridade à destruição ou neutralização das esquadras aliadas nas próprias bases pela ameaça ativa que estas representam.

Para o Bloco Ocidental é indispensável dominar o mar, para poder garantir a segurança dos caminhos que o atravessam e ainda para assegurar a eficaz utilização contra a terra das forças estratégicas de superfície e submarinas chamadas agora de contra-ataque ou retaliação. Mas hoje, mais do que nunca, o domínio do mar é uma propriedade tridimensional: o que se arrogar o direito de proprietário tem que ter livre trânsito na superfície do mar, no ar que a domine e nas águas que ela própria cobre.

Na guerra moderna, com os meios de combate que a ciência e a técnica puseram ao alcance das forças, o domínio do mar nunca pode ser absoluto porque, embora fôsse possível tomar caráter na superfície, nunca poderia tomá-lo acima e abaixo desta. Dominar significa apenas estar senhor no momento e no local precisos, ambos com extensão suficiente para o completo desenvolvimento da ação a empreender.

O domínio mais ou menos prolongado do espaço aéreo sobre o mar só pode ser totalmente assegurado pelo concurso do porta-aviões, base móvel e ativa dos instrumentos deste domínio que logo nos primeiros anos de guerra no Pacífico se tornou o elemento basilar das esquadras de hoje: fundamental na guerra generalizada formando o núcleo central das forças de ataque, quer nas várias modalidades de ação aéreo-naval para que inicialmente foi criado quer para a ofensiva aeroterrestre que mais tarde lhe foi também atribuída; fundamental para a guerra limitada garantindo sozinho, ou em conjunto com outros meios, a manutenção do controle aéreo e o apoio de atividades anfíbias, concorrendo em grande percentagem para que estas lutas se limitem geográfica e estrategicamente a determinadas zonas focais.

O domínio das águas sob a superfície, ou pelo menos a possibilidade de contestá-las ao adversário em atividades ofensivas contra objetivos navais ou terrestres, só pode alcançar-se dentro do próprio meio líquido e por meio de elementos da mesma natureza e de características semelhantes às do atacante: só um submarino pode opor-se eficazmente a outro submarino.

A propulsão por energia atômica e o advento de novas armas de ataque dão a estas unidades uma capacidade para a luta anti-submarina que outros elementos, de superfície ou aéreos, nunca conheceram. O submarino atômico, portador natural de mísseis de longo alcance, vai mesmo mais além na classificação de importância dos meios de guerra pois muitos querem ver nele o próximo futuro substituto do porta-aviões como unidade capital das esquadras. Embora as possibilidades do submarino atômico lança-mísseis se mostrem à altura de qualquer compreensão, parece bastante exagerada tanto a posição que lhe escolhem em relação ao porta-aviões como até o curto prazo de tempo que lhe dão para ele dominar por completo a constituição das esquadras futuras.

Ao porta-aviões atribuem-se agora duas desvantagens militando fortemente contra a sua onipotência como meio de guerra: a vulnerabilidade às armas atômicas vindas do ar e, muito especialmente, o elevadíssimo custo da construção e manutenção. De fato o "Independence" o 4.º porta-aviões americano da classe "Forrestal" de 75.000 toneladas custou, excluindo os 100 aviões que comporta, seis milhões e seiscentos mil contos da nossa moeda; por isso os defensores do submarino estão certos de que este poderá manter a muralha de contenção em torno do provável adversário com o mesmo potencial mas sujeito a menores riscos de destruição ao mesmo tempo que representa um encargo econômico mais modesto. E para diminuir a posição, ainda muito sólida, do porta-aviões eles juntam ao submarino atômico, como complemento da sua atuação, os mísseis de longo alcance baseados em terra; mas nem o número de mísseis intercontinentais atingirá assim tão depressa o nível operacional nem tão pouco a precisão de impate destas armas será tal que possam dispensar, por enquanto, a intervenção dos aviões pilotados.

No relatório que acompanhava a proposta orçamental da marinha americana para o ano de 1959 o almirante Arleigh Burke, Chefe das Operações Navais e Chefe do Estado-Maior da Marinha, afirma ceder a custo na substituição do segundo porta-aviões atômico do programa em curso pelos três primeiros submarinos atômicos numa série de nove destinada especialmente à utilização dos mísseis "Polaris"; mas declara esperar que

a série daquelas unidades gigantes incluída no plano da reconstrução da esquadra seja completada sem atrasos exagerados porque em sua opinião, durante os próximos dez anos ainda, a frota de porta-aviões estratégicos da marinha americana constituirá a mais poderosa concentração de capacidade de contenção e represália do Bloco Ocidental.

As capacidades técnica e econômica das Marinhas do Bloco Ocidental no campo das pesquisas e das construções foram dirigidas especialmente no sentido das duas características da sua política defensiva: proteção das vias marítimas de inter-comunicação e dispositivo aeronaval de contenção e de contra-ataque.

A distribuição destas duas tarefas capitais, profundamente diferentes no objetivo, na maneira de o alcançar e nos meios que exigem para este fim, foi orientada pelas capacidades materiais das marinhas dos componentes do Bloco e em concordância com a situação e necessidades especiais de cada um deles: a "Royal Navy" com a sua longa experiência do mar aliada aos abundantes meios materiais de que ela própria dispõe e aos que se lhe juntarão das Marinhas mais pequenas da aliança, terá à sua responsabilidade a pesada tarefa de proteger as vias de comunicação do Atlântico e Mediterrâneo; à marinha americana, baseada num poderoso núcleo de porta-aviões de ataque estratégico e numa nascente força de submarinos nucleares lança-mísseis, caberá a tarefa de conter em paz o provável adversário e contra-atacá-los nas próprias bases e centros estratégicos se ele tentar uma ação ofensiva.

De fato, a marinha mais representativa é aquela sobre quem pesam maiores responsabilidades dentro do primeiro destes dois grupos principais é a inglesa e por isso teria que merecer lugar de destaque nos apontamentos desta natureza; mas há que dar o devido lugar a algumas das outras que pelas proporções materiais que vão assumindo estão destinadas a dar uma valiosa contribuição para o importantíssimo papel que o grupo terá de representar.

Entre estas destaca-se logo a marinha francesa que tem atualmente em curso um programa de construções navais apenas excedido em volume pelo da marinha americana. Nêle estão incluídos os 3 porta-aviões "Clemenceau", "Marechal Foch" e "France", totalizando 74.000 toneladas, o cruzador porta-helicópteros "Jeanne d'Arch", de 10.000 toneladas, 10 escoltadores oceânicos e 11 submarinos um dos quais foi projetado para propulsão nuclear. Estes navios que se encontram hoje em várias fases de adiantamento em breve se juntarão aos que em ritmo acelerado foram construídos desde 1954; todos eles constituirão uma poderosa força de utilização anti-submarina além da possibilidade que lhes dá a presença dos porta-aviões para a formação de grupos de ataque estratégico numa guerra do tipo global ou limitado.

A marinha holandesa toma um vulto particular dentro desta força naval combinada quer pelo valor material dos navios, todos modernos e dispondo das mais eficientes características táticas, quer pelo elevado nível de preparação para a guerra que as respectivas guarnições mantêm mercê dum permanente treino no mar. A pesada perda que resultou da independência das Índias Neerlandesas não afetou de qualquer forma o rápido desenvolvimento que a marinha holandesa iniciou em 1953 com os dois cruzadores de 12.000 toneladas "De Ruyter" e "Zeven Provinciën" construídos e totalmente apetrechados para a guerra em estaleiros nacionais. A marinha holandesa sai o ano de 1958 contando nos efetivos uma frota anti-submarina particularmente qualificada para todas as missões que terá a desempenhar: um porta-aviões de apoio a/s, o "Karel Doorman" de 13.000 toneladas, 12 fragatas e outras unidades desta natureza.

Das outras marinhas há apenas que fazer referência à italiana que depois da guerra de 1939-45 iniciou um substancial plano de reconstituição

dos seus efetivos em que foram incluídos, além de muitas unidades de pequeno porte para operações costeiras, 2 cruzadores de 6.000 toneladas, 8 fragatas, 6 destroyers e 4 corvetas.

A Marinha leader do grupo de proteção da tonelagem mercante da NATO, a "Royal Navy", inglesa, continua submetida a um processo de organização e reajustamento que atinge profundamente todas as forças armadas inglesas. Este processo iniciado logo que a guerra terminou com o objetivo de fazer regressar às atividades pacíficas do país os efetivos que as necessidades do conflito lhes tinham tirado, aumentou depois em extensão e profundidade e assim continuará até 1962 em que tomará a forma definitiva que lhe foi fixada.

No que respeita particularmente à marinha, o fim em vista foi definido com clareza no relatório que acompanhava a proposta orçamental para 1947 que esclarecia: ter uma marinha suficientemente forte para proteger as linhas vitais de abastecimento e assegurar o apoio às nações aliadas mas de forma a constituir um encargo mínimo para os recursos pessoais e materiais do país.

Os efectivos pessoais da "Royal Navy" foram facilmente enquadrados no objetivo em vista pois que dos 493.000 homens que totalizavam em 1946 baixaram em 1958 até 112.000. Quanto aos efectivos materiais, o espírito de economia, a principal determinante de todo o processo, foi bastante perturbado pela ascensão constante do custo do material, em particular as armas e os equipamentos de natureza eletrônica: daqui resultou que, contando a "Royal Navy" em 1946 um total de 840 navios de todas as classes, número que baixou já em 1958 para 459, o orçamento para a marinha foi nestes dois anos respectivamente de 275 e 410 milhões de libras.

Como era lógico esta profunda redução de efectivos havia de estender-se às forças propriamente destinadas à defesa das vias de comunicação marítimas que são normalmente constituídas pelos porta-aviões de escolta e apoio anti-submarino e pelos escoltadores oceânicos em que estão incluídos os destroyers e as fragatas: o número dos primeiros baixou de 14 para 9 desde 1946 a 1958 estando prevista ainda nova redução; para os escoltadores oceânicos a redução operada no mesmo espaço de tempo foi muito mais acentuada pois que o seu quantitativo baixou de 447 para 168.

É certo que nestes últimos estão já incluídos bastantes unidades de construção nova dispondo dos mais modernos meios de proteção anti-submarina e antiaérea, até mesmo mísseis teleguiados antiaéreos, mas a quantidade é exageradamente reduzida perante as pesadas responsabilidades que lhes cabem; e para se ajuizar da lentidão com que esta força internacional de escoltadores oceânicos vem aumentando, bastará referir que desde 1950 as marinhas americanas, inglesa, francesa, holandesa e italiana construíram no conjunto apenas 185 destas unidades.

Como complemento deve dizer-se ainda que na segunda guerra mundial os aliados utilizaram 3.350 escoltadores e 20 porta-aviões para escoltar os comboios que cruzaram o Atlântico durante os seis anos do conflito; mas nesse tempo os alemães lançaram contra estes comboios um total de 820 submarinos enquanto o provável adversário de hoje pode elevar este total a 3.000 ou 4.000 destas unidades dispondo de maior capacidade ofensiva.

As proporções da força internacional de proteção à tonelagem mercante dirigida pela marinha inglesa são ainda inferiorizadas pela forma como as forças navais americanas serão chamadas a colaborar com ela em caso de emergência. A marinha dos Estados Unidos dará uma contribuição material para os efectivos desta força mas reserva para si a maior parte dos elementos anti-submarinos de que dispõe para a proteção das

águas ocidentais do Atlântico e do Pacífico; é este o significado da criação da Força de Defesa Anti-submarina da Esquadra do Atlântico em junho de 1957 remodelada e aumentada em 1958. Esta nova organização, de enorme volume e incluindo os mais modernos meios para esta modalidade da guerra, comporta 4 divisões de porta-aviões e porta-helicópteros de apoio anti-submarino com numerosos grupos de escolta e ainda todos os submarinos do Atlântico com possibilidades para a caça às unidades congêneres do adversário.

A marinha americana continuou este ano com o mesmo afimco o caminho encetado há quatro anos no sentido do principal abjetivo militar aumentando de forma considerável a capacidade para uma retaliação maciça com armas nucleares no momento e nos locais que ela própria escolher; e ainda, o que será vital para alcançar tal objetivo, defender ao mesmo tempo os próprios meios de retaliação contra os ataques do adversário que procurará a todo o custo neutralizá-los.

A marinha dos Estados Unidos assenta o seu poder de retaliação nos grandes porta-aviões de ataque, nos submarinos nucleares de grande autonomia e velocidade e nas armas nucleares levadas até ao alvo pelos aviões luns e pelos mísseis dos outros; o resto é o conjunto de elementos de proteção e apoio a estes poderosos instrumentos de guerra.

Quanto aos porta-aviões a marinha americana calcula que para este efeito lhe são indispensáveis 15 grandes unidades estratégicas modernas, dispondo de aviões e armas modernas e em permanente estado de prontidão.

No fim deste ano conta já 14 porta-aviões de ataque mas neste número estão incluídas 8 unidades da classe modernizada do "Essex" de 35.000 toneladas e 2 da classe também modernizada do "Midevay" de 50.000 toneladas; conta com os 4 da classe "Forrestal" mais modernos de 60.000 toneladas, dos quais foi lançado ao mar o quarto em junho deste ano, o "Independence" de 33 nós de velocidade e 100 aviões de jato. O rendimento operacional destas últimas unidades é muito maior do que o dos anteriores porque, dispondo de quatro catapultas de vapor, podem lançar os aviões à razão de quatro por minuto.

Independentemente do vasto programa de construção de outros tipos de navios, foi estabelecido um plano suplementar escalonado por oito anos a partir de 1958 com o fim de estar concluída em 1966 uma frota de 15 grandes porta-aviões estratégicos distribuídos com caráter permanente pelas esquadras do Atlântico e do Pacífico visto que, dadas as suas dimensões, se torna impraticável a passagem através do canal do Panamá; durante este espaço de tempo serão gradualmente substituídas as unidades da classe "Essex", completar-se-á a série "Forrestal" com mais duas unidades, o "Kitty Hawk" e o "Constellation" e será construída nova série de 6 porta-aviões de propulsão nuclear de 85.000 toneladas para entrar ao serviço um por ano a partir de 1960. Em fevereiro deste ano foi colocada na carreira a quilha do primeiro destes porta-aviões nucleares que entrará ao serviço na data prevista mas quanto aos restantes é quase certo que virá a ser modificado o ritmo de aprontamento destas unidades, ou mesmo até o número delas, a favor do programa em curso dos submarinos nucleares porta-mísseis.

A primeira parte deste programa para a arma submarina que consta de 22 unidades de conclusão prevista para 1962, continua em várias fases de acabamento ficando este ano já prontas ao serviço algumas delas destinadas a utilizar mísseis teleguiados "Regulus" I e II respectivamente com o alcance de 500 e 1.000 milhas, de lançamento à superfície. O estado de adiantamento em que se encontra este plano de construção permitiu já que em março fôsse constituída a primeira Divisão de Submarinos Nucleares para a Esquadra do Atlântico constituída pelo

"Nautilus", "Sea Wolf" e "Skate" que em breve receberá mais 3 unidades da mesma classe; estas últimas serão certamente o "Sea Dragon" e o "Triton" de 5.900 toneladas lançados ao mar em agosto e qualquer outro dos que foram lançados posteriormente pois que em fins de setembro deixava a carreira de construção o oitavo submarino atômico da marinha americana.

Este ano foi a série enriquecida com um programa adicional de três grandes unidades, de 5.600 toneladas, estudadas especialmente para a utilização do míssil balístico "Polaris" de 1.500 milhas de alcance podendo lançar a sua carga, de 16 destes engenhos, em imersão até próximo dos 70 metros de profundidade; o "Polaris", míssil número um da marinha americana, tem já nesta data concluídas as provas de vôo com pleno êxito mas os portadores só estarão prontos a recebê-lo até 1960. Estes 3 submarinos gigantes substituirão nas carreiras de construção o segundo porta-aviões atômico embora as autoridades navais não pensem por enquanto anular a construção desta unidade e a das restantes desta famosa série de porta-aviões.

Esta substituição provisória teve como causa principal uma forte corrente de opinião formada em vários setores oficiais a favor do submarino atômico lança-mísseis considerando este mais adequado do que o grande porta-aviões de ataque para as condições da guerra de hoje: dispondo também dum grande poder de retaliação, é muito menos vulnerável à reação do adversário sendo ainda consideravelmente mais modesto no custo que não excede 56 milhões de dólares, incluindo o armamento normal do "Polaris" ao passo que o do porta-aviões atômico "Enterprise" ascende a 400 milhões com os 100 aviões de jacto de ataque e interceptação que comporta.

De fato seria difícil, pela comparação das capacidades e limitações de cada um, chegar a uma conclusão fundamentada sobre o valor relativo dos dois mais poderosos elementos da guerra no mar, nem caberia nos limites e no espírito destes apontamentos tentar fazê-lo. O porta-aviões de ataque, de propulsão nuclear ou convencional, é uma unidade de preço astronômico e quanto à vulnerabilidade, o maior defeito que lhe pode ser atribuído, é sem dúvida maior do que a do submarino atômico mas ela será sempre incomparavelmente menor do que a das bases aéreas fixas em terra; além disto a sua utilização na guerra pode tomar múltiplas formas desde o ataque estratégico a alvos terrestres costeiros ou interiores até à manutenção do domínio aéreo local, condição basilar de todas as operações navais ou anfíbias. Por esta importante razão a marinha americana pretende aumentar os efetivos da força de submarinos nucleares lança-mísseis mas sem que seja à custa do programa estabelecido para a construção dos grandes porta-aviões de ataque.

Os submarinos nucleares americanos não têm apenas a missão de lança-mísseis, cabendo-lhe outra de grande importância também: o contra-ataque às unidades congêneres adversárias que hão de ser utilizadas em ataques aos objetivos terrestres do continente americano desde o Canadá ao Canal do Panamá.

Todos sabem que o provável adversário dispõe hoje da maior frota submarina que jamais um país teve em tempo de paz, superior em número ao somatório de todos os que estão incluídos na Organização Atlântica: as estimativas ocidentais atribuem-lhe um efetivo próximo das 500 unidades com o acréscimo anual de 15% entre as quais 100 dum moderno tipo oceânico e mais 80 de igual tipo, um pouco mais idosos, mas de construção posterior a 1950. As unidades anteriores a este ano têm sido substituídas progressivamente por outras de construção nova e ainda este ano foi efetuada uma renovação em massa sendo

desviados do serviço ativo no mar algumas dezenas de submarinos de vários tipos e idades.

É opinião corrente nos meios navais do ocidente que a marinha russa não tem ainda em estado operacional qualquer submarino nuclear, mas dirige neste sentido porfiados esforços e que em 1961, entre as 700 unidades que deverão constituir então a sua frota submarina, haverá um número já importante desta categoria; mas os esforços da marinha russa no campo da propulsão nuclear não provocaram até hoje qualquer afrouxamento no que se refere aos submarinos convencionais oceânicos e costeiros que continuam em construção ao mesmo ritmo.

A Rússia, apesar dos progressos obtidos no campo das armas nucleares e no dos mísseis, não diminuiu ainda a cadência da construção e aperfeiçoamento das armas e engenhos convencionais mantendo-os em lugar de relêvo na estrutura da sua máquina de guerra. Em consequência deste princípio a marinha reserva aos submarinos oceânicos deste tipo de propulsão dois importantes papéis num futuro conflito global: o de portadores de mísseis para ataques estratégicos contra objetivos terrestres destacando-se entre eles o míssil que está hoje em utilização com o alcance de 1.000 milhas, da mesma categoria estratégica do "Regulus" II americano; o do ataque às comunicações marítimas aliadas e às forças navais nas suas variadas atividades em que utilizarão como arma o torpedo de ogiva convencional e nuclear, esta última destinada em particular aos porta-aviões e outras grandes unidades. A marinha russa continua a dar uma importância especial ao segundo destes papéis e para o completar onde e quando as possibilidades dos submarinos são insuficientes trouxe em seu apoio dois outros elementos, novos também e criados exclusivamente para este fim: uma força de cruzadores da classe "Sverdlov" de 16.000 toneladas, de grande autonomia e poder ofensivo num total que alcançou já 20 unidades para atacar as vias de comunicação nas zonas de difícil acesso para os submarinos; uma aviação naval numerosa, cerca de 4.000 unidades, baseada em terra e composta de dois tipos básicos de aviões destinados respectivamente a missões de exploração e ataque coordenados com os submarinos e a contra-atacar os aviões adversários baseados nos porta-aviões estratégicos.

Foi afinal o desejo de interceptar as comunicações marítimas vitais para os aliados que levou a marinha russa ao primeiro lugar das marinhas européias e ao segundo entre as de todo o mundo naval; e a garantir esta significativa situação está o fato de ser esta marinha na sua maior parte constituída por elementos de pouca idade, pois que, do 1.500.000 toneladas a que ascende na totalidade, dois terços foram construídas posteriormente a 1950.

É uma marinha nova, formada por elementos pessoais e materiais novos, que embora longe de poder aspirar ao domínio tridimensional do mar está apta a negá-lo ao provável adversário, em especial sob a superfície.

Durante muitos anos esta esquadra enorme que a Rússia construiu e preparou fora das vistas do Ocidente como um dos principais instrumentos ofensivos da sua política, viveu desconhecida nas bases navais do Báltico, do Ártico, do Pacífico e do Mar Negro; e supunha-se, talvez por comparação com o que sucedeu na Primeira e Segunda Guerras Mundiais, que num próximo conflito ela limitaria a sua atividade ao Báltico e ao Mar Negro mais como apoio a operações marginais do que propriamente em ações independentes contra outras forças navais ou contra a terra. Quando muito a esquadra do Mar Negro viria até o Mediterrâneo a fim de interferir com as comunicações naturais deste mar.

Mas a esquadra que os estaleiros russos constróem a ritmo acelerado desde 1950 tem características nitidamente ofensivas e não foi com certeza uma forma de guerra tão restrita que os seus criadores lhe destinaram. Porém aquela idéia tinha-se arriegado no Ocidente e foi a causa imediata da vaga de surpresa que se levantou quando em 1956 esta esquadra deixou a sua prolongada hibernação para surgir inesperadamente nos mares da Europa: primeiro no Mediterrâneo, quer em visitas ostensivas a países amigos do centro e do extremo oriental deste mar, quer estabelecendo bases permanentes de submarinos em posições estratégicas para a interferência das vias de comunicação; depois foi no Atlântico oriental em missões de propaganda do seu nascente poder naval e também para ceste, nas águas próximas da América em cruzeiros de adaptação e investigação da frota submarina; finalmente no mar do Norte e no Ártico com a realização de manobras em massa interessando um grande número de cruzadores, "destroyers" e submarinos em que foi provada a eficiência de novas armas e de novos métodos de utilização. E a esquadra russa não deixou mais de frequentar estes mares onde tem sido assinalada com frequência durante o ano de 1958 porque, nem os modernos meios de detecção deixam hoje passar despercebida tal presença, nem ela agora pretende esconder-se; pelo contrário quer que seja assinalada como índice seguro das suas intenções e objetivos num futuro conflito.

Mas esta força que em conjunto somaria um potencial que dificilmente poderia ser contrabalançado, está sujeita a um inevitável fator de inferiorização que a própria geografia lhe impõe: a distribuição deste potencial por quatro mares separados por enormes distâncias, de longa e difícil interligação, onde cada uma das frações terá que enfrentar forças adversárias declaradamente superiores.

O Mediterrâneo é um dos mares onde este desequilíbrio de forças se apresenta mais acentuado. É certo que a esquadra do Mar Negro, para diminuir os riscos da passagem dos Dardanelos durante as hostilidades estabeleceu já nas costas orientais do Adriático algumas bases navais devidamente apetrechadas contando ainda com sólidos pontos de apoio nas bases e costas do Egito; dentro de tal plano a Rússia forneceu já a este último país uma frota submarina elevada hoje até uma dezena de unidades treinadas e talvez mesmo guarnecidas na sua maior parte pela marinha russa.

Mas o Mediterrâneo é um mar de dimensões restritas com duas portas apertadas e de fácil controle, onde se concentram duas forças navais cada uma delas superior em potencial à esquadra russa do Mar Negro: uma é a esquadra combinada da NATO constituída por agrupamentos parcelares oriundos de todas as marinhas mediterrâneas incluindo a inglesa, que tem por missão particular a proteção da tonelagem mercante; a outra é a poderosa 6ª Esquadra americana que tem por missão básica o apoio de operações terrestres e anfíbias nas zonas marginais deste mar e a intervenção direta contra objetivos em terra colocados dentro do alcance dos seus aviões e mísseis ou nas bases navais adversárias daquela área. Esta última força, baseada num importante núcleo de porta-aviões de ataque estratégico, foi reforçada com mais unidades desta classe e respectivos elementos de apoio perante a evolução dos acontecimentos do Médio Oriente que culminou em julho deste ano com a sua intervenção na forma duma operação anfíbia para o desembarque de tropas nas costas do Líbano.

Em tais circunstâncias apenas os submarinos da esquadra do Mar Negro têm probabilidades de sucesso nas águas do Mediterrâneo e este mesmo limitado pela dificuldade na substituição das baixas naturais da campanha e ainda pela relativa facilidade dos ataques adversários, por navios, aviões ou mísseis, contra as suas bases avançadas.

A esquadra russa do Pacífico baseada principalmente em Vladivostok, pela situação estratégica que ocupa em relação aos objetivos da sua responsabilidade, é obrigada a uma grande dispersão de efetivos e atividades mas a capacidade operacional de que disstruta é bastante mais desafogada do que a da esquadra do Mar Negro. Se ela se deixasse surpreender pelas hostilidades dentro da base principal ficaria numa situação pouco segura, peada num pequeno mar fechado pelo Japão, tendo a poucas milhas ao sul a vigilância hostil da Formosa e da 7ª Esquadra americana, a mais poderosa força operacional até hoje organizada, dispondo dum enorme poder ofensivo condensado em muitos porta-aviões estratégicos e alguns navios porta-mísseis; mas certamente a esquadra russa abandonará Vladivostok com a devida antecipação procurando refúgio e apoio nas costas siberianas ao norte e muito especialmente, para o sul onde poderá dispor para o efeito de toda a costa continental até Singapura. E partindo destes múltiplos pontos de apoio, difíceis de localizar e controlar, ela poderá interferir e atacar de surpresa os importantes objetivos que se lhe oferecem no Pacífico até às costas americanas. A salvaguarda destes objetivos é da responsabilidade da esquadra americana do Pacífico, apoiada nas bases dispersas das ilhas Hawai a qual, apesar de constituir uma enorme concentração de modernas unidades navais, não terá uma fácil tarefa dada a dispersão daqueles objetivos e as grandes distâncias que os separam.

O dispositivo naval americano no Pacífico foi alertado com a situação criada no Estreito da Formosa pelo intenso ataque de artilharia iniciado em fins de agosto pela China Continental contra as ilhas fronteiras de Quemoy e Matsu, tendo-se concentrado fortemente naquelas águas para reforçar a 7ª Esquadra, a vigilante guardiã da China de Chang Kai Check. A rapidez e o volume destes reforços provam que os Estados Unidos estão no firme propósito de defender a integridade da Ilha Formosa contra ataques armados vindos de qualquer origem de acordo com o Tratado de Segurança Mútuo assinado pelos dois países em dezembro de 1959; no que respeita às ilhas agora alvejadas, de Quemoy e Matsu, embora fazendo parte do território da república da Formosa, não tem a mesma prioridade nas cláusulas do tratado, parecendo que a atitude dos Estados Unidos será ditada pelas circunstâncias presentes. Por esta razão a sombra da 7ª Esquadra não se tem projetado em verdadeira grandeza sobre estas ilhas apesar de não ter cessado o bombardeamento político começado em agosto.

Outro campo de ação para a esquadra de Vladivostok há de ser o Oceano Índico que até 1945 foi considerado um mar inglês pela posse das posições chaves do Suez, Aden, Índia, Singapura, a Austrália e a África; mas a partir deste ano a situação estratégica na parte norte deste oceano evoluiu em direção oposta ao império britânico e desta evolução resultou precisamente uma nítida vantagem para a atividade ofensiva das forças navais russas.

Dois outros fatores, difíceis de neutralizar ou diminuir, atuam hoje a favor destas forças: as operações de envergadura para a segurança das principais vias de comunicação serão sempre condicionadas pela sua enorme extensão e pelas distâncias a que ficam as bases de apoio; a ausência duma força de intervenção constituída em moldes modernos, com capacidade material suficiente para intervir ao longo destas vias e ainda sobre objetivos adversários ou suspeitos em terra.

O primeiro destes fatores diminuirá de importância quando estiverem devidamente preparados e articulados as bases e pontos de apoio ingleses e franceses neste oceano; o segundo, só em 1962 conhecerá sensível, embora insuficiente, melhoria com o estabelecimento em Singapura da Força Operacional inglesa do Extremo Oriente constituída por um porta-aviões, um cruzador ligeiro e a respectiva proteção

de "destroyers" e fragatas e com um grupo móvel de assalto, baseado num porta-aviões, que se estabelecerá provavelmente em Mombaça.

Até lá as forças russas do Pacífico e os submarinos do Mar Negro vindos através do Suez terão um fértil campo de atividade no Índico sobre as linhas do petróleo do Médio Oriente e sobre as que, partindo de Singapura e da Austrália, convergem no Cabo da Boa Esperança. O vácuo que a Inglaterra deixou criar neste oceano com a redução drástica que a sua marinha sofreu já e irá sofrendo até 1962 não poderia deixar de preocupar todos os países do Ocidente que mantêm ali interesses territoriais ou doutra natureza sobre os quais se projetava antigamente a sombra benéfica da "Royal Navy".

Os americanos, seguros de que a esquadra inglesa não poderá garantir a segurança dos caminhos do Índico pelo menos os do petróleo do Médio Oriente que mais diretamente lhes interessam, começaram este ano um vasto movimento de aproximação para aquele oceano: forças navais destacadas da esquadra do Pacífico visitaram desde março deste ano com desusada frequência e demora a base naval de Singapura; ao mesmo tempo projetaram para execução imediata o estabelecimento duma rede de bases de apoio e abastecimento em vários pontos estratégicos do Oceano Índico. Parece não se tratar, pelo menos para já, da presença efetiva duma esquadra de intervenção e apoio neste oceano, mas é indício de que em caso de emergência a marinha americana estará também presente.

A situação criada no Índico, no que respeita à segurança das vias de comunicação, terá uma enorme importância para o Oceano Atlântico e para a sobrevivência da Europa ocidental no caso dum conflito generalizado; porque então as vias convergentes no Cabo da Boa Esperança serão enriquecidas com o tráfego do petróleo do Médio Oriente que terá a passagem do Suez.

Mas é curioso notar que apesar da importância destas vias de comunicação, tanto pelo volume como pela qualidade da carga em trânsito, elas ficaram excluídas, na maior parte da sua extensão atlântica, da zona de proteção da NATO que a fantasia política desta organização limitou ao sul pelo Trópico de Câncer; a mesma situação anômala abrange as vias que têm origem nas ricas fontes de abastecimento do Brasil e da Argentina.

O fato iniludível é que para o sul do Trópico de Câncer estas vias marítimas serão atacadas como já sucedeu nos dois conflitos anteriores e por isso é indispensável protegê-las.

Os americanos, orientados pelo espírito prático que os caracteriza, lançaram já este ano as bases dum dispositivo individual de proteção no Atlântico Sul iniciado pela organização duma importante força naval diretamente subordinada à esquadra do Atlântico e apoiada na base de Trinidad; embora a presença ativa desta força constitua uma pesada limitação à atividade do adversário nas zonas ocidentais do Atlântico Sul, limitação de que não de beneficiar todos os navios mercantes aliados, nas zonas que contornam a África desde o Cabo da Boa Esperança continua a imperar a incógnita da proteção.

Só os caminhos que ligam a América do Norte à Europa e correm na área atlântica que vai do Trópico de Câncer ao Polo Norte unindo estrategicamente as duas parcelas continentais da aliança, estão sob a proteção do dispositivo naval da NATO; os esforços foram concentrados nestas vias e nesta zona marítima porque, num conflito global será aqui que em última cartada serão jogados os destinos da Europa. Por esta mesma razão será também aqui que há de manifestar-se com mais intensidade a ação ofensiva da frota submarina adversária porque nela

concorrerão as forças pertencentes às esquadras do Báltico e do Norte; para melhor coordenação e aproveitamento destas duas forças elas terão um ótimo recurso no canal de Staline que une o Báltico ao Ártico mantendo-se livre de gelos para o trânsito durante um período anual de cinco meses.

Resta saber se os efetivos desta dupla força submarina poderão ser distribuídos pelas zonas operacionais, sem serem descobertos os seus movimentos e intenções, para estarem no dia D nas posições de campanha aproveitando os benefícios da surpresa; como algumas das zonas operacionais são muito distantes das bases, obrigando a longos e demorados trânsitos, eles teriam de abandoná-las muito antes do dia D e seria fácil, mercê dos inúmeros meios de detecção hoje em atividade, neutralizar as vantagens deste movimento de aproximação. Esta importante limitação há de contribuir para que a primeira vaga de submarinos em campanha não assuma as proporções que poderia tomar dadas as possibilidades iniciais.

A Rússia concentrou o seu poder naval na grande frota submarina que construiu e é com ela que conta especialmente para a utilização dos mísseis estratégicos: a esquadra de superfície, por falta total de porta-aviões, não pode levar a cabo ofensivas de grande estilo, limitando-se a pouco mais do que o ataque das vias de comunicação e à defesa das zonas litorais. Será portanto apenas com os submarinos lança-mísseis, nucleares ou convencionais, que a marinha russa poderá replicar no Atlântico aos submarinos nucleares americanos e às forças operacionais de ataque baseadas nos grandes porta-aviões estratégicos apoiados por cruzadores lança-mísseis, atualmente já organizadas e prontas a atuar neste oceano.

A contribuição que a marinha inglesa é capaz de oferecer a estas forças de ataque americanas pode classificar-se de menos que modesta em virtude da redução que está a sofrer nos seus efetivos; e quando esta redução atingir o termo em 1962 ela ficará reduzida no Atlântico a um grupo de ataque, de molde americano mas muito menos poderoso, constituído por um porta-aviões de tonelagem média, um cruzador ligeiro com armas convencionais e a respectiva proteção de fragatas e "destroyers" alguns dos quais dispendo de mísseis anti-aéreos.

Quanto ao dispositivo combinado da NATO de proteção à tonelagem mercante no Atlântico Norte, de que a marinha inglesa tomará a direção superior em caso de emergência, já vimos como ele é hoje inadequado em volume quando o comparamos às possibilidades sempre crescentes do provável adversário. O aviso de perigo lançado a todos os países da Organização pelo almirante Eccles comandante em chefe da Home Fleet depois das grandes manobras navais de setembro de 1957 e perante os resultados verificados durante elas, mantém hoje a mesma oportunidade; desde essa data a situação no Atlântico não se modificou sensivelmente continuando este oceano a oferecer um fértil campo de atividade ao provável adversário, em especial aos seus submarinos.

Em contra-partida a armadura defensiva da Rússia sofreu em 1958 uma extensa rutura mais ao norte, no Ártico, quando em agosto os dois submarinos nucleares americanos "Nautilus" e "Skate" com um intervalo de poucos dias atravessaram este oceano sob a sua superfície gelada, do Pacífico para o Atlântico, em cruzeiros normais com velocidades médias de 17 nós.

A proeza coroada de êxito dos dois submarinos teve em todo o mundo uma retumbância que muitos igualaram à que acompanhou o primeiro Sputnik lançado em 1957 pelos russos e de fato o valor estraté-

gico dos dois acontecimentos tem significado e proporções semelhantes: o primeiro satélite artificial da terra, além de ser a exteriorização dum progressivo ambiente científico, revelou a existência dum foguetão com capacidade para transportar o satélite a tais distâncias; a travessia levada a efeito pelos dois submarinos punha em evidência também um elevado nível científico e além disso, deu aos americanos a garantia de que podiam disputar aos russos a posse dum oceano que fôra só destes e que estavam aptos a utilizá-lo como ponto de partida dos seus ataques. Só unidades de propulsão nuclear, libertas da servidão da superfície, poderiam transformar o Ártico numa vasta zona operacional para as forças submarinas.

Com a nova situação criada neste oceano resulta para a Rússia uma ameaça dupla dirigida simultaneamente contra os objetivos marítimos e contra objetivos terrestres recuados muitas centenas de milhas da costa: os primeiros são representados pelos comboios de navios que de julho a outubro percorrem o caminho de 5.600 milhas junto às costas da Sibéria, de Murmansk a Vladivostock, que assume enorme importância para aquele país numa guerra generalizada; os segundos, materializados por concentrações militares e industriais escalonados em profundidade desde a fronteira da Noruega até ao Estreito de Behring.

Evidentemente que os submarinos americanos não utilizarão por muito tempo as águas do Ártico sem concorrentes porque a travessia levada a efeito pelo "Nautilus" e o "Skate" há de apressar e avolumar os esforços da Rússia no sentido das realizações já em curso neste campo; mais tarde ou mais cedo do que as previsões feitas pelos americanos, submarinos nucleares russo surgirão no mar e então o Ártico será um campo de intensa luta submarina.

Mas seja qual fôr o volume que venha a tomar a frota submarina nuclear russa ela nunca poderia assegurar o controle total deste novo teatro da guerra e, em consequência, não poderia neutralizar a atividade ofensiva do adversário, especialmente aquela em que ele insistirá mais, o ataque estratégico ao território russo. É precisamente esta mesma situação que se apresenta hoje nos outros mares em que, apesar da nítida superioridade naval do Bloco Ocidental, o seu território estará sempre sujeito a um ataque de submarinos, convencionais ou nucleares, portadores de mísseis de médio alcance; a diferença é que no caso do Ártico a situação se manifesta em prejuízo da Rússia e por isso mesmo ela contribuiu de forma notável para manter o equilíbrio de forças entre os dois blocos opostos.

O CRUZADOR BARROSO

O atual Cruzador "Barroso" é o 4º da Marinha de Guerra do Brasil a ostentar na pôpa o nome do herói de Riachuelo.

O 1º "Barroso" foi construído em 1865 no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e deslocava 1.354 toneladas. Tomou parte ativa em várias operações na Guerra do Paraguai, entre as quais se destacam os bombardeios e passagens de Itapiru (25 e 28 de março de 1866), Curupaiti (setembro de 1866 e fevereiro de 1867), Humaitá, Assunção, Tibicuary, Angustura, etc.

O 2º "Barroso" foi construído em 1880-82, também no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e deslocava 1.960 toneladas. Era um navio inteiramente brasileiro, inclusive as máquinas, em cuja construção foi empregado ferro de Ipanema. Desempenhou numerosas comissões, destacando-se entre elas uma viagem de circunavegação sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Custódio José de Mello. Naufragou em 1893 no Mar Vermelho quando realizava a 2ª viagem de circunavegação.

O 3º "Barroso", também Cruzador, foi construído em Elswick (Inglaterra) em 1895 e deslocava 3.446 toneladas. Desempenhou inúmeras comissões do país e no estrangeiro, notadamente às vizinhas Repúblicas do Rio da Prata. Teve baixa em 1931.

Finalmente, o atual Cruzador "Barroso" foi recentemente adquirido nos Estados Unidos nos termos da Lei de Defesa Mútua (Mutual Assistance Act). É o ex-USS. "Philadelphia", Cruzador Ligeiro da classe "Brooklin". Foi construído no Arsenal de Filadélfia, Pensilvânia, em 1935, tendo sido lançado ao mar em 17 de abril de 1936 e incorporado à Marinha Americana em 23 de setembro de 1937. Em abril de 1938 hospedou o Presidente Roosevelt num cruzeiro pelo mar das Antilhas. Quando se tornou iminente a participação dos EE.UU. na 2ª Guerra Mundial foi o "Philadelphia" incorporado à "Patrulha Neutra do Atlântico Norte". Teve seu batismo de fogo em 8 de novembro de 1942 no bombardeamento das costas do Safi, Marrocos, durante as operações no norte da África. Em fins de 1942, foi completamente modernizado no Arsenal de Brooklin, N. Y. sendo, em seguida, destacado para o Teatro do Mediterrâneo, onde tomou parte nas operações de desembarque na Sicília meridional, ataque a Salerno e invasão da França meridional. Nesta última operação, o "Philadelphia" fez calar os canhões de 15 polegadas do forte Toulon, estabeleceu vários contatos rádios com os nacionalistas franceses e desembarcou, juntamente com o Cruzador "August", um contingente de fuzileiros navais, a fim de tomar posse das ilhas fortificadas ao largo do porto de Marselha, cuja rendição foi aceita pelo seu Comandante. Em 1944, fez parte da escolta que comboiou o Presidente Truman em sua viagem a Potsdam.

Terminada a guerra, o "Philadelphia" regressou aos Estados Unidos, tendo chegado à Base Naval de Filadélfia em janeiro de 1946. Passou então para a Esquadra de Reserva onde permaneceu em inatividade até ser adquirido pelo Brasil.

O ex-"Philadelphia", já sob o nome de "Barroso", iniciou o período de reativação em janeiro de 1951 e realizou, durante esse período, duas experiências em movimento: a primeira nos dias 24 e 25 de abril e a segunda nos 25 e 26 de julho. Durante essas experiências, que visavam à verificação do estado do material que estava sendo reativado, as instalações e equipamentos foram conduzidos pelo pessoal de bordo com assistência de engenheiros do Arsenal de Filadélfia e pessoal militar da Marinha Americana.

A 21 de agosto de 1951 foi o Cruzador "Barroso" incorporado à Marinha Brasileira em cerimônia presidida pelo Dr. Maurício Nabuco, Embaixador do Brasil em Washington e que contou com a presença do Contra-Almirante Gerson de Macêdo Soares, Presidente da Comissão de Recebimento dos Cruzadores, autoridades americanas do Departamento de Estado e da Marinha de Guerra dos EE.UU.

Já sob a nossa bandeira, representou o Brasil na revista naval de Portsmouth, por ocasião dos festejos da coroação da rainha da Inglaterra e, de regresso, trouxe da França os despojos da Princesa Isabel e Conde D'Eu. O seu desempenho nessas comissões teve brilho invulgar.

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS

Deslocamento: 14.000 tons. — Comprimento máximo: 185 m (mais 35 m que o E. "Minas Gerais") — Bôca extrema: 21,172 m — Calado médio: 7,30 m — Couraças: Lateral 1 1/2-4"; Horizontal 3"; Torres — 3"-5".

Pessoal: A lotação do navio é de 1.054 homens, assim distribuídos: 56 oficiais, 66 suboficiais e 1º sargentos e 942 praças.

Raio de ação: 9.429 milhas a 10 nós, o que representa aproximadamente metade da volta à Terra.

Armamento: Bateria principal — 15 canhões de 6 polegadas e 47 calibres, montados em 5 torres triplices, Bateria secundária — 8 canhões de 5 polegadas e 25 calibres, antiaéreos, telecomandados; 28 canhões de 40 milímetros, montados em 6 reparos duplos e 4 reparos quádruplos; 20 metralhadoras de 20 mm antiaéreas.

Falando em termos de artilharia divisionária, um Cruzador classe "Barroso" equivale, em volume de fogo, a 14 grupos de artilharia 75 mm ou a 7 grupos de artilharia de 105 mm.

O alcance da Bateria Principal é superior a 15 quilômetros.

Máquinas: Turbinas Westinghouse com engrenagens redutoras acionando 4 eixos. Potência (no eixo) — 100.000HP (4 vezes a do E. "Minas Gerais"). Caldeiras: 8 caldeiras Bobcok and Wilcox, aquatubulares, tipo Express and — Óleo combustível — Capacidade dos tanques 2.300 toneladas.

Velocidade máxima — 30 nós.

A força das turbinas, se ligadas a alternadores, daria para iluminar todo o Rio de Janeiro.

Equipamento eletrônico: O navio dispõe de moderno equipamento eletrônico, para atender às necessidades da navegação, comunicações e direção de tiro, tais como vários radares, rádio-goniômetro, LORAN, ecobatímetros, etc.

Para se ter idéia do volume destes equipamentos, basta saber que nos vários aparelhos são utilizadas cerca de 10.000 válvulas de rádio e, em estoque, para manutenção deles, são necessárias 4.464 válvulas.

Aviação: Existe um hangar na popa e o convés a ré é preparado para utilização de 2 helicópteros.

Saúde — O navio é dotado dos mais modernos equipamentos médicos para o tratamento dos que nele servem, dispondo de enfermaria, sala de operações, gabinete dentário, aparelho de raio X, etc.

Contrôle de Avarias: Existe ainda completo equipamento de Contrôle de Avarias, capaz de atender com eficiência, através de procedimentos técnicos modernos, às avarias ocorridas em combate.

O JIPE VOADOR



O jipe voador que se vê na foto realizou, com êxito, recentemente, o seu primeiro voo, depois de várias experiências a que foi submetido pela Fábrica Piasecki, de Filadélfia, que o construiu para o Exército norte-americano. Equilibrado por duas colunas de ar, o Piasecki é a primeira aeronave a voar tanto na vertical como na horizontal. O novo veículo será usado como transporte leve, plataforma de observação e como elemento de apoio à retaguarda de tropas em movimento. Equipado com duas hélices horizontais que funcionam no interior de sua estrutura, o Piasecki é capaz de passar sob ponte e fios, ou sob objetos baixos. O jipe voador terá uma velocidade máxima na horizontal de cerca de 240 quilômetros horários.

BATALHA NAVAL DO RIACHUELO

11 DE JUNHO (1865-1958)

É sempre oportuno relembrar os grandes feitos das nossas armas e manifestar apreço, reconhecimento e reverência à memória daqueles, heróis e patriotas, que souberam cumprir seu dever valorosamente, sem olhar sacrifícios, nem holocaustos.

Lembrar o nome de Barroso, por tantos motivos ilustre, grande marinheiro que deu os seus maiores esforços, de suas múltiplas capacidades, para elevar o nome da Marinha e da Pátria, é uma imposição moral.

A comemoração da passagem de aniversário da Batalha Naval do Riachuelo, travada a 11 de junho de 1865 tem dois objetivos principais: o primeiro de mostrar o papel que coube à nossa Marinha, de verdadeiro árbitro na Campanha do Paraguai, cuja vitória decidiu do seu resultado, com o recuo de Robles, a queda de Uruguaiana e a retirada do invasor; o segundo, de recordar um acontecimento digno da nossa admiração, das nossas belas tradições e sublimes feitos de heroicidade e de elevado patriotismo de sua gente.

Barroso, herói inesquecível, entre os bravos que tomaram parte nessa legendaria pugna naval, destaca-se em relevo primacial.

Barroso, concebendo seus desígnios, sentia-se apto para a ação, e daí ao êxito de suas iniciativas e energias, contando, por certo, para a luta, com a potência e combatividade de seus comandados.

E hoje, contemplando-o mais uma vez, rendemos o nosso acendrado preito de admiração e gratidão. Rendemos, outrossim, santo tributo de saudade aos que sucumbiram ao seu lado, fazendo inconcusso jus ao reconhecimento da Pátria e ao culto da posteridade.

É mister que se destaquem duas outras figuras que morreram em luta individual, pela coragem e bravura com que enfrentaram o inimigo: Greenhalgh e Marcílio Dias; o primeiro, no Parnaíba, defendendo a Bandeira da Pátria — pálio imaculado que abriga toda a história do povo, em todos os estágios de um existir evolutivo — degolado caiu sobre o tombadilho, no sopé do mastro, depois de prostrar a tiros, um dos oficiais que o intimaram a arriar o Pavilhão Nacional; o segundo na hora temerosa da peleja, sob os raios ofuscantes do sol, atacado por quatro inimigos que disputavam um rodizio de 68, enfrenta-os resolutamente, e brandindo sua machadinha inexorável, prostra sem vida dois deles e quando investe para o terceiro, escorregando num lago de sangue, é por ele cutilado e morto.

Terminada a luta ingente em que o heroísmo de uns desafiava a bravura de outros, durante oito horas, não devemos esquecer que marinheiros e soldados unificados no mesmo sentimento combateram juntos escrevendo com seu sangue uma das mais belas e significantes páginas da nossa História Naval.

Desde aquela época até aos nossos dias, a Marinha de Guerra Brasileira, continua a se desenvolver, sempre tendo presente, não só os exemplos edificantes de seus antepassados, como os ensinamentos sob vários aspectos, oriundos dos dois grandes conflitos armados e das lições da prática e experiência, dando-nos o conhecimento exato das coisas.

Embora o incessante progresso dos meios de ataque e defesa sejam impressionantes, modificando de um modo sensível os métodos de fazer e conduzir a guerra, a importância da Marinha não desmereceu; ao contrário, cresceu, desde que seja ela dotada de todos os requisitos e elementos essenciais à conduta eficaz das operações de guerra.

Sendo o Brasil um país essencialmente marítimo e existindo em seu território, aquavias importantes, claro é, que a Marinha de Guerra, qualquer que seja a situação criada, será sempre a primeira a movimentar-se, logo que seja anunciada uma conjuntura, empenhando-se logo de início em manter livres as vias de comunicações marítimas — missão que a Aviação, por si só jamais poderá exercer ou cumprir.

Os transportes, em massa, continuarão a ser, pelo mar — pois que os pelas vias aéreas, o são exíguos, com o dispêndio de combustível bastante para determinar a bancarrota do Estado, como bem disse o Almirante Arleigh Burke, Chefe do Estado-Maior da Armada dos Estados Unidos, em uma entrevista com um jornalista.

Guardando a relatividade das épocas 1865-1958 — os problemas de Marinha são, de um modo geral, equivalentes, mudando, apenas de aspectos quanto ao panorama das zonas de guerra ou teatros de operações, de muito maior amplitude e dos meios disponíveis modernos em armas nucleares, aviação, submarinos, projetis teleguiados ou dirigidos, etc., tudo visando o domínio do mar ou particularizando o nosso caso, o domínio ou controle das águas adjacentes ao continente sul-americano, dentro da delimitação estabelecida, na Declaração do Panamá, de 3 de outubro de 1939. O que é certo, porém, que tanto em 1865, como em 1958, o Poder Naval para o Brasil teve, tem e terá importância especial. Para isso precisa ser bem organizado e constituído, de acordo com a doutrina de guerra hodierna, considerando que sua atuação se fará em extensas áreas de águas que confinam com as nossas costas.

Assim, a Marinha sem a aviação naval, integrada em sua orgânica, jamais poderá cumprir a sua missão. Consequentemente, a defesa e a segurança da Nação no mar, ficará inteiramente desamparada.

No dia de hoje, pois, 11 de junho, recordemos as lições do passado, considerando que, em uma guerra atômica, tudo que for fixo está sujeito à destruição imediata, e só a Marinha sobreviverá, depois do primeiro ataque de armas nucleares, pela faculdade de manobra, flexibilidade, rapidez e dispersão que têm as Forças Navais com seus navios. Por conseguinte, ficará capacitada para agir, nos momentos oportunos.

Evocando as figuras que pelos seus exemplos, se tornaram legendárias, apontando-nos sempre que o Poder Naval (hoje aeronaval) constitui elemento preponderante na defesa e segurança da Nação, esforcemo-nos para que a nossa Marinha alcance o lugar que lhe cabe, proporcionando-lhe tudo aquilo que é essencial à sua eficiência.

Finalmente, glorifiquemos os grandes feitos da nossa Pátria, servindo-a com dedicação, cumprindo os nossos deveres, defendendo as suas instituições e a sua integridade e procurando elevá-la à altura do seu destino continental e ao seu prestígio condigno na comunidade universal das Nações.

(Da "Revista Marítima Brasileira")



ASPECTOS ECONÔMICOS MUNDIAIS

RESUMO

ARGENTINA: Compra de petróleo russo — Desenvolvimento energético

CANADA: Cidade-Oásis — Urânio

CHILE: Petróleo

COLÔMBIA: Produção e importação de aço

ESTADOS UNIDOS: Indústria de elastômeros

PARAGUAI: Rodovia em atividade

URUGUAI: Ferrovias

VENEZUELA: Petróleo

FRANÇA: Indústria francesa — Petróleo do Saara

PORTUGAL: Construção naval

SUECIA: Indústria técnica sueca

ARGENTINA

COMPRA DE PETRÓLEO RUSSO

Consideram os argentinos lucrativa a operação que concretizaram com a Rússia. Em 1958, compraram um milhão de toneladas de petróleo russo ao preço de 2,33 dólares por barril CIF, quando, no mercado mundial, o preço era de 2,38 dólares (daí para cima) por barril. Essa transação permitiu que a Argentina reativasse o comércio com a U.R.S.S., que comprou, nos últimos três meses de 1958, 23 milhões de dólares em lãs e couros.

DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

a) Com a visita do Presidente Frondizi aos E.U.A. o Banco Nacional e outros estabelecimentos se prontificaram a financiar as obras hidrelétricas de El Chocón e Salto Grande.

Já foi assinado entre a Argentina e o Uruguai um convênio para o aproveitamento de Salto Grande.

A Argentina ratificou, também, com o Paraguai, um convênio para a constituição de uma comissão mista, que estudará o aproveitamento hidrelétrico do alto Paraná, nos rápidos de Apipé. O custo dessa represa projetada é de 18 milhões de dólares, com rendimento de 1.500 milhões de kWh e um prazo de 5 anos para construção.

O Governo argentino, por intermédio de uma Comissão de Planificação Hidrelétrica, programa e executa os estudos preliminares para o aproveitamento hidrelétrico do Paraná médio. Este projeto está dividido em quatro etapas. Na primeira, seriam construídas obras nas proximidades das cidades de Paraná e Santa Fé, com um aproveitamento estimado em 10 bilhões de kWh.

b) Já estão chegando à Argentina os primeiros grandes carregamentos de equipamentos para a execução do plano de desenvolvimento da exploração do carvão do rio Turbio. Em agosto de 1958, três meses após a posse de Frondizi, foi decretada a criação do organismo autárquico "Yacimientos Carboníferos Fiscales", destinado a exercer a alta direção de tudo que se refere à exploração do carvão no país. Nesse mesmo mês, a nova autarquia assinou um contrato com a firma francesa "Compagnie Industrielle et Agricole de Vente à L'Etranger (C.I.A.V.E.)" para incrementar a exploração do rio Turbio, no sentido de elevar a produção anual de 200.000 t para 2.900.000 t brutas anuais, dentro de quatro anos. O total do financiamento é de 42 milhões de dólares, para compra de materiais de minas, transporte ferroviário, instalação portuária própria em rio Gallegos e aquisição de navios cargueiros. As reservas do rio Turbio estão avaliadas em 400 milhões de toneladas. O consumo argentino de carvão em 1960 é previsto em 2.800.000 toneladas. Esperam os técnicos obter, em rio Turbio, de 1 a 1.200.000 toneladas entre 1960 e 1961.

c) Nos nove meses do Governo Frondizi foi atacado firmemente o problema do petróleo argentino. Não só foi aprovada a lei de nacionalização do petróleo, como foram assinados diversos acordos, sob a forma contrato de mão-de-obra, para o desenvolvimento rápido da exploração de petróleo argentino, num total de várias centenas de milhões de dólares. Grandes quantidades de equipamento especializado já estão chegando às áreas de exploração. A produção de petróleo no ano passado na Argentina foi de 5.300.000 metros cúbicos que corresponde a um terço das necessidades do país. Com os contratos realizados pensa-se que dentro de seis anos somente a área de Comodoro Rivadavia fornecerá a produção anual de 12 milhões de metros cúbicos. Conforme os planos, a produção argentina passará em 1959 a 9 milhões de metros cúbicos, em 1960 a 12.500.000 m³ e em 1961 a 18.000.000 m³, para atingir em 1964 os 24 milhões de metros cúbicos, tornando-se, então, auto-suficiente.

O oleoduto e o gasoduto de campo Duran-San Lorenzo e campo Duran-Buenos Aires, numa extensão respectiva de 1.487 e 1.742 km, deverão estar prontos em julho de 1960. O oleoduto avança 3,5 km por dia e o gasoduto avança 6 km por dia.

d) Com a continuação e efetivação do planejamento das metas governamentais do Executivo argentino, terá a nação a auto-suficiência em 1964, em petróleo e carvão, possibilitando economizar, pelo menos, 330.000.000 de dólares anuais de suas divisas, para atender melhor às

necessidades de importação de bens de produção de que carece o seu desenvolvimento industrial.

CANADA

CIDADE-OASIS

Os arquitetos canadenses se acham trabalhando num projeto para a construção de uma cidade-oásis sob uma gigantesca estrutura de plástico, no centro da região ártica oriental do país, onde a temperatura comum é glacial. Embora os planos sejam ainda confidenciais, parece que os arquitetos pensam em erigir uma abóboda de 800 metros de comprimento por 243 metros de altura, num valor aproximado de 10 milhões de dólares (3 milhões e 571 mil libras esterlinas aproximadas); seu interior terá de ser sólido e os edifícios de muitos andares. A calefação poderá ser instalada em cada edifício e dentro da referida abóboda.

URÂNIO

O Governo canadense ofereceu-se para suprir gratuitamente à Agência Internacional de Energia Atômica três toneladas de urânio natural, para que a AIEA possa atender ao primeiro pedido de fornecimento de combustível nuclear, feito pelo Japão. O valor da doação é de aproximadamente 100.000 dólares.

Indica o Governo canadense que o material deverá ser vendido pelo preço habitual e que a doação é feita para apressar as atividades da AIEA.

CHILE

PETRÓLEO NO CHILE

Não muito longe da fronteira com a Argentina, na parte Continental do Estreito de Magalhães, o Chile encontrou petróleo. A descoberta é a primeira em território chileno. A jazida foi localizada após uma prospecção de 2.500 metros de profundidade, na zona chamada de Punta Delgada, a uns 500 metros da costa. A descoberta faz prever a existência de outras importantes jazidas, inclusive submarinas, em pleno Estreito de Magalhães, pois, do outro lado de Punta Delgado, na ilha da Terra de Fogo, já foram localizados alguns lençóis petrolíferos.

COLÔMBIA

PRODUÇÃO E IMPORTAÇÃO DE AÇO

A variação do tipo de câmbio em 1957 colocou, pela primeira vez, os produtos siderúrgicos da Usina de Paz del Río em condições de competir com os importados. A produção cresceu de 72.000 toneladas em 1953 a 90.000 toneladas em 1957. Entretanto, a diminuição ocorrida nas construções obrigou a usina a elevar a produção de perfis, expansão um tanto difícil de levar a cabo pela falta de capacidade laminadora adequada. Em 1957, registrou-se uma diminuição pronunciada nas importações, devido principalmente à menor procura.

O quadro abaixo indica a produção e importação de aço no período de 1953 a 1957.

PRODUÇÃO E IMPORTAÇÃO DE AÇO

(Milhares de toneladas)

	Produção			Importação			Consumo aparente
	Paz del Rio	Outros	Total	Produtos que Paz del Rio pode produzir	Outros	Total	
1953	—	—	—	125	308	433	433
1954	—	—	—	169	308	477	477
1955	35	7	42	133	296	471	471
1956	72	10	82	126	295	421	503
1957	90	12	102	44 (*)	194	238 (*)	340 (*)

(*) Estimativa preliminar.

Em 1958, a previsão era de produzir 110.000 toneladas de produtos terminados, para isso fazendo funcionar, a plena capacidade, um forno elétrico alimentado com ferro fundido produzido pela usina.

ESTADOS UNIDOS

A INDÚSTRIA DE ELASTÔMEROS

Animada pelo aumento de atividade da indústria automobilista, que espera ter em 1959 um dos seus melhores anos, a indústria de borracha sintética dos Estados Unidos prepara-se para aumentar durante o ano a sua capacidade de produção.

Tôdas ou quase tôdas as grandes companhias planejam não só aumentar a produção dos atuais elastômeros, como também iniciar a produção de novas borrachas sintéticas de tipos especiais. Entre estas últimas incluem-se elastômeros de vulcanização extra-rápida, obtidos mediante a utilização de produtos químicos cuja rapidez de reação evita o seu emprêgo como aceleradores nas composições mais comuns.

Diversas companhias de produtos químicos, algumas também produtoras de elastômeros, intensificam as suas pesquisas nos domínios dos agentes de catalização, nos quais se baseia uma grande parte da química dos produtos sintéticos orgânicos. Incluem-se entre elas a "Union Carbide Chemicals Company", a "Monsanto Chemical Company" e a "E. I. Du Pont de Nemours & Co" (Inc.).

Esta última companhia, além de estar expandindo as suas pesquisas no campo dos produtos químicos para a indústria da borracha, continua a intensificar o estudo e produção de novos elastômeros, tendo recentemente lançado no mercado um novo tipo de borracha sintética, "Viton", que se afirma ter numerosas aplicações, principalmente nos domínios das altas temperaturas. Lançou igualmente há pouco tempo mais um tipo de "Hypalon" e dois tipos de neoprene, todos para aplicações especiais.

Entre os catalizadores de grande atividade criados recentemente, incluiu-se o "Niax D-22" da "Union Carbide Chemicals", graças ao qual parece ser possível converter os poliésteres em espumas de poliéster-uretano em uma só etapa.

É oportuno mencionar que, a despeito dessa maior atividade da indústria de borracha sintética, quase todos os produtos químicos nela utilizados mantêm inalterada a sua estrutura de preços, não tendo registrado acréscimos nos últimos meses.

Parece, portanto, que o ano de 1959 assistirá à grande expansão na indústria dos polímeros e copolímeros, já hoje uma das mais importantes dos Estados Unidos.

PARAGUAI

RODOVIA CEL OVIEDO — PÔRTO PRESIDENTE STROESSNER

Foi aberta ao tráfego público a rodovia Cel Oviedo — Pôrto Presidente Stroessner, em vista de haverem terminado os trabalhos de terraplenagem; prosseguirão nos meses de Fev a Mai, os trabalhos complementares, pretendendo a Comissão Mista Paraguai-Brasileira fazer a entrega de seu patrimônio ao Governo Paraguai no próximo mês de junho.

O percurso de 195 km entre Cel Oviedo e Presidente Stroessner pode ser percorrido, em tempo seco por automóvel, em 3 horas; o tempo total da viagem de Assunção a Presidente Stroessner será de 5 horas.

Proseguem ativamente os trabalhos de construção da ponte sobre o rio Paraná, que unirá a localidade de Presidente Stroessner à cidade nacional de Foz de Iguaçu.

URUGUAI

FERROVIAS

Foi assinado, a 14 Nov 58, um convênio entre a Administração de Ferrocarris do Estado (AFE) e a "Société Française d'Etudes et de Realisations Ferroviaries" (SOFERAIL), para o contrato de uma missão técnica que realizará o estudo:

- do sistema ferroviário nacional;
- econômico correspondente aos diferentes sistemas de transporte;
- das medidas a adotar para colocar as instalações fixas e o material rodante e de tração em condições de trabalho eficiente;
- da organização, direção, administração, contabilidade, tarifas, etc., do sistema ferroviário.

Está previsto o prazo de 180 dias para conclusão dos estudos e apresentação do relatório.

A missão é composta de 8 especialistas.

PONTE RODO-FERROVIÁRIA SOBRE O RIO NEGRO EM MERCEDES

As características técnicas da ponte rodo-ferroviária ora em construção, sobre o rio Negro, junto à cidade de Mercedes, são as seguintes:

- A ponte tem um comprimento de 445 metros e será completada com obras de acesso em ambas as margens, compreendendo dois viadutos de concreto. Os viadutos terão, respectivamente, 260 metros de extensão na margem direita, com uma inclinação de 1%,

- e 120 metros na margem esquerda, do lado de Mercedes, ao nível normal; o que equivale a dizer que a extensão total da ponte alcançará 800 metros.
- A ponte principal se compõe de 10 lances iguais, de 44 metros, 50 de vão, apoiados em 11 pilares, cinco dos quais se acham na água.
 - A altura livre de ponte sobre o nível da água é de 15,50 metros, permitindo a fácil passagem das maiores embarcações em uso na região.
 - A estrutura do tabuleiro é constituída por vigas pré-fabricadas de concreto protendido.
 - A largura total da ponte é de 15 metros e está constituída por dois tabuleiros adjacentes e independentes; o do lado E, com 5 metros de largura, destinado à ferrovia (prevista para via simples), o outro, do lado de W, com 10 metros de largura, destinado ao tráfego rodoviário.
 - O acabamento das obras e sua utilização pela ferrovia é estimado para o fim do corrente ano.

"FERRY-BOAT" PARA A LINHA COLÔNIA — BUENOS AIRES

Foi noticiado que uma companhia uruguaia comprou nos E.U.A. uma embarcação "ferry boat warwick". Espera-se que no presente mês já se encontre no Uruguai.

A embarcação será empregada na linha Colônia — Buenos Aires, destinando-se ao transporte de passageiros e carga.

Tem capacidade para 500 passageiros e 50 caminhões ou automóveis. Calcula-se que poderá cobrir o trajeto em 2 horas e meia, o que, atualmente é feito em mais de 3 horas. A embarcação desenvolve a velocidade de 12 a 13 nós horários. Embora construída em 1923, foi totalmente remodelada, apresentando motores de 1.600 HP.

PONTE INTERNACIONAL SOBRE O RIO QUARAI

Foi aprovada a atuação da Delegação uruguaia presente na Comissão Mista Uruguaio-Brasileira, nas reuniões realizadas no Rio de Janeiro no período de 22 a 27 Agô 1957, para resolver sobre a construção da ponte internacional, sobre o rio Quaraí. Também foram aprovadas as recomendações acordadas pelas delegações para a execução das obras e a determinação para que o Ministério das Relações Exteriores do Uruguai gestione junto ao Governo brasileiro para ratificação daquelas recomendações e das medidas relativas ao seu cumprimento.

VENEZUELA

PETRÓLEO

O Presidente eleito da Venezuela, Romulo Betancourt, na sua primeira entrevista à imprensa, desde a realização do pleito, reiteirou as promessas feitas durante a campanha eleitoral, no que se refere a revisão da política de petróleo do país. Acrescentou que pretende organizar uma Companhia Nacional de Petróleo a fim de que o país obtenha maiores lucros dessa riqueza nacional e que já estão em andamento os estudos destinados à formação dessa empresa. Esclareceu, no entanto, que essa Companhia não fará concorrência às empresas já em funcionamento no país, embora se dedique a pesquisa e exploração dos hidrocarburetos.

Disse, também, que o seu Governo tem o firme propósito de não fazer nenhuma concessão sobre petróleo e que o primeiro passo deve ser a criação de uma Comissão Nacional do Petróleo, para realizar pesquisas mais a fundo e prescrever a política petrolífera a ser seguida pelo país. Declarou que não está afastada a possibilidade da troca de petróleo por mercadoria ou mesmo por dinheiro, embora o desejo do Governador seja o de não desarticular o modo de operação das empresas de petróleo estabelecidas no país. Essa troca refere-se, naturalmente, à parte que o Governo pode utilizar de sua cota na produção nacional.

FRANÇA

INDÚSTRIA FRANCESA

Jacques Houssiaux, da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas de Nancy, organizou recentemente para uma revista parisiense um quadro das maiores empresas industriais da França. Os dados coligados reportam-se a 1956.

A trabalho enseja-nos verificar que a liderança cabe às indústrias mecânicas, seguindo-se-lhes as indústrias alimentares e agrícolas; depois vêm a metalurgia e o comércio de produtos metalúrgicos, a química, que inclui a eletrometalurgia e a vidraria; a construção civil, os materiais de construção e obras públicas; os transportes, aéreos, marítimos terrestres e fluviais; a eletrônica.

A seguir temos a indústria automobilística, seus acessórios, os têxteis, as indústrias extrativas, papel, artes gráficas, as empresas jornalísticas e de publicidade, a indústria petrolífera, os serviços públicos, a construção naval.

Entre as 100 primeiras empresas, a metalurgia vem em primeiro lugar seguida pela indústria automobilística e petróleo. Das 500 companhias classificadas 450 apresentaram lucros líquidos em 1956; 27, isto é, 5,4% acusaram prejuízo enquanto 23, ou seja 4,6, não acusaram lucros nem perdas. A rentabilidade média das sociedades francesas parece muito inferior à das companhias americanas; o coeficiente para a França é de apenas 6%, enquanto que o rendimento médio do "investimented capital" das 500 maiores companhias americanas elevava-se a 13% em 1956.

Das 500 companhias, apenas 166 divulgam o montante de suas operações. Poder-se-ia crer que se trata das empresas que encimam a lista. Tal não sucede, porém. Apenas 57 entre as 150 primeiras divulgaram contra 53 entre as últimas 150. A percentagem das empresas que fazem segredo de suas operações é pois tão elevada entre as grandes quanto entre as menos grandes.

Os ramos de atividade menos secretos, além da indústria automobilística e dos materiais de construção, são o petróleo, a metalurgia, e o alto comércio. As mais secretas, além dos pneumáticos e das obras públicas, são os têxteis, as indústrias extrativas, a alimentação, os transportes e a química. No setor da indústria química, as companhias que divulgam o montante de suas operações são a eletrometalurgia e a do vidro.

No total de 1.719.273 empresas francesas que pagam imposto, 2.665, ou seja 0,15%, realizaram operações no montante superior a 1 bilhão de francos. Os salários pagos se elevam a 1.828 bilhões para um total de 3.721 bilhões. As sociedades de responsabilidade limitada representam fraca percentagem entre as empresas maiores.

PETRÓLEO DO SAARA

Após um ano de hesitantes conversações franco-americanas sobre as jazidas de petróleo do Saara, a "Standard Oil" de "New Jersey" companhia conhecida no mundo inteiro sob o nome de "Esso", vai finalmente, participar das pesquisas já iniciadas na região montanhosa do Grande Erg Oriental. Trata-se de uma vasta concessão abrangendo superfície superior a vinte mil quilômetros quadrados, a qual se situa ao sul de "Hassi Messoud", onde os próprios franceses descobriram e já estão explorando reservas petrolíferas de limites ainda ignorados. As conversações foram demoradas pelos problemas políticos e militares que envolvem a Argélia e o Saara. Mas, ao que parece, o Governo do General De Gaulle, com a sua política de rigidez no que toca ao conflito argelino, deve ter entusiasmado os americanos, eliminando as dificuldades iniciais.

O acordo franco-americano, que deve ser assinado dentro de poucos dias, fala em uma sociedade ainda sem nome mas formada com 50% de capital da "Standard Oil" e 50% de capitais franceses, sendo que 35% destes serão cobertos pela Companhia Francesa de Petróleos, pertencente ao Governo) e 15% pela Petropar, controlada por particulares franceses.

Mas, nas concessões agora divididas com a "Standard Oil", esta companhia se encarregará das pesquisas usando helicópteros, devido às dificuldades da região.

O Grande Erg Oriental se localiza junto à fronteira da Líbia, a cerca de 400 km de "Hassi Messaoud".

Saara, três sílabas que significam em árabe "Campos de Areia", não é, como fazia pensar a lenda, um deserto de areia sem fim, árido e hostil a qualquer manifestação de vida. Na realidade, não se viaja duas horas de avião sobre o Saara sem se avistar oásis, cidades milenares ou montanhas rochosas. O progresso humano, de certo modo, encheu o império do vazio saárico. Atualmente, os franceses exploram no deserto: três jazidas praticamente inesgotáveis de ferro: duas minas de carvão (Abdala e Kenadza); uma de manganês (perto de Colomb-Béchar); uma de cobre (na Mauritânia); uma reserva de estanho pouco importante na região de Air; imensos depósitos de gás capazes de fornecerem energia para vinte anos e o petróleo já descoberto em Ediele (quinze poços positivos). "Hassi Messaoud" (jazidas mais extensas e ricas que as da

O princípio da igualdade de capitais se impôs — segundo informações — em virtude dos hábitos de trabalho e do padrão dos associados. A Companhia Francesa de Petróleos elevou-se nos últimos anos a um padrão internacional, desde que descobriu as imensas jazidas de "Hassi Messaoud", orçadas até agora em um bilhão de toneladas. Anteriormente, ela era titular de apenas 23,75% das ações das sociedades que exploram o petróleo do Iraque e não podia pretender um papel de relâmpago na direção dessas empresas. A CEP devia, na verdade, pagar em libras esterlinas o petróleo iraquiano, que lhe era entregue em virtude da sua participação, e financiar na mesma moeda os investimentos das sociedades iraquianas. A necessidade de obter divisas obrigou-a a estender seus negócios (refinaria e distribuição) ao Canadá, África do Sul, Austrália, Alemanha e Itália. No plano das pesquisas, o sucesso alcançado no Saara pelos técnicos franceses deu a prova de que podiam, desde então, ombrear-se com os melhores técnicos anglo-saxônios. O processo de reconhecimento cismico (patente Schlumberger), usado hoje nos Estados Unidos, é de invenção francesa.

Arábia Saudita). A respeito de "Hassi Messaoud", os franceses dizem: "É uma esponja de petróleo, uma esponja que atinge 150 metros de espessura". Observe-se que, na América do Norte, exploram até jazidas de um metro de espessura.

O fato de ter a "Standard Oil" aceito a sociedade na base dos 50% é significativo. Essa companhia tem o hábito de só entrar em negócios na base dos 70%, no mínimo, a fim de evitar a dispersão das responsabilidades. Há o caso idêntico de sua participação na ARAMCO (da Arábia), mas os seus associados são as três maiores sociedades, americanas depois dela.

PORTUGAL

CONSTRUÇÃO NAVAL

Sem alarde, mas firmemente, a indústria da construção naval em Portugal vai tomando vulto. Excelentes navios de passageiros, conhecidos dos brasileiros, saíram dos estaleiros portugueses. Os bacalhoeiros, pequenos barcos de magnífica feitura que cruzam o Atlântico e perdem-se no lençol branco das regiões árticas em busca de peixes, são outra notável obra dos engenheiros navais portugueses que lograram obter para a importante indústria do país o respeito e o reconhecimento das demais nações européias.

Vem de ser lançado ao mar o petroleiro "Hector Heron", totalmente construído no Arsenal do Alfeite, por encomenda da Suécia. O grande barco, orgulho da engenharia naval portuguesa, desloca 25 mil toneladas. Com ele a Sociedade Armadora de Navios-Tanques concluiu a construção de quatro petroleiros.

SUÉCIA

A INDÚSTRIA TÉCNICA SUECA

Para vencer na concorrência mundial, as indústrias metalúrgicas suecas adotaram dois lemas que podem ser resumidos pela palavra "especialização" e pela expressão "alta qualidade". Desde o século XVII que a exploração do minério de ferro ocupa um lugar de destaque na economia da Suécia. O holandês Rademacher foi o pioneiro que, naquele século, deu início, na cidade de Eskilstuna, ao desenvolvimento dessa indústria de base.

A manufatura de maquinaria começou a desenvolver-se no século passado, quando muitas das hoje conhecidíssimas firmas iniciaram suas atividades. Em geral, cada uma dessas firmas ocupava-se em produzir muitos artigos. As invenções causaram, porém, uma modificação nessa organização inicial, e foram a base em que assentaram os poderosos grupos como a SKF, a AGA e a "Separator". No campo eletrotécnico, o desenvolvimento da ciência ocasionou a formação de empresas que hoje desfrutam de conceito mundial, como a ASEA e a L. M. Ericsson.

Algumas cifras ilustram bem o desenvolvimento da indústria técnica da Suécia. No princípio do século a produção era de 100 milhões de coroas, da qual 2 a 3% era exportada. Ao tempo da I Guerra, a produção subiu a 300 milhões e as exportações a 10% do seu montante. Em 1957, a cifra da produção subia a 12 bilhões de coroas (2,3 bilhões de dólares), sendo exportados 4,5 bilhões.

Um terço dos operários suecos, cerca de 300 mil homens, estão empregados nesse ramo industrial. Nos anos de pós-guerra registrou-se alguma escassez de mão-de-obra especializada, mas, hoje, há um acen-

tuado equilíbrio entre a oferta e a demanda no que se refere ao pessoal não especializado, e um ligeiro excesso de demanda quanto ao pessoal altamente qualificado.

Aproximadamente a metade das exportações dessas indústrias dirigem-se aos países da OECE. Os países vizinhos, Dinamarca, Finlândia e Noruega, recebem um terço do total das exportações. No que se refere aos países da área do dólar, particularmente os Estados Unidos, tem sido crescente a penetração de produtos suecos.

Na América do Sul, tem havido certa dificuldade em virtude da situação cambial instável nos países desta área. No Brasil, porém, a situação é bem melhor, razão pela qual uma fábrica de automóveis e manufatura de motores elétricos já se instalaram em nosso país.

Muito espera a indústria sueca da tendência a uma dinamização do comércio exterior pela supressão gradativa de barreiras fiscais. O que tem travado um pouco a expansão ainda maior da indústria técnica daquele país é precisamente a existência de duros entraves alfandegários. Tal situação levou o Governo de Estocolmo a adotar medidas de restrição de crédito, a fim de que a expansão não criasse problemas ainda mais graves de escoamento da produção.



BRASILIANAS

● Importância da navegação fluvial para a economia do Vale do São Francisco

A questão dos transportes, para o desenvolvimento da economia do Vale do São Francisco, é problema de real significação. Sem os transportes, perderiam sentido as grandes realizações programadas pela Comissão do Vale do São Francisco, nem teriam efeito as iniciativas de longo alcance que vem sendo executadas visando à redenção econômica daquela região.

O ramo de transporte fluvial, por exemplo, desempenha missão relevante na vasta bacia hidrográfica, mas há necessidade de complementá-lo com um sistema rodoviário que cubra racionalmente o Vale e, ainda, com uma rede de aeroportos e campos de pouso, que permitam apressar a penetração das forças do progresso na região.

No que se refere ao complexo problema do tráfego fluvial, que deverá estender-se possivelmente das proximidades de Belo Horizonte até a foz, no oceano, a primeira etapa que a Comissão tem pela frente é tornar perfeitamente navegável o trecho médio do São Francisco, de Pirapora a Juazeiro, e organizar em moldes racionais e modernos a frota fluvial.

Numa etapa subsequente e com o objetivo de completar a primeira, torna-se indispensável a constituição da Companhia de Navegação do São Francisco S.A., que deverá encampar as quatro empresas existentes, sendo duas particulares e as outras duas pertencentes aos Estados de Minas Gerais e Bahia.

Até o momento, e enquanto se vem aguardando a organização da nova sociedade prevista no art. 12, da Lei n. 2.599, de 13-9-955, a Comissão do Vale do São Francisco já desapropriou as empresas particulares e assumiu integralmente a sua administração, através do Serviço de Navegação para tanto criado e que tem sede na cidade de Pirapora. Depois, mediante convênio celebrado com o Governo de Minas Gerais, a Comissão passou a administrar também a navegação Mineira do São Francisco, cujas embarcações, anteriormente em condições de in navegabilidade técnicas, estão hoje em grande parte recuperadas e em tráfego. Além disso, continua a Comissão envidando esforços para colocar no tráfego novas e modernas embarcações.

No ano passado, a Comissão do Vale do São Francisco iniciou programa de trabalho destinado a melhorar as condições de navegabilidade do médio São Francisco, que abrange desde o balizamento e dragagem

dessa seção do rio, até o seu derrocamento e limpeza do leito e das margens. Noutros pontos, tiveram presseguimento as obras de proteção, acostagem e acesso.

Até novembro último estavam em tráfego, no rio, cerca de 15 navios, incluindo os rebocadores Francisco Bispo, Bahia e Baependi, os quais, aguardavam, no pórtio de Pirapora, até aquele mês, a vistoria regulamentar. Em reparos, estavam na mesma época, os navios-fluviais Raul Soares, Venceslau Braz, Fernão Dias, Halfeld e Antônio Nascimento, sendo que os dois últimos já em fase de acabamento.

A média de carga transportada por essas unidades fluviais foi, de janeiro a outubro de 1958, de cerca de 1.611.787 quilos.

● Central Elétrica de Votuporanga

Vinte e dois municípios de Alta Araraquara já estão recebendo os benefícios de energia da Central Termelétrica de Votuporanga, cuja inauguração se realizou a 17 de janeiro com a presença de altas autoridades do Estado.

Dez mil quilowatts dos 15 mil programados já podem ser distribuídos à população da vasta região compreendida pela Alta Araraquarense. Dentro de mais dois ou três meses, os restantes 5 mil quilowatts também estarão sendo remetidos a cada parte de tão importante região.

● Produção brasileira de azeitonas

Em 1954, o Brasil produziu 144 toneladas de azeitonas. Em 1955, 230 toneladas. Em 1956, 250 toneladas. Em 1957, 280 toneladas. Em 1958, 321 toneladas, assim distribuídas:

Rio Grande do Sul, 301 toneladas;

São Paulo, 7 toneladas;

Minas Gerais, 3 toneladas.

Também produzem azeitonas em quantidades apreciáveis: Santa Catarina e o Paraná. Algumas safras se verificam em dependências do Ministério da Agricultura. Há oliveiras frutificando no Estado do Rio.

A oliveira inicia a produção quatro a cinco anos após o plantio, em regra. Algumas são mais precoces. Os grandes olivais estão em começo de frutificação. Em 1962, o Brasil estará produzindo muitos milhares de toneladas de azeitonas. Há oliveiras da Secretaria da Agricultura paulista que produziram mais de 40 quilos de azeitonas, no sexto ano. Uma oliveira do Campo de Cooperação do município de Rio Grande produziu, no oitavo ano, 143 quilos de azeitonas. Há pelo menos uma oliveira no Brasil, que produz, anualmente, mais de 300 quilos de azeitonas. Atualmente, vende-se, um quilo de azeitonas, no olival, por Cr\$ 30.000. A produção média de uma oliveira portuguesa é de 17 quilos. Na Espanha, a média de produção por árvore-ano é de 10 quilos. Na Itália, de 8,5 quilos. Na França, de 7 quilos. O rendimento dos olivais brasileiros é muito maior do que o dos olivais europeus.

● Exportação de café em 1958

A nossa exportação de café no último semestre de 1958, que corresponde ao primeiro semestre da safra 1958-59, revela um substancial melhoria do nosso poder de competição no mercado mundial.

De fato, no primeiro semestre as exportações foram as seguintes :

Janeiro	740.149
Fevereiro	710.409
Março	956.027
Abril	1.216.116
Mai	1.377.783
Junho	798.820
Total do semestre	5.799.304

Enquanto isto, no segundo semestre o quadro de exportação assim se desenvolveu :

Julho	868.810
Agosto	1.172.929
Setembro	1.040.518
Outubro	1.539.067
Novembro	1.413.115
Dezembro	1.057.206
Total do semestre	7.091.645

Além da exportação superior a 7 milhões de sacas, o mercado mundial absorveu algo mais do que 1 milhão de sacas de café brasileiro que haviam sido exportadas em consignação, antes de 1 de julho do ano passado.

● Terminal marítimo no pôrto do Rio Grande

Foi adjudicada à Sociedade Techint a construção do terminal marítimo do Rio Grande (RS), primeiro do gênero (petróleo e produtos derivados) no país. A tubulação metálica será fabricada pela Rheem-Senotubo, de São Paulo.

● Cacau brasileiro é trocado por petróleo Russo

Com o embarque de mil sacas de cacau no navio "Lóide Colômbia", em Ilheus, destinadas à troca por petróleo russo, o Governo brasileiro completou a primeira transação comercial com a União Soviética dos últimos 10 anos.

A União Soviética, que pelo acordo deve ter embarcado também com destino ao Brasil, 60 mil toneladas de petróleo, cobriu a operação depositando em Londres a quantia de 900 mil dólares (valor total da operação), que perderá se o petróleo não chegar.

● Produção de cacau para 1959

O Brasil aumentará este ano, consideravelmente, sua produção de cacau e a mesma tendência se verifica nos demais países latino-americanos produtores da amêndoa, segundo as últimas estatísticas publicadas pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação — (FAO).

De todos os países latino-americanos produtores de cacau há um só, a República Dominicana, que reduzirá algo sua produção.

Calcula a comissão de estatística do Grupo de Estudo do Cacau, organismo da FAO, que a produção de cacau em 1958-1959 atingirá o total de 850.000 toneladas métricas, 75.000 a mais que o cálculo revisado da colheita de 1957-58, que foi de 775.000 toneladas.

Uma maior produção se verificará, principalmente no Brasil, Ghana, Nigéria e África Francesa.

Deve-se ter em conta que todos estes cálculos estão feitos na base do ano cacaueiro, que começa a 1 de outubro e termina a 30 de setembro.

O Brasil, que produziu no ano passado 162.000 toneladas métricas, segundo o cálculo da FAO, produzirá este ano 180.000 toneladas métricas.

O total dos sete países sul-americanos produtores de cacau aumentará de 225.700 em 1957-58, para 249.100 toneladas métricas em 1958-59.

As cifras de produção desses países individualmente são as seguintes:

PAÍSES PRODUTORES	Em milhares de toneladas	
	1957-58	1958-59
Bolívia	2,1	2,1
Brasil	162,0	180,0
Colômbia	15,2	15,3
Equador	25,0	29,0
Peru	4,4	4,5
Surinan	0,2	0,2
Venezuela	16,8	18,2

● Radar no Aeroporto de Congonhas

Acaba de chegar a São Paulo, procedente dos Estados Unidos, o restante do equipamento de radar que será colocado no aeroporto de Congonhas. Trata-se do material do "Radar de Procura VOR", enviado pelas autoridades norte-americanas, em decorrência dos planos do "Ponto IV". Dentro de 90 dias o equipamento recém-chegado estará instalado nas novas dependências construídas no aeroporto de Congonhas para esse fim. O aeroporto paulistano já estava dotado da "Casa de Radar", na cabeceira da "pista 34" (do lado do Jabaquara) e também da "Sala de Radar", erigida a cerca de 20 metros da atual torre de controle localizada acima da estação central de passageiros. Já foram assentadas, igualmente, as antenas do radar, faltando apenas a colocação do equipamento ora enviado às nossas autoridades aeronáuticas sediadas em São Paulo. Colocado então esse equipamento, o radar poderá entrar em funcionamento, em caráter experimental inicialmente.

● O programa da Ishikawajima

Em 1961, deverá estar concluída totalmente a instalação do estaleiro da Ishikawajima do Brasil S.A., localizado na enseada de Inhaúma, na baía de Guanabara. O capital da empresa será de um bilhão, 760 milhões de cruzeiros. Três mil e oitocentos operários trabalharão no estaleiro quando completamente construído. Trata-se de mão-de-obra especializada.

Atualmente, para um país com essa imensa costa, é mínima a quantidade de estaleiros. Dos oficiais, o melhor equipado é o do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, cuja capacidade é, porém, quase que totalmente absorvida com os serviços de manutenção da frota de guerra.

Há o estaleiro da Ilha do Viana, da Costeira, que executa trabalhos de conservação da frota da empresa, além de outros para a Petrobrás.

O Lóide Brasileiro e os Serviços de Navegação da Bacia do Prata também possuem instalações para reparos de suas próprias embarcações.

No momento, a Marinha de Guerra constrói ou amplia as bases de Belém, Natal, Recife e Salvador que poderão, eventualmente, servir para reparos de navios mercantes. Sua principal finalidade é, obviamente, atender às necessidades da Esquadra.

Há alguns estaleiros privados autônomos em funcionamento, que se dedicam a serviços de reparos, ocorrendo maior concentração na baía de Guanabara, principalmente em Niterói e ilhas adjacentes. Também em Vitória e Porto Alegre há pequenos estaleiros do mesmo tipo.

Alguns desses estaleiros construíram rebocadores (até 1.000 HP) e embarcações menores, bem como executaram trabalhos de recuperação de dragas.

O panorama, como se vê, é dos mais pobres. As atividades de construção propriamente de embarcações de casco de aço são ainda exíguas e incipientes. Várias terminais marítimas freqüentadas por grande número de embarcações, não possuem sequer diques.

Diante dessa penosa realidade, começou o Governo, através do GEICON (Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval), a agir. Já várias propostas foram estudadas e algumas aprovadas. A Ishikawajima, a que nos referimos, já lançou a pedra fundamental do seu grande estaleiro de Inhaúma, bem como o grupo Comércio e Navegação, que iniciou obras de ampliação do antigo estaleiro Lahmeyer, em Niterói.

A Ishikawajima iniciará a construção dos três primeiros navios de carga de 5.600 toneladas "deadweight", encomendados pela Comissão de Marinha Mercante. O índice de nacionalização dessas unidades será de 50% em peso e 64% em valor. Em cinco anos, esses mesmos índices elevar-se-ão, respectivamente, a 94 e 86%.

O programa da Ishikawajima prevê a construção de 60.000 toneladas "deadweight" anuais, sendo seis unidades do tipo padrão de cabotagem de 5 mil toneladas DW e 3 do tipo de longo curso ou petroleiro de 10.000 toneladas DW. Após o primeiro período, que é o de instalação que vai até 1961, entrará a firma em fase de expansão, durante a qual pretende construir navios até o porte de 45 mil toneladas DW, do tipo superpetroleiro e transportador de minério.

Como se vê, está dado um grande passo. O problema do desenvolvimento de regiões como a do Nordeste está intimamente vinculado à solução da crise dos transportes marítimos em vias de entrar em colapso. Assim, as providências do GEICON deverão, realmente, representar muito em prol do desenvolvimento do país.

● Exportação brasileira de equipamentos

A Companhia Federal de Fundação vem de embarcar equipamento para produção de celulose e papel, no valor de 150 mil dólares, destinado à firma "Black-Clawson", dos Estados Unidos. São 30 toneladas de equipamentos e representam um segundo embarque, pois o primeiro, de 15 toneladas, foi destinado ao Peru, para a Sociedade Agrícola Paramonga Ltda. A mesma CFF aguarda novos pedidos do exterior, particularmente de firmas norte-americanas, e também de várias organizações sul-americanas. Os equipamentos produzidos pela CFF empregam 95% de matéria-prima nacional. Aliás, o setor industrial da produção de equipamentos para fábricas de papel e celulose cresce a olhos vistos. Existem, atualmente, 42 fábricas operando nesse ramo com um capital global de 982 milhões de cruzeiros — computadas apenas as firmas que produzem equipamento moderno. A economia de divisas foi substancial. Em 1954, importamos 7,2 milhões de dólares desses equipamentos, ao passo que no primeiro semestre de 1957, apenas 900 mil dólares foram gastos com importações desse material.

REMINISCÊNCIAS

1943

GENERAIS DIRETORES DE "A DEFESA NACIONAL"



Sentados, da esquerda para a direita:

General-de-Exército Floriano de Lima Brayner (atual Chefe do EME)

General-de-Exército Tristão de Alencar Araripe (STM)

General-de-Exército Heitor Augusto Borges (na Reserva)

General-de-Divisão Armando Baptista Gonçalves (na Reserva)

General-de-Brigada Everaldo Acestes da Fonseca (falecido)

General-de-Divisão Jair Dantas Ribeiro (Cmt da 1ª DI)

De pé:

General-de-Brigada Moziul Moreira Lima (na Reserva)

General-de-Divisão Benjamin Rodrigues Galhardo (Diretor da DAE)

General-de-Brigada João Baptista de Matos (Secretário do Ministério da Guerra)

General-de-Brigada Aurelio Lyra Tavares (Diretor da DGEC)

RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA RELATIVA AO ANO SOCIAL DE 1958

Cumprindo as disposições dos Estatutos que regulam as atividades de "A DEFESA NACIONAL" — Cooperativa Militar Editôra e de Cultura Intelectual. — sua Diretoria Executiva apresenta à ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, o RELATÓRIO — BALANÇO GERAL e o PARECER DO CONSELHO FISCAL — relativos à gestão do ano de 1958.

Durante muitos anos, a tarefa principal de nossa Revista — "A DEFESA NACIONAL", foi, como é sabido, suprir a falta de manuais e regulamentos para a instrução da tropa. Hoje, face as publicações existentes, não existe mais este problema para a maioria dos leitores desta Revista e a abundância de fontes de consultas obrigou a "A DEFESA NACIONAL" a mudar sua linha de conduta.

Ficou de pé, todavia, a necessidade de aprimoramento da cultura geral e profissional de nossa classe e esta passou a ser a razão fundamental de nossa Revista.

Os problemas que defrontamos para colocá-la no mesmo nível de suas congêneres, é fantástico. Basta assinalar que a confecção mensal de nossos números fica a cargo de um só oficial que é, ao mesmo tempo, o Diretor-Secretário, o revisor de português, o dactilógrafo, o redator da Revista, arrumando-a na Imprensa com seus diversos artigos, o revisor de provas e, na maioria das vezes, autor de artigos que deverão completar as diversas seções. O Diretor-Secretário, acreditamos, necessita de elementos que possam auxiliá-lo, para melhor desempenhar suas funções, pois, em via de regra, tal cargo é exercido por oficiais de Estado-Maior, que tem a desempenhar suas atribuições normais.

Atravessando os mais diversos percalços, nossa Revista tem sido publicada normalmente e, dentro dos meses correspondentes, graças à colaboração de nossos companheiros e a boa-vontade do pessoal que trabalha na Imprensa do Exército.

De conformidade com nossos objetivos, estabelecemos que cada número de nossa Revista contará, em princípio, com os seguintes títulos ou subtítulos:

CULTURA PROFISSIONAL — contendo artigos que interessam à nossa profissão e subdividida nos seguintes subtítulos:

Candidato à ECEME — sob a coordenação do Major Octávio Tosta, publicando matéria que mais de perto interessa aos capitães e maiores que estudam com destino à Escola de Estado-Maior;

Candidato à EAO — seção a cargo do Cel João Bina Machado, Vice-Diretor da referida Escola e um dos mais brilhantes oficiais de nosso Estado-Maior.

Candidato à ETE — seção a cargo de um major técnico e que, todavia, não foi ainda iniciada em virtude de estar nossa Imprensa e Serviço Geográfico impossibilitados de resolver o impasse criado face aos símbolos algébricos e notações matemáticas que os artigos contêm;

Engenhos-Foguetes e Satélites — seção a cargo do Cel Ayrton Salgueiro de Freitas, novo Diretor-Secretário que supre, com a sua boa-vontade os conhecimentos técnicos a respeito, trazendo a referida seção em alto grau de desenvolvimento;

Doutrina Militar Brasileira — seção a cargo de oficiais instrutores da ECEME, sob a coordenação do Major Amerino Raposo, iniciada em fevereiro mas que já despertou grande interesse;

Debates em Revista — seção que aproveita artigos que podem ser debatidos entre os oficiais.

CULTURA GERAL — onde são publicados artigos relativos a fatos históricos, geográficos, econômicos, etc. e que tem contado com a contribuição de oficiais alunos da ECEME e oficiais do QEMA.

GEOPOLÍTICA — seção que tomou no corrente ano grande desenvolvimento graças aos trabalhos apresentados pelo Coronel Golbery do Couto e Silva e Major Octávio Tosta, seu coordenador. Sob seus diversos sub-títulos de Doutrina: Estudos e Ensaio, Problemas da América Latina, Fronteiras, Contribuição ao Ensino, Artigo Estrangeiro e Geopolíticos Latino-Americanos a seção de GEOPOLÍTICA tem chamado, sobre si, a atenção dos leitores sul-americanos que aumentam, cada dia mais, em procura de intercâmbio com a "A DEFESA NACIONAL".

DIVERSOS — é a seção onde inserimos artigos de assunto geral. Toda a seção está a cargo do Diretor-Secretário que procura completá-la com assuntos referentes ao Exército antigo ou de interesse técnico profissional.

BRASILIANAS — a cargo do Coronel João Baptista Peixoto, onde são inseridos os recortes de diferentes Revistas com notas relativas a nosso desenvolvimento econômico.

NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR — contendo artigos escolhidos pelo Diretor-Secretário em revistas e jornais estrangeiros e cuja publicação interessa aos nossos leitores.

ATOS OFICIAIS — a cargo do Coronel João Baptista Peixoto, contando assunto publicado nos Diários Oficiais e que interessam a nossos camaradas. Iniciamos, também, a publicação de uma sessão, intitulada **FILATELIA**, a cargo do General Arnaldo França, mas achamos por bem suspendê-la, logo após o primeiro número, pois parece-nos que a mesma não se coaduna ao objetivo de nossa Revista.

Mais uma vez desejamos consignar nossos agradecimentos à **IMPrensa DO EXÉRCITO** e ao **GABINETE FOTOCARTOGRÁFICO DO EXÉRCITO**, pela atenção com que satisfazem nossos pedidos e a boa-vontade sempre demonstrada em solucionar nossos problemas na confecção da Revista.

A **DIRETORIA EXECUTIVA**, procurou, por diversos modos, resolver o problema relativo à Seção de Publicidade — anúncios — tentando dar vida nova a este organismo para melhorar, graças a seus frutos, a Revista e aumentar o número de seus auxiliares civis encarregados dos serviços contábeis, de correspondência, empacotamento e remessa da Revista e fichário dos assinantes. Tentou, primeiramente, entregar o assunto de publicidade a um civil especializado que, após diversos dias de estudo, desapareceu. Depois, convidou para chefiar a parte publicitária,

como Diretor de Propaganda, um oficial da reserva dedicado ao assunto e conhecedor de seus segredos. Após satisfazer algumas exigências do referido oficial, nada conseguiu de objetivo. A não ser matéria paga e reduzido número de anúncios, esporadicamente conseguidos pelos membros da Diretoria, nada possuímos atualmente, devendo ser o assunto encerrado; nos próximos meses, visando dar uma solução concreta ao caso, pois, o custo de vida já não nos permite fornecer nossa Revista pelo preço de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) anuais, embora seja grande o auxílio que nos preste o Exmo. Sr. Ministro da Guerra.

Todavia, procuramos, dentro do tempo que nos resta como membros da Diretoria, manter nossa Revista no nível em que é mantida e gozando do conceito que desfruta no seio de nosso Exército há mais de 40 anos, procurando interessar as demais corporações — Aeronáutica e Marinha, não esmorecendo face aos percalços encontrados, já que desejamos servir à "A DEFESA NACIONAL" — para ber servir às Forças Armadas.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1959.

General João Baptista de Mattos
Diretor-Presidente

Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas
Diretor-Secretário

Tenente-Coronel João Capistrano M. Ribeiro
Diretor-Gerente

Parecer do Conselho Fiscal relativo ao exame dos livros de contabilidade e ao Relatório do Conselho de Administração do ano de 1958

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e cinquenta e nove, reunidos os membros do Conselho Fiscal, servindo de Secretário eu Major Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello, e sob Presidência do Coronel Adailton Sampaio Pirassinunga, foram examinados os livros de contabilidade e o Relatório do Conselho de Administração, relativos ao ano próximo findo, foi tudo achado em ordem, pelo que o Conselho Fiscal é de parecer que o Balanço Geral e o Relatório do Conselho de Administração de 1958, sejam aprovados.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão que vai assinada pelo Coronel Adailton Sampaio Pirassinunga, Tenente-Coronel Ruy Alencar Nogueira e por mim Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello, Major, servindo de Secretário.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1959.

Cel. Adailton Sampaio Pirassinunga

Ten.-Cel. Ruy Alencar Nogueira

Maj. Danilo D. de Sá Cunha e Mello

**COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA
INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"**

BALANÇO GERAL DO ANO DE 1958

A T I V O		
Imobilizado :	Cr\$	Cr\$
Obrigações de Guerra.....	19.887,50	
Móveis & Utensílios.....	46.510,00	65.397,50
Disponível :		
Caixa — em moeda corrente.....		51.436,40
		<u>116.833,90</u>
P A S S I V O		
Exigível :		
Associados c/Retorno.....	13.855,50	
Associados c/Juros.....	11.323,35	
Consignatários-livros.....	4.922,70	
Capital Integralizado.....	29.120,00	59.221,05
Inexigível :		
Fundo de Beneficência.....	9.854,20	
Fundo de Desenvolvimento Social.....	17.794,00	
Fundo de Reserva.....	29.964,65	57.612,85
		<u>116.833,90</u>

SOBRAS & PERDAS

T Í T U L O S		
	DEVE	HAVER
De Publicidade :		
Saldo de anúncios.....		108.213,50
De Juros :		
Saldo desta conta.....		796,50
De Renda Eventual :		
Saldo desta conta.....		160.000,00
A Revista "A Defesa Nacional" :		
Prejuízo verificado nesta conta.....	103.917,50	
A Colaboradores — saldo desta conta.....	800,00	
A Honorários — Diretoria — idem.....	36.000,00	
A Ordenados — saldo desta conta.....	86.400,00	
Despesas Gerais — idem.....	23.629,20	
A Sobras & Perdas — idem.....	14.296,80	
A Associados c/Juros — juros 1958.....	3.966,50	
	<u>269.010,00</u>	<u>269.010,00</u>

RESUMO

RECEITA		DESPESA	
	Cr\$		Cr\$
Assinaturas	88.394,60	Edição da Revista ..	140.250,00
Venda avulsa	2.570,00	Papel	30.382,10
Anúncios	199.540,00	Colaboradores	800,00
Juros bancários ...	796,50	Comissões de anún-	
Quotas — Partes ..	1.200,00	cios	91.326,50
Jóia de admissão ..	60,00	Honorários — Di-	
Renda eventual ...	160.000,00	retoria	36.000,00
Conta-Corrente ...	6.000,00	Ordenados — Pes-	
		soal	88.400,00
		Despesas gerais ...	23.629,20
		Conta-Corrente ...	6.000,00
		Associados :	
		Conta — Retorno ..	190,00
		Conta — Juros	150,00
		Consignatários —	
		Livros	600,00
		Cartolina — Capa	
		da Revista	24.250,00
Total	458.561,10	Total	439.977,80

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1953.

ARNALDO GONÇALVES PIRES
ContadorJOÃO CAPISTRANO M. RIBEIRO
Ten-Cel, Diretor-GerenteATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EM 27
DE FEVEREIRO DE 1959

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e cinquenta e nove, em sua sede no terceiro pavimento da ala Visconde da Gávea, Ministério da Guerra, presentes os associados da C.M.E.C.I. A DEFESA NACIONAL LTDA. — Generais João Baptista de Mattos, Armando Batista Gonçalves, Renato Batista Nunes, Coronéis Adailton Sampaio Pirassununga, Ayrton Salgueiro de Freitas, João Batista Peixoto, Majores Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello e João Baeta de Faria, foi realizada a Assembléia Geral Ordinária de conformidade com o Edital publicado na Imprensa local e de acôrdo com os nossos Estatutos. As dezesseis horas, sob a presidência do Exmo. Sr. General João

Baptista de Mattos, foi feita, por mim, Diretor-Secretário, a leitura do Relatório da Diretoria Executiva referente às ocorrências do ano de 1958, bem assim do Balanço Geral e Parecer do Conselho Fiscal, relativos à prestação de contas do ano próximo findo, documentos que foram aprovados pelos presentes. Logo após o General Presidente anunciou que ia ser procedida eleição dos membros do Conselho Fiscal para o ano de 1959, tendo sido eleitos os seguintes associados: General Alberto Ribeiro Paz, Coronel Enio da Cunha Garcia e Capitão Diogenes Vieira da Silva, e, para Suplentes, Ten-Cel Thorio Benedito de Souza Lima, Major Amerino Raposo Filho e Major Joaquim Augusto Montenegro. Ainda em face das vagas no Conselho de Administração, foram eleitos os associados Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu e Major Octavio Tosta da Silva. Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. General Presidente agradeceu o comparecimento dos associados presentes e deu por encerrados os trabalhos da Assembléia, dos quais lavrei a presente ata que foi assinada pelos membros da mesa após o registro no livro competente, feito por mim, Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas, Diretor-Secretário, em exercício — General João Baptista de Mattos, Diretor-Presidente; Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas, Diretor-Secretário e Tenente-Coronel João Capistrano Martins Ribeiro, Diretor-Gerente."

**RELAÇÃO DOS ASSOCIADOS DA COOPERATIVA MILITAR
EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NA-
CIONAL LTDA."**

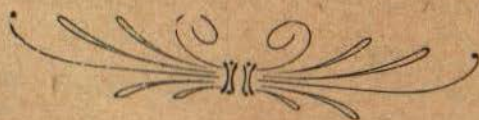
NOMES	QUOTAS	
	PARTES	VALOR
		Cr\$
Antonio Carlos Silva Muricy, Cel	2	100,00
Antonio de Souza Júnior, Gen	2	100,00
Antonio Leite Araújo Filho, Cap	2	100,00
Antonio Bedock Alves, Ten-Cel	2	100,00
Antonio Pereira Bastos, Cap	2	100,00
Antonio Amaral Bragança, Ten-Cel	4	200,00
Aurêlio de Lyra Tavares, Gen	2	100,00
Armando Batista Gonçalves, Gen	10	500,00
Augusto C. Magessi Pereira, Gen	2	100,00
Armando V. P. Vasconcellos, Gen	2	100,00
Alexandre Zacharias Assumpção, Gen	2	100,00
Alberto Ribeiro Paz, Gen	2	100,00
Adaury S. Pirassinunga, Gen	2	100,00
Augusto Fragoso, Cel	2	100,00
Adailton S. Pirassinunga, Cel	2	100,00

NOMES	QUOTAS	VALOR
	PARTES	Cr\$
Armando Gonçalves, 1º Ten	2	100,00
Astrohildo Virgolino Pontes, Maj	2	100,00
Alberto Assumpção Cardoso, Maj	2	100,00
Aurélio, Alves Souza Ferreira, Gen	2	100,00
Ayrton Salgueiro Freitas, Cel	2	100,00
Alfredo Souto Malan, Cel	2	100,00
Alberto Bandeira Queiroz, Maj	2	100,00
Aguinaldo J. Sena Campos, Cel	2	100,00
Adelino Maria Lopes Casales, Ten-Cel	2	100,00
Armando Torres Pereira, Ten-Cel	2	100,00
Arnaldo J. Luiz Calderari, Maj	2	100,00
Arizé Paes Brasil, Maj	2	100,00
Altair Franco Ferreira, Cel	2	100,00
Aroldo Ramos de Castro, Cel	2	100,00
Alfredo Fauroux Mercier, Gen	3	150,00
Adalardo Fialho, Gen	2	100,00
Alberic Cordeiro, Ten-Cel	4	200,00
Alvaro Alves Pinto, Gen	2	100,00
Amerino Raposo Filho, Maj	2	100,00
Aiporé dos Reis, Ten-Cel	2	100,00
Ayrton Ribeiro Silveira, Cap	2	100,00
Benjamin Rodrigues Galhardo, Gen	2	100,00
Benjamin Constant Fraenkel, Cap	2	100,00
Belarmino Neves Galvão, Gen	2	100,00
Benjamin Costa Lamarão, Maj	2	100,00
Clóvis A. Magalhães Gomes, Maj	15	750,00
Cyro Perdigão S. Silveira, Cel	2	100,00
Carlos de Magalhães Fraenkel, Cel	2	100,00
Cleber Bonecker, Cap	2	100,00
Cassal Martins Brum, Ten-Cel	2	100,00
Djalma Dias Ribeiro, Gen	15	750,00
Darcy Vignoli, Cel	2	100,00
Dinak Tavares Queiroz, Maj	2	100,00
Dioscoro Gonçalves Vale, Ten-Cel	2	100,00
Datero de Lorenzi Maciel, Maj	2	100,00
Diógenes Vieira da Silva, Cap	8	400,00
Domingos Jorge Filho, Maj	2	100,00
Eduardo Nóbrega, Cap	2	100,00
Eduardo Domingos Oliveira, Cel	2	100,00
Eugênio Fontes Casaes, Ten-Cel	2	100,00
Ernesto Leite Machado, Ten-Cel	2	100,00
Enio da Cunha Garcia, Cel	2	100,00
Edson C. Carvalho Leme, Cel	2	100,00
Eury Frades Magalhães, Cap	2	100,00

NOMES	QUOTAS PARTES	VALOR
		Cr\$
Eleusino Siqueira Cecilio, Cel	2	100,00
Francisco Pereira Fonseca, Gen	2	100,00
Francisco Ruas Santos, Maj	2	100,00
Francisco P. Albuquerque, Maj	2	100,00
Francisco Gil Castelo Branco, Gen	2	100,00
Francisco José Afonso, Cap	2	100,00
Felicissimo Azevedo Aveline, Cel	2	100,00
Florianio Silva Machado, Ten-Cel	2	100,00
Ferdinando de Carvalho, Maj	2	100,00
Florianio Moller, Cel	2	100,00
Gerardo Lemos Amaral, Ten-Cel	2	100,00
Geraldo Menezes Côrtes, Cel	2	100,00
Godofredo Vidal, Brig	4	200,00
Germano Seidl Vidal, Cap	2	100,00
Gustavo Lisboa Braga, Maj	2	100,00
Heitor Augusto Borges, Gen	3	150,00
Heitor S. Vasconcellos, Maj	6	300,00
Humberto Freire Andrade, Ten-Cel	2	100,00
Hugo de Andrade Abreu, Maj	2	100,00
Hugo Manhães Bethlen, Cel	2	100,00
Heraldo Oliveira Mota, Cap	2	100,00
Heitor Coll Oliveira, Cap	2	100,00
Heitor Borges Fortes, Cel	3	150,00
Haroldo Acioli Borges, Maj	4	200,00
Inimá Siqueira, Gen	2	100,00
Ivan de Souza Mendes, Maj	2	100,00
José de Melo Alvarenga, Gen	4	200,00
José Salles, Gen	18	900,00
José Lourenço Miranda, Maj	2	100,00
José Lemos de Avelar, Cap	2	100,00
José Horácio Cunha Garcia, Cel	2	100,00
José Alves Maryns, Maj	2	100,00
José Freitas Lima Serpa, Cap	2	100,00
José Ramos Silva Neto, Cap	2	100,00
José de Sá Martins, Maj	2	100,00
José Mattos Santos, Cap	2	100,00
João Batista de Matos, Gen	2	100,00
João Batista Magalhães, Cel	5	500,00
João de Deus Pessoa Leal, Gen	2	100,00
João Capistrano M. Ribeiro, Cel	2	100,00
João Fonseca, Cap	2	100,00
João Tavares Filho, Ten-Cel	2	100,00
João Dantas Ribeiro, Gen	2	100,00
Jayme Rolemberg de Lima, Maj	5	500,00

NOMES	QUOTAS PARTES	VALOR
		Cr\$
Jurandyr Palma Cabral, Cel	2	100,00
Jackson Pitombo Cavalcanti, Cap	2	100,00
Jonas de Castro Cabral, 1º Ten	2	100,00
Jardel Fabrício, Ten-Cel	2	100,00
Jair Jordão Ramos, Gen	2	100,00
Juarez N. Fernandes Távora, Marechal	10	500,00
Jonas Morais Corrêa Neto, Cap	5	250,00
Leopoldo F. Teixeira Campos, Cel	2	100,00
Luiz Gonzaga de Mello, Maj	5	250,00
Lindonor de Freitas Dutra, Cap	2	100,00
Lauro Paraense de Farias, Maj	2	100,00
Leopoldo Freire dos Santos, Maj	2	100,00
Luiz de Alencar Araripe, Maj	2	100,00
Manoel F. Alves da Cruz, Cap	2	100,00
Manoel Costa, Cap	2	100,00
Moziul Moreira Lima, Cel	2	100,00
Moacyr Pinto Coelho, Cap	2	100,00
Moacyr Ribeiro Coelho, Cap	2	100,00
Mario Perdigão, Gen	2	100,00
Nilo Horácio O. Sucupira, Gen	2	100,00
Nilo Bezerra Campos, Capitão	4	200,00
Nelson Rodrigues Carvalho, Cel	5	250,00
Nelson Werneck Sodré, Cel	2	100,00
Nilton Freixinho, Maj	2	100,00
Nelson Mesquita Miranda, Gen	2	100,00
Orlando Moreira Torres, Gen	20	1.000,00
Octavio Alves Velho, Ten-Cel	4	200,00
Olympio de Sá Tavares, Ten-Cel	2	100,00
Octavio Tosta da Silva, Ten-Cel	2	100,00
Osny Vasconcellos, Cap	2	100,00
O'Reilly de Andrade, Cap	2	100,00
Oly Lopes Dornelles, Maj	2	100,00
Olympio Mourão Filho, Cel	2	100,00
Osvino Ferreira Alves, Gen	2	100,00
Pedro Eugênio Pies, Gen	2	100,00
Pery Constant Beviláqua, Gen	2	100,00
Plínio Pitaluga, Maj	2	100,00
Paulo Prado Pereira, Maj	5	500,00
Paulo Rosas Pinto Pessoa, Gen	2	100,00
Paulo Enéas F. da Silva, Cel	2	100,00
Paulo Ayrton Araújo, Cap	2	100,00
Pedro Ervedoza Bastos, Cap	10	1.000,00
Renato Batista Nunes, Gen	4	200,00
Ruy José da Cruz, Maj	4	200,00

NOMES	QUOTAS PARTES	VALOR Cr\$
Ruy Santiago, Cel	4	200,00
Ruy Alencar Nogueira, Ten-Cel	2	100,00
Ramão Mena Barreto, Cap	2	100,00
Riograndino C. e Silva, Cel	2	100,00
Ruy Afonso S. Pereira, Cap	2	100,00
Sylvio Alves Catão, Gen	2	100,00
Sebastião Menezes Neto, Cap	2	100,00
Saulo Teodoro P. Melo, Maj	2	100,00
Severino S. Albuquerque, Gen	2	100,00
Solon Lopes Pereira, Gen	2	100,00
Tristão Alencar Araripe, Gen	2	100,00
Theophilo Amadeu Diniz, Gen	4	200,00
Thorio Benedro S. Lima, Ten-Cel	2	100,00
Umberto Peregrino, Ten-Cel	2	100,00
Virgílio F. Távora, Cap	2	100,00
Vitor Hugo A. Cabral, Maj	3	150,00
Waldeck Veloso Gordilho, Cap	2	100,00





ATOS OFICIAIS

DECRETO N. 45.867-"A" — DE 22 DE ABRIL DE 1959

Adota para a Classificação das Guarnições Especiais critério de contagem de pontos para efeito de promoções

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição Federal, e de acôrdo com o disposto no art. 63, letra a), n. 7, da Lei n. 2.657, de 1 de dezembro de 1955, alterada pela de n. 3.544, de 11 de fevereiro de 1959, decreta :

Art. 1º. As Guarnições Especiais que, de acôrdo com as disposições legais, ofereceram vantagens de cômputo de tempo de serviço e posteriormente deixaram de oferecê-las, são consideradas como pertencentes à Categoria C, de que trata o n. 7, letra a), do art. 63, da Lei n. 2.657, de 1 de dezembro de 1955, alterada pela de n. 3.544, de 11 de fevereiro de 1959, durante todo o tempo em que, legalmente, ofereceram as vantagens acima referidas.

Parágrafo único. O critério estabelecido neste artigo será adotado para toda a guarnição que futuramente venha a oferecer, em virtude de ato legal, vantagem de cômputo de tempo de serviço, desde que não conste, expressamente, do referido ato a sua inclusão em uma das categorias A ou B, a que se refere a Lei de Promoções de Oficiais, no n. 7, letra a), do seu art. 63.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1959 ; 138º da Independência e 71º da República.

JUSCELINO KUBITSCHK

Florianô de Lima Brayner

INSTRUÇÕES DO CONCURSO PARA A SELEÇÃO DE DOIS OFICIAIS PARA O ESTADO-MAIOR DA FÔRÇA DE EMERGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS (UNEF)

1. Finalidade :

Selecionar 2 (dois) oficiais que deverão ser designados para o Estado-Maior da Fôrça de Emergência das Nações Unidas (UNEF).

2. Calendário :

Inscrição no Estado-Maior do Exército até 13 de abril.

Realização de concurso de provas : 29 e 30 de abril.

Apresentação do resultado : até 29 de abril.

Embarque dos oficiais aprovados (previsão) : primeira quinzena de maio.

3. Condições de inscrição :

A) Ser Major ou Ten-Cel das Armas e possuir o Curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército há, no mínimo, 3 (três) anos, sendo 2 (dois) em função de Estado-Maior.

B) Não ter feito curso, estágio, ou desempenhado qualquer outra comissão no exterior, de duração igual ou superior a 6 (seis) meses, contados na forma estabelecida pelo CVVM, não sendo, para isso, considerada comissão a participação do oficial em operações de guerra no exterior.

4. Execução das provas :

A) Os candidatos inscritos realizarão prova escrita (tradução e versão) e oral (conversação) na Capital Federal.

B) A prova escrita será realizada no dia 20 de abril de 1959 às 8,00 horas em local a ser designado pelo Estado-Maior do Exército e constituída de tradução e versão referente ao idioma inglês.

C) A prova prática oral de conversação em inglês será realizada no dia 23 às 8,00 horas, em local a ser designado pelo Estado-Maior do Exército e constituirá a prova principal do concurso.

D) Durante a realização da prova escrita, só será permitido aos candidatos a utilização de dicionários, não sendo admitido o uso de qualquer outro meio auxiliar, inclusive rascunho.

E) As questões para as provas serão formuladas por uma Comissão Examinadora, nomeada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, a qual caberá baixar instruções referentes à realização das provas, bem como proceder ao seu julgamento.

F) O grau final 5 (cinco) será o mínimo aceito para aprovação do candidato ; o grau mínimo adotado para aprovação de cada prova será 4 (quatro). As aproximações dos graus fracionários irão até centésimos.

G) Os resultados do julgamento das provas escrita e oral serão publicados em Boletim Interno do Estado-Maior do Exército.

5. Inscrições :

1) Os pedidos de inscrição serão feitos mediante requerimento ao Chefe do Estado-Maior do Exército, onde deverão dar entrada, devidamente informados, até o dia 13 de abril de 1959.

2) O Estado-Maior do Exército em rádio de 14 de abril de 1959 notificará os candidatos sobre a solução dada aos pedidos de inscrição, participando também, via rádio, aos Grandes Comandos interessados, os nomes dos candidatos que deverão deslocar-se, inclusive por via aérea, para o Rio de Janeiro (DF) onde realizarão as provas.

6. Prescrições Diversas :

A prova escrita será feita a tinta e toda a documentação distribuída aos candidatos, por ocasião da realização das provas, será restituída à Comissão Examinadora.

Rio de Janeiro 30 de março de 1959 — *Floriano de Lima Brayner*,
Ministro da Guerra, Interino.

AVISO N. 233-D/5-F, EM 31 DE MARÇO DE 1959

Em solução à consulta do Presidente da Junta Central de Saúde, e de acôrdo com o parecer do Estado-Maior do Exército, resolvo que:

As praças incorporadas, já mobilizáveis, quando julgadas incapazes temporariamente — por motivo de moléstia ou acidente sem relação de causa e efeito com o serviço — serão:

a) se não tiverem direito a permanência, licenciadas (desincorporadas), recebendo, então, o certificado de reservista a que fizerem jus;

b) se tiverem direito a permanência, continuarão incorporadas, durante o tempo que lhes resta, sob observação médica.

Se esse período atingir dois anos, persistindo a incapacidade, serão reformadas, na forma da letra e) do art. 27 da Lei n. 2.370, de 9 de dezembro de 1954 (Lei de Inatividade dos Militares). — *Florianô de Lima Brayner*.

DECRETO N. 45.941 — DE 29 DE ABRIL DE 1959

Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 65.000.000,00, para ocorrer à despesa que especifica

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei n. 3.489, de 16 de dezembro de 1958, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1º. Fica aberto ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de cruzeiros), para a conclusão da construção do Monumento Nacional destinado a representar a participação ativa do Brasil na Segunda Guerra e a guardar os despojos dos brasileiros das três Forças Armadas, tombadas durante as operações de guerra.

LEI N. 3.553 — DE 27 DE ABRIL DE 1959

Altera a legislação do imposto de renda

O Presidente da República:

Faco saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. No exercício de 1959, o imposto complementar sobre a renda das pessoas físicas será cobrado de acôrdo com a seguinte tabela:

Até		90	Isento	
De	91 a	120	30,00	por 1.000,00
De	121 a	150	50,00	por 1.000,00
De	151 a	190	80,00	por 1.000,00
De	191 a	240	110,00	por 1.000,00
De	241 a	300	140,00	por 1.000,00
De	301 a	400	180,00	por 1.000,00
De	401 a	500	220,00	por 1.000,00

AVISO SÔBRE ASSINATURAS

PARA FACILIDADE DO CONTRÔLE DO SERVIÇO, SÓ EXISTIRÁ UMA FORMA DE PAGAMENTO :

ASSINATURA ANUAL DE CRS 100,00, PAGA NO INÍCIO DE CADA ANO.

— OUTROSSIM, SOLICITAMOS AOS Nossos REPRESENTANTES E ASSINANTES COMUNICAREM SUAS TRANSFERÊNCIAS OU MUDANÇAS DE ENDERÊÇO, USANDO A FICHA DESTACÁVEL QUE SE ENCONTRA ABAIXO.

A DEFESA NACIONAL

MINISTÉRIO DA GUERRA

Caixa Postal 17 — Rio de Janeiro

FICHA DE MOVIMENTAÇÃO

Nome do assinante

Pôsto Fôrça Armada

Enderêço antigo :

Unidade Região

Residência

(Rua, Bairro, Cidade e Estado)

Enderêço atual :

Unidade Região

Residência

(Rua, Bairro, Cidade e Estado)



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

FUNDADA EM 10-X-913

Enderêço: Ministério da Guerra — 3º pavimento — Ala voltada para
Rua Visconde da Gávea — Caixa Postal, 17 — Telefone 43-0563
Rio de Janeiro — Brasil



PREÇOS

Assinatura anual militar	Cr\$ 100,00
Assinatura anual particular	Cr\$ 200,00
Número avulso	Cr\$ 20,00

INFORMAÇÕES

A remessa da revista aos seus assinantes é feita mensalmente pelo Departamento dos Correios e Telégrafos e pelo Correio Aéreo Militar, sendo enviada diretamente ou por intermédio de representantes credenciados nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições.

Para facilidade de contróle do serviço, a partir de janeiro de 1956, só existirão duas formas de pagamento à escolha de cada assinante:

- a) assinatura anual, de Cr\$ 100,00, paga antecipadamente, a contar do mês de janeiro;
- b) desconto mensal de Cr\$ 10,00, em folha de vencimentos, processo este que deve ser adotado preferencialmente nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições, cabendo aos nossos representantes, em cada um dêles, zelar não só pela distribuição de acordo com as guias de remessa, como também pelas providências relacionadas com os respectivos pagamentos endereçados ao Diretor-Gerente da Revista.

Os exemplares de assinantes que mudarem de enderêço devem ser restituídos à redação, podendo também ser encaminhados ao destinatário pelos próprios representantes.

Os trabalhos enviados à Diretoria para fins de publicação devem ser dactilografados e assinados pelo autor, que deverá indicar também o respectivo enderêço.

A Revista não se responsabiliza por idéias e opiniões contidas em artigos assinados.

A publicação d'esses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Diretoria serão expressas através do "Editorial" ou artigos da Redação sempre em termos elevados e no plano dos altos interesses nacionais.

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, editado pela Imprensa Nacional em dezembro de 1943.

"A Defesa Nacional" considera altamente valioso o intercâmbio com as publicações congêneres nacionais e estrangeiras.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados em nossas páginas desde que seja citada a fonte.

Só nos responsabilizamos por anúncios tratados por agentes autorizados pela Diretoria, cujas credenciais devem ser sistematicamente examinadas pelos anunciantes.

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Marechal Mário Travassos
Brig João Mendes da Silva
Gen R. Pinson
Gen A. de Lyra Tavares
Cel Ayrton Salgueiro de Freitas
Cel João Bina Machado
Cel Prof A. Linhares de Paiva
Cel Alfredo Malan
Cel Golbery do Couto e Silva
Cmte Guilhermino de Magalhães
Ten-Cel Walter Pinto de Moraes
Ten-Cel Geraldo Magarinos
Maj Germano Seidl Vidal
Maj Octávio Tosta
Maj Sebastião de Castro
Ten A. Brandão de Freitas
Ten Heitor Ferreira
Prof Everardo Backheuser
Prof Edmond See
Prof Fábio de Macedo Soares Guimarães
Tomas Greenwood

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

EX-LIBRIS



Cr\$ 20,00

SMG
IMPRESA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1989